

LEIDER LINCOLN DA SILVA SÓ

SISBI/UFU



1000224380

4011
332.11/2013,
CGTEA
TCC (MEM)

DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS RURAIS: O CASO DA MARGEM DA
ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS

Dissertação submetida ao Mestrado em
Desenvolvimento Econômico do Instituto de
Economia da Universidade Federal de Uberlândia,
como parte dos requisitos necessários para a
obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento
Econômico.

Área de Concentração: Desenvolvimento Rural

Orientador: Prof. Dr. Antônio César Ortega

UBERLÂNDIA - MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico

DISSERTAÇÃO

apresentada ao PMDE-IE/UFU

para obtenção do título de

MESTRE EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

por

LEIDER LINCOLN DA SILVA SÓ

**DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS RURAIS: O CASO DA
MARGEM DA ESTRADA DE FERRO EM GOIÁS**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio César Ortega (orientador) Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Carlos Antônio Brandão Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. José Flores Fernandes Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, 23 de julho de 2004.

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Com especial destaque aos meus pais, Duílio e Vera Lúcia, e as minhas avós, Odília e Margarida (*in memoriam*), agradeço aos meus tios Célio, Marilda, Cleide e Lucirene, aos meus primos Daniel e Sérgio, ao meu irmão José Márcio, a minha madrasta Selma e a toda minha família, pelo fundamental e irrestrito apoio.

Ao meu Professor Orientador, Antônio César Ortega, pela contribuição e pelas críticas, pois sem elas este trabalho não seria possível.

A todos os meus professores do Mestrado: Marisa, Germano, Márcio, Vanessa, Niemeyer, José Rubens, César, Shigeo e Henrique, pela oportunidade.

Ao José Mário, pelo apoio inestimável.

Ao Pedro Staevie, amigo e companheiro.

À Luciana Maria Borges, igualmente amiga, igualmente companheira.

À Vaine e Rejane, secretárias do Programa, pela competência e pelos préstimos constantes.

Ao Esimar e ao Olívio (IBGE) e à Ivana (INSS) pela disponibilização do tempo, das obras e das dependências de seus locais de trabalho.

A Estevane, Idelvone e Manoel, professores do CAC/UFG, pelo apoio e auxílio.

Aos doutores Leandro, Divina e Madalena.

Ao Anísio Favoretto, pela inspiração.

Em suma, a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a execução deste trabalho.

Oro es, lo que oro vale.

Provérbio espanhol

PALAVRAS-CHAVE

ESTABELECIMENTOS FAMILIARES, ATIVIDADES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS, INDUSTRIALIZAÇÃO, EDUCAÇÃO, ESTRUTURA FUNDIÁRIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

KEY WORDS

FAMILY PROPERTY, NON AGRICULTURAL RURAL ACTIVITIES,
INDUSTRIALIZATION, EDUCATION, LAND OWNERSHIP STRUCTURE,
REGIONAL DEVELOPMENT.

SUMÁRIO

Sumário.....	i
Lista de Tabelas.....	ii - iv
Lista de Figuras.....	v
Lista de Boxes.....	vi
Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
Errata.....	01
Introdução.....	02-12
Capítulo I: Goiás _ Considerações sobre a História Econômica e a Situação Atual.....	13 - 50
1.1: O Estado de Goiás _ a época do ouro.....	13-19
1.2: O Estado de Goiás _ a época do gado.....	20-29
1.3: A Margem da Estrada de Ferro _ breve histórico da economia.....	30-51
Capítulo II: A Economia da Margem da Estrada de Ferro.....	52 - 94
2.1: Alguns Aspectos Sócio-Econômicos do Estado de Goiás, em 2000.....	52- 65
2.2: A Agropecuária na Margem da Estrada de Ferro.....	66-78
2.3: Margem da Estrada de Ferro: alguns reflexos do setor primário no terciário.....	79-86
2.4: Margem da Estrada de Ferro: o setor secundário.....	87-94
Capítulo III: Aspectos do Desenvolvimento na Margem da Estrada de Ferro.....	95 - 186
3.1: Margem da Estrada de Ferro _ Empresas, Empregos, Infra-Estrutura Social e Situação das Municipalidades.....	95-112
3.2: O Estado Econômico e Social da Margem da Estrada de Ferro.....	113-133
3.3: Renda Monetária, Longevidade, Educação e Risco: algumas correlações.....	134-161
3.4: O papel da Estrutura Fundiária no Desenvolvimento da Margem da Estrada de Ferro....	162-186
Conclusão.....	187-191
Referências bibliográficas.....	192-195
Índice remissivo e onomástico.....	196-198

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO

<u>Tabela 0.1:</u> Margem da Estrada de Ferro _ características gerais, 2000.....	05
---	----

CAPÍTULO I

<u>Tabela 1.1.1:</u> Produção de ouro na colônia brasileira no século XVIII (em kg).....	15
<u>Tabela 1.2.1:</u> Goiás_ evolução populacional ao longo do século XIX.....	20
<u>Tabela 1.2.2:</u> Goiás e Tocantins_ municípios mais populosos em 1920 e em 1940.....	21
<u>Tabela 1.2.3:</u> Goiás e Tocantins_ produção agropecuária em 1920.....	23
<u>Tabela 1.2.4:</u> Brasil_ crescimento populacional entre 1872-2000.....	27
<u>Tabela 1.3.1:</u> Margem da Estrada de Ferro _ evolução populacional da em relação ao estado de Goiás e ao Triângulo Mineiro histórico.....	43
<u>Tabela 1.3.2:</u> Margem da Estrada de Ferro _ crescimento populacional dos municípios de 1950 a 2000.....	46

CAPÍTULO II

<u>Tabela 2.1.1:</u> Goiás_ municípios de PIB mais elevado, 2000.....	52
<u>Tabela 2.1.2:</u> Goiás_ Municípios de VAB mais elevado, por setor em 2000.....	53
<u>Tabela 2.1.3:</u> Goiás_ Municípios de VAB per capita mais elevado, por setor em 2000.....	54
<u>Tabela 2.1.4:</u> Goiás_ distribuição do PIB, municípios com maiores valores percentuais por setor em 2000.	55
<u>Tabela 2.1.5:</u> Goiás_ municípios de IDHM mais elevado em 2000.....	57
<u>Tabela 2.1.6:</u> Goiás_ municípios de IDHM mais baixo em 2000.....	59
<u>Tabela 2.1.7:</u> Goiás_ municípios de maiores IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R, 2000.....	61
<u>Tabela 2.1.8:</u> Goiás_ indicadores de desenvolvimento, maiores municípios em 2000.....	62
<u>Tabela 2.2.1:</u> Goiás_ distribuição da população por tipos de municípios e de residências, 2000.....	66
<u>Tabela 2.2.2:</u> Margem da Estrada de Ferro _ distribuição da população por tipos de municípios e de residências, 2000.....	67
<u>Tabela 2.2.3:</u> Goiás_ Composição do PIB nas regiões econômicas (2000).....	68
<u>Tabela 2.2.4:</u> Goiás_ valor da produção das lavouras temporárias, em milhares de reais (2000).....	71
<u>Tabela 2.2.5:</u> Margem da Estrada de Ferro _ valor da produção das lavouras temporárias, em milhares de reais (2000).....	72
<u>Tabela 2.2.6:</u> Goiás_ Maiores produções agrícolas municipais por valor da produção em milhares de reais, 2000.....	73
<u>Tabela 2.2.7:</u> Margem da Estrada de Ferro _ Maiores produções agrícolas municipais por valor da produção em milhares de reais, 2000.....	74

<u>Tabela 2.2.8: Goiás_ efetivo da pecuária (2000)</u>	75
<u>Tabela 2.2.9: Margem da Estrada de Ferro_ efetivo da pecuária (2000)</u>	77
<u>Tabela 2.3.1: Margem da Estrada de Ferro_ empresas fornecedoras de insumos e serviços agropecuários com terminais telefônicos, 2003</u>	80
<u>Tabela 2.3.2: Margem da Estrada de Ferro_ unidades de saúde e ensino superior e técnico agropecuário com terminais telefônicos (2003)</u>	81
<u>Tabela 2.3.3: Margem da Estrada de Ferro_ ofertadores de serviços com terminais telefônicos (2003)</u>	82
<u>Tabela 2.3.4: Margem da Estrada de Ferro_ Condição dos principais ramos do comércio com terminais telefônicos, 2003</u>	83
<u>Tabela 2.3.5: Margem da Estrada de Ferro_ serviços e indústria de lazer com terminais telefônicos, 2003</u>	84
<u>Tabela 2.3.6: Margem da Estrada de Ferro_ instituições associativas com terminais telefônicos, 2003</u>	85
<u>Tabela 2.4.1: Margem da Estrada de Ferro_ principais unidades industriais instaladas em 2003</u>	88
<u>Tabela 2.4.2: Margem da Estrada de Ferro: principais unidades industriais ceramistas em 2002</u>	89
<u>Tabela 2.4.3: Margem da Estrada de Ferro: Cooperativas agropecuárias em 2002</u>	90
<u>Tabela 2.4.4: Margem da Estrada de Ferro_ principais unidades processadoras de leite em 2002 (exceto cooperativas) com terminais telefônicos, 2003</u>	91
<u>Tabela 2.4.5: Margem da Estrada de Ferro_ outros setores industriais em 2002</u>	92

CAPÍTULO III

<u>Tabela 3.1.1: Margem da Estrada de Ferro_ empresas, por setores, 1997</u>	96
<u>Tabela 3.1.2: Margem da Estrada de Ferro_ Habitantes por empresas em 1997</u>	97
<u>Tabela 3.1.3: Margem da Estrada de Ferro_ caracterização das economias municipais</u>	99
<u>Tabela 3.1.4: Margem da Estrada de Ferro_ empregos e salários no mercado formal, 1997</u>	101
<u>Tabela 3.1.5: Margem da Estrada de Ferro_ distribuição da população por faixa etária, em anos, no ano de 2000</u>	102
<u>Tabela 3.1.6: Margem da Estrada de Ferro_ unidades de ensino e saúde, 1997</u>	106
<u>Tabela 3.1.7: Margem da Estrada de Ferro_ receitas municipais, 1997</u>	108
<u>Tabela 3.1.8: Margem da Estrada de Ferro_ despesas municipais discriminadas, 1997</u>	109
<u>Tabela 3.1.9: Margem da Estrada de Ferro_ Gastos municipais, por setores em 1997</u>	111
<u>Tabela 3.2.1: Margem da Estrada de Ferro_ PIB dos municípios, 2000</u>	114
<u>Tabela 3.2.2: Margem da Estrada de Ferro, VAB dos municípios em 2000</u>	115
<u>Tabela 3.2.3: Margem da Estrada de Ferro, VAB per capita por setor em 2000</u>	116
<u>Tabela 3.2.4: Margem da Estrada de Ferro_ distribuição do PIB por setores nos municípios em 2000</u>	117
<u>Tabela 3.2.5: Margem da Estrada de Ferro_ IDHM e indicadores escolhidos, 2000</u>	118
<u>Tabela 3.2.6: Margem da Estrada de Ferro-renda per capita por faixas de renda, 2000</u>	121
<u>Tabela 3.2.7: Margem da Estrada de Ferro_ origem da renda e condição social por municípios em 2000</u>	122
<u>Tabela 3.2.8: Margem da Estrada de Ferro_ desigualdade na distribuição de renda, 2000</u>	124
<u>Tabela 3.2.9: Margem da Estrada de Ferro_ analfabetismo e analfabetismo funcional</u>	125

<u>Tabela 3.2.10:</u> Margem da Estrada de Ferro, condição do ensino, 2000.....	127
<u>Tabela 3.2.11:</u> Margem da Estrada de Ferro _ acesso a bens e serviços básicos, 2000.....	128
<u>Tabela 3.2.12:</u> Margem da Estrada de Ferro _ vulnerabilidade e situação da mulher, 2000.....	132
<u>Tabela 3.3.1:</u> Goiás - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida.....	137
<u>Tabela 3.3.2:</u> Goiás - correlações com indicadores de renda.....	139
<u>Tabela 3.3.3:</u> Margem da Estrada de Ferro - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida...	141
<u>Tabela 3.3.4:</u> Margem da Estrada de Ferro - correlações com indicadores de renda.....	145
<u>Tabela 3.3.5:</u> Sudoeste Goiano - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida.....	146
<u>Tabela 3.3.6:</u> Sudoeste Goiano - correlações com indicadores de renda.....	148
<u>Tabela 3.3.7:</u> Nordeste Goiano - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida.....	149
<u>Tabela 3.3.8:</u> Nordeste Goiano - correlações com indicadores de renda.....	150
<u>Tabela 3.3.9:</u> Municípios Rurbanos do Sul de Goiás - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida.....	151
<u>Tabela 3.3.10:</u> Municípios Rurbanos do Sul de Goiás - correlações com indicadores de renda.....	153
<u>Tabela 3.3.11:</u> Municípios Rurbanos do Centro e do Norte de Goiás - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida.....	154
<u>Tabela 3.3.12:</u> Municípios Rurbanos do Centro e do Norte de Goiás - correlações com indicadores de renda.....	156
<u>Tabela 3.3.13:</u> Municípios em Goiás classificados como subúrbios - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida.....	158
<u>Tabela 3.3.14:</u> Municípios em Goiás classificados como subúrbios – correlações com a renda.....	160
<u>Tabela 3.4.1:</u> Margem da Estrada de Ferro – estrutura fundiária, em 2000.....	173
<u>Tabela 3.4.2:</u> Margem da Estrada de Ferro _ distribuição da área pelas propriedades.....	175
<u>Tabela 3.4.3:</u> Margem da Estrada de Ferro – demografia do campo.....	177
<u>Tabela 3.4.4:</u> Margem da Estrada de Ferro _ bovinocultura e produção de leite.....	179
<u>Tabela 3.4.5:</u> Margem da Estrada de Ferro flutuação do nível de emprego (saldos líquidos).....	181
<u>Tabela 3.4.6:</u> Margem da Estrada de Ferro _ estabelecimentos industriais cadastrados na SEFAZ/GO.....	183
<u>Tabela 3.4.7:</u> Margem da Estrada de Ferro _ grandes indústrias por setores, 2003.....	184
<u>Tabela 3.4.8:</u> distribuição das indústrias por setores, em 2003.....	185

CONCLUSÃO

<u>Tabela 5.0:</u> Brasil _ saldo de empregos no período 1991/2000.....	188
---	-----

LISTA DE FIGURAS

<u>Mapa 01</u> : Estado de Goiás_ divisão por municípios em 2000, com ênfase para a Margem da Estrada de Ferro.....	05
<u>Mapa 02</u> : Goiás_ ano de instalação dos municípios.....	29
<u>Mapa 03</u> : Margem da Estrada de Ferro_ zonas de influência em 2000.....	49
<u>Mapa 04</u> : Margem da Estrada de Ferro_ atividades econômicas dominantes nos municípios e no campo em 2000.....	50
<u>Mapa 05</u> : Goiás_ rendimento mensal per capita médio do décimo mais rico, em reais, 2000.....	63
<u>Mapa 06</u> : Goiás_ rendimento mensal per capita médio do quinto mais pobre, em reais, 2000.....	64
<u>Mapa 07</u> : Goiás_ Valor da produção agrícola em 2000 (em milhares de reais).....	70
<u>Mapa 08</u> : Goiás_ percentual de indigentes em relação ao total da população, 2000.....	123
<u>Mapa 09</u> : Goiás_ percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000.....	129
<u>Mapa 10</u> : Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000.....	130

LISTA DE BOXES

<u>Box 01</u> : Margem da Estrada de Ferro _ condições naturais.....	03
<u>Box 02</u> : O Triângulo Mineiro.....	07
<u>Box 03</u> : O dízimo.....	16
<u>Box 04</u> : Os memorialistas.....	37

RESUMO

A Margem da Estrada de Ferro, composta por dezenove municípios e situada a sudeste do Estado de Goiás, é do ponto de vista demográfico uma região rural, pois a maioria de sua população vive no campo ou em pequenas cidades e vilas. Entretanto, a maior parte de seu produto econômico é gerado pela atividade industrial, fato que não é comum em Goiás, onde as atividades primárias predominam sobre as demais. Somado a isso, os índices educacionais dessa região são, desde há muito, sensivelmente mais elevados que os do restante do Estado e do Brasil. Além disso, tanto a renda, quanto a propriedade fundiária são mais bem distribuídas na Margem da Estrada de Ferro do que em outras regiões goianas, da mesma forma que nela os estabelecimento rurais familiares são proporcionalmente mais importantes do que nestas últimas. O resultado dessa soma de tais características é que se gerou na região uma série de indicadores sociais e de qualidade de vida que são significativamente melhores do que a média de regiões cujo produto econômico per capita ou os indicadores educacionais são semelhantes ou até mesmo maiores, mas a renda e a propriedade não são tão bem distribuídas.

ABSTRACT

DEVELOPMENT IN RURAL MUNICIPALITIES: A CASE STUDY OF REGION OF THE RAILROAD IN GOIÁS.

From a demographical view, the nineteen municipalities of “Region of the Railroad” (*Margem da Estrada de Ferro*) in the Southeast of Goiás State are rural. This claim is because most of its population lives in the countryside or small cities and villages. But most of its economical product comes from industrial activities; it is not an ordinary fact in Goiás where the raw material extraction prevails over the others. Together with this, the educational indicators of this region are, from long ago, better than those of the rest of the State and also from Brazil. Besides, the profit as well as the rural land ownership is better distributed in Region of the Railroad than other regions in Goiás. In the same way the familiar rural properties are in proportion more important when compared with land ownership from other regions. The result of this sum of features is that social indicators in this region are far better than the average from the others regions of this State. Their Gross Domestic Product and educational indicators are alike or even more significant, but the profit and the property are not socially distributed as well as in the Region of the Railroad.

ERRATA

1 – Na página 64, onde se lê “(...)”, é bastante razoável em Goiás e pode ser medido nos termos desta última como no **Mapa 06**, na página anterior.”, leia-se: “(...)”, é bastante razoável em Goiás e pode ser medido nos termos desta última como no **Mapa 05**, na página anterior.”

2 – Na mesma página 64, onde está escrito “(...)”, conforme se pode ver no **Mapa 07.**”, leia-se “conforme se pode ver no **Mapa 06**”

INTRODUÇÃO

É já de praxe que as dissertações comecem por aquilo que se conhece genericamente por ‘revisão bibliográfica’. Entretanto far-se-á uso da distinção que felizmente existe entre o que é costumeiro e o que é obrigatório.

Nesse sentido, se achou por bem revisitar alguns conceitos e a maneira como historicamente deu-se as bases que os possibilitaram. E isso menos pela necessidade de revisão conceitual do que por se achar relevantes algumas discussões que perpassam determinados processos históricos. Senão vejamos.

Em “**O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**” uma análise já tornada referencial para estudos sobre a economia rural brasileira, José Eli da Veiga (2001, p.13)¹, consoante com o Projeto Rurbano², que à época era comandado por José Graziano da Silva, afirmou que:

“(...) as economias rurais mais dinâmicas são as polivalentes, que simultaneamente importam consumidores de seus atributos territoriais e exploram economias de escala e de escopo na exportação de seus produtos. Só que é muito raro que uma região disponha de condições naturais e humanas tão privilegiadas.”

Assim - no sentido acima exposto - crê-se que a Margem da Estrada de Ferro, *locus* geográfico deste estudo, é uma dessas regiões que dispõem das tais condições privilegiadas.

Uma condição natural que *a priori* não seria muito favorável, mas que ao longo do tempo se revelou decisiva foi um relevo acidentado entremeado por vales férteis e encimado por largas áreas planas de lassolos³.

¹ VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, 2001, p.2-3 disponível em < > download em ago. 2002

² O Projeto Rurbano foi coordenado pelo Professor Dr. José Graziano da Silva do IE/UNICAMP entre 1997 e 2002, reuniu pesquisadores de 14 estados da União e realizou estudos que demonstram a importância da geração de emprego e renda nas atividades rurais não agrícolas. O seu sítio na internet é

³ Tipo de solo argiloso e ácido, comum nas savanas tropicais.

No entanto, essas condições não nos interessam aqui. O que nos preocupa para nossa análise passa pelas as condições econômicas quais sejam as já referidas; exploração dos atributos territoriais; exploração das economias de escala e de escopo; e a exportação de seus produtos.

BOX 01: MARGEM DA ESTRADA DE FERRO_ CONDIÇÕES NATURAIS

RELEVO: Acidentado entremeado por vales fluviais e chapadas; quase toda a região se situa no Planalto Central Brasileiro; em seu extremo leste estão porções das Chapadas do São Francisco.

CLIMA: quente semi-úmido com 4 a 5 meses de seca nas áreas abaixo dos 800 metros e subquente semi-úmido com 4 a 5 meses seco nas áreas com 800 metros ou mais; este último clima predomina em amplas áreas dos municípios de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Urutaí.

VEGETAÇÃO: originalmente floresta estacional no município de Corumbaíba e nos vales dos principais rios; savanas a leste e; áreas de tensão ecológicas no centro e no norte da região. Atualmente, excetuadas as bordas das chapadas e áreas de relevo mais acidentados estas áreas estão antropizadas em sua maior parte.

SOLOS: a maior porção é de áreas atualmente desaconselháveis ao uso agrícola, predominado cambissolos e litossolos; o restante são solos regulares para a prática agrícola, com predominância de latossolos.

Através da caracterização dos mais relevantes indicadores sócio-econômicos dos municípios da região da Margem da Estrada de Ferro (Goiás) se buscará, dentre outras coisas, demonstrar que o contínuo e significativo decréscimo populacional relativo enfrentado pela região desde a década de 1920 não significou um deterioramento das condições sociais e econômicas relativas. Ao contrário, há evidências de que este se traduziu em um sensível melhoramento destas, de tal forma que há uma proporção demonstrável entre esse decréscimo e a existência de indicadores sociais positivos.

Essa perda relativa contínua da população da região da Margem da Estrada de Ferro, em relação ao Estado de Goiás e ao Brasil esteve intimamente relacionado ao concomitante acréscimo de população que houve em três de suas regiões vizinhas: Goiânia e sua região metropolitana; Brasília e a R. I. D. E⁴; de Uberlândia.

⁴ Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno; uma espécie de região metropolitana de Brasília, criada por lei federal e que engloba três municípios de Minas e dezenove de Goiás, além do distrito Federal. Corresponde ao "entorno de Brasília".

Para tanto, cumpre-se de início destacar que o que se denomina de “Região da Margem da Estrada de Ferro” é um conjunto de 19 municípios do Estado de Goiás, situados no sudeste deste e que, além de um passado histórico comum, comungam de indicadores de qualidade de vida razoavelmente semelhantes entre si e distintos daqueles dos demais municípios de Goiás. A visualização desta região dentro do Estado de Goiás pode ser conseguida no Mapa 0.1, logo a seguir.

Um outro fato que se deve destacar no que concerne a esta região é a grande influência que tiveram os triangulinos⁵ na sua colonização e orientação econômica, tanto mais efetiva quanto mais próxima de suas porções meridionais. Outro fato distintivo é o relevo mais acidentado que outras porções meridionais goianas também fronteiriças a Minas Gerais, o que pode ter contribuído para uma orientação de caráter mais familiar na agropecuária nesta região. Sua conformação populacional e o IDHM⁶ dos respectivos municípios podem ser visualizados na Tabela 0.1.

Por volta da década de 1920, era a Margem da Estrada de Ferro a única região que dispunha de vias férreas no Estado de Goiás, e por isso tinha uma das mais significativas economias deste estado, bem como alguns dos seus mais populosos núcleos à época, a saber, Catalão e Ipameri.

Entretanto, a construção de Goiânia na década de 1930; de Brasília, na década de 1950; o início do boom econômico da cidade de Uberlândia, na década de 1970; fizeram com que a região sofresse um considerável processo de esvaziamento populacional, relativo na maioria dos casos, absoluto em alguns municípios.

Reflexo disso foi o fato de o Censo Demográfico de 2000 ter registrado que a região correspondia apenas cerca 4% da população goiana, um número mais de cinco vezes menor que no passado tendo toda a sua população atual caráter rural ou assemelhado⁷.

Deve-se destacar que o que se considera urbano refere-se grosso modo a núcleos populacionais de no mínimo 100.000 habitantes, a municípios metropolitanos, ou ainda

⁵ Natural ou referente ao Triângulo Mineiro.

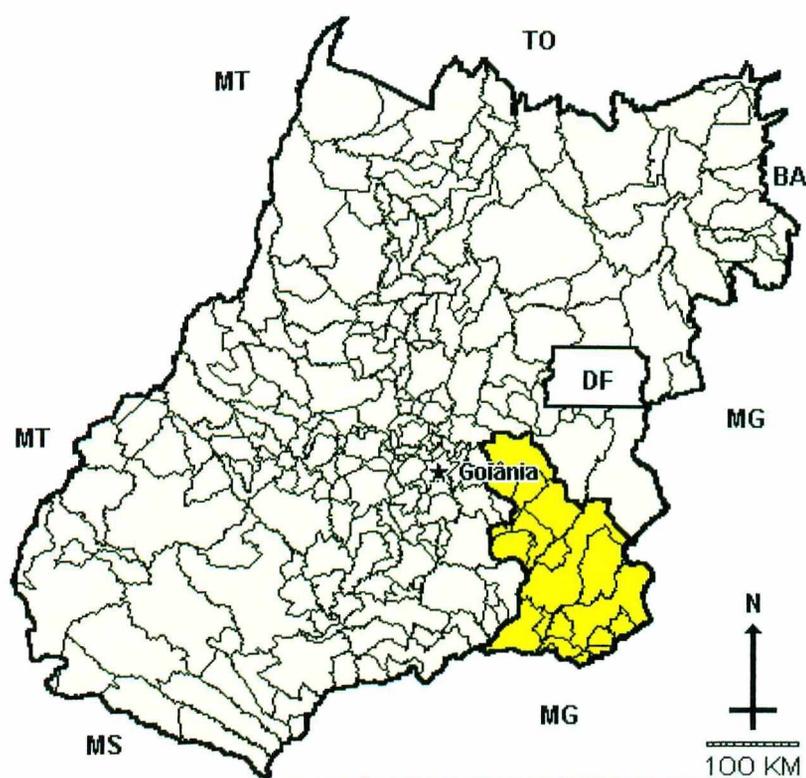
⁶ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, mensurado a partir de indicadores de educação, renda e longevidade.

⁷ José Eli da Veiga (2002) considera muito apropriadamente que núcleos populacionais não podem ser considerados urbanos apenas por serem sede de município. São necessários outros critérios, como tamanho da população e da densidade demográfica. Sobre isto, discutir-se-á mais adiante.

densamente povoados, conforme VEIGA⁸ (2002), e não meramente à sede dos municípios, conforme o IBGE. Entretanto, essa queda populacional relativa não significou que a perda populacional ocorreu devido ao empobrecimento, mas sim em função da busca de novas oportunidades que surgiam nas cidades próximas.

Até porque, esta região apresenta na média, indicadores sociais significativamente melhores que os do restante do estado, embora haja alguma disparidade entre os municípios que a integram.

Mapa 01: Estado de Goiás_ divisão por municípios em 2000, com ênfase para a Margem da Estrada de Ferro.



Fonte dos dados: Censo Demográfico de 2000/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Neste sentido e partindo-se da consideração a nosso ver válida, de que toda a população da região é de fundo rural e também do fato de que a agropecuária não se constitui na base da economia da região, tem-se que a Margem da Estrada de Ferro é

⁸ VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: O Brasil é Menos Urbano do que se Calcula.** Campinas-SP, 2002, Editora Autores Associados.

uma região rural, mas não agropecuária. De fato, nela predomina a atividade industrial. Dentro do Estado de Goiás é um caso único.

Outra característica importante é a própria heterogeneidade dessa agropecuária local, que abriga desde consideráveis comunidades de pequenos agricultores em municípios como Orizona, Silvânia, Vianópolis e Catalão até áreas de agricultura intensiva de larga escala, nos municípios de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Pires do Rio e Ipameri. Há, além disso, considerável presença em alguns municípios de gado de corte (Corumbaíba, Ipameri) e de leite (Orizona, Silvânia, Vianópolis, Ipameri e Corumbaíba e Catalão).

Tabela 0.1: Margem da Estrada de Ferro _ características gerais, 2000.

Município	P.Total	P.Sede	P.Rurícola	Área	Densidade ⁹	IDHM
Anhanguera	884	829	55	54,8	16,13	0,794
Campo Alegre de Goiás	4 525	2 869	1 656	2463,2	1,84	0,802
Catalão	64 281	56 165	6 730	3777,4	17,02	0,818
Corumbaíba	6 643	4 848	1 795	1875,0	3,54	0,767
Cristianópolis	2 921	2 372	549	225,3	12,96	0,771
Cumari	3 104	2 300	804	571,8	5,43	0,755
Davinópolis	2 109	1 294	815	520,1	4,05	0,732
Goianândia	4 970	4 195	775	560,7	8,86	0,765
Ipameri	22 580	17 380	3 771	4368,4	5,17	0,758
Nova Aurora	1 924	1 661	263	302,7	6,36	0,785
Orizona	13 053	6 217	6 687	1972,8	6,62	0,768
Ouvidor	4 258	3 373	885	413,6	10,29	0,785
Palmelo	2 310	2 200	110	59,0	39,15	0,787
Pires do Rio	26 111	24 349	1 762	1073,4	24,33	0,785
Santa Cruz de Goiás	3 467	1 040	2 427	1108,9	3,13	0,782
Silvânia	20 331	10 350	9 981	2860,1	7,11	0,774
Três Ranchos	2 825	2 281	544	282,2	10,01	0,787
Urutai	3 104	2 213	891	626,7	4,95	0,760
Vianópolis	11 293	7 521	3 574	954,3	11,83	0,784
Margem Estrada Ferro	200 693	153 457	44 074	24.070,4	8,34	0,788

Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil (adaptado)

Destaca-se também a forte presença local de entidades de ensino e treinamento, tais como SENAI e SENAC, além de *campi* da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em Silvânia, Pires do Rio e Ipameri (também um pólo em Catalão); o único campus da

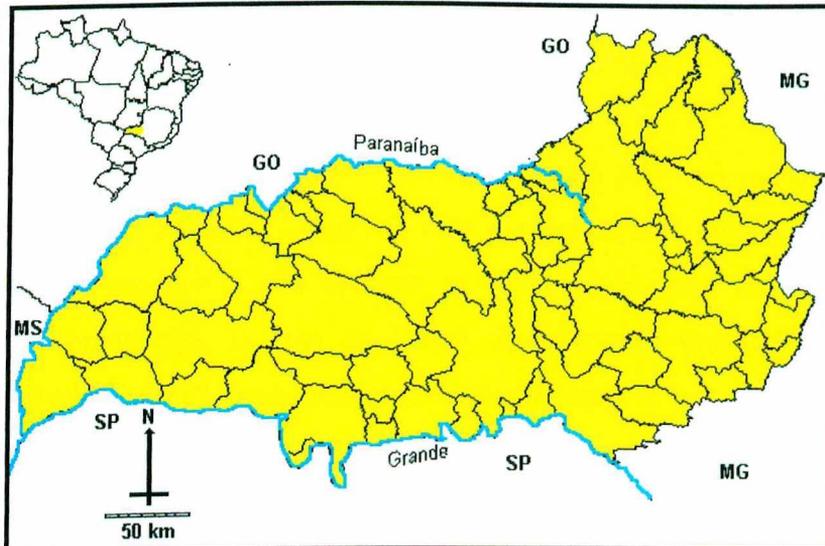
⁹ Habitantes por km²

Universidade Católica de Goiás no interior do Estado (Ipameri); um campus da UFG (Catalão) e um CEFET (CEFET-Urutaí), além de instituições de ensino superior privadas em Catalão e Pires do Rio, o que proporciona à região um bom padrão educacional, sobretudo se comparado com a realidade de outras regiões do Estado de Goiás.

BOX 02: O TRIÂNGULO MINEIRO

Denomina-se Triângulo Mineiro a região de Minas Gerais tomada ao Estado de Goiás em meados do século XIX. Pertencia originalmente à Capitania de São Paulo e passou à de Goiás quando de sua criação em 1744, pertencendo a essa província por cerca de um século. Geograficamente é delimitada ao sul pelo rio Grande (que é a fronteira natural desta com o Estado de São Paulo); ao norte pelo rio Paranaíba (que a separa dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul) e ao leste pelas nascentes de tributários do rio São Francisco.

Embora possa haver divergências sobre seus limites, incluíram-se na região os municípios de: Abadia dos Dourados; Araguari; Araporã; Arapuá; Araxá; Água Comprida; Cachoeira Dourada; Campina Verde; Campo Florido; Campos Altos; Canápolis; Capinópolis; Carmo do Paranaíba; Carneirinho; Cascalho Rico; Centralina; Comendador Gomes; Conceição das Alagoas; Conquista; Coromandel; Cruzeiro da Fortaleza; Delta; Douradoquara; Estrela do Sul; Fronteira; Frutal; Grupiara; Guarda-Mor; Guimarânia; Gurinhatã; Ibiá; Indianópolis; Ipiaçu; Iraí de Minas; Itapagipe; Ituiutaba; Iturama; Lagamar; Lagoa Formosa; Lagoa Grande; Limeira do Oeste; Matutina; Monte Alegre de Minas; Monte Carmelo; Nova Ponte; Patos de Minas; Patrocínio; Pedrinópolis; Perdizes; Pirajuba; Planura; Prata; Pratinha; Presidente Olegário; Rio Paranaíba; Romaria; Sacramento; Santa Juliana; Santa Rosa da Serra; Santa Vitória; São Francisco de Sales; São Gotardo; Serra do Salitre; Tapira; Tupaciguara; Uberaba; Uberlândia; União de Minas; Varjão de Minas; Vazante e Veríssimo.



Entretanto antes de se prosseguir, convém se destacar que em relação à Tabela 0.1 e a algumas outras que se seguirão à escolha da Sinopse do Censo Demográfico de 2000, ao invés do próprio Censo Demográfico, não foi gratuita.

O fato é que a Sinopse, ao contrário do resultado final do Censo, discrimina a população dos diferentes núcleos urbanos. Mais do que perceber situações questionáveis, como considerar os 197 habitantes que residem num povoado de Vianópolis como “moradores urbanos”, isto ajuda a demonstrar fatos como o de que apenas em Santa Cruz de Goiás, Orizona e Silvânia, a população residente fora das cidades aproxima-se ou supera a metade da população total.

De qualquer forma, os dados indicam que a ocupação do solo na região é extensiva, na medida em que cerca de 75% da população regional vive nos diminutos sítios delimitados como “urbanos” pelas respectivas Câmaras Municipais e os outros 25% (menos de 50.000 pessoas) dispõe de cerca de 2,3 milhões de hectares para si.

Destarte ser a Margem da Estrada de Ferro a primeira região seguramente colonizada por não-nativos no Estado de Goiás e apesar também de sua proximidade com Brasília, Goiânia e Uberlândia esta é, ainda hoje, ocupada de forma bastante débil.

Há de se dizer, porém, que o quadro não foi sempre este, dado que na década de 1920 mais de 25% de toda a população residente no atual Estado de Goiás, se encontrava na região. Isto equivale a dizer que a Margem, apesar de ser a primeira beneficiada pela ferrovia - um arquétipo da modernidade à época -, enfrenta desde então um processo contínuo de esvaziamento populacional.

Entretanto, o já referido decréscimo do crescimento populacional enfrentado até a década de 1990 não ocorreu em função de uma pauperização contínua das condições de vida: na medida em que o seu entorno se desenvolvia, este atraiu expressivas parcelas de sua população, o que ao longo das décadas possibilitou melhores oportunidades de educação e treinamento para os que ficaram.

É provável ainda que essas oportunidades de ensino tenham ampliado as possibilidades de cooperação entre agentes sócio-econômicos - que tiveram séculos para se reconhecer - e entre estes e agentes institucionais e/ou governamentais o que se acredita, contribuiu para o desenvolvimento da região.

Inclusive, pesquisadores importantes concordam com esta idéia, como por exemplo, MOYANO¹⁰ (1999, p. 32) que a esse respeito afirmou que:

“(...) Las diferencias entre unas zonas rurales y otras en materia de desarrollo pueden comprenderse mejor cuando se las ve como resultado de procesos históricos en los que se da una determinada combinación de relaciones sociales e institucionales”.

Assim, ao menos de início se poder afirmar que os municípios da região onde se podem ser observados os melhores índices de qualidade de vida são de dois tipos: os que construíram pontes entre as atividades da agropecuária comercial, a atuação dos agricultores familiares e o desenvolvimento de setores não-agropecuários na economia de suas sedes, como Campo Alegre de Goiás e Nova Aurora e os que lenta, mas continuamente “desagriculturalizam” suas economias, como Catalão, Três Ranchos e Anhangüera.

Deste modo, quando o padrão tecnológico da agricultura é excludente, regiões onde é possível dissociar o rural do agropecuário apresentam melhores indicadores sociais ainda que estas produzam menos riquezas. Por mais controvertida que seja tal afirmação, crê-se poder demonstrá-la como razoável, mais adiante.

Ainda neste sentido, quanto mais diversificadas forem as atividades desenvolvidas no meio rural, melhores tendem a ser os padrões gerais de vida dessa população. Além disso, acredita-se haver uma estreita e importante conexão entre o grau de organização de uma sociedade e o seu desenvolvimento, na medida em que o poder do agente individual é maximizado se ele está associado a outros com os quais compartilhe interesses comuns.

É necessário destacar que o termo “desenvolvimento” não é aqui utilizado como mero sinônimo de “aumento da produção material”, mas num sentido mais amplo, como o que é dado por BACIC & CARPINTERO (2001, p. 15)¹¹, os quais afirmaram que:

¹⁰ MOYANO, E. E. El Concepto de Capital Social y su Utilidad para el Análisis de las Dinámicas del Desarrollo, in **ECONOMIA Ensaíos**, Vol. 13, n.2, Vol. 14, n. 1 p. 32; 1999, Uberlândia. Departamento de Economía.

¹¹ BACIC, Miguel Juan & CARPINTERO, José Newton Cabral; Empreendedorismo e Desenvolvimento, 10/2001, Congresso Científico Internacional: “**World Conference on Business Incubation**,” Vol. 1, p 15, Rio de Janeiro, RJ Brasil. 2001

“Num processo efetivo de desenvolvimento observa-se um aumento da densidade das relações entre os agentes, o tecido produtivo torna-se mais integrado e articulado, possibilitando maiores oportunidades de inserção das pessoas e de novos empreendimentos na atividade econômica”.

Ora, essa densidade das relações não inclui apenas relações econômicas. É inclusive provável que tais relações sejam produto, e não produtoras de conjuntos sociais integrados, os quais por sua vez resultam também de características alcançadas através de ferramentas das quais as que se crêem mais importantes são o acesso à educação e a terra.

De qualquer forma, este trabalho terá como um dos seus mais importantes alicerces teóricos o conceito de desenvolvimento construído por VEIGA et alii¹² (2001, p. 8) a partir de Amartya Sen:

“(...) desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha (...) sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – last but not least – liberdade”.

Ora, a Margem da Estrada de Ferro tem ainda a dupla vantagem de estar próxima o suficiente de três importantes cidades brasileiras¹³ e assim partilhar de sua oferta de produtos e serviços, mas distante o bastante para evitar o ônus de ser periferia.

Dessa forma, esse padrão relativamente superior de qualidade de vida crê-se aqui tanto como resultante da razoável oferta de oportunidades geradas em função da proximidade com importantes centros urbanos, quanto por uma luta interna pela educação que não é nova nem se esvaeceu ao longo do tempo, conforme se poderá ver no Capítulo III.

No entanto, convém se ressaltar que a renda monetária média que auferem essa população não é mais elevada que a de todas as demais regiões do Estado e a sua agricultura, indústria, mineração ou comércio não são igualmente superiores.

¹² VEIGA, J. E. et alii. (2001), **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Nead – Série Textos para Discussão, nº. 1: ago. 2001, disponível em [http://www.nead.unicamp.br/revista/veiga.html](#). P. 8. Download em jun. 2002. 93 p.

¹³ Brasília, Goiânia e Uberlândia.

Ainda chama a atenção um outro fator: na Margem, uma região composta apenas por municípios rurais, o agronegócio é a atividade econômica mais importante apenas para um reduzido número de municípios, de forma que -se reitera- o seu caráter rural, apenas em casos isolados traveste-se em agropecuário.

Isso leva a uma segunda e cara idéia do Projeto Rurbano, explicitada por VEIGA et alii¹⁴ (2001, p.8) quando afirma que “*é muito importante entender, então, que no capitalismo mais avançado o desenvolvimento de uma região rural há muito tempo deixou de depender do desempenho de sua agricultura*”.

Assim, em se valendo da noção deste conceito tal como a empregada pelo IBGE, segundo a qual o mero não residir no campo é característica definidora de urbidade, ver-se-ia uma região alvo de intenso processo migratório e de um esvaziamento progressivo do campo que resultou numa considerável, bem como se poderia retirar uma série de conclusões distorcidas deste processo.

Os equívocos desta definição podem ser percebidos sem muita dificuldade. Senão vejamos. A sede do município de Anhangüera, com seus 829 habitantes, é considerada urbana. Entretanto, classificá-la como tal é quase como agir de maneira semelhante aos escultores que eternizaram a figura de Napoleão, representando-o sempre sobre um cavalo para que parecesse mais alto.

A questão toda tem origem já bem antiga e remonta a dispositivos adotados no início do Estado Novo, se constituindo, pois em evidente arcaísmo, conforme VEIGA et alii¹⁵ (2001, p. 6) que assinalou que ‘*(...) a metodologia oficial de cálculo da “taxa de urbanização” do Brasil é anacrônica e obsoleta.*’

Despida a questão do que a encobria, o panorama vislumbrado é o de uma região que embora tenha conhecido uma sensível concentração da população foi palco de um êxodo rural bem menor que a usualmente exibida, uma vez que parte importante dos deslocamentos populacionais se deu no interior da região, toda ela composta de municípios rurais. Enfim, aquilo que se mostra mais claro é o caráter cada vez menos agropecuário e até rurícola do rural, sobretudo no *locus* que se estudou.

Tal estudo se pautou por três tipos de esforços que foram feitos concomitantemente ao processo de elaboração da dissertação, sem necessária ordem hierárquica: inicialmente se levantou a disponibilidade de materiais bibliográficos e de

¹⁴ VEIGA et alii (2001), Ibid.p. 8.

¹⁵ VEIGA et alii (2001), Ibid., p. 6 (adaptado).

caráter teórico e histórico; bem como um levantamento de fontes potenciais de informação, como as prefeituras locais e algumas de suas secretarias, as Emateres, os escritórios locais do IBGE, as pastorais da Igreja Católica, as juntas comerciais, os sindicatos e outros órgãos congêneres.

Em seguida foi realizado um esforço de levantamento de obras para meta-análise¹⁶, nos acervos de centros locais de ensino superior, o qual foi repetido na Internet, meio do qual se conseguiu dados utilíssimos, destacando-se como fornecedores destes o IBGE, a SEPLAN/GO, o PNUD/ONU, o INSS e o Projeto Rurbano/Unicamp.

Com o intuito de se procurar demonstrar as relações que se crê haver entre crescimento econômico e desenvolvimento social, foram inclusive comparados os indicadores sociais dos municípios da Margem, com outros em que a população tenha a mesma renda monetária, mas que são situados em áreas consideradas de agricultura modernizada; de agricultura não-incorporada ao padrão tecnológico atual; municípios metropolitanos; e também com aqueles cujas sedes, embora não sejam urbanas, têm algumas características destas.

O resultado de tudo isso, conforme se verá mais adiante, é o panorama de uma região que conseguiu indicadores sociais significativamente melhores que os do restante do Estado de Goiás, muito mais à custa da educação e da diversificação das atividades econômicas resultante de uma estrutura fundiária mais equitativa, do que propriamente do mero incremento da produção material. Inclusive, há motivos para se crer que este ocorreu muito mais como conseqüência, do que como causa dos primeiros fatos citados.

¹⁶ Verificação de resultados encontrados por pesquisas de semelhante teor.

CAPÍTULO I: GOIÁS _ CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA ECONÔMICA E A SITUAÇÃO ATUAL

1.1: O ESTADO DE GOIÁS _ A ÉPOCA DO OURO

Neste ítem a preocupação e os objetivos se dirigirão no sentido de se traçar, ainda que sumariamente, um panorama histórico da evolução econômica do Estado de Goiás, procurando concomitantemente a inserir da Margem da Estrada de Ferro. Para tal foram pesquisadas várias fontes, tanto de historiadores econômicos, como de historiadores propriamente ditos. Senão vejamos.

Apesar de não ser o primeiro não-aborígene a adentrar em terras do atual Estado de Goiás, coube a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II, o título de "descobridor" do estado. Sabe-se, porém que a primeira presença de europeus em terras hoje goianas se deu na atual Santa Cruz de Goiás, no ano de 1700 e que antes disso (até 1580) já haviam vindo portugueses, espanhóis e paulistas ao estado; estes últimos, sobretudo para aprisionar índios e realizar levantamentos cartográficos.

Ao segundo Anhangüera cabe, porém o mérito de haver iniciado o povoamento regular por não-nativos no Estado de Goiás, já que até o século XVII as terras hoje goianas eram ocupadas somente por grupos indígenas, notadamente Caiapós e Carajás.

O Anhangüera II penetrou no Estado pelo seu extremo sudeste, numa localidade do atual município de Catalão conhecida como Porto Velho _ hoje submersa pelas águas da Barragem da Usina Hidrelétrica de Emborcação, avançou para o norte e perambulou três anos em terras goianas. Então, finalmente descobriu as reservas auríferas que havia visto pela primeira vez com seu pai - o primeiro Anhangüera - quarenta anos antes na região do município de Goiás.

Logo em seguida, após minerar um pouco do precioso metal para poder dar como prova da descoberta a El-Rei de Portugal, retorna por um caminho diferente, indo primeiro às minas de Cuiabá para somente de lá retornar a São Paulo.

As minas então recebem autorização de exploração e ele retorna com homens e escravos para as minas dos goyazes, iniciando-se assim a ocupação do território por não-índios e fundando o arraial de Sant'Ana, mais tarde Vila Boa de Goyaz e em seguida Goiás.

A emancipação da região das minas dos goyazes da Capitania de São Paulo dá-se em 1744, poucos anos depois do início de sua exploração. Por mais um lustro, dos primórdios do seu povoamento até a década de 1760 a vida econômica da capitania de Goiás está intimamente ligada à atividade mineradora.

Tal ocorreu não apenas em função da existência de ouro na capitania de Goiás como também devido às ferozes lutas entre os povos nativos e os conquistadores paulistas. Essas lutas foram tão ferinas e contumazes¹⁷ que a figura do mameluco virtualmente inexistiu em Goiás advindo que não da migração. Esse estado crônico de guerras acabaria por dificultar todas as atividades econômicas que exigissem mais fixidez.

Entretanto a mineração não apenas foi a primeira atividade econômica desenvolvida em terras goianas e mato-grossenses, como foi também a responsável pelo deslocamento do centro econômico do país do Nordeste para o Sudeste. O avanço da mineração do ouro no Centro-Sul deu-se como mostra a Tabela 1.1.

Por ela se pode ver que o ápice do período minerador na capitania de Goiás deu-se no quinquênio 1750-1754, quando já estavam em declínio a produção das minas das capitanias de Minas Gerais e Mato Grosso; de qualquer forma as minas goianas não tardariam a seguir o mesmo rumo, e após a década de 1780, entrariam também em franca decadência.

Nesse período ocorreram dois acontecimentos que selariam o destino econômico do atual Estado do Tocantins e da porção nordeste de Goiás. O primeiro foi o fechamento do rio Tocantins à navegação, motivado pelas disputas que a Capitania de São Paulo travava com as do Maranhão e Grão-Pará pela posse das reservas auríferas e também pela necessidade da Coroa de impedir o contrabando do ouro. Essa medida teve como consequência a praticamente irrupção do tráfego comercial entre as porções norte e sul do estado, bem como o início de um declínio econômico de que a porção setentrional de Goiás não se recuperaria nos dois séculos que se seguiram.

O segundo foi o fato de que existiu, de 1730 a 1782, uma determinação da Coroa segundo a qual haveria um único caminho livre para se entrar e sair com ouro de Goiás: pelo sul do estado, através de Paracatu até o entroncamento que conduzia a Santa Luzia

¹⁷ Para se ter uma idéia, o último grande conflito entre forças militares goianas e tribos indígenas (no caso os javaés) ocorreu em 1947, portanto menos de 10 anos antes do início da construção de Brasília.

(Luziânia) e ao norte ou a Santa Cruz até Meia-Ponte (Pirenópolis) e Vila Boa (Município de Goiás).

Tabela 1.1.1: Produção de ouro na colônia brasileira no século XVIII (em kg)

QUINQUÊNIO	MG	GO	MT	TOTAL
1700-1705	1470			1470
1706-1710	4410			4410
1711-1715	6580			6580
1716-1720	6580			6580
1721-1725	7000		600	7600
1726-1729	7500		1000	8500
1730-1734	7500	1000	500	9000
1735-1739	10637	2000	1500	14137
1740-1744				
1745-1749	9712	4000	1100	14812
1750-1754	8780	5880	1100	15560
1755-1759	8016	3500	1100	12616
1760-1764	7399	2500	600	10494
1765-1769	6659	2500	600	9754
1770-1774	6179	2000	600	8774
1775-1779	5518	2000	400	8118
1780-1784	4884	1000	400	6284
1785-1789	3511	1000	400	4911
1790-1794	3360	750	400	4510
1795-1799	3249	750	400	4399

Fonte: ESTEVAM (1998)

A partir desse caminho os paulistas dominaram a região, se estabelecendo até o alto curso do rio Tocantins embora, como se disse pouco penetrando no norte de seus domínios, os quais viriam a ser ocupados predominantemente por contingentes humanos oriundos dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Bahia, tendência esta que continuou por mais de 200 anos.

Estes arraiais ‘consolidados’ já a essa época, surgiram no curto período de 1725 até cerca de 1760, período em que foram fundados os embriões de vários núcleos ainda existentes. São eles: Santa Cruz de Goiás, Goiás, Pirenópolis, Niquelândia, Posse, Sítio d'Abadia, Jaraguá, São Domingos, Pilar de Goiás, Crixás, Formosa, Luziânia, Cavalcante, Silvânia e Catalão, ressaltando-se o fato de que esta última não surgiu em função da mineração, mas do abastecimento dos que vieram colonizar o sul e o centro do estado. Quanto ao surgimento de novas povoações, de acordo com ESTEVAM¹⁸:

¹⁸ ESTEVAM, L. O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. Ed. do Autor, Goiânia: 1998 (276p) p. 39.

“Na metade do século XVIII os arraiais de Goiás que se apresentavam em consolidação encontravam-se na abrangência das respectivas jazidas. Ao todo o contingente demográfico da capitania representava no máximo 35.000 pessoas, dos quais 16.800 escravos, se contados através do censo de capitação [sendo que] a população atingiu cerca de 60.000 pessoas na década de 1780”. (ESTEVAM, 1998: P.39)

No final do séc. XVIII, os brancos são apenas 7.273 num total de 50.135 habitantes, enquanto os mulatos constituem 31% e os escravos 41% desse total. A população mameluca é inexpressiva, em parte graças a restrições legais ao amancebamento entre brancos e índios, em parte em função de ódios e ressentimentos recíprocos.

Com o início da decadência da atividade mineradora, torna-se necessário o desenvolvimento de outra atividade econômica. A agricultura que em geral somente se praticava por não mais haver condições de se sustentar às importações, não chega a prosperar, graças aos danosos efeitos do dízimo, imposto que solapou as possibilidades de desenvolvimento agrícola ,até o século XIX

BOX 03: O DÍZIMO

Estudiosos da História Econômica de Goiás, como Estevam (vários), Palacín (vários) e muitos outros são unânimes em afirmar que o dízimo conseguiu destruir toda e qualquer tentativa da agricultura goiana de se firmar durante o período colonial através de um preceito simples: deveria ser pago em moeda. Ora, como a economia goiana de então era francamente não-monetária, preferia-se não plantar a ter que se sujeitar às penas decorrentes do não-pagamento deste imposto que foi “herdado” da Igreja Católica pela Coroa portuguesa quando da absorção das prerrogativas e direitos da Ordem de Cristo, no século XIV. Somente com a independência os termos do imposto foram abrandados.

A escolha então da pecuária como nova atividade econômica basilar torna-se então óbvia, até porque colaborou para ela uma série de fatores, a saber:

- Graças ao extermínio e ao aldeamento dos indígenas, a Capitania dispunha de imensos vazios demográficos, cuja vegetação predominante, os cerrados, dava-se bem à criação de gado.

- A agricultura, como se pôde ver no Box 03, oferecia muito mais riscos que possibilidade de ganhos.
- O gado era um bem móvel, ou seja, podia ser conduzido com relativa facilidade dos centros produtores aos centros consumidores, o que não se dava com a grande maioria de outros produtos e era importante numa época em que quase não havia caminhos seguros ou rios navegáveis na província.
- A criação de gado bovino, ao contrário da agricultura, demandava pouca mão-de-obra, fato que passou a ser mais importante na medida em que escasseavam os recursos para a compra de escravos.
- Subprodutos como o couro, podiam ser facilmente guardados à espera de melhores condições de comercialização.
- O gado era um bem de relativa liquidez.

Confirmam a importância da bovinocultura para a economia goiana ainda no século XVIII, as palavras de José de Alencastre *apud* ESTEVAM¹⁹ :

“De 1771 a 1773, Goiás atinge 40% da produção agropastoril de Minas Gerais, com a produção total de 249:133\$330 sendo que no triênio 1781-1783, as tendências todas da população se iam dirigindo para a lavoura e para a indústria pastoril, procurando cômodas localidades para fundarem estabelecimentos de lavoura e criação”. (ESTEVAM, 1998: p. 42)

Em 1780 cai a proibição à navegação e se passa a incentivar de maneira mais oficial a agropecuária e o comércio fluvial, continuando, porém, o processo de diferenciação entre o sul, que vai sendo ocupado sobretudo por triangulinos e paulistas e o norte, povoado em grande parte por elementos humanos do Nordeste e do Pará. Por esta ocupação vir da fronteira, era natural que os poucos agrupamentos humanos que cresciam em população fossem igualmente fronteiriças, ou em última instância, se situassem nas extremidades da província.

Para se ter uma idéia dos efeitos disso sobre o preço das terras, basta dizer que segundo FUNES (1986, p. 102)²⁰ no município de Catalão em 1837 um estabelecimento foi avaliado da seguinte forma: a terra 2:000\$000, e o sítio com casas

¹⁹ ESTEVAM, L. Op. Cit. p. 42.

²⁰ FUNES, E. A. Goiás 1800-1850 um período de transição da mineração à agropecuária. Pp. 102. Col. Textos Universitários, vol. 40. EDUEFG, Goiânia: 1986.

de telhas, quintal, pomar de cítricos, monjolo, rêgo, moinho e paiol coberto por telhas, em 160\$000. A título de comparação, em Pirenópolis, à mesma época uma casa similar foi avaliada em 100\$000 e 900 alqueires²¹ de terra, em 65\$000.

Já em meados do século XIX a população está perfeitamente adaptada à economia pecuária, mas pela própria característica um pouco errante desta atividade e também pelo isolamento de que é vítima a província, o crescimento populacional é reduzido, como afirma FERREIRA²²:

“Nesse período [governo de Antônio de Pádua Fleury, de 19/02/1848 a 11/06/1849] promoveu-se estatísticas da população de Goiás (excluídos Catalão, Santa Cruz e Palma) obtendo-se o seguinte resultado: 32.170 homens livres, 35.513 mulheres, 5.382 escravos e 5.265 escravas”.
(FERREIRA, 1980: P. 23, adaptado.)

Nos anos imediatamente seguintes a situação econômica melhora, graças sobretudo à Guerra do Paraguai, que incentiva a economia da província na medida em que esta vai se tornando importante fornecedora de víveres para os combatentes.

O início do cultivo de café no Rio de Janeiro e em São Paulo abre perspectivas mais duradouras para este comércio de alimentos básicos, dado que as lavouras deste Estado estavam em sua maioria orientadas para a produção dos grãos exportáveis, de modo que durante o governo de Caetano Alves de Souza Figueiras (21/06/1862 a 08/01/1863):

“O número de teares era de 1.347, onde se faziam 100.000 varas de pano de diferentes qualidades. José Rodrigues Chaves, em Formosa, fabricava grande número de instrumentos de lavoura, atendendo ao consumo de metade da província; a indústria pastoril contava com 106.548 cabeças, de onde se tiravam 32.900 rezes para exportação. O milho atingiu uma produção recorde, com mais de 4.000.000 de alqueires²³, o feijão com 105.000 alqueires e o arroz com 210.000 alqueires²⁴ (FERREIRA, 1980: P. 33).

²¹ Unidade de área equivalente em Goiás a 48.400 metros quadrados.

²² FERREIRA, J.C. p. 23 Presidentes e Governadores de Goiás, coleção Documentos Goianos, nº. 05. EDUFG, Goiânia: 1980, p. 23 (adaptado). 188 p.

²³ Unidade de volume seco equivalente a 13,81 litros.

²⁴ FERREIRA, J.C. p. 33 op.cit.

Desta maneira, a economia continua a crescer ao longo do século XIX, impulsionada pela pecuária e pelas demandas de alimentos do Sudeste, notadamente São Paulo. Como não poderia deixar de ser, o crescimento populacional acompanha o econômico, de forma que o Censo de 1872 registra para o Estado uma população total de cerca de 160 mil habitantes.

De um modo geral, a população goiana aumenta na medida em que se amplia também o mercado de consumo nacional. Isso por que a posição geográfica da província de Goiás - em termos de possibilidades de comércio exterior - não poderia ser pior à época, já que esta província era a única que nem era banhada pelo Atlântico, nem tinha fronteiras com quaisquer dos países da América do Sul.

Se já não bastasse isso para por a economia goiana na estreita dependência da ampliação do mercado consumidor brasileiro, o Estado padecia ainda de uma carência crônica de meios de comunicação com o restante do país, pois além de quase não existir estradas, os rios goianos, por serem de planalto, somente em alguns trechos prestavam-se à navegação. Isso já no período republicano.

Neste sentido não surpreende, pois, os efeitos que a construção da 'Estrada de Ferro Goiás' e em seguida de Brasília e das rodovias, as quais ligavam o Estado ao restante do país, trouxeram para a economia goiana, a qual desde o fim do ciclo do ouro era sem dúvida a menos internacionalizada do país.

1.2: O ESTADO DE GOIÁS _ A ÉPOCA DO GADO

Estando esgotado o ciclo do ouro, a economia goiana entra, obrigatoriamente, numa nova fase, pois à medida que o 'obstáculo' indígena vai sendo exterminado, toma corpo uma nova atividade econômica principal: a pecuária de corte.

A Tabela 1.2.1 dá uma idéia mais clara da evolução populacional goiana no século XIX, sendo possível se verificar a existência de pelo menos três períodos até a realização do primeiro censo, em 1872.

O primeiro período inicia-se 1804 e vai até 1819, quando o contingente de homens livres e escravos, pouco cresce; de 1824 a 1856, temos um segundo período em que a população livre mais que dobra e a de escravos cai pela metade; e por fim, o período de 1856 até 1872, quando a população livre cresce 40% e a escrava cai 20%.

Nos dezoito anos seguintes a população total cresce outros 40%. Ora, como as condições médicas e sanitárias da época não permitiam um crescimento natural tão elevado, pode-se afirmar com razoável segurança que na segunda metade do século XIX Goiás recebeu um considerável afluxo de migrantes que provavelmente vieram em busca da única coisa de que havia fartura na província: terras livres.

Tabela 1.2.1: Goiás_ evolução populacional ao longo do século XIX

ANO	POPULAÇÃO		
	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1804	30 659	19 880	50 539
1809	30 338	20 057	50 395
1819	36 368	26 800	63 158
1824	49 143	13 275	62 158
1856	106 998	12 054	118 052
1862	121 000	14 000	135 000
1868	145 000	15 000	160 000
1872	149 743	10 652	160 395
1890	227 572		227 572

Fonte: ESTEVAM (1998)

Seja como for, o século XX inicia-se ainda sobre o domínio da pecuária, cuja expansão para as regiões meridionais do Estado é favorecida pela construção de uma ferrovia ligando o Estado de São Paulo ao sudeste de Goiás.

Mais tarde, no início da década de 1930, um fato novo contribui para o crescimento populacional e econômico do Estado de Goiás: a transferência da capital estadual, do antigo município de Goiás para a recém construída Goiânia. A construção desta altera em muito pouco tempo, a distribuição da população no estado.

Esta que desde a expansão da segunda metade do século XIX se concentrara nos extremos norte e sul do Estado se voltara para o centro, alterando sensivelmente a distribuição da população em Goiás, conforme se pode ver na tabela 1.2.2.

Tabela 1.2.2: Goiás e Tocantins _ municípios mais populosos em 1920 e em 1940

1920		1940	
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO
Catalão	38574	Goiânia	48166
Araguaína-TO	25786	Goiás	44250
Morrinhos	24502	Anápolis	39148
Goiás	21223	Rio Verde	31377
Ipameri	19227	Pedro Afonso-TO	31226
Pedro Afonso -TO	18971	Araguaína -TO	29398
Anápolis	16037	Catalão	28001
Formosa	15872	Ipameri	25625
Corumbá	14636	Jaraguá	23227
Porto Nacional -TO	14120	Jataí	23793

Fonte: ESTEVAM (1998)

Embora com certas reservas a Tabela 1.2.2 pode nos dar pistas interessantes acerca da evolução econômica da província neste curto período de tempo, já que geralmente os municípios mais populosos correspondem àqueles economicamente mais pujantes.

Por esta tabela pode-se perceber que a população evoluiu da seguinte maneira:

- O sul de Goiás contava com três representantes em 1920 (Catalão, Ipameri e Morrinhos) e passou a contar somente com dois em 1940. A população dos municípios listados caiu de 82203 para 53626 habitantes.
- O norte de Goiás contava também com três representantes em 1920 (Araguaína, Pedro Afonso e Porto Nacional); da mesma maneira o número dos listados em 1940 caiu para dois, com Araguaína que fica no extremo norte perdendo lugar para Pedro Afonso, localizada mais ao centro. A população dos municípios listados ainda que pouco, aumenta de 58887 para 60624.

- O centro, que contava com apenas dois municípios listados (Goiás e Anápolis), em 1920, passa a contar com mais dois em 1940: Goiânia e Jaraguá. A população dos municípios listados é a que mais cresce, passando de 37260 em 1920 para 154791 em 1940, ocupando inclusive as três primeiras posições dentre os dez municípios mais populosos.
- O leste, que tinha dois municípios na lista dos dez mais populosos em 1920 (Formosa e Corumbá, com 30508 habitantes somados), não figurara na lista em 1940. O inverso se dá com o sudoeste, que não tinha nenhum município listado em 1920 e passa a contar com dois em 1940: Rio Verde e Jataí, que juntos apresentam uma população de 55170 habitantes. Isto indica o possível erro da suposição dos que acham que o Sudoeste Goiano iniciou a modernização de sua agricultura apenas na década de 1970, ou que pelo menos esta modernização tenha sido tecnológica, vez que a alteração das formas de trabalho já se alterara por essa época²⁵.

Diante desses dados é visível o deslocamento populacional para o centro e para o sudoeste, à custa dos extremos norte, sul e leste do estado. Os motivos que levaram a população para o centro são bastante conhecidos, estando relacionados à construção de duas capitais em um período de 25 anos.

Quanto ao sudoeste goiano, dado este não ficar próximo de nenhum grande centro consumidor e em geral está até mais distante das capitais - Goiânia e Brasília - que o sul e o leste de Goiás, é provável que a responsabilidade pelo seu súbito crescimento populacional seja um repentino processo de modernização da agricultura²⁶. Inclusive, os dados da época indicam que a atividade industrial à época em Rio Verde e Jataí ficava em algum ponto entre a inexistência e a insignificância, sendo pouco melhor a situação do comércio.

Assim, o crescimento populacional de mais de 140% pelo qual passaram os dois mais populosos municípios da região, no curto período de apenas 20 anos que separa 1920 de 1940 deu-se sobretudo, no campo.

²⁵ Tal processo não ocorreu na Margem da Estrada de Ferro e pode ter sido responsável pela sua tardia modernização..

²⁶ Não uma modernização tecnológica, como a da década de 1970, mas trabalhista, com a ampliação do uso do trabalho assalariado no campo.

Como a estrutura fundiária pouco se alterara neste período e sendo improvável que nesse curto espaço de tempo fosse possível à população mais que duplicar por meios naturais, é de se crer que os novos habitantes do campo tenham sido trabalhadores assalariados. Isto configuraria que de fato a modernização da agricultura sudoestina não começou com o plantio de soja nos anos de 1970, mas com o assalariamento, na década de 1930.

Para princípio de análise se atém aqui ao fato de que em 1920 os municípios de Rio Verde e Jataí detinham os dois maiores rebanhos bovinos do Estado de Goiás, enquanto que as três maiores produções agrícolas cabiam a municípios do sul goiano, sendo os dois principais da Margem da Estrada de Ferro, conforme se pode ver claramente na tabela 1.2.3.

Tabela 1.2.3: Goiás e Tocantins_ produção agropecuária em 1920

REBANHO BOVINO, EM CABEÇAS		PRODUÇÃO DE GRÃOS, EM TONELADAS	
Rio Verde	213647	Corumbaíba	22260,3
Jataí	204681	Catalão	21180,1
Catalão	186034	Morrinhos	17134
Piracanjuba	180337	Rio Verde	9165,5
Araguaína- TO	159955	Anápolis	8012,5
Pedro Afonso-TO	159508	Ipameri	7943
Morrinhos	139911	Goiás	7633,8
Palmeiras	122465	Piracanjuba	7345,2
Goiás	122426	Itumbiara	6942,8
Natividade-TO	115440	Bela Vista de Goiás	6420,7
(outros)	2280527	(outros)	85421,8

Fonte: ITAMI CAMPOS (1987)

Em se acreditando na história e nas palavras de Celso Furtado acerca dos resultados potencialmente advindos de uma não divisão social do trabalho e especialização produtiva se torna mais fácil entender o avanço econômico do sudoeste goiano. Assim, na medida este pôde se converter em grande produtor agrícola - notadamente de arroz - basicamente incorporando produtores e trabalhadores de outros lugares sem ter que se desfazer de sua estrutura fundiária ou realizar grandes investimentos em tecnologias produtivas. Isso basicamente por que não foi necessário expulsar trabalhadores não-proprietários da terra num primeiro momento, mas apenas incorporá-los já sob outros paradigmas produtivos.

O mesmo não pôde se dar no sul goiano e dentro deste muito menos na Margem da Estrada de Ferro, pois esta era uma região que desde o século anterior desenvolvia uma agricultura pouco produtiva, logo empregadora de sensível número braços e que, por conseguinte, precisou de quase meio século a mais para se 'modernizar'. Modernização do trabalho, ou seja, a conversão da parcela 'excedente' da mão-de-obra agropecuária em trabalhadores assalariados, incorporando a rebalde às terras dos posseiros e pequenos proprietários para a realização de novos processos produtivos.

De qualquer forma, se por um lado é evidente que por essa época o Estado de Goiás, ou ao menos algumas suas porções, passou por um processo de crescimento econômico e populacional:

"Por outro lado, não se pode falar em urbanização, já que em 1920 não havia [em Goiás] uma única cidade com 10.000 (ou mais) habitantes, nem a capital, Goyaz. Mesmo em 1940, não havia uma única cidade com vinte mil habitantes, e uma apenas tinha mais de dez mil, a capital _ Goiânia". (ITAMI CAMPOS, 1987: p. 36)²⁷

Ainda a respeito deste período, a década de 1930 inicia-se com o alijamento do poder da antiga oligarquia dos Bulhões, oriunda do centro do estado, pelo líder Pedro Ludovico Teixeira, representante das oligarquias do sudoeste do estado. Este então se alia a outra oligarquia do centro goiano, os Caiados, e transfere a capital do município de Goiás para a recém construída Goiânia, aproveitando-se também das brisas varguistas da "Marcha para o Oeste". Entretanto, embora nesta década de 1930 muito tenha mudado, nada se transformou em Goiás.

Não são poucos os autores, notadamente os não goianos, que afirmam ser essas transformações resultantes de amplas políticas nacionais engendradas com fins de ocupação das vastas porções ocidentais do território brasileiro, através de ações varguistas genericamente conhecidas como "Marcha para o Oeste".

Porém, muitos dos estudiosos locais como também em geral os políticos da época seguinte, discordam dessa posição. DUARTE DA SILVA (1997, p. 40), por exemplo, cita o estudioso e irmão do futuro governador Jerônimo Coimbra Bueno, para o qual:

²⁷ ITAMI CAMPOS, F. Coronelismo em Goiás, UFG, 1ª reimpressão, Goiânia: 1987. 116 p, Pp. 36

“A Marcha para o Oeste foi, segundo Abelardo [Coimbra Bueno] instrumento demagógico de propaganda. (a Fundação Brasil Central era um cabide de empregos no Rio, tendo apenas os irmãos Vilas Boas na linha de frente)”.²⁸

Neste sentido e, sobretudo se levarmos em consideração que em apenas dois ministérios, na época do Estado Novo, havia mais funcionários no restante do Brasil que na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, a área do futuro Distrito Federal já havia sido demarcada e descrita em 1898 pela Expedição Cruis, é mais provável que a verdade se aproxime da posição defendida por Duarte da Silva do que da mitologia varguista. Quanto à construção de Goiânia, não foram apenas nacionais, mas também locais os ventos que levaram à transferência da capital, e novamente datava do século anterior à idéia da mudança. As palavras de ESTEVAM (1998, p. 17) a esse respeito são bastante elucidativas:

“Marcados pela ideologia do progresso e pelo desejo de construção de uma nova capital estavam os anseios particulares dos novos líderes do executivo estadual, de forma que mais que numa capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico do Estado”.²⁹

Quando, no início da década de 1950 a construção de Goiânia já parecia ter dado tudo o que podia em termos de impulsão econômica, iniciou-se a construção de outra capital em terras goianas: Brasília.

As novas lideranças -oriundas não mais do centro-norte e sim do sudoeste do Estado - notadamente Pedro Ludovico Teixeira e Jerônimo Coimbra Bueno, não mediram esforços na luta pela construção da nova capital em terras goianas não apenas facilitando o quanto possível à atuação dos técnicos em território goiano, como também detratando as candidaturas de Manaus e do Triângulo Mineiro.

Mesmo a transferência da capital para o sudeste do estado, que chegou a ser cogitada, era considerada perniciosa aos interesses goianos. Isso por que o Triângulo

²⁸ DUARTE DA SILVA, L.S. A Construção de Brasília Modernidade e Periferia, p. 40. EDUEFG, Goiânia: 1997. 140 p.

²⁹ ESTEVAM (Op. Cit.) p. 17 (adaptado).

Mineiro, que por mais de um século encapsulara através da intermediação do comércio com o Estado de São Paulo a economia do sul e do sudoeste goianos, agora líderes econômicos de Goiás - é esta a tese basilar de Luís Estevam - estava perigosamente próximo. Graças a isso, defenderam vigorosamente o “Quadrilátero Cruls” como local da nova capital do país, esperando estar nela a redenção definitiva da economia do estado. São palavras de DUARTE DA SILVA (1997, p. 40)³⁰ a esse respeito:

“No governo de Goiás, Jerônimo [Coimbra Bueno] organizou comitivas para sensibilizar a Comissão de Localização, visitaram Luziânia, Planaltina e Formosa, enquanto o governador proferia palestras na Guanabara (...) As regiões do Quadrilátero Cruls e da Chapada dos Veadeiros eram apresentadas como alternativas ao Triângulo Mineiro, para onde os pessedistas Benedito Valadares e Israel Pinheiro queriam levar a nova capital”.

Entretanto, se de fato Pedro Ludovico Teixeira e Jerônimo Coimbra Bueno acertaram nos efeitos benéficos que a construção e transferência da capital para Goiás trariam para a economia goiana, erraram os políticos da Margem da Estrada de Ferro ao crer que a região, por estar próxima, seria bastante beneficiada, pois foi justamente o contrário que ocorreu, conforme se verá mais adiante.

Além disso, a edificação da nova capital brasileira aprofundou ainda mais um fosso que a construção de Goiânia já tinha alargado de sobremaneira: o que separava as porções central e, sobretudo meridional, do no norte do estado, do que são emblemáticas as palavras lamuriosas de MAIA (1984, p. 85), pouco antes da secessão e conseqüente criação do Estado do Tocantins: *“a voz do Norte está morrendo e se perde num eco vazio. Não mais ressoa (...) Parcelas significativas de investimentos foram carregados do Norte para engrossar as propriedades agro-pastoris do sudoeste e do sudeste³¹ do Estado”*³².

E se já não bastasse à dissonância econômica cada vez maior que havia entre o centro-sul e o norte de Goiás, recrudesciam as posições políticas seccionistas de ambas

³⁰ DUARTE DA SILVA, L.S. (Op. Cit.) pp. 40.

³¹ Margem da Estrada de Ferro.

³² MAIA, V.E., Economia de Goiás: Realidade Presente e Perspectiva Futura, p. 85. Editora da UCG, Goiânia: 1984. 188p.

as porções do estado. E tanto que, quando da separação da parte setentrional goiana para constituição do Tocantins, o grande sentimento comum a ambas as populações era o alívio, visto que era consensual que uma porção impedia o progresso da outra.

No mesmo sentido, no sul e no sudoeste de Goiás, vez ou outra ressoa a idéia da constituição de um Estado que congregue as duas porções do vale do Paranaíba: o Triângulo Mineiro e o extremo sul goiano, onde há ruídos de que o peso econômico de ambas as mesorregiões nos seus respectivos estados é superior ao peso populacional e inferior ao peso político. De qualquer maneira, a visualização do crescimento populacional e de certa forma econômico de Goiás pode ser mais bem feita a partir da tabela 1.2.4:

Tabela 1.2.4: Brasil_ crescimento populacional entre 1872-2000

DATA	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	C-OESTE	GOIÁS
01.08.1872	9 930 478	332 847	4 638 560	4 016 922	721 337	220 812	160 395
31.12.1890	14 333 915	476 370	6 002 047	6 104 384	1 430 715	320 399	227 572
31.12.1900	17 438 434	695 112	6 749 507	7 824 011	1 796 495	373 309	255 284
01.09.1920	30 635 605	1 439 052	11245 921	13 654 934	3 537 167	758 531	511 919
01.09.1940	41 236 315	1 627 608	14434 080	18 345 831	5 735 305	1 093 491	661 226
01.07.1950	51 944 397	2 048 696	17973 413	22 548 494	7 840 870	1 532 924	1 010 880
01.09.1960	70 992 343	2 930 005	22428 873	31 062 978	11892 107	2 678 380	1 626 376
01.09.1970	94 508 583	4 188 313	28675 110	40 331 969	16683 551	4 629 640	2 460 007
01.09.1980	121150573	6 767 249	35419 156	52 580 527	19380 126	7 003 515	3 229 219
01.09.1991	146917459	10257 266	42470 225	62 660 700	22117 026	9 412 242	4 012 562
01.08.2000	169590693	12893 561	47693 253	72 297 351	25089 783	11 616 745	4 996 439
1872/1940	315,25%	389,00%	211,18%	356,71%	695,09%	395,21%	312,25%
1940/2000	311,27%	692,18%	230,42%	294,08%	337,46%	962,35%	655,63%
1872/2000	1607,78%	3773,72%	928,19%	1699,82%	3378,23%	5160,92%	3015,08%

Fonte dos dados: Sinopse do Censo Demográfico de 2000

Uma leitura atenta desta tabela indica que no período de 1872 a 1940, o crescimento populacional do Estado de Goiás foi ainda que minimamente menor que a média brasileira, bastante inferior ao do Mato Grosso. Assim, enquanto este último apresentou entre 1920 e 1940 um crescimento populacional de 75,28%, no mesmo período Goiás cresceu apenas 29,17%, taxa inclusive inferior à do país como um todo no mesmo período, que foi de 34,6%.

Apenas a título de comparação no vintênio anterior (1900-1920) a população brasileira cresceu 75,68%, a goiana a 100,53% e a mato-grossense a 108,95. Daí se

conclui que no período de implantação da ferrovia no Estado a população de Goiás cresceu a uma taxa bastante acima da nacional e de qualquer forma, muito superior aos minguaços 29,17% do vintênio seguinte. No mesmo período mais uma vez a população mato-grossense cresceu acima tanto da goiana quanto da brasileira.

Ora, diante disso as já citadas palavras de Jerônimo Coimbra Bueno acerca do caráter ficcional da Marcha para o Oeste se confirmam, já que foi justamente no período varguista que a população goiana caiu em termos de crescimento relativo, enquanto a do Mato Grosso vinha crescendo a altas taxas já desde o período anterior (1900-1920).

Inclusive, caso se leve em consideração que entre os censos demográficos de 1940 e 1950 o Estado do Mato Grosso perdeu a maior parte das terras da atual Rondônia e entre os de 1970 e 1980, o Mato Grosso do Sul, o crescimento populacional mato-grossense entre 1940 e 2000 não foi de 478,9%, mas de 1277,6%.

Mesmo caso se considere apenas a população residente somente em terras do atual Estado do Mato Grosso em 1940 (193.625 habitantes), a população do Estado cresceu assombrosos 1192,3% desde então. Já para Goiás, esse crescimento, caso se ignore a população que em 1940 residia nas terras dos atuais Tocantins e Distrito Federal, foi de 665,6%.

Torna-se mais ou menos evidente então, que realmente não foi a “Marcha para o Oeste” que fez crescer a população do Centro-Oeste, mas a construção de Brasília e a modernização conservadora da agricultura. Inclusive, caso se considere a conformação atual, o crescimento da região Norte cairia de 692,2% para 608,4%, enquanto números da região Centro-Oeste subiriam de 962,4% para 1024,2%.

Também digno de nota é o comportamento demográfico da região Sul, a qual foi de longe a que mais cresceu no período demográfico de 1872/1940 (695,1%, contra 315,25% do restante do país).

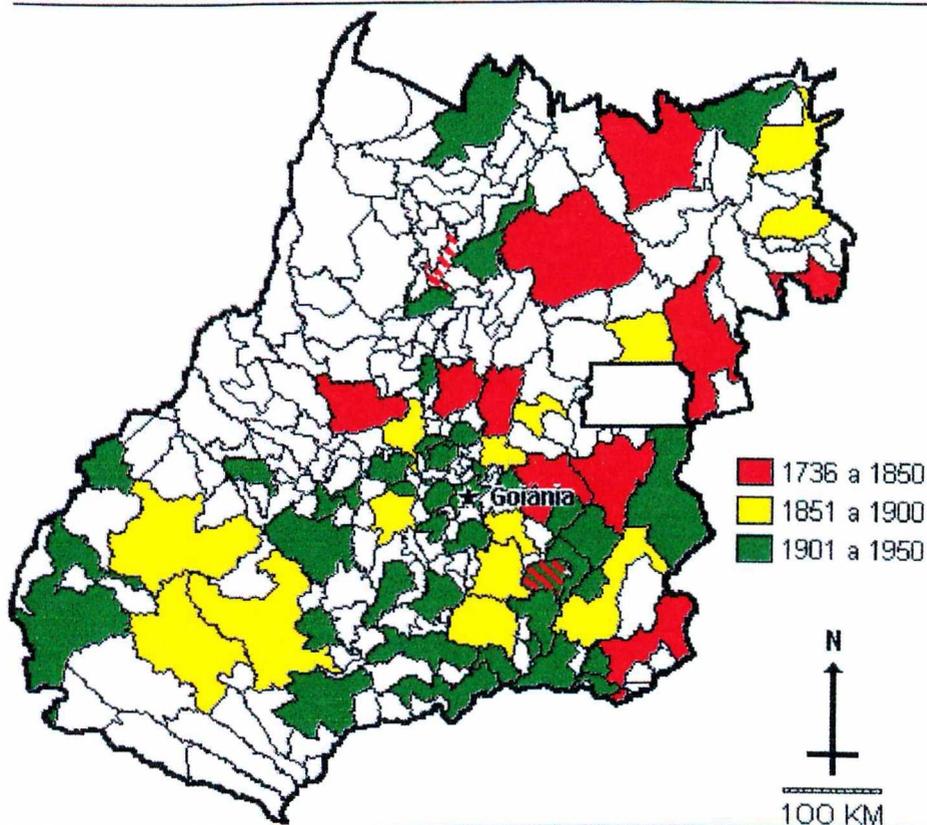
Já o Nordeste foi nos dois períodos a região cuja população menos cresceu relativamente, perdendo população nos dois períodos, pois cresceu 211,2% no período 1872/1940 e 230,1%, enquanto que as taxas brasileiras para o mesmo período foram, respectivamente 315,3% e 311,3%.

Neste sentido, se encontra mais um argumento em defesa do papel dos sulistas e da modernização conservadora da agricultura no aumento população centro-oestina, já que o crescimento muito superior no período 1940/2000 que no período anterior

(1872/1940) correspondeu a um acentuado decréscimo da taxa de variação populacional no Sul. Na verdade, a Marcha parece apenas mais um caso das ficções do período Getúlio Vargas que a propaganda e a história desatenta cuidaram em transformar em verdade.

Retornando-se, porém à questão do crescimento populacional e do desenvolvimento econômico goianos as taxas verificadas como não poderia deixar de ser, influenciaram significativamente na formação dos municípios do Estado, conforme Mapa 02.

Mapa 02: Goiás_ ano de instalação dos municípios.



Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Desta forma, pode se visualizar o fato já citado de que no período 1736 a 1850, todos os municípios instalados se situavam na porção centro-oriental do Estado e surgiram todos eles, com exceção de Catalão, em função da atividade mineradora. No período seguinte, os novos municípios instalados se encontravam quase todos na porção meridional do Estado bem como alguns mais a nordeste, resultantes quase todos da

pecuária, tornada possível após a expulsão os índios. No período 1901/1950, essa tendência permaneceu, sobretudo no que diz respeito à porção meridional do estado. Nas porções setentrionais os novos municípios surgiram, sobretudo ao largo daquele que seria o “o corredor da BR-153”.

Já em relação aos municípios surgidos na última metade do século XX, estes se situam em sua maioria nas porções ocidental e centro-setentrional de Goiás, bem como no extremo sudoeste, ou seja: basicamente para onde avançou a fronteira agropecuária.

Por fim e apenas a título de informação, no ano 2000 o número de índios nativos do Estado de Goiás que fora de cerca de 200.000 quando da chegada dos primeiros bandeirantes resumia-se a 346, divididos em três povos: karajás em Aruanã; tapuias em Rubiataba e avá-canoeiro em Minaçu, de tal forma que neste ano somente os estados de Sergipe e do Rio de Janeiro havia menos nativos que em Goiás³³.

³³ Tribuna do Planalto (jornal), 18 a 24 de abril de 2004: suplemento Escola, página 7, ano III, nº. 153. Goiânia.

1.3: A MARGEM DA ESTRADA DE FERRO_ BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA

Este item busca resgatar a história não da formação do produto econômico e também do desenvolvimento da capacidade de ensino, a qual, juntamente com o decréscimo populacional da região durante grande parte do século XX, muito contribuiu para a edificação de bons indicadores de qualidade de vida existentes na região neste século XXI.

A questão educacional aparece por que, como se verá mais adiante, ela é capaz de alterar a maneira como se constrói e se dá o relacionamento entre capital e trabalho (mediatizado ou não por salários), além de influir positivamente em questões como a empregabilidade, a qual favoreceu a atividade industrial da Margem da Estrada de Ferro.

Embora seja onde primeiro se começou o povoamento não-indígena no Estado de Goiás, por não ser a região pródiga em metais e pedras preciosas a da Margem da Estrada de Ferro passa ao largo da história econômica oficial de Goiás. O pouco ouro que se achava foi talvez apenas o suficiente para condenar no futuro a porção mais ao norte da Margem a ser mais pobre que a parte meridional.

Além disso, até meados do século XX a historiografia oficial do Estado virtualmente ignorara o que havia ocorrido ao sul do eixo Goiás/Pirenópolis, apesar de ser esta região desde o início deste século o motor da economia goiana. Entretanto, a partir da construção de Goiânia uma nova elite intelectual nascida ou radicada inicialmente nas cidades do Sul se formara, e é ela quem tira do limbo a história econômica do sul de Goiás.

Essa região se diferenciara das porções centro-nortistas do estado, sobretudo em função da proximidade com o Triângulo Mineiro, região que intermediava as transações econômicas entre os sertões goianos e o agora (desde meados do século XIX) progressista Estado de São Paulo. O primeiro documento a confirmar esse novo status foi o relato de um estrangeiro, o estadunidense Camack o qual, segundo PALACÍN (1994, p.23) ³⁴ afirmou que:

³⁴ PALACÍN, L. P. G. in BARBOSA, J. C.; CHAUL, N. F. & PALACÍN, L. P. G. História Política de Catalão, Col. Documentos Goianos, nº 26. P. 23. EDUFG, Goiânia: 1994. 289 p

“As fazendas de gado, que existem neste julgado [de Catalão] estão incluídas no número de sesmarias e aumentam cada vez mais com os geralistas [mineiros] que entram à procura de estabelecimentos, sendo que cada um dos roceiros é também um criador, que tem segundo suas posses, gados que apascentam em comum.”

Disto se pode intuir que essa região já era naquela época um local de destino de populações camponesas mineiras, mormente vindas do Triângulo Mineiro. Essas populações conseguiram romper a inércia deixada pelo dízimo e conquanto vivessem em condições quando muito modestas, tornaram a agricultura uma prática cada vez mais comum na região.

Os resultados disso não tardam a aparecer, e num discurso do então presidente da província de Goyaz, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, à Assembléia Legislativa em 1842, ficam claros os efeitos da migração ‘geralista’:

“Vereis, ainda com maior espanto que a [aula de gramática latina] de Santa Cruz é freqüentada por quatro alunos e este pequeno número julgo proveniente não só do pouco desejo que os pais têm de dar instrução a seus filhos, como também da falta de população desse lugar. Acho conveniente que estas aulas sejam transferidas para a vila de Catalão, cujo município vai em progressivo aumento.” (PALACÍN, 1994: p. 25)³⁵

O então presidente provincial tinha razão na sua fala, pois de fato o contínuo progresso de Catalão e da porção meridional da Margem ocorria paralelo ao declínio econômico de Santa Cruz e da parte mais situada mais ao norte. Além disso, talvez por influência triangulina o ensino público se tornaria cada vez mais, e até os dias de hoje, uma preocupação importante dos habitantes da Margem.

Em relação à decadência de Santa Cruz, esta se acentua ao ponto de em 1850 a sede da comarca do Rio Paranaíba ter sido transferida desta vila para a de Catalão. Setenta anos depois a vila deixa de ser sede do próprio município e se transforma num mero distrito de Pires do Rio.

³⁵ PALACÍN, L. P. G. op. cit. P. 25

Entretanto, mesmo a decadência de Santa Cruz é relativa já que dá nos conta FERREIRA³⁶ (1980, 25-35 [?]) que “*Somente o município de Santa Cruz produzia 300.000 alqueires³⁷ de milho (...) sendo que já por essa época (1862/1863) se produzia trigo em Goiás*”. Quanto a Catalão, de acordo com o censo de 1872 o município tinha por volta de 10.000 habitantes e há referências seguras que a população da sede do município de Catalão ultrapassava em muito pouco os 1.000 habitantes, em 1881. Já em relação à Margem da Estrada de Ferro como um todo, COSTA BRANDÃO³⁸ (1978, p. 56) afirma que:

“Pela lei nº 3029 de 6 de janeiro de 1881, foi a província de Goyaz dividida em 2 districtos eleitoraes [nos quais havia em conjunto 3204 eleitores], sendo o primeiro no sul tendo por cabeça a cidade de Goyaz e o segundo no norte, sendo a cabeça a villa de Cavalcante. O primeiro distrito (do sul) contém 1660 eleitores distribuidos do seguinte modo: (...) Bonfim [Silvânia], 103; Santa Cruz, 74; Catalão, 138; Entre Rios [Ipameri], 157”.

Cumprido dizer que ao então primeiro distrito eleitoral correspondia quase que totalmente ao atual Estado de Goiás à exceção de umas poucas vilas no atual nordeste goiano, enquanto o segundo distrito correspondia menos essa exceção, ao atual Estado do Tocantins.

O fato de haver tão poucos eleitores explica-se pelo voto censitário e segregado, ou seja, dependia a condição de eleitor das circunstâncias de se ser homens e ter posses, o que excluía mulheres, índios, pobres e virtualmente todos os negros do país do processo eleitoral.

No entanto, isto é menos importante do que o fato de 472 dos 1660 eleitores - pouco mais de 28% do total - residirem nos municípios da Margem da Estrada de Ferro, o que se não significa que esta dispunha deste mesmo percentual dos habitantes de Goiás, pelo menos implica que proporcionalmente esta região já dispunha de condições econômicas superiores a média estadual, já àquela época.

³⁶ FERREIRA, J.C. op. cit. P. 35-35 (?)

³⁷ O alqueire era uma medida antiga de volume equivalente a atual ‘quarta’ ou seja, cerca de 18 litros.

³⁸ COSTA BRANDÃO, A. J. Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886). P. 56 (adaptado) EDUFG, Goiânia: 1978. 157 p.

Há de se destacar que essas condições econômicas relativamente privilegiadas não diziam respeito apenas ao produto total da economia, que por sinal não era muito grande ou ao menos não era superior ao das regiões pecuaristas do Sudoeste e do Mato Grosso Goiano. Havia ainda certa ênfase na produção de gêneros alimentícios básicos - notadamente arroz e feijão - que eram exportados via Triângulo para o Estado de São Paulo, e também o fato de que a maior parte dessa produção não era levada a cabo por grandes, mas por pequenos produtores, o que se confirma através de relatos como o de Rodrigues, citado por PALACÍN (1994, p. 36)³⁹:

“Foi sempre considerado este município [de Catalão] como o mais abundante da província em toda a sorte de gêneros alimentícios que formam o principal ramo do comércio interno, sempre por preços muito insignificantes, de sorte que torna-se muito fácil e econômica a vida para as famílias que não dispõem de precisos recursos”.

O mesmo Rodrigues (apud PALACÍN, 1994: p. 36)⁴⁰ continua, afirmando que em 1881 *“da mesma sorte era essa a situação do comércio, da indústria fabril e da pecuária, onde a criação mais avultada é a do gado suíno que só depende do milho e de mui pequenos capitais, e por isso está ao alcance de todos”.*

No entanto, o século XX viria a trazer uma novidade que alteraria de sobremaneira a estrutura produtiva da região: uma ferrovia. De fato já desde a década de 1880, instalações ferroviárias tinham entrado no Triângulo Mineiro através de Uberaba e prosseguira por Uberlândia e Araguari. Não tardariam a entrar em Goiás.

Na medida em que adentrava em solo goiano, dois padrões de mudança puderam ser observados: na porção mais ao sul e mais próxima do Triângulo Mineiro, essas transformações eram basicamente quantitativas, de forma que grosso modo embora a população e o produto aumentassem a estrutura geral da economia pouco se alterava.

Paralelamente nas partes mais ao norte da Margem, a partir de Ipameri, essas transformações adquiriam um caráter também qualitativo, na medida em que importantes processos de concentração fundiária e deterioramento das relações de produção na agricultura eram levados a termo.

³⁹ PALACÍN, L. P. G. op. Cit. P.36

⁴⁰ PALACÍN, L. P. G. op. Cit. P.36

Talvez em função do número de expropriados no norte ter sido bem maior que no sul, aquela porção - que desde há muito era mais pobre e subdesenvolvida que as áreas mais meridionais - de repente ganha impulso e passa a se desenvolver mais, sobretudo a parcela não-agropecuária de sua economia. Deste modo, por cerca de quatro décadas - de 1920 até 1960 - a sede do município de Ipameri é mais próspera e populosa que a de Catalão.

Neste sentido, já em 1913 havia em Ipameri instalações como a das '*Indústrias Reunidas Santa Cruz*' as quais contavam com charqueada, curtume e a maior fábrica de calçados do Estado de Goiás. A industrialização ipamerina foi beneficiada não só pela vinda dos 'pioneiros industriais', como quer fazer parecer a maioria dos estudos locais sobre o tema, como igualmente pela farta quantidade de mão-de-obra, que saiu expulsa do campo devido as mudanças que se efetivaram em função da ferrovia, sobretudo a instalação do trabalho assalariado.

O processo de mercantilização da terra e de expropriação de trabalhadores rurais segue célere nas décadas de 1910 a 1930, sobretudo como se disse nas porções de terra ao norte de Ipameri. Para as proximidades desta última, nos dá conta periódicos como '*A Informação Goyana*' de 1917, *apud* AVELAR (1999, ?) ⁴¹ que "*Ali, onde outrora se faziam aquisições de enormes glebas de terra soberba de cultura e magníficos campos para se criar, por preços tão insignificantes, verdadeiramente irrisórios, nos tempos d'agora dá-se o que não se esperava, observando-se justamente o contrário.*"

Na historiografia e nas obras dos memorialistas ipamerinos, as referências sobre o que houve com o preço e as alterações na constituição legal das terras são várias. Quanto ao que houve com a gente que habitava essas terras, paira um silêncio sepulcral.

Entretanto, o proporcionalmente grande crescimento populacional da sede do município, que ocorreu paralelamente a uma virtual não alteração do quadro demográfico do município, além do já citado *boom* industrializante, dão uma pista importante para o que pode ter havido. Assim, os trabalhadores rurais uma vez expulsos da terra, foram para a sede do município, onde foram convertidos em operários. Quando o processo se arrefeceu e teve fim, a única alternativa à miséria foi a migração o que explica o fato de a partir da década de 1950 a população do município

⁴¹ AVELAR, G.A. Desenvolvimento Capitalista e Apropriação Desigual do Espaço Agrário em Goiandira -GO p. ?. 118f. Dissertação (mestrado) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 1999.

de Ipameri crescer a taxas muito baixas e a de Catalão a taxas relativamente altas, apesar da condição econômica dos dois municípios ser bastante semelhante.

Quanto a Pires do Rio, o processo descrito para Ipameri deu-se de uma forma ainda mais avassaladora. Primeiro porque esta sede sequer existia antes da ferrovia: foi construída com o objetivo explícito de ser uma estação ferroviária e cresceu de tal modo em população que não apenas condenou o antigo povoado de Roncador à extinção como tomou da antiga Santa Cruz sede do município. Nas palavras de LOUREIRO (1989, p. 36) "*Pires do Rio transformava-se em centro comercial de gado e arroz e logo foram instaladas charqueadas, beneficiadoras de arroz, laticínios, curtumes, serrarias e outras pequenas unidades produtivas*"⁴².

O que ocorreu ainda mais ao norte na Margem da Estrada de Ferro nas regiões entre Orizona e Silvânia foi basicamente o mesmo, mas com uma diferença básica: enquanto a ferrovia possibilitava para Ipameri e Pires do Rio a exportação de excedentes agrícolas, sobretudo para São Paulo, a proximidade com Anápolis e logo após, com Goiânia, virtualmente impediu a industrialização das sedes mais setentrionais (Orizona, Vianópolis e Silvânia) de forma que os expropriados do campo sequer tinham a oportunidade de migrar para a sede do município. Ainda conforme LOUREIRO⁴³ (1988, p. 34):

"A frente pioneira acompanhava os trilhos da estrada de ferro e ia um pouco mais à frente. As terras se valorizavam e eram ocupadas por novos proprietários; sua exploração dava-se com grande intensidade. A terra transformava-se em mercadoria e a região numa economia de mercado. A estrada de ferro exerceu um papel importante nessa transformação, ao transportar os excedentes agrícolas da região para São Paulo".

Entretanto, a expropriação não se deu nestas duas comunidades de maneira pacífica e isto por uma série de fatores. O primeiro deles é que, como se viu esses trabalhadores rurais não tinham muita escolha, na medida em que virtualmente inexistia nesses municípios a oportunidade de trabalho não agropecuário.

⁴² LOUREIRO, W. N. Os aspectos educativos da prática política. p. 36. (adaptado) CEGRAF/UFG, Goiânia:1988. 121 p

⁴³ LOUREIRO, W. N. op. Cit p. 34

Além disso, dado que muito do campesinato original havia migrado para a Colônia Agrícola Nacional de Goiás em Ceres e para a recém criada Goiânia, os novos trabalhadores rurais que tomaram o seu lugar eram oriundos do Triângulo Mineiro e tinham um padrão mais elevado de consciência política.

Em função disso na década de 1950 estourou um grande conflito fundiário nos município de Orizona, numa região chamada de Arrendo. Este conflito estendeu-se por quase toda a década e somente foi debelado durante a construção de Brasília, quando as autoridades federais concluíram que não era conveniente um “levante camponês” próximo àquela que seria a nova capital da república.

Sobre esta luta um antigo proprietário local de terras, citado por LOUREIRO (1988, p.48), afirma que “*eram todos arrendantes e mineiros [na verdade eram quase todos assalariados e, sobretudo parceiros]. Ilustres desconhecidos que vinham da região de Patrocínio, Patos de Minas e Araguari*”.⁴⁴

De qualquer forma, para se ter uma idéia da quantidade de mercadorias que eram transportadas pela ferrovia na região, basta dizer que ainda segundo LOUREIRO (1988, p. 34)⁴⁵: “*Num período em que as grandes estradas [de ferro] do Brasil eram deficitárias, a Estrada de Ferro Goiás nunca o foi, o que prova a sua importância econômica*”.

BOX 04: OS MEMORIALISTAS

Um fenômeno comum a quase todas as cidades do interior de Goiás e quicá do Brasil são os memorialistas. São homens e mulheres sem formação teórica em História, vindos geralmente das profissões liberais ou da atividade pedagógica, que a seu jeito e a sua maneira, contam ou recontam ou ainda não os fatos e acontecimentos mais importantes e/ou pitorescos que ocorreram nessas comunidades. Sua visão no maior das vezes é bastante enviesada, possivelmente em função de que quase todos os memorialistas são pessoas ou oriundas das famílias ditas as mais tradicionais ou migrantes que tiveram notável sucesso econômico, de modo que sua visão não podia deixar de ser conservadora e parcial.

E não apenas a região era importante para a ferrovia, como o contrário era ainda mais verdadeiro, na medida em que segundo BARREIRA *apud* AVELAR (1999, p. 36) “*Boa parte dos municípios da zona da estrada de ferro teve sua origem ligada de*

⁴⁴ LOUREIRO, W. N. Op. Cit. Pp. 48

⁴⁵ LOUREIRO, op. Cit, Pp. 34.

alguma forma à implantação da estrada (...). Municípios como Cumari, Goiandira, Leopoldo de Bulhões, Ouvidor, Pires do Rio, Três Ranchos, Urutai e Vianópolis".⁴⁶

Paralelamente ao crescimento econômico advindo com a construção da ferrovia, tomou força também um processo que já se havia iniciado em meados do século XIX: a ampliação da estrutura educacional da região. No caso de Catalão 'A Informação Goyana', uma revista editada no Rio de Janeiro, dá conta que em 1917 esta:

"Além de um grupo escolar, duas escolas para o sexo feminino e duas para o sexo masculino todas dirigidas por professores diplomados em São Paulo, um collegio de syrios, com boa freqüência e mais cinco ou seis escolas distritaes. Para dar uma idéia do que é o ensino em Catalão, basta dizer que para a manutenção do mesmo, a municipalidade gasta 40% de seu orçamento, fato único em todo o Brasil, visto nenhum de seus municípios consagrar tão levada soma em proveito da instrucção publica".⁴⁷

E se a municipalidade de um lugarejo à época tão minúsculo se dispunha a gastar cerca de 40% do que arrecadava apenas com instrução pública isso se dava tanto por que esta era a maior das reivindicações populares e que, por conseguinte, era a que em sendo atendida, provavelmente mais dividendos políticos trariam. Inclusive em um excelente e extenso estudo sobre a gênese dos processos educacionais em Goiás, BRETAS afirma neste sentido que:

"A primeira cidade goiana a manifestar o desejo de possuir um grupo escolar foi Catalão, vizinha de Araguari e Uberlândia, de onde recebia influência progressista. Catalão insistia com o governo do Estado para que lhe desse esse melhoramento. Mas como atendê-la, se a própria capital não possuía um grupo escolar?". (BRETAS, 1991: p. 507)⁴⁸

Neste sentido as ásperas críticas de viajantes como Saint-Hillaire, o qual ficou horrorizado com o padrão educacional médio da população goiana de quase um século antes, não fizeram eco algum no estado, já que a década de 1920 começara sem que

⁴⁶ AVELAR, G.A. op. cit p. 36.

⁴⁷ A informação Goyana (fragmento de periódico) ed. 15/01/1917. Rio de Janeiro. p. 48.

⁴⁸ BRETAS, G. F. História da instrução pública em Goiás, col. Documentos Goianos, nº 21. p. 507 CEGRAF/UFG, Goiânia:1991. 649 p.

houvesse um único grupo escolar público em todo o estado. Dessa forma, Goiás tinha um nível de educação formal provavelmente inferior ao da Grécia de muitos séculos antes, dado que mesmo em Catalão, a mais privilegiada das povoações goianas no quesito educação, a instrução não-paga se dava somente no nível espartano: ensinar a ler, escrever, a contar e a fazer as operações aritméticas básicas.

Porém, com o decorrer da década de 1920 e o impulso econômico dado à região pela ferrovia, a situação aos poucos se alterava e finalmente não apenas Catalão como também outras povoações da Margem ganharam o benefício pelo qual tanto lutaram:

“O primeiro [grupo escolar] a ser criado foi, obviamente, o da capital, mas a lei 694 de julho de 1921 proveu a criação de 3 escolas no interior em Catalão, Bonfim [Silvânia] e Rio Verde e sua instalação colocou em pé de guerra Catalão e o Governo do estado. O fato é que em 1930 o grupo escolar de Catalão era segundo maior do estado, sendo que em 1929 o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, juntamente com 6 escolas de outras cidades, elevou-se à condição de Escola Normal. Escolas Agrícolas foram ainda construídas em Bonfim [Silvânia], Urutá e em Rio Verde”. (BRETAS, 1991: p.507)⁴⁹

Assim, uma vez conseguido o benefício do grupo escolar as reclamações não cessaram e as cidades da região passaram a lutar pelo privilégio do ensino secundário e mais especificamente, do chamado ensino normal, de forma que ainda na década de 1920, tinham-no conseguido conforme atesta BRETAS (1991, p. 591): *“Os primeiros a adquirirem o privilégio do reconhecimento [de suas condições de ‘colégio’] foram os mais antigos, como os de Formosa, Santa Luzia [Luziânia], Bonfim [Silvânia], Ipameri, Rio Verde, Catalão, etc. (...)”*.⁵⁰

Todavia, se aos grupos escolares podiam aspirar mesmo as inteligências mais modestamente providas de recursos o mesmo não ocorria em relação ao ensino médio. No caso específico de Catalão o grupo que auferiu status de escola normal era particular⁵¹, de modo que somente mediante bolsas pagas com trabalho virtualmente semi-escravo as alunas sem recursos poderiam almejar o título de normalistas.

⁴⁹ BRETAS, op. Cit. p. 507.

⁵⁰ BRETAS, op. Cit. p. 591.

⁵¹ Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, ligado à Igreja católica e fundado por freiras espanholas.

A questão da educação era parte importante do discurso político dos trabalhadores, não apenas de Catalão como virtualmente de toda a região, como dá a entender as palavras do discurso de um líder operário divulgado na *Gazeta de Ipameri*, jornal situacionista à época (1924):

“Faz-se necessário, companheiros, além de possuírmos uma boa escola para a instrução de nossos filhos, que todos nos tenhamos um verdadeiro conhecimento e compreensão nítida de tudo isso, pois diz o prólogo: ‘cada escola que se abre é uma cadeia que se fecha (...)’”.⁵²

Treze anos depois, o então prefeito municipal de Ipameri, Dr. Raymundo Gomes da Frota, em ofício endereçado ao diretor nacional de saúde dá conta que *“Mantém-se nesta cidade 1 ginásio, um colégio dirigido pelas missionárias de Jesus Crucificado, fiscalizado pelo interventor federal, 1 grupo escolar e diversas escolas particulares. A frequência de alunos nos estabelecimentos de ensino é de 1400⁵³”*. (BRANDÃO, 2000: p.24)⁵⁴

E é justamente essa década de 1930 a última da fase próspera das povoações maiores, já que nas menores haveria certa prosperidade econômica até a década de 1950. O fato é que se nesta década Ipameri, segundo a *Gazeta de Ypamery* apud INOCÊNCIO (1997, p.?)⁵⁵ *“recebia semanalmente aviões em seu aeroporto (...) 30 aviões por semana das companhias VASP e Real, ocupando o 3º lugar em movimento aviatório, sendo menor que Goiânia (1º) e Anápolis (2º)”*, na década seguinte Catalão, Ipameri e Pires do Rio já estavam em decadência e passados mais uma década, toda a região mergulharia na estagnação econômica.

Colaboraram para tal situação tanto causas conjunturais quanto estruturais. Entre as razões estruturais mais evidentes está sem dúvida a construção de Goiânia, que carreara para si para a maioria dos recursos e interesses disponíveis no Estado e mais tarde a construção de outra capital: a cidade de Brasília.

⁵² GAZETA DE YPAMERI (fragmento de periódico), ed. de 18/05/1924, p.3. Ipameri.

⁵³ A população do município um ano antes era de 19.764 habitantes

⁵⁴ BRANDÃO, H. A. História política de Ipameri nas décadas de 20 e 30. p. 24. Bacharelado (Departamento de História) Universidade Federal de Goiás, Catalão: 2000. 100 f.

⁵⁵ INOCÊNCIO, M.E. A ferrovia em Ipameri-Goiás apogeu e decadência. (bacharelado em geografia) Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão, Catalão: 1997. 61 p.

A construção de Brasília foi prejudicial à região por uma série de motivos. O mais evidente deles está ligado ao fato de Anápolis, no fértil Mato Grosso Goiano, estar mais próxima que a Margem de modo que este município e as vizinhanças terem logo se tornado fornecedores não apenas de produtos alimentícios como mesmo de produtos básicos, como madeira, ferramentas simples, materiais de construção e calçados grosseiros.

Além disso, as rodovias construídas para ligar a nova capital às cidades do Sudeste trouxeram com elas a concorrência de centros industriais mais poderosos, que virtualmente extinguiram, até a década de 1970, toda atividade industrial da Margem da Estrada de Ferro.

Charqueadas, frigoríficos, beneficiadoras de cereais, destilarias, usinas de açúcar, pequenas metalúrgicas, indústrias calçadistas e de confecções, fábricas de massas. No período entre 1955 e 1975 praticamente toda a atividade industrial da Margem da Estrada de Ferro se extinguiu.

Entretanto, esse processo de declínio foi antes acompanhado por um outro, de estagnação e que começara na verdade anos antes, pouco tempo após a construção de Goiânia, conforme afirma ESTEVAM (1998, p.?):

“A zona do Sudeste [Margem da Estrada de Ferro] que primeiramente usufruía da proximidade com o Triângulo Mineiro logo a seguir serviu de percurso para a estrada de ferro em Goiás, arruinou-se em função da crise do transporte ferroviário, do esgotamento natural dos solos em função do cultivo extensivo e pelo fato de não manter formas superiores de produção capitalista, ou seja, não engendrar nítida divisão social do trabalho na área. Em consequência, os aglomerados urbanos do sudeste entraram em desaceleração: municípios outrora populosos como Catalão, Ipameri e Pires do Rio se estagnaram nas décadas de 1940 e 1950 (...)”⁵⁶

Como se não bastasse o fato de que a atividade industrial ter se estagnado nas décadas de 1930 e 1940 para ser extinta durante as décadas de 1950 a 1970, a agropecuária também iniciara seu próprio processo de declínio já também a partir da década de 1950.

⁵⁶ ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura dinâmica da formação econômica de Goiás. ?**. Editora do Autor, Goiânia:1998. 276p

Para municípios como Ipameri, cujas forças políticas apostaram na industrialização e cuja resistência dos trabalhadores rurais foi menor que a verificada mais ao norte, os resultados foram desastrosos, pois a atividade industrial se arrefeceu até ser virtualmente extinta. Paralelamente, a produção agropecuária não retornou aos níveis de antes da ferrovia, de modo que as possibilidades de emprego caíram enormemente, forçando um considerável contingente de trabalhadores à emigração.

Assim, o município de Ipameri, que havia superado o de Catalão em riqueza econômica e à sua sede em população, começara já a partir da década de 1950 a perder espaço para este último e na década de 1990 é ultrapassado também por Pires do Rio, perdendo as condições de segunda maior economia importante e de segunda cidade mais populosa da Margem.

Como se já não bastasse a conjuntura e a estrutura econômicas desfavoráveis deste município, colaboraram também para o declínio de Ipameri a inépcia da classe dirigente local, conforme se pode perceber neste trecho de INOCÊNCIO⁵⁷ (1997, p. 35):

“A BR-050 deveria ter passado por Ipameri, mas Benedicto Vaz, deputado estadual e posteriormente federal por Ipameri [sic], não teria conseguido negociar com os proprietários locais, no sentido de ‘ceder’ parte de suas terras para a construção da BR-050. Diante desse fato, o traçado da rodovia foi deslocado para as imediações da cidade de Campo Alegre, reforçando a posição da cidade de Catalão enquanto pólo comercial.”

A situação econômica dos municípios mais ao norte da região como Silvânia e Orizona também se deteriorara visivelmente durante as ‘décadas perdidas’ da Margem da Estrada de Ferro conforme se pode perceber pelo tom lamurioso de um memorialista deste último município: *“Para desempregar o trabalhador rural vieram a lei, a máquina, a modernização agrícola, mais a propaganda dos meios de comunicação a seduzir o agregado, o parceleiro, o comodateiro e outros para virem morar e se magoarem na periferia”* (NETO, p. 74).⁵⁸

A recuperação da região teve início a partir de meados da década de 1970 com a modernização conservadora na região de Pires do Rio e a descoberta de amplas jazidas

⁵⁷ INOCÊNCIO (op. cit) pp. 35.

⁵⁸ NETO, O. P. Orizona: cidade e campo. p. 74. CODEPLAN, Brasília: 1991. 127 p.

minerais em Catalão e Ouvidor. No caso de Ipameri, apenas na década de 1980 este município ganhou uma estrada asfaltada o que se refletiu não apenas na atividade comercial como também no processo de modernização conservadora da agricultura, que de outra forma teria sido mais antigo e impedido a prevalência de Pires do Rio.

Paralelamente a estes fatos, o Triângulo Mineiro também viveu entre as décadas de 1950 e 1970 um período de decadência e como o destino da Margem da Estrada de Ferro sempre esteve mais ligado a esta região que ao restante do Estado de Goiás, é lícito pensar que o declínio triangulino influenciou a decadência estradoferrana. Tal declínio de ambas as regiões pode ser mais bem visualizado na Tabela 1.3.1.

Nesta Tabela a decadência estradoferrana/triangulina pode ser percebida sem muita dificuldade a partir da comparação demográfica. Assim, enquanto no auge do Triângulo Mineiro que foi registrado em 1907 esta região tinha uma população 36,6% maior que a de todo o Estado de Goiás, no ponto máximo de seu declínio registrado durante a década de 1980 a população desta região correspondia a menos de três décimos da goiana.

Tabela 1.3.1: da Margem da Estrada de Ferro _ evolução populacional em relação ao Estado de Goiás e ao Triângulo Mineiro histórico

	1907	1912	1936	1950	1980	1991	2000
Margem da Estrada de Ferro	66469	82419	88946	140248	165842	177073	201005
% em relação a Goiás	22,8%	24,8%	15,2%	13,6%	5,2%	4,4%	4,0%
Crescimento no período	n/d	24,0%	7,9%	57,7%	18,2%	6,8%	13,5%
Goiás	291933	332479	585379	1032531	3219378	4018912	5003228
Crescimento no período	n/d	13,9%	76,1%	76,4%	211,8%	24,8%	24,5%
Triângulo Mineiro	398887	433718	637025	668981	962572	1646461	1925701
% em relação a Goiás	136,6%	130,4%	108,8%	64,8%	29,9%	41,0%	38,5%
Crescimento no período	n/d	8,7%	46,9%	5,0%	43,9%	71,0%	17,0%

Fonte: IBGE _ Estatísticas do Século XXI

Um novo período de recuperação demográfica no Triângulo ocorre na década de 1980, quando a população deste cresce bem mais que a do Estado de Goiás, mas volta a cair em relação a este último na década seguinte, talvez em função dos efeitos benéficos decorrentes da emancipação do Tocantins.

O fato é que o crescimento econômico de Uberlândia não deve ser confundido com um período de vigor para toda a região, pois ao que parece somente esta cidade

conseguiu efetivamente crescer sendo que algumas tiveram ao longo do século 20 um declínio relativo muito acentuado, como foi o caso de Araxá e Uberaba.

Também Patos de Minas, Araguari e virtualmente todo o restante do Triângulo também declinaram economicamente em termos relativos, embora como na Margem o inverso tenha ocorrido em termos de indicadores sociais, sendo que inclusive estes são melhores em Uberaba do que em Uberlândia.

Quanto a Catalão, a partir de meados da década de 1970 houve um período de queda do declínio econômico e até de certa recuperação, a qual se deve segundo DE DEUS (1996, P. ?) a três fatores:

*“O primeiro fator, a rodovia BR-050, que foi construída em meados de [19]70, ligando São Paulo a Brasília; o segundo fator foi a expansão da fronteira agrícola, com a soja ocupando, paulatinamente, espaços maquináveis do cerrado; o terceiro fator, ocorrido também em meados da década de [19]70, foi a construção e o funcionamento de três empresas de extração de minérios”.*⁵⁹

No início da década de 1990 surgem, entretanto, novos impasses na economia catalana: de um lado a privatização da mineradora Goiasfértil - o qual ocorre paralelamente à reestruturação de duas outras mineradoras - corta muitas centenas de empregos e de outro a modernização conservadora da agricultura enfrenta também alguns dilemas na medida em que na era Collor o sistema de financiamento agrícola virtualmente ruiu levando consigo inúmeros agricultores.

O único município que parece prosperar neste período é Pires do rio, onde a agricultura se modernizara, apesar da conjuntura desfavorável. Mais ao norte, a liberação do preço do leite favoreceu os produtores de Orizona, Silvânia e Vianópolis.

No caso específico da agricultura familiar de Catalão, o alho que de início parecera ser uma atividade redentora, acaba por sofrer também com a política collorida de liberação de importações. Mas mesmo assim, conforme PONTES MENDES (2002, p. 96) :

⁵⁹ DE DEUS, J. A urbanização em Goiás O caso de Catalão. Adaptado. 1996. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1996. 145 f.

*“As unidades de produção familiar, em Catalão, procuravam diversificar sua produção e adotar medidas alternativas que assegurassem sua reprodução, como a produção de doces, a comercialização direta de seus produtos nas feiras, trocas e vendas de serviço, a melhoria das técnicas de produção (...). Essas medidas têm assegurado a reprodução da produção familiar”.*⁶⁰

De qualquer forma, na segunda metade do século XX nenhum município da Margem conseguiu crescer a taxas semelhantes às nacionais, pois a população brasileira de 1950 a 2000 passou de pouco menos de 52 milhões a quase 170 milhões de habitantes, crescendo dessa forma cerca de 230%.

Desta maneira, o município cuja população mais se ampliou (Cristianópolis) teve um acréscimo equivalente a pouco mais da metade deste índice e de qualquer forma insignificante, dado que a população deste, era já, bastante diminuta.

Mesmo em se considerando o fato de que toda a região relativamente perdeu população, vista atentamente a Tabela 1.3.2 permite a formação de três grupos de municípios: uns que embora crescessem absolutamente o fizeram com taxas entre 60% e 20% do crescimento nacional; outros cuja população cresceu menos de 20% do total nacional e outros que simplesmente perderam população de 1950 para cá. É esse justamente o grupo mais numeroso.

Cumpre ressaltar que essa perda de população está sendo medida apenas desde 1950, embora como já se saiba a decadência da região começou com a década de 1930. Dessa forma municípios como Corumbaíba, cuja população contava com quase 20.000 habitantes em 1920, já haviam chegado à década de 1950 com apenas 40% de sua população por essa época.

Uma perda populacional dessa monta, ainda mais numa nação marcada pela ocorrência do inverso, é de levar a algumas perguntas, a mais fundamental delas sendo: porque tanta gente, ao longo de tanto tempo, abandonou sua terra natal?

Entretanto, é provável ao contrário do Nordeste e de outras regiões economicamente mais débeis, a população estradoferrana não tenha sido necessariamente expulsa, mas atraída. Inicialmente pela construção de Goiânia e,

⁶⁰ PONTES MENDES, E.P. “A produção familiar em Catalão (GO): a comunidade do Coqueiro.” p. 96. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2001. 202 f.

quando os efeitos dessa já diminuam, seduzidos pela construção de outra capital: Brasília. Quando, em meados da década de 1970, o movimento migratório para Brasília já diminuía, ocorreria outro fato significativo: o extraordinário crescimento econômico de Uberlândia.

Tabela 1.3.2: Margem da Estrada de Ferro_ crescimento populacional dos municípios de 1950 a 2000

MUNICÍPIO	1950	1960	1970	1980	1991	2000	Varição
Anhangüera	1559	1333	1083	716	869	884	-43,3%
Campo Alegre de Goiás	4497	5046	4466	4385	4536	4525	0,6%
Catalão	30652	26098*	27390*	39194	54525	64281	109,7%
Corumbáiba	7985	7499	7467	5914	5529	6643	-16,8%
Cristianópolis	1206	?	1809	1657	2283	2921	142,2%
Cumari	6737	4868*	4983	3788	2883	2109	-68,7%
Davinópolis	-----	-----	3201	2459	2118	3104	-3,0%
Goiandira	8809	6954*	6033	5718	5368	4970	-43,6%
Ipameri	21398	18503*	20509	20409	20794	22580	5,5%
Nova Aurora	2924	2242	2149	1930	1845	1924	-34,2%
Orizona	10898	12163	13586	12378	12471	13053	19,8%
Ouvidor	3458	3001	3929	3439	3703	4258	23,1%
Palmelo	-----	1688	1504	1833	2123	2310	36,8%
Pires do Rio	12946	13531	18388	19252	22131	26111	101,7%
Santa Cruz	-----	-----	3594	3086	3261	3467	-3,5%
Silvânia	14900	18525	20534	19807	18000*	20331	36,4%
Três Ranchos	3409	3069	3246	2261	2260	2825	-17,1%
Urutaí	4125	4177	4034	3115	2834	3104	-24,8%
Vianópolis	6001	6170	6764	7929	9067	11293	88,2%

Fonte: IBGE (diversos a serem especificados em notas bibliográficas)

Desta forma, se de um lado as populações que ficaram na Margem viviam em uma região empobrecida, por outro lado herdaram uma infra-estrutura bastante razoável, a qual lhes possibilitou que lenta, mas paulatinamente, os níveis de educação e infra-estrutura fossem sendo aperfeiçoados. Tal possibilitou o início da formação daquilo que se denomina de capital social, termo que segundo MOYANO⁶¹ (1999, p. 32): “*es precisamente esa combinación de relaciones sociales, una combinación que no es a priori ni buena ni mala, sino que sus consecuencias dependen del estadio en que nos encontremos en el proceso de desarrollo*”.

Quando se observa o que ocorreu com Trindade, Araguari e Luziânia, municípios marcados pela proximidade com centros populacionais que cresceram

⁶¹ MOYANO, E. E. M., 1999 (op. cit)

enormemente, é difícil não se concluir que eles perderam. Assim, mesmo que a população destes tenha crescido relativamente, a importância política e econômica destes diminuiu sensivelmente, além de suas populações contarem com uma menor qualidade de vida, proporcionalmente à época em que não estavam sobre a influência direta de cidades maiores. Onde isso é menos evidente é em Araguari, município quem ao contrário de Luziânia [na RIDE] e Trindade [na R.M. de Goiânia], detém um razoável padrão de vida, com IDH acima de 0,8.

Entretanto, dado que as possibilidades da agricultura estão limitadas pelo irreprodutibilidade das terras e as do comércio pela concorrência de Uberlândia _ maior centro atacadista de toda a América Latina, a única possibilidade de um desenvolvimento econômico mais efetivo seria a industrialização.

No entanto, a vizinha Uberlândia tem um distrito industrial já consolidado e conta com uma infra-estrutura muito mais desenvolvida, e se não bastasse isso, o também vizinho município de Catalão está do outro lado da fronteira, o que lhe dá vantagens fiscais que não podem ser desprezadas.

Araguari proporcionalmente perdeu habitantes para Uberlândia; Trindade e Luziânia ganharam população, mas basicamente aquela que não tinha recursos para morar nas respectivas metrópoles. Não há vantagens em nenhum dos dois casos, nem em sofrer o eclipsamento de uma localidade que se torna mais rica, eficiente e atrativa, nem de receber a população sem recursos que outra localidade expulsa ou não aceita.

Entretanto, a Margem, embora tenha perdido população em grande escala, não teve recursos [mesmo que potenciais] drenados e ainda se beneficiou de não estar longe de nenhum desses três centros urbanos e de Anápolis.

Além disso, as mesmas rodovias que como já se disse arrasaram as indústrias locais entre as décadas de 1950 e 1970 agora conferem aos municípios da Margem vantagens logísticas consideráveis e os mesmos mercados que atraíam seus consumidores e mão-de-obra, agora absorvem ou podem absorver seus produtos.

É evidente que tudo o mais permanecendo constante e se a população aumentasse no mesmo ou num maior nível que a do restante do país, ter-se-ia aí sim um quadro de pobreza bastante semelhante ao do entorno rodoviário de Brasília, onde de fato isto ocorreu.

Neste sentido, regiões dentro de um mesmo país ou onde existe o direito de ir e vir, não desfrutam de indicadores sócio-econômicos bons apenas se produzem riqueza com abundância ou se a distribui com eficiência, mas também se conseguem reduzir a pressão sobre elas.

Assim, a expectativa de vida em Catalão no ano de 2000 era de mais de 73 anos não por que a cidade dispunha de três hospitais⁶² e mais de uma dezena de postos de saúde, mas por que, além disso, contava o município nesse ano com pouco mais de 60 mil habitantes. Também seus vizinhos quase todos dispunham do mesmo benefício, conforme se verá no capítulo III, o que significa menores pressões sobre a infraestrutura médica catalana.

No capítulo III se buscará subsídios para a idéia de que na Margem acréscimos nos índices educacionais forma de início mais eficientes que acréscimos no nível geral de renda monetária para produzir índices mais altos de expectativa de vida. Contudo, não se pode deixar de considerar que ao menos no caso específico desta região talvez o nível salarial mais baixo que o das áreas urbanas circunvizinhas (notadamente Brasília e Goiânia) foi, surpreendentemente, um fator positivo.

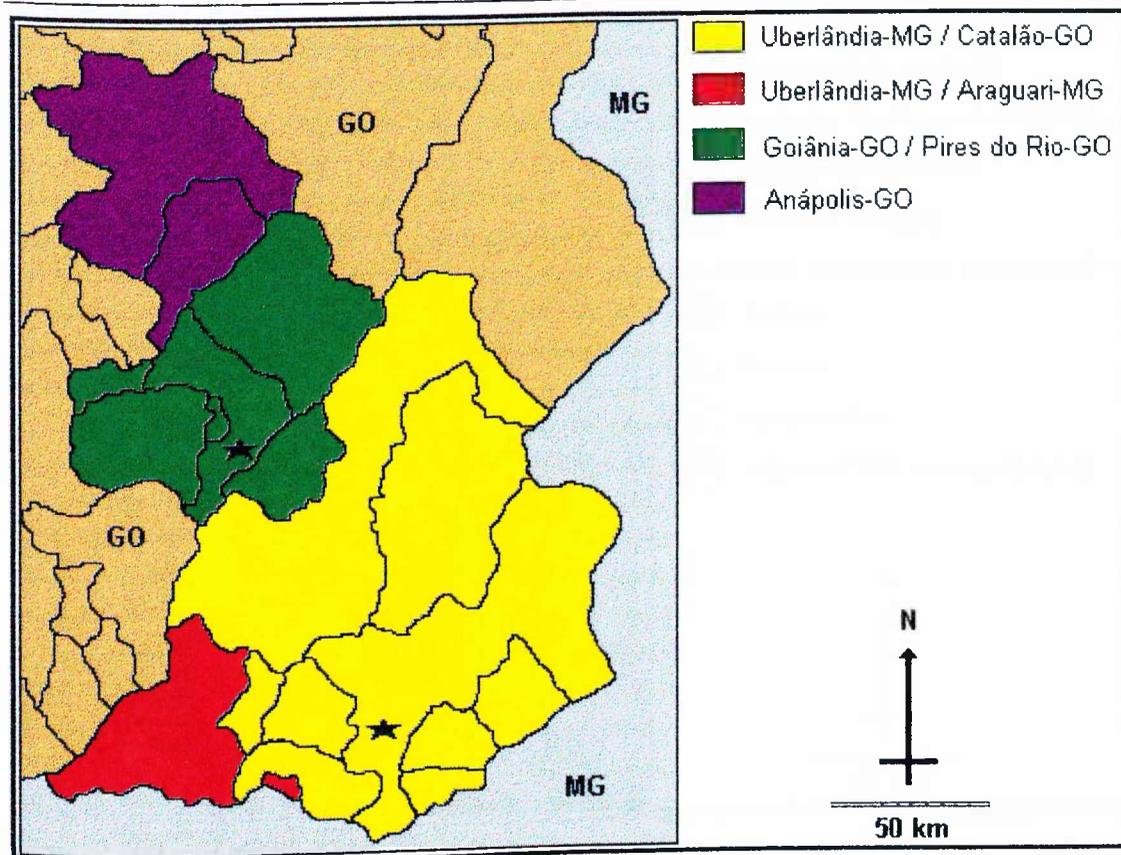
E não apenas porque controla o crescimento da população local, da qual uma parte acaba migrando em busca de melhores salários, como também diminui a imigração. Crê-se pois, que as pessoas estão muito mais propensas a migrar em busca de recursos financeiros do que de qualidade de vida e desta forma preferem ir para a periferia de grandes cidades do que para regiões como a Margem da Estrada de Ferro.

Melhor: as pessoas que migram em busca de qualidade de vida são geralmente as que já dispõem de recursos e acabam por melhorar ainda mais os indicadores sócio-econômicos das regiões para onde migram.

A influência dos centros urbanos vizinhos sobre a Margem ainda persiste, só que agora traz mais benefícios que prejuízos. São centros de referência médica como Goiânia, de serviços públicos como Brasília e de comércio como Uberlândia. A influência que algumas destas cidades exercem sobre os municípios da Margem da Estrada de Ferro é mais ou menos como se pode ver no Mapa 03, logo a seguir.

⁶² Em 2004 esse número se elevou a quatro, com a construção de um hospital materno-infantil municipal.

Mapa 03: Margem da Estrada de Ferro _ zonas de influência em 2000.



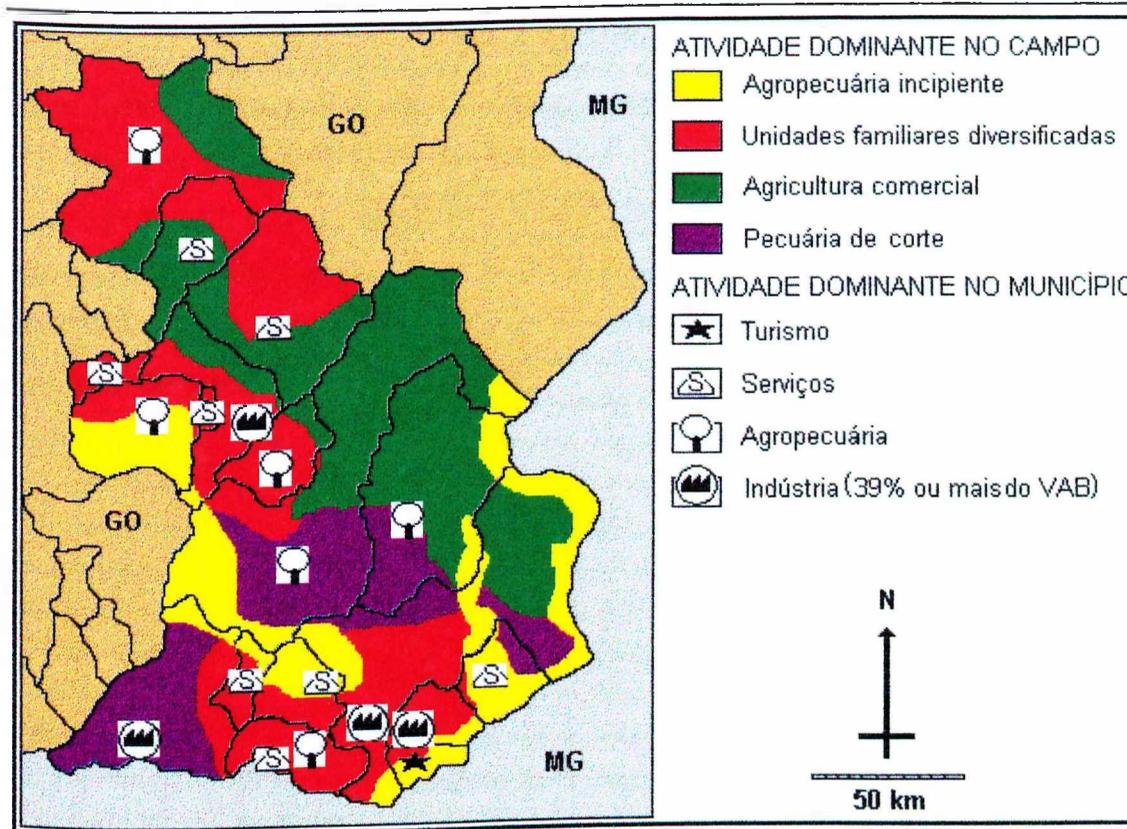
Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Quanto ao estado atual da atividade econômica destes municípios - assunto que será tratado mais minuciosamente no Capítulo III - especialmente este se configura aproximadamente como está apresentado no Mapa 04.

Por este se pode observar que, no tocante a atividade econômica desenvolvida no campo, a agricultura comercial não raro convive lado a lado com áreas onde predominam as unidades familiares diversificadas, as quais muito raramente têm os seus membros dedicados *in totum* à agropecuária.

Nestas áreas o trabalho urbano durante a semana de alguns dos membros da família, o trabalho de tempo parcial, a industrialização de laticínios, a produção de doces, compotas e temperos, a venda direta ao consumidor, a produção de polvilho e farinha, complementam a atividade agropecuária propriamente dita enquanto fontes de rendas monetárias.

Mapa 04: Margem da Estrada de Ferro_ atividades econômicas dominantes nos municípios e no campo em 2000.



Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Se ocorre de unidades de produção diversificada não raro estarem próximas a áreas de agricultura comercial é por que geralmente enquanto para estas a prioridade está em terras planas para aquelas o mais importante são terrenos férteis, e as duas coisas dificilmente ocorrem juntas nesta porção de Goiás.

Além disso, historicamente a pressão sobre as áreas de chapada - onde se desenvolve a maior parte da agricultura comercial - sempre foi menor tanto em função das terras serem menos férteis como por terem menos 'aguadas' do que os terrenos acidentados que são geralmente entremeados por baixadas férteis.

As áreas de pecuária de corte são de dois tipos principais: em Corumbaíba, Ipameri e Catalão não raro estão entremeadas também por unidades de produção que se dedicam à produção de leite; já em Davinópolis o predomínio da pecuária de corte é amplo, embora seja justamente neste município que esta atividade seja menos desenvolvida.

Já as chamadas áreas de agropecuária incipiente são aquelas onde a vegetação original e as pastagens naturais predominam, o que geralmente ocorre por nelas se conjugarem ao mesmo tempo terrenos acidentados e de baixa fertilidade ou ainda, com baixa disponibilidade de cursos de água, o que dificulta o seu uso para além do razoável, dada a disponibilidade de terras.

Com isso, a densidade demográfica desses lugares é significativamente baixa, o que igualmente torna baixos os padrões de relacionamento social, diminuído então as possibilidades de formação de teias de cooperação mais bem tecidas, ou em última instância: de capital social.

CAPÍTULO II: CARACTERÍSTICAS DO DESENVOLVIMENTO NA MARGEM DA ESTRADA DE FERRO

2.1 ALGUNS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DO ESTADO DE GOIÁS, EM 2000.

No ano de 2000 o produto interno bruto do Estado de Goiás foi calculado em cerca de 21,5 bilhões de reais, volume que dividido pela população local de aproximadamente cinco milhões de habitantes deu aos goianos uma renda monetária per capita de pouco mais de 4,3 mil reais e, portanto, inferior ao valor nacional, que naquele ano era de aproximadamente 6,9 mil reais por habitante.

Entretanto, tanto o PIB quanto a renda monetária per capita média eram mal distribuídas pelo território goiano, pois conforme se pode ver na Tabela 2.1.1, a capital goiana sozinha foi responsável por quase 30% da riqueza produzida no estado; acrescentadas a ela os seis municípios seguintes tem-se quase a metade da riqueza do Estado e caso se considere os quinze que mais produziram riqueza em 2000, têm-se que quase 3/5 da riqueza do Estado foi produzida nestes municípios sendo que aos outros 227 coube então apenas 2/5 da riqueza estadual.

Tabela 2.1.1: Goiás_ municípios de PIB mais elevado, 2000.

<i>Municípios</i>	<i>PIB (R\$ mil)</i>	<i>Participação (%)</i>	<i>Particip. Acumulada (%)</i>
<i>Goiânia</i>	<i>6271140</i>	<i>28,95</i>	<i>28,95</i>
<i>Anápolis</i>	<i>1308656</i>	<i>6,04</i>	<i>34,99</i>
<i>Rio Verde</i>	<i>773467</i>	<i>3,57</i>	<i>38,56</i>
<i>Aparecida de Goiânia</i>	<i>723083</i>	<i>3,34</i>	<i>41,89</i>
<i>Catalão</i>	<i>601423</i>	<i>2,78</i>	<i>44,67</i>
<i>Itumbiara</i>	<i>562386</i>	<i>2,60</i>	<i>47,27</i>
<i>Jataí</i>	<i>546042</i>	<i>2,52</i>	<i>49,79</i>
<i>Luziânia</i>	<i>488968</i>	<i>2,26</i>	<i>52,04</i>
<i>Senador Canedo</i>	<i>341547</i>	<i>1,58</i>	<i>53,62</i>
<i>Minaçu</i>	<i>296509</i>	<i>1,37</i>	<i>54,99</i>
<i>Mineiros</i>	<i>226358</i>	<i>1,04</i>	<i>56,03</i>
<i>Trindade</i>	<i>223389</i>	<i>1,03</i>	<i>57,06</i>
<i>Caldas Novas</i>	<i>213746</i>	<i>0,99</i>	<i>58,05</i>
<i>Santa Helena de Goiás</i>	<i>213005</i>	<i>0,98</i>	<i>59,03</i>
<i>Cristalina</i>	<i>203947</i>	<i>0,94</i>	<i>59,98</i>

Fonte dos dados: SEPLAN-GO

Como se pode ver, dos quinze municípios de maior PIB no estado, sete obtiveram valores superiores a quinhentos milhões de reais e oito entre esse valor e duzentos milhões. Quanto à geração do PIB por setores de acordo com a Tabela 2.1.2, logo abaixo, pode se perceber que a maior parte do VAB primário como dificilmente poderia deixar de ser, é gerado em municípios rurais, com duas exceções: Rio Verde e Luziânia.

Em relação ao setor secundário, dois municípios rurais encontram-se entre os seis de maior VAB: Catalão (3º) e Itumbiara (4º), ambos com produção industrial superior a duzentos milhões de reais em 2000. Dos demais nove municípios que completam os quinze de maior valor da produção industrial em 2000, sete são rurais e apenas Luziânia e Trindade são urbanos.

Tabela 2.1.2: Goiás_ Municípios de VAB mais elevado, por setor em 2000.

	<i>VAB (POR SETORES)</i>					
	<i>PRIMÁRIO</i>		<i>SECUNDÁRIO</i>		<i>TERCIÁRIO</i>	
<i>Rio Verde</i>	<i>168716</i>	<i>Goiânia</i>	<i>2344512</i>	<i>Goiânia</i>	<i>3366788</i>	
<i>Jataí</i>	<i>149049</i>	<i>Anápolis</i>	<i>533104</i>	<i>Anápolis</i>	<i>645465</i>	
<i>Cristalina</i>	<i>90763</i>	<i>Catalão</i>	<i>314577</i>	<i>Aparecida de Goiânia</i>	<i>429096</i>	
<i>Mineiros</i>	<i>87012</i>	<i>Itumbiara</i>	<i>234231</i>	<i>Rio Verde</i>	<i>317599</i>	
<i>Chapadão do Céu</i>	<i>73119</i>	<i>Apcd. de Goiânia</i>	<i>228760</i>	<i>Senador Canedo</i>	<i>265437</i>	
<i>Luziânia</i>	<i>63178</i>	<i>Rio Verde</i>	<i>219216</i>	<i>Itumbiara</i>	<i>233283</i>	
<i>Montividiu</i>	<i>62974</i>	<i>Minaçu</i>	<i>194573</i>	<i>Luziânia</i>	<i>222938</i>	
<i>Caiapônia</i>	<i>54539</i>	<i>Luziânia</i>	<i>159904</i>	<i>Jataí</i>	<i>191351</i>	
<i>Quirinópolis</i>	<i>51542</i>	<i>Jataí</i>	<i>157681</i>	<i>Catalão</i>	<i>186394</i>	
<i>Santa Helena de Goiás</i>	<i>50023</i>	<i>Trindade</i>	<i>87446</i>	<i>Valparaíso de Goiás</i>	<i>116368</i>	
<i>Paraúna</i>	<i>49265</i>	<i>Niquelândia</i>	<i>83757</i>	<i>Formosa</i>	<i>116221</i>	
<i>Ipameri</i>	<i>48261</i>	<i>Caldas Novas</i>	<i>83166</i>	<i>Águas Lindas de GO</i>	<i>104165</i>	
<i>Morrinhos</i>	<i>48082</i>	<i>Cachoeira Dourada</i>	<i>77322</i>	<i>Trindade</i>	<i>101130</i>	
<i>Catalão</i>	<i>47626</i>	<i>Sta. Helena de Goiás</i>	<i>72747</i>	<i>Caldas Novas</i>	<i>93123</i>	
<i>Acreúna</i>	<i>45674</i>	<i>S. Luís de Montes Belos</i>	<i>58067</i>	<i>Mineiros</i>	<i>84128</i>	

Fonte dos dados: SEPLAN-GO

Já em relação ao setor terciário, os dados do VAB deixam clara a predominância dos municípios urbanos sobre os rurais, visto que enquanto estes são apenas cinco entre os quinze primeiros, aqueles ocupam as cinco primeiras posições. No que concerne a estes cinco municípios rurais de setor terciário mais desenvolvido, apenas Caldas Novas tem em sua própria economia a explicação para os relativamente altos valores gerados pelo comércio, prestação de serviços e intermediação financeira, dado o caso de ser este município o maior centro turístico do Centro-Oeste. Quanto aos demais: Catalão e

Itumbiara aproveitam das vantagens localizacionais derivadas da proximidade com Uberlândia, enquanto Jataí e, sobretudo Mineiros lucram graças à proximidade com os dois Mato Grosso, dos quais são fornecedores de produtos e serviços.

Entretanto, informações mais valiosas são ofertadas na medida em que se deixa de se considerar os valores absolutos e se passa a considerar os relativos, i. e, o valor adicionado bruto per capita de cada município, cujos quinze maiores de cada setor da economia goiana estão discriminados na Tabela 2.1.3.

O caso do setor primário é exemplar, sobretudo para aqueles que crêem que desenvolvimento rural far-se-á com políticas que visem o aumento do produto agropecuário. Senão vejamos.

Tabela 2.1.3: Goiás_ Municípios de VAB per capita mais elevado, por setor em 2000.

<i>VAB PER CAPITA (POR SETORES)</i>					
<i>PRIMÁRIO</i>		<i>SECUNDÁRIO</i>		<i>TERCIÁRIO</i>	
<i>Chapadão do Céu</i>	<i>19354</i>	<i>Cachoeira Dourada</i>	<i>9070</i>	<i>Chapadão do Céu</i>	<i>5925</i>
<i>Perolândia</i>	<i>12479</i>	<i>Ouvidor</i>	<i>6716</i>	<i>Senador Canedo</i>	<i>4998</i>
<i>Montividiu</i>	<i>8140</i>	<i>Minaçu</i>	<i>5789</i>	<i>São João d'Aliança</i>	<i>4349</i>
<i>Campo Alegre de GO</i>	<i>6179</i>	<i>Turvelândia</i>	<i>5259</i>	<i>Perolândia</i>	<i>3348</i>
<i>Turvelândia</i>	<i>6098</i>	<i>Cezarina</i>	<i>5101</i>	<i>Corumbalba</i>	<i>3334</i>
<i>São João d'Aliança</i>	<i>5969</i>	<i>Catalão</i>	<i>4889</i>	<i>Montividiu</i>	<i>3105</i>
<i>Serranópolis</i>	<i>5329</i>	<i>Santa Fé de Goiás</i>	<i>4181</i>	<i>Goiânia</i>	<i>3080</i>
<i>Porteirão</i>	<i>5074</i>	<i>Corumbalba</i>	<i>3420</i>	<i>Ouvidor</i>	<i>3042</i>
<i>Aporé</i>	<i>4596</i>	<i>São Simão</i>	<i>3119</i>	<i>Turvelândia</i>	<i>2979</i>
<i>Paraúna</i>	<i>4547</i>	<i>Cachoeira Alta</i>	<i>3067</i>	<i>Catalão</i>	<i>2897</i>
<i>Itarumã</i>	<i>4331</i>	<i>Mozarlândia</i>	<i>2961</i>	<i>Itumbiara</i>	<i>2865</i>
<i>Vicentinópolis</i>	<i>3924</i>	<i>Itumbiara</i>	<i>2876</i>	<i>Rio Verde</i>	<i>2725</i>
<i>Portelândia</i>	<i>3880</i>	<i>Hidrolândia</i>	<i>2756</i>	<i>Vicentinópolis</i>	<i>2542</i>
<i>Caiapônia</i>	<i>3717</i>	<i>Nerópolis</i>	<i>2699</i>	<i>Jataí</i>	<i>2536</i>
<i>Aparecida do Rio Doce</i>	<i>3496</i>	<i>Porteirão</i>	<i>2667</i>	<i>Porteirão</i>	<i>2536</i>
<i>ESTADO DE GOIÁS</i>	<i>679</i>	<i>ESTADO DE GOIÁS</i>	<i>1283</i>	<i>ESTADO DE GOIÁS</i>	<i>1987</i>

Fonte dos dados: SEPLAN-GO

Dos quinze municípios de maior VAB primário per capita, apenas quatro: Chapadão do Céu, Montividiu (no Sudoeste Goiano), Porteirão (no Sul Goiano) e Campo Alegre de Goiás (na Margem da Estrada de Ferro) estão entre aqueles que têm IDHM igual ou superior à média estadual de 0,776. Os onze restantes têm valores abaixo da média estadual, embora apenas São João d'Aliança se encontre numa região em que o baixo padrão de vida é a regra.

Os casos de Perolândia e de Turvelândia são emblemáticos. Afinal, neste o VAB primário em 2000 era quase duas vezes superior ao PIB per capita médio do Brasil e, no entanto, o seu IDHM era pouco superior ao do Pará. Já Turvelândia, embora tivesse em 2000 um VAB primário que por si só era 40% superior ao PIB per capita de Goiás, tinha ao mesmo tempo um IDHM que estava entre os vinte mais baixos do estado, naquele ano, são emblemáticos. Quando se leva em consideração que estes municípios estão na microrregião econômica proporcionalmente mais rica do Estado de Goiás, maior é a significância deste fato.

Em relação aos municípios que se encontram entre os que tiveram os quinze maiores VAB secundário per capita do estado, apenas dois têm de fato uma estrutura industrial mais complexa: Catalão e Itumbiara. Nos demais há apenas uma indústria instalada ou um ramo industrial desenvolvido. Os três primeiros: Cachoeira Dourada (geração de energia elétrica), Ouvidor e Minaçu (mineração).

No que diz respeito aos municípios de maior VAB terciário per capita não se observou nenhum padrão específico, uma vez que no grupo dos quinze de maior índice há municípios de todas as naturezas: uns mais ricos outros mais pobres, uns urbanos e outros rurais. Esse padrão encontrado nos municípios que mais se destacaram no quesito VAB per capita é pouco alterado quando se passa a considerar aqueles em que mais um teor tem peso específico sobre suas economias, apresentados na Tabela 2.1.4. Senão vejamos.

Tabela 2.1.4: Goiás_ distribuição do PIB, municípios com maiores valores percentuais por setor em 2000.

PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO	
<i>Perolândia</i>	76,57	<i>Minaçu</i>	71,94	<i>Águas Lindas de Goiás</i>	85,66
<i>Chapadão do Céu</i>	73,93	<i>Cachoeira Dourada</i>	71,87	<i>Senador Canedo</i>	85,20
<i>Serranópolis</i>	70,67	<i>Ouvidor</i>	64,33	<i>Novo Gama</i>	82,07
<i>Bonópolis</i>	68,83	<i>Cezarina</i>	62,17	<i>Cidade Ocidental</i>	81,10
<i>Montividiu</i>	68,30	<i>Nerópolis</i>	58,75	<i>Valparaíso de Goiás</i>	80,01
<i>Campo Alegre de GO</i>	68,23	<i>São Simão</i>	57,71	<i>S. Antônio do Descoberto</i>	78,67
<i>Itarumã</i>	68,14	<i>Goianira</i>	57,40	<i>Aragarças</i>	78,65
<i>Vila Propício</i>	68,09	<i>Catalão</i>	57,34	<i>Anhanguera</i>	76,57
<i>São Patrício</i>	63,98	<i>Santa Fé de Goiás</i>	48,61	<i>Planaltina</i>	74,81
<i>Ivolândia</i>	63,92	<i>Mozarlândia</i>	48,45	<i>Campos Belos</i>	73,03
<i>Portelândia</i>	63,35	<i>S. Luís de Mtes. Belos</i>	48,33	<i>Mambai</i>	72,82
<i>Paraúna</i>	63,20	<i>Hidrolândia</i>	47,15	<i>Simolândia</i>	72,21
<i>Caiapônia</i>	62,94	<i>Niquelândia</i>	46,50	<i>Posse</i>	72,12
<i>Ap. do Rio Doce</i>	62,49	<i>Itumbiara</i>	45,66	<i>Goianópolis</i>	69,71
<i>Pilar de Goiás</i>	62,45	<i>Nazário</i>	45,10	<i>Campos Verdes</i>	69,21
<i>ESTADO DE GOIÁS</i>	17,19	<i>ESTADO DE GOIÁS</i>	32,49	<i>ESTADO DE GOIÁS</i>	50,32

Fonte dos dados: SEPLAN-GO

Vistos os quinze municípios cujas economias demonstram maior dependência do setor primário, apenas três tem um padrão de vida igual ou superior à média estadual, o que parece confirmar as observações feitas a partir da Tabela 2.1.3. Igualmente valem as ressalvas feitas acerca dos municípios que tem maior VAB secundário per capita em relação àqueles que mais dependem da atividade industrial.

No que diz respeito ao setor terciário há, entretanto, uma mudança: enquanto não se observou nenhum padrão nos quinze municípios que apresentaram maior VAB terciário per capita, esse padrão existe em se tratando daqueles que mais dependem desse setor, tratados na Tabela 2.1.4. Senão vejamos.

Os seis municípios de Goiás cujo setor terciário é proporcionalmente mais importante para suas economias são todos eles subúrbios, sendo municípios que em geral têm áreas demasiado pequenas para tornar possível um setor primário forte e que, além disso, têm poucas indústrias. Em resumo: são cidades dormitório.

Dos nove que se seguem para completar o grupo de quinze municípios mais dependentes economicamente do setor terciário, um tem uma atividade turística algo desenvolvida (Aragarças) e outro uma extensão territorial muito pequena para o desenvolvimento do setor primário (Anhangüera). Os demais têm economias bastante incipientes, dois deles inclusive figurando na Tabela 2.1.6, que apresenta os quinze municípios de pior qualidade de vida se medida esta pelo IDHM (Mambaí e Simolândia). Desta forma o padrão para os municípios goianos altamente dependentes do setor terciário e sem oportunidades turísticas parece ser simplesmente a falta de opção.

Em relação à qualidade de vida se busca apresentá-la na Tabela 2.1.5 em conjunto com outros indicadores. Esta co-apresentação fez-se para demonstrar que ao menos no caso goiano não parece haver uma 'receita de bolo'. Senão vejamos.

Em se tratando da condição demográfica dominante, dos quinze municípios de maior IDHM, onze são rurais. Destes onze municípios rurais, cinco tem população menor que 10.000 habitantes, sendo três fortemente agropecuárias (Chapadão do Céu, Campo Alegre de Goiás e Montividiu) e dois os que dependem prioritariamente do setor terciário, embora em um a população desfrute de rendimentos bem acima da média estadual (Rio Quente) e em outro esses rendimentos estejam abaixo da média goiana (Anhangüera). Entre os outros municípios rurais há alguns de maior porte, mas que

tanto têm como setor que mais agrega valor o PIB o terciário (Goiatuba), como o secundário (Catalão).

No que diz respeito aos quatro municípios urbanos que se encontram entre os quinze de maior IDHM, se os há em menor quantidade do que aqueles que são rurais há de se considerar serem eles em menor número e também diversos entre si. Assim, há uma metrópole onde é forte a atividade industrial (Goiânia), dois subúrbios de Brasília altamente dependentes do setor terciário (Valparaíso de Goiás e Cidade Ocidental) e uma cidade que é sede do município de maior VAB primário de Goiás em 2000 (Rio Verde, cujo setor primário gerou quase 170 milhões de reais).

Tabela 2.1.5: Goiás_ municípios de IDHM mais elevado em 2000.

<i>Município</i>	<i>IDHM</i>	<i>RAM</i>	<i>RPC</i>	<i>VAB 1</i>	<i>VAB 2</i>	<i>VAB 3</i>	<i>Razão R/R</i>	<i>População</i>
<i>Chapadão do Céu</i>	0,834	4572	28698	73,9	3,4	22,6	6,28	3778
<i>Goiânia</i>	0,832	6100	5738	0,2	41,0	58,9	0,94	1093007
<i>Catalão</i>	0,818	3642	9347	8,7	57,3	34,0	2,57	64347
<i>Goiatuba</i>	0,812	4079	5774	23,8	32,6	43,5	1,42	31130
<i>Rio Verde</i>	0,807	4078	6636	23,9	31,1	45,0	1,63	116552
<i>Rio Quente</i>	0,806	4552	3950	25,5	14,7	59,8	0,87	2097
<i>Morrinhos</i>	0,806	4183	4377	32,6	23,0	44,5	1,05	36990
<i>Pontalina</i>	0,805	4575	3934	41,9	14,0	44,2	0,86	16556
<i>Campo Alegre de GO</i>	0,802	3531	9928	68,2	5,3	26,5	2,81	4528
<i>Caldas Novas</i>	0,802	4222	4304	9,6	42,7	47,8	1,02	49660
<i>Anhangüera</i>	0,802	2288	2618	16,7	6,7	76,6	1,14	895
<i>Valparaíso de Goiás</i>	0,795	3409	1681	0,1	19,9	80,0	0,49	94856
<i>Cidade Ocidental</i>	0,795	3109	1642	4,3	14,6	81,1	0,53	40377
<i>Montividiu</i>	0,794	4600	13066	68,3	5,6	26,1	2,84	7736
<i>Jataí</i>	0,793	3659	7237	29,9	31,7	38,4	1,98	75451

□
Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003) /Censo Demográfico de 2000.

Onde:

IDHM: índice de desenvolvimento humano municipal, em 2000.

RAM: rendimento anual médio, em 2000.

RPC: PIB per capita, em 2000.

VAB 1: participação percentual do setor primário na economia, em 2000.

VAB 2: participação percentual do setor secundário na economia, em 2000.

VAB 3: participação percentual do setor terciário na economia, em 2000.

Razão R/R: produto da divisão do PIB per capita pelo rendimento, em 2000.

População: população residente no município, em 2000.

Estes municípios apresentam também uma diversidade bastante considerável no que diz respeito aos demais indicadores econômicos. Neste sentido, a razão entre o maior rendimento anual médio encontrado (Goiânia) e o menor (Anhangüera) é de

pouco menos de 2,7. Já a razão entre o município cuja população desfruta do maior PIB per capita (Chapadão do Céu) e aquele onde o contrário ocorre (Cidade Ocidental) é ainda maior: pouco menos de 17,5. Há municípios em que o setor primário responde por quase $\frac{3}{4}$ do produto (Chapadão do Céu) e existem outros em que essa atividade virtualmente inexistente, como Goiânia e Valparaíso de Goiás. Entre os quinze municípios de maior IDHM há os que têm na indústria um pilar muito importante de suas economias, como é o caso de Catalão, e outros nos quais a atividade industrial responde por uma parcela ínfima de seus PIB, como Anhangüera.

Também há municípios onde o setor terciário responde por $\frac{4}{5}$ da economia, como Cidade Ocidental ou por pouco mais de $\frac{1}{5}$, como Chapadão do Céu. Em alguns municípios listados na Tabela 2.1.5, o valor do PIB per Capita é mais de seis vezes superior ao do salário anual médio (Chapadão do Céu) enquanto em Valparaíso de Goiás este não é nem a metade do daquele.

Em termos demográficos a disparidade é ainda maior: o município de Goiânia era em 2000 mais de 1200 vezes mais populoso que o de Anhangüera e a embora a Tabela 2.1.5 não mostre, a densidade demográfica de Valparaíso de Goiás era mais de 850 vezes a de Campo Alegre de Goiás e o município de Rio Verde tinha uma área mais de 150 vezes superior ao de Anhangüera, no mesmo ano.

Neste sentido, ao menos no caso do Estado de Goiás, dado que virtualmente inexistia similaridade econômica de qualquer natureza entre os municípios cujas populações desfrutem das melhores qualidades de vida. Assim, se o mero ser urbano ou rural, ser densa ou esparsamente ocupado, ter grande ou pequena área não parecem influenciar este indicador, resta perguntar o que o faria, sobretudo em se considerando que um desses indicadores econômicos (o rendimento anual médio) participa do cálculo que leva ao IDHM.

Antes de qualquer asseveração, no entanto, convém visualizar a Tabela 2.1.6, que mostra o caso oposto ao da Tabela 2.1.5, i.e, os quinze municípios onde menor é a qualidade de vida, medida pelo IDHM.

O primeiro ponto a se considerar é que nesse caso há sim algumas similaridades, a começar pelo rendimento anual médio, sempre bastante baixo e sempre inferior ao que haveria se na média o rendimento fosse de um salário mínimo mensal por ano, ou R\$ 1812,00 reais para aquele ano (2000). Dessa forma, se por um lado grandes rendimentos

mensais per capita não se traduzem em boa qualidade de vida, como já se mostrou através do caso emblemático de Turvelândia, o contrário parece ser verdadeiro, ou seja: rendimentos que na média são muito baixos levam sim a um baixo padrão de vida para seus habitantes, embora na inversa proporção dos índices de educação existentes, como se verá no Capítulo III.

Tabela 2.1.6: Goiás_ municípios de IDHM mais baixo em 2000.

<i>Município</i>	<i>IDHM</i>	<i>RAM</i>	<i>RPC</i>	<i>VAB 1</i>	<i>VAB 2</i>	<i>VAB 3</i>	<i>Razão R/R</i>	<i>População</i>
<i>Buritinópolis</i>	0,6	827	1399	23,6	7,5	69	1,69	3383
<i>Cavalcante</i>	0,609	1098	1666	32,6	5,8	61,7	1,52	9150
<i>Monte Alegre de GO</i>	0,625	1096	2463	52,3	2,5	45,2	2,25	6892
<i>São Domingos</i>	0,631	1272	2204	39,6	8,7	51,7	1,73	9636
<i>Guarani de Goiás</i>	0,632	1076	1575	37,2	3,2	59,6	1,46	4678
<i>Damianópolis</i>	0,634	1041	1629	27,3	9	63,7	1,56	3303
<i>Flores de Goiás</i>	0,642	1340	2752	53,9	3,8	42,4	2,05	7514
<i>Sítio d'Abadia</i>	0,643	1159	2513	43,4	13,2	43,4	2,17	2681
<i>Mambai</i>	0,647	1151	1344	17,2	10	72,8	1,17	4838
<i>Amaralina</i>	0,648	1072	3681	58,8	6,9	34,4	3,43	3074
<i>Montividiu do Norte</i>	0,654	1150	3249	49,7	0,9	49,4	2,83	3789
<i>Simolândia</i>	0,657	1350	1685	14,5	13,3	72,2	1,25	6219
<i>Uirapuru</i>	0,662	1501	3160	56,4	2,9	40,7	2,11	3043
<i>Mimoso de Goiás</i>	0,664	1408	3624	60,8	4,7	34,5	2,57	2801
<i>Colinas do Sul</i>	0,671	1508	2223	34,5	11,1	54,4	1,47	3702

Fonte dos dados: SEPLAN-GO, 2003

Entretanto, se isso vale para os rendimentos das pessoas, não parece valer - ou ao menos não com a mesma intensidade - quando passa a se tratar do produto per capita. Afinal mesmo que a média encontrada nesse grupo seja baixa, dez dos quinze municípios listados na Tabela 2.1.6 têm populações cujos valores médios do PIB são maiores do que dois dos quinze municípios de mais alto IDHM do Estado de Goiás. Entretanto, dificilmente se poderia negar que os PIB per Capita dos municípios listados na Tabela 2.1.6 são na média, bem menores que os daqueles da tabela anterior.

Entre estes, há tanto os que dependem fundamentalmente dos setores primário e terciário, de modo que nenhuma coisa nem outra parece levar a melhores ou piores padrões de vida. No entanto, chama a atenção o fato de que em nenhum dos quinze municípios cujas populações desfrutam dos piores IDHM do Estado de Goiás, a atividade industrial responda por mais de 1/7 do produto total.

Igualmente nesse sentido, mesmo em se considerando que cinco dos quinze municípios listados na Tabela 2.1.5 tenham menos de dez mil habitantes, também chama a atenção o fato de todos os que estão na Tabela 2.1.6 se encontram nesta condição. Todos os quinze de pior IDHM também têm uma densidade demográfica abaixo dos 10 habitantes por quilômetro quadrado.

Assim, fica mais ou menos evidente que não há um padrão observável em termos de indicadores econômicos de renda monetária e riqueza que invariavelmente possibilitem às populações dos municípios goianos viverem com este ou aquele padrão de vida. Em Anhangüera, por exemplo, a população dispõe em 2000 de um produto médio muito inferior ao de Turvelândia e mesmo assim, desfruta de indicadores de qualidade de vida sempre superiores ao deste último.

Por outro lado pode-se afirmar que há um padrão para a baixa qualidade de vida, embora como esse padrão seja também encontrado em alguns municípios cuja população desfrute de indicadores no sentido oposto, ele não pode ser afirmado como causal. Se isso é um fator universal ou apenas um caso goiano é coisa que somente investigando se poderá saber.

De qualquer forma, em se discriminando os dados do IDHM nos três índices que o compõem, i.e., IDHM-E (educação), IDHM-L (longevidade) e IDHM-R (renda), os resultados para os quinze melhores colocados em cada um destes índices aparecem como na Tabela 2.1.7, logo a seguir.

Por esta tabela, mais uma vez não se pode perceber a emergência de nenhum padrão de distribuição. Ou melhor, há um: com exceção de Campinorte (13º maior IDHM-L) e Rialma (12º maior IDHM-R) todos os municípios listados estão localizados na metade meridional do Estado de Goiás. Entretanto, imaginar que a metade sul apresenta melhores indicadores que a metade norte pelo fato de estar ao sul, é incorrer em extremado determinismo geográfico.

Talvez, determinadas condições históricas comuns aos municípios de uma das porções, mas não da outra, poderiam ser utilizadas como explicação válida. Entretanto, não há uma que peremptoriamente se possa afirmar que houve no Sul, embora não no Norte ou o contrário, embora haja algumas distinções fundiárias que podem ser válidas.

Entretanto, não se pode negar que essa distinção vem ocorrendo nos últimos 150 anos, pelo menos. Neste sentido, a secção tocantinense não foi um ato fortuito, mas o

resultado de uma crença arraigada a muito, segundo a qual o norte não se desenvolvia em função da existência do “sul predador” e da convicção igualmente clara de que o sul goiano somente não era mais rico graças ao “norte parasitário”. O fato de nenhum ator relevante da política goiana ter feito qualquer esforço para barrar a criação do Tocantins durante a constituinte de 1988 parece testemunhar a esse favor.

Tabela 2.1.7: Goiás_ municípios de maiores IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R, 2000.

IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
<i>Ananguera</i>	0,952	<i>Palmelo</i>	0,846	<i>Goiânia</i>	0,813
<i>Goiânia</i>	0,933	<i>Santo Antônio da Barra</i>	0,844	<i>Montividiu</i>	0,766
<i>Rio Quente</i>	0,917	<i>Nerópolis</i>	0,836	<i>Pontalina</i>	0,765
<i>Cidade Ocidental</i>	0,915	<i>Chapadão do Céu</i>	0,83	<i>Chapadão do Céu</i>	0,765
<i>Chapadão do Céu</i>	0,908	<i>Portelândia</i>	0,823	<i>Rio Quente</i>	0,764
<i>Catalão</i>	0,908	<i>Catalão</i>	0,819	<i>Vianópolis</i>	0,753
<i>Ouvidor</i>	0,906	<i>Edealina</i>	0,816	<i>Caldas Novas</i>	0,751
<i>Caldas Novas</i>	0,905	<i>Goiatuba</i>	0,812	<i>Morrinhos</i>	0,75
<i>Valparaíso de Goiás</i>	0,902	<i>São João da Paraúna</i>	0,809	<i>Rio Verde</i>	0,746
<i>Três Ranchos</i>	0,902	<i>Morrinhos</i>	0,807	<i>Goiatuba</i>	0,746
<i>Pires do Rio</i>	0,894	<i>Marzagão</i>	0,807	<i>Joviânia</i>	0,739
<i>Anápolis</i>	0,889	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	0,806	<i>Rialma</i>	0,732
<i>Goianira</i>	0,888	<i>Campinorte</i>	0,806	<i>Pires do Rio</i>	0,731
<i>Cristianópolis</i>	0,886	<i>Três Ranchos</i>	0,804	<i>Jataí</i>	0,728
<i>Cumari</i>	0,882	<i>Pontalina</i>	0,804	<i>Catalão</i>	0,727

Fonte dos dados: SEPLAN-GO, 2003

Deste modo, acredita-se que procurar as razões pelas quais a distribuição do IDHM é tão desigual entre os municípios goianos é uma tarefa talvez além da possível ou exigível de um mestrado e, além disso, fora do objetivos dessa dissertação.

Destarte, somente se abriu este parêntesis por uma questão de honestidade intelectual e muito menos para se o solucionar o problema do que para apresentá-lo. E também para que fosse possível confirmar as questões postas acerca da educação na Margem da Estrada de Ferro, visto que oito dos quinze municípios goianos de maior IDHM-E estão nessa região, proporção que não é mantida nos demais índices. A título de informação, somente Chapadão do Céu e Catalão estão entre os quinze primeiros em todos os três índices formadores do IDHM.

De qualquer forma, as questões postas valem aproximadamente mesmo quando se usa outros tipos de indicadores, pois estes padrões se mantêm mais ou menos inalterados, conforme pode ser observado na Tabela 2.1.8, logo a seguir.

Desta forma, usando como padrão de comparação não os resultados do ranqueamento, mas o IDHM do Estado de Goiás (0,776), as diferenças mesmo assim são consideráveis e pesam a favor da escolha do IDHM como índice mensurador de qualidade de vida, até por que os três indicadores da Tabela 2.1.8 partilham todos dos maiores defeito do IDH. Destes os mais importantes são não considerar a distribuição da renda monetária através de indicadores como o Índice de Gini ou ainda melhor, do Índice L de Theil e não levar em conta a qualidade ambiental.

Em que pese afirmações acerca da incomensurabilidade desta, se acredita ser possível medi-la, por exemplo, pela quantidade de área verde disponível para os habitantes dos núcleos populacionais, pelo percentual de vegetação nativa preservada no município pela qualidade da água e do a, pelo percentual do lixo produzido que vai para aterros sanitários ou é reciclado, entre outros.

Tabela 2.1.8: Goiás _ indicadores de desenvolvimento, maiores municípios em 2000.

<i>Município</i>	<i>PPC</i> ⁶³	<i>Município</i>	<i>IDE</i> ⁶⁴	<i>Município</i>	<i>IDS</i> ⁶⁵
<i>Chapadão do Céu</i>	28698	<i>Chapadão do Céu</i>	5469,4	<i>Goiânia</i>	5289,5
<i>Perolândia</i> ⁶⁶	17869	<i>Rio Quente</i>	5427,6	<i>Rio Quente</i>	5201,9
<i>Turvelândia</i>	15717	<i>Montividiu</i>	5218,8	<i>Itumbiara</i>	5184,0
<i>Cachoeira Dourada</i>	13836	<i>Turvelândia</i>	5213,4	<i>Anápolis</i>	5178,5
<i>Montividiu</i>	13066	<i>Goiânia</i>	5199,7	<i>Catalão</i>	5162,1
<i>Ouvidor</i>	11446	<i>Ouvidor</i>	5190,7	<i>Quirinópolis</i>	5140,6
<i>Porteirão</i>	11266	<i>Campo Alegre de GO</i>	5173,0	<i>Rio Verde</i>	5140,4
<i>Aporé</i>	10102	<i>Perolândia</i>	5161,6	<i>Caldas Novas</i>	5140,0
<i>Campo Alegre de GO</i>	9928	<i>Cezarina</i>	5156,4	<i>Mineiros</i>	5119,3
<i>Corumbaíba</i>	9541	<i>Catalão</i>	5155,3	<i>S. Antônio de Goiás</i>	5116,2
<i>Santa Fé de Goiás</i>	9427	<i>Vicentinópolis</i>	5147,2	<i>Goianésia</i>	5110,1
<i>Catalão</i>	9347	<i>Itumbiara</i>	5130,8	<i>Ouvidor</i>	5108,5
<i>Cezarina</i>	8996	<i>Aporé</i>	5129,0	<i>S. Luiz de Montes Belos</i>	5106,9
<i>Mináçu</i>	8823	<i>Cachoeira Dourada</i>	5128,6	<i>Pires do Rio</i>	5104,5
<i>Jandaia</i>	8536	<i>Jataí</i>	5122,7	<i>Morrinhos</i>	5104,4

Fonte dos dados: SEPLAN-GO

⁶³ Produto interno bruto per capita

⁶⁴ Índice de Desenvolvimento Econômico

⁶⁵ Índice de Desenvolvimento Social.

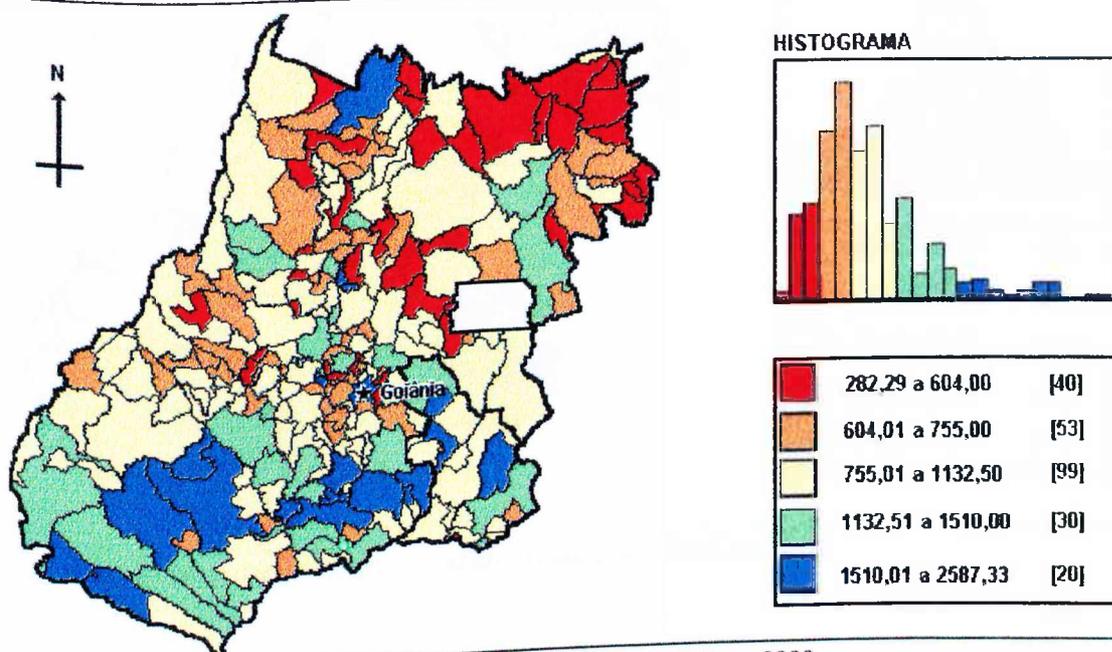
⁶⁶ Os municípios que aparecem grifados têm IDHM abaixo da média estadual de 0,776.

Que a mensuração do desenvolvimento apenas pelo PIB per capita pode levar a resultados distorcidos, pode ser percebido pelo fato de que dos quinze municípios listados por este índice, apenas cinco têm IDHM igual ou superior à média estadual.

O maior problema do IDE reside no fato de que o peso do produto econômico é muito grande em relação a sua distribuição, além disso, transferir os rendimentos dos indivíduos para o IDS não parece ser honesto. Desta forma, o IDE ranqueia muito bem municípios que, embora tenham um produto alto, também têm populações cujos salários e rendimentos médios são sofríveis, do que Turvelândia e Aporeé são apenas os exemplos onde isso é mais evidente. Em resumo, no quesito economia ele a trata como se o único fator do produto fosse a dupla lucro/capital, omitido os resultados do trabalho e dos salários.

No caso do IDS seu maior defeito resulta no fato de que ele dá um peso desproporcional à infra-estrutura social, ignorando que a sua existência não significa de forma alguma que a população tenha uniforme e irrestrito acesso a ela, o que é especialmente válido para o Brasil onde, por exemplo, abundam tanto alimentos quanto fome. O resultado é que a lista dos quinze municípios de maior IDS do Estado de Goiás, apenas Santo Antônio de Goiás e Ouvidor têm menos de 10.000 habitantes.

Mapa 05: Goiás_ rendimento mensal per capita médio do décimo mais rico, em reais, 2000.



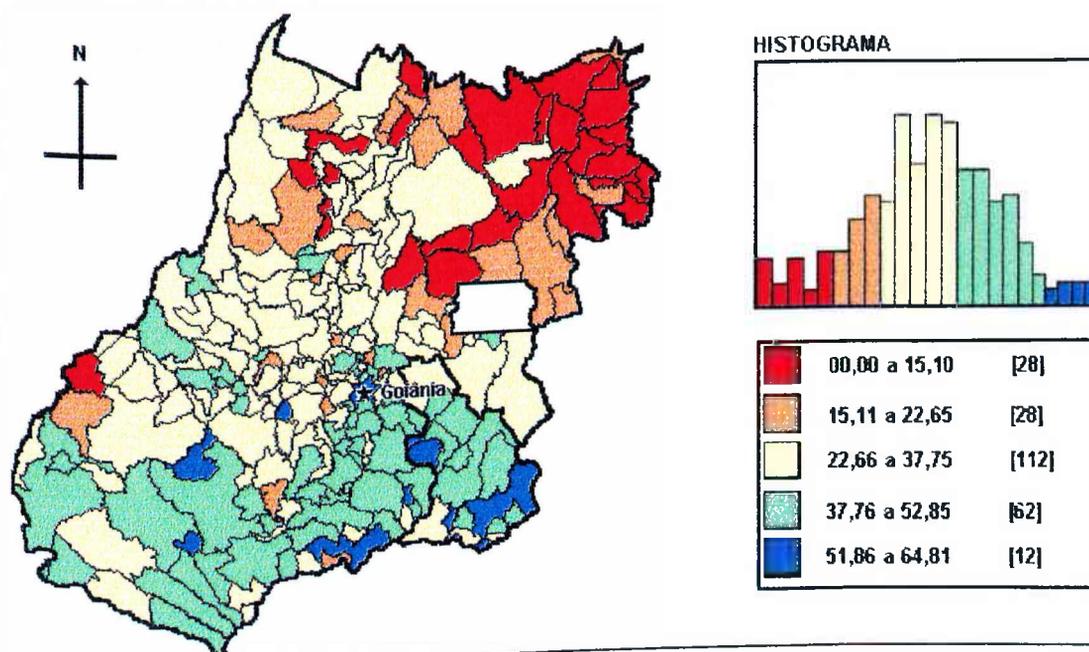
Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000.

O fato da população de Palmelo, que não conta com hospitais, ter uma expectativa de vida de mais de 75 anos enquanto as de Goianésia e São Luís de Montes Belos onde os há esta ser de pouco mais de 68 anos é evidência importante nesse sentido. A desigualdade no acesso aos bens geradores de qualidade de vida, inclusive aí a renda monetária, é bastante razoável em Goiás e pode ser medido nos termos desta última como no Mapa 06, na página anterior.

Por este se pode observar que os municípios onde os 10% mais ricos da população desfrutam dos maiores ganhos, ao contrário daqueles onde o nível geral de vida de toda a população é significativamente melhor, não se encontram limitados ao sul do estado, embora nele predominem.

Porém, quando a questão passa a ser o rendimento médio dos 20% mais pobres, o padrão de diferenças entre o norte e o sul do Estado de Goiás volta a se acentuar, na medida em que os mais pobres são claramente menos pobres na porção meridional do estado, conforme se pode ver no Mapa 07.

Mapa 06: Goiás_ rendimento mensal per capita médio do quinto mais pobre, em reais, 2000.



Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000.

O município a sudoeste, que o mapa indica ter a parcela dos 20% mais pobres rendimentos inferior a um décimo do salário mínimo, chama-se Baliza. Seguindo deste município por uma linha noroeste/sudeste são estes os municípios cujos pobres dispunham em 2000 de rendimentos mensais médios inferiores de R\$22,66: Doverlândia, logo ao sul deste, em seguida; Turvelândia, já conhecida por suas idiossincrasias entre o PIB e a qualidade de vida e na fronteira com Minas Gerais; Cachoeira Dourada, o mesmo que a Tabela 2.1.3 indicou como tendo o maior produto industrial per capita de Goiás e a Tabela 2.1.4 como sendo o segundo município de Goiás onde mais a atividade secundária participava do PIB.

Esses dados indicam que o município de Anhangüera é o menos desigual do Estado de Goiás, pois os 10% ricos estão entre os que ganham menos e os 10% mais pobres entre os que ganham mais; tem o menor Índice de Gini (0,46) e o menor L de Theil (0,33) dentre todos os municípios goianos em 2000; além disso, apresenta ao mesmo tempo o maior IDHM-E do Estado de Goiás e o menor rendimento anual médio dentre os quinze de menor IDHM e por fim, embora seja o menor e menos populoso de todos os municípios goianos também figurou entre os municípios rurais no quais é menor a importância da atividade primária. Pode então, ser tomado como emblema da Margem da Estrada de Ferro, região cujos indicadores sociais e econômicos serão apresentados a seguir.

2.2 A AGROPECUÁRIA NA MARGEM DA ESTRADA DE FERRO

Mesmo em se considerando a Margem da Estrada de Ferro - que é como já se viu é uma região rural - a população de Goiás é majoritariamente urbana. Entretanto, como também já se pôde ver essa 'urbidade' é bastante relativa, pois está circunscrita à porção centro-oriental de Goiás e a cidade de Rio Verde.

Um olhar sobre a Tabela 2.2.1 permite observar que nos municípios urbanos do Estado de Goiás a população dita urbana pelos critérios do IBGE (i.e, residente sobretudo em sedes de municípios ou distritos) é sensivelmente mais elevada que a dos municípios rurais regionais os quais por sua vez têm índice de 'urbidade' também mais elevados que o dos municípios rurais locais.

Tabela 2.2.1: Goiás _ distribuição da população por tipos de municípios e de residências, 2000.

GOIÁS (EXCLUSIVE MARGEM DA ESTRADA DE FERRO)						
	Municípios					
	4802223					
População	Urbanos⁶⁷		Rurais¹			
	2576624		2225599			
População Participação	53,7%		46,3%			
				regionais		locais
				802769		1422830
População Participação				36,1%		63,9%
	Urbana⁶⁸	Rural²	Urbana²	Rural²	Urbana²	Rural²
Residência População Participação	2512702	63922	705063	97706	1021993	400837
	97,5%	2,5%	87,8%	12,2%	71,8%	28,2%
Total por tipo de residências	Urbana²	Rural²	Urbana²	Rural²		
	4239758	562465	88,3%	13,3%		

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000: IBGE/UNDP/FJP

Já a região da Margem da Estrada de Ferro apresenta números um pouco diferenciados, conforme se pode ver na Tabela 2.2.2 e isto basicamente por não haver na região a existência inquestionável do urbano.

⁶⁷ Conforme os critérios do Capítulo I

⁶⁸ Conforme os critérios do IBGE

Basta dizer que a maior cidade em 2000 era a de Catalão, que segundo o Censo Demográfico daquele tinha cerca de 55.000 habitantes. Mesmo reconhecendo que tal número de habitantes pode lançar dúvidas sobre a ruralidade da mesma, este não lhe imputa um caráter irrevogavelmente urbano, de modo que se pode considerar rural, toda a região.

Inclusive, se utilizados os critérios do IBGE, pode-se afirmar que a população dos municípios da Margem da Estrada de Ferro é mais ‘urbana’ que a média estadual, no caso dos municípios regionais, e mais ‘rural’ que a mesma média, nos que concerne a seus municípios locais (i.e com menos de 20.000 habitantes em suas sedes).

Entretanto, dado que estas flutuações não são ademais muito grandes, prefere-se admitir que estes municípios mantêm o padrão estadual de distribuição da população que o IBGE considera rural, ou seja, diferença significativa mesmo há apenas entre os municípios regionais _ no caso da Margem, Catalão e Pires do Rio _ e municípios locais, conforme se pode perceber na Tabela 2.2.2.

Tabela 2.2.2: Margem da Estrada de Ferro _ distribuição da população por tipos de municípios e de residências, 2000

MARGEM DA ESTRADA DE FERRO						
População	Municípios					
	Urbanos		Rurais			
População	0		201005			
Participação	0%		100%			
População			Regionais		locais	
Participação			90576		110429	
			45,1%		54,9%	
Residência	urbana	rural	‘urbana’⁶⁹	‘rural’	‘urbana’	‘rural’
População	0	0	82079	8497	74808	35621
Participação	0	0	90,6%	9,4%	67,7%	32,3%
Total por tipo de residências	‘urbana’	‘rural’	‘urbana’	‘rural’		
	156887	44118	78,1%	21,9%		

Fonte dos dados: Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Entretanto, na somatória das populações, é nítido que a população rurícola (a única dita ‘rural’ pelo IBGE) é significativa e proporcionalmente superior ao da média estadual e isto por dois fatores que se justapõem: de um lado a existência de municípios

⁶⁹ Quando entre aspas está de acordo com os conceitos do IBGE

com considerável contingente rurícola, tais como Silvânia, Catalão e Orizona; e de outro, o fato de não haver municípios urbanos na região, o que diminui o peso proporcional da população que o IBGE considera “urbana” já que, como se viu na Tabela 2.2.1, a proporção da população rurícola nestes municípios é muito pequena.

No entanto, há de se destacar que o fato de a população da Margem apresentar essa peculiaridade não significa que nela as atividades agropecuárias sejam as mais importantes. Pelo contrário: ela é como já se afirmou a única microrregião econômica do Estado de Goiás em que o setor secundário é o que adiciona o maior VAB⁷⁰ ao PIB⁷¹, conforme se pode ver na Tabela 2.2.3.

A referida tabela apresenta ainda, além da composição do PIB, que deixa patente a importância da atividade industrial na Margem da Estrada de Ferro, a composição do PIB das demais regiões econômicas do estado.

Tabela 2.2.3: Goiás_ Composição do PIB nas regiões econômicas (2000)

<i>Municípios</i>	<i>Setor</i>			<i>PIB R\$ mil</i>	<i>População</i>	<i>PIB per Capita</i>
	<i>Primário</i>	<i>Secundário</i>	<i>Terciário</i>			
<i>M.da Estrada de Ferro</i>	22,96%	39,41%	37,64%	1264038	201005	6289
<i>Entorno Ferroviário</i>	16,88%	25,15%	57,97%	1020617	384811	2652
<i>Sul Goiano</i>	24,96%	33,10%	41,94%	2229746	413922	5387
<i>Sudoeste Goiano</i>	39,81%	22,57%	37,62%	2887431	427974	6747
<i>SUL</i>				7401832	1427712	5184
<i>Central de Goiás</i>	1,28%	40,06%	58,67%	9240586	1948662	4742
<i>Mato Grosso Goiano</i>	28,27%	25,74%	45,99%	2187439	620362	3566
<i>Vale do Araguaia</i>	43,05%	17,81%	39,14%	541981	129487	4186
<i>CENTRO</i>				11970006	2698511	4436
<i>Norte Goiano</i>	26,89%	32,89%	40,22%	1306059	329833	3960
<i>Entorno Rodoviário</i>	20,07%	15,36%	64,57%	821829	427095	1924
<i>Nordeste Goiano</i>	29,90%	10,06%	60,04%	285366	144537	1974
<i>NORTE</i>				2413254	901465	2677
GOIÁS	17,19	32,49	50,32	21665208	5003228	4330

Fonte dos dados: SEPLAN-GO, 2003

Também digno de destaque, é o baixo peso que tem o setor de serviços na região, o que pode indicar que este setor apresenta ainda um potencial de crescimento considerável, embora provavelmente tal não se dê na década de 2000. Isto por que da

⁷⁰ Valor Adicionado Bruto

⁷¹ Produto Interno Bruto

elaboração dos cálculos do PIB municipal pela SEPLAN/GO até o início do ano de 2003, a atividade industrial na região aumentou consideravelmente, tanto pela grande ampliação da capacidade instalada em Catalão, Corumbaíba, Ouvidor, Pires do Rio e Ipameri, quanto pela implantação de novas unidades industriais em outras cidades.

Ou seja: a participação do setor terciário provavelmente não aumentará na década de 2000, por que o setor terciário tende a continuar se expandindo e o terciário tende no mínimo a manter seus níveis de participação, dado o crescimento do setor. De qualquer forma antes de se aprofundar na questão da conformação da atividade industrial na Margem convém lançar vistas sobre o setor primário no Estado de Goiás.

Conforme pudemos ver na Tabela 2.2.3, a participação proporcional do setor primário no PIB da Margem é apenas a sétima maior do estado. Isto, porém não significa que ela seja irrelevante, já que na Margem como de resto em todas as regiões do Sul Goiano, a agropecuária é uma atividade de considerável porte e que gera centenas de milhões de reais em recursos, conforme se pode ver no Mapa 06.

Entretanto se é fato que a Tabela 2.2.4 deixa mais ou menos evidente que a porção meridional concentra $\frac{3}{4}$ da produção agropecuária goiana o é também que esta concentração apresenta diferenças expressivas em sua composição de valores, conforme se pode observar na Tabela 2.2.4. Assim, enquanto o sul de Goiás detinha em 2000 $\frac{5}{6}$ do valor da produção de grãos, esses números caíam para $\frac{3}{5}$ da de cana-de-açúcar e produtos básicos e para menos da metade no caso do tomate, o qual tem sua produção concentrada dentro e nas proximidades do triângulo Goiânia/Anápolis/Brasília.

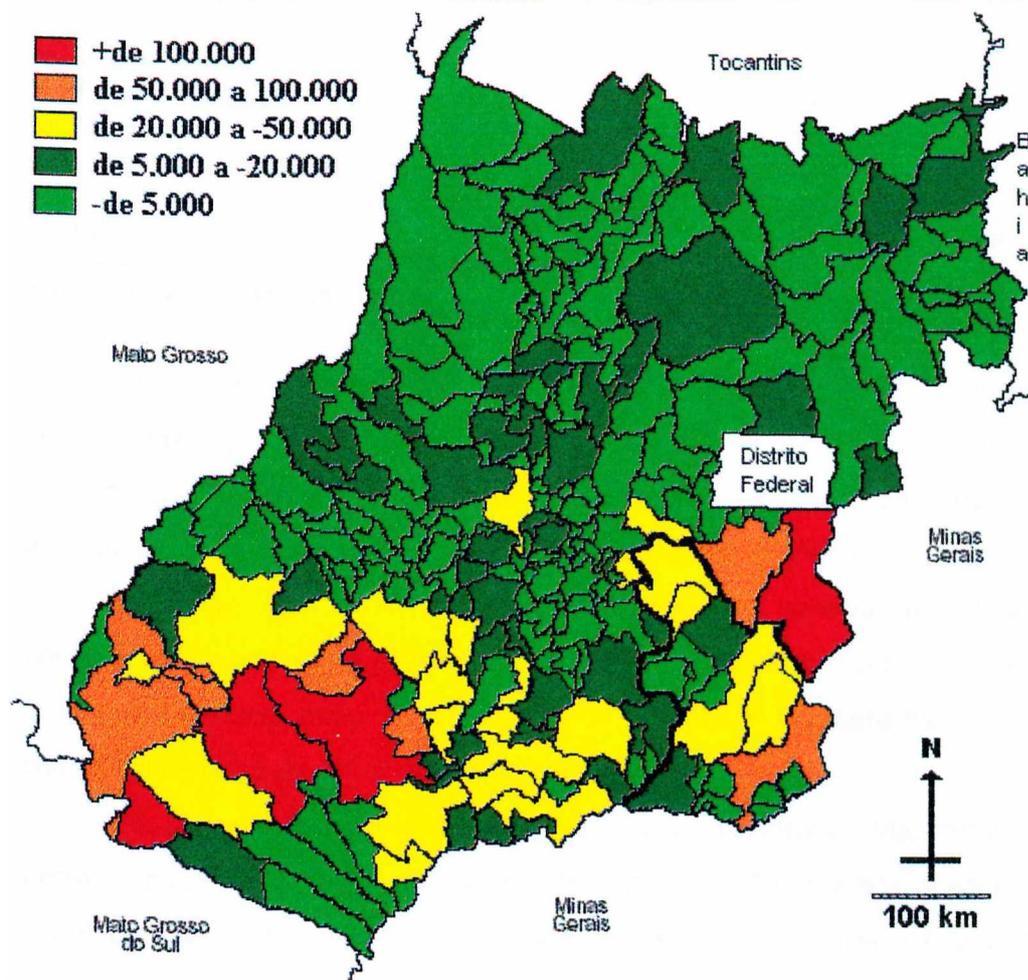
Quanto às porções setentrionais do estado, o volume da produção das principais culturas temporárias é sempre inferior a 10% do total estadual exceto no caso dos grãos. Neste, o volume alcança no norte do Estado cerca de 20% do total, embora em termos de valores seja esse número reduzido para aproximadamente 16% do total o que menos que o peso da agricultura familiar demonstra o baixo nível de sua produção.

Se a participação das regiões do norte do Estado é maior em volume que em valores, o motivo é que o valor dos produtos cultivados nessas regiões é baixo se comparado aos cultivados nas regiões meridionais, o que pode ser um indicativo do caráter mais comercial da agricultura sul goiana.

Como no norte há as condições, mas não o fato, pode-se também presumir que parte disso se deva à imobilização das terras do norte na forma de patrimônio

especulativo, luxo que geralmente só se dão os que têm grandes estabelecimentos. De qualquer maneira, ao se analisar as tabelas 2.2.5 e 2.2.5 conseguem-se dados que permitem classificar os municípios da Margem quanto à composição das 'cestas' de produtos produzidos por estes.

Mapa 07: Goiás _ Valor da produção agrícola em 2000 (em milhares de reais)



Fonte dos dados: PAM 2000/IBGE

Desta forma é possível perceber dois grupos de municípios: um formado por aqueles que apresentam valores e volumes de produção consideráveis e outro formado por aqueles de menor expressão produtiva que por sua vez podem ser divididos em três subgrupos, conforme se detalhará melhor mais adiante.

Tabela 2.2.4: Goiás _ valor da produção das lavouras temporárias, em milhares de reais (2000)

	Tomate	Básicos	Grãos	Cana	Total
<i>NORTE GOIANO</i>	5306	17401	46314	6374	79855
<i>NORDESTE GOIANO</i>	466	9351	32716	7853	50896
<i>ENTORNO RODOVIÁRIO</i>	1580	5660	61810	1287	70805
NORTE	7352	32412	140840	15514	201556
<i>MATO GROSSO GOIANO</i>	15962	35248	121651	48524	253378
<i>VALE DO ARAGUAIA</i>	4150	12573	24488	184	42399
<i>CENTRAL DE GOIÁS</i>	26639	4783	17042	821	49537
CENTRO	46751	52604	163181	49529	345314
<i>ENTORNO FERROVIÁRIO</i>	5898	52234	120017	886	179062
<i>SUDOESTE GOIANO</i>	16542	31118	964593	76793	1095042
<i>SUL GOIANO</i>	20747	15443	312942	15071	751276
<i>MARGEM ESTRADA DE FERRO</i>	9569	22516	196751	6515	240696
SUL	52756	121311	1594303	99265	2266076
GOLÁS	106859	206327	1898324	164308	2375818

Fonte dos dados: PAM /IBGE (2000)

Assim, um primeiro grupo de municípios mais ou menos homogêneos nesse setor, formado pelos municípios de Catalão, Silvânia, Ipameri, Campo Alegre de Goiás e Vianópolis, responde por aproximadamente 85% do valor da produção agrícola advinda de lavouras temporárias na Margem da Estrada de Ferro.

O grupo dos municípios que tem produção agrícola de menor porte e concentrada no cultivo de grãos pode como já se disse ser dividido em três subgrupos. No primeiro destes estão os municípios de Orizona e Corumbaíba - cuja produção equivale a de cerca de 9% do total regional.

No segundo, estão municípios em geral mais ao norte da Margem da Estrada de Ferro e cuja participação no valor total da produção é ainda menor. São estes municípios os de Cristianópolis, Palmelo, Santa Cruz de Goiás e Urutaí, cuja soma equivale a de pouco mais de 2% do total regional. Há de se destacar que nestes municípios a bovinocultura é uma atividade bastante importante, conforme se verá mais adiante.

O terceiro subgrupo é formado por pequenos municípios próximos a Catalão e que têm no cultivo de produtos alimentares básicos o principal gerador de valor entre as culturas temporárias cultivadas e detectadas pelo IBGE.

Tabela 2.2.5: Margem da Estrada de Ferro _ valor da produção das lavouras temporárias, em milhares de reais (2000)

	<i>Tomate</i>	<i>Básicos</i>	<i>Grãos</i>	<i>Cana</i>	<i>Total</i>
<i>MUNICÍPIOS</i>					
<i>Anhangüera</i>	-	41	23	-	64
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	1.320	3577	28010	756	33663
<i>Catalão</i>	-	4061	47285	210	52167
<i>Corumbáiba</i>	-	95	4033	-	8868
<i>Cristianópolis</i>	504	143	1129	1	1777
<i>Cumari</i>	-	738	507	-	1245
<i>Davinópolis</i>	-	341	149	-	490
<i>Goiandira</i>	-	674	517	155	1346
<i>Ipameri</i>	-	3780	39933	5.250	48963
<i>Nova Aurora</i>	-	234	129	92	455
<i>Orizona</i>	540	1363	12478	22	14403
<i>Ouvidor</i>	-	281	373	-	654
<i>Palmelo</i>	-	11	409	-	420
<i>Pires do Rio</i>	-	76	2727	-	2833
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	-	158	1754	-	1924
<i>Silvânia</i>	6.050	5412	36780	22	48264
<i>Três Ranchos</i>	-	130	65	-	195
<i>Urutaí</i>	-	24	1119	3	1158
<i>Vianópolis</i>	1.155	1377	19331	4	21867
TOTAL	9569	22516	196751	6515	240696

Fonte dos dados: PAM /IBGE (2000)

Esses municípios são: Três Ranchos, Ouvidor, Nova Aurora, Goiandira, Davinópolis, Cumari e Anhangüera. O caráter eminentemente familiar da agricultura desses municípios só é alterado pela eventual e esparsa presença de grandes estabelecimentos dedicadas à criação de gado de corte. No conjunto esses sete municípios são responsáveis por menos de 2% do valor da produção da Margem da Estrada de Ferro, conforme Tabela 2.2.5.

Assim, não é de se estranhar o pequeno - na verdade minúsculo - papel que a agricultura desses municípios tem no contexto de suas economias, sobretudo no tocante a renda monetária de seus habitantes. Entretanto, em relação à oferta de trabalho e a segurança alimentar seu papel é inquestionável, dado que somente nestes sete municípios e nos quatro outros pequenos “produtores de grãos” residem na ‘zona rural’ mais de 8 mil pessoas de um total de perto de 44 mil, segundo o Censo Demográfico de 2000.

Na Tabela 2.2.6, logo abaixo, é possível se vislumbrar a representatividade de alguns municípios no que toca à importância absoluta das práticas agrícolas neles desenvolvidas em termos estaduais.

O que mais chama a atenção é o fato de que a produção dos chamados alimentos básicos, ao contrário do que se poderia supor é extremamente concentrada, dado que metade do valor da produção goiana está nos dez maiores produtores cabendo cerca de um quarto do total somente a dois destes municípios: Cristalina e Luziânia, no Entorno Ferroviário, ficando os demais 232 municípios com menos da metade do valor total da produção destes alimentos básicos.

Ainda mais concentrada é a produção de soja, que é o produto mais importante da agricultura goiana, e da qual os dez maiores produtores listados na Tabela 2.2.6 respondem por cerca de 60% do valor total da produção estadual, com aproximadamente 45% somente entre os seis primeiros municípios - todos do Sudoeste - e quase 25% apenas nos dois maiores produtores: Rio Verde e Jataí.

Tabela 2.2.6: Goiás_ Maiores produções agrícolas municipais por valor da produção em milhares de reais, 2000

<i>Básicos</i>		<i>Soja</i>		<i>VAB</i>	
<i>Total estadual</i>	<i>206.327</i>	<i>Total estadual</i>	<i>1043239</i>	<i>Total estadual</i>	<i>3397599</i>
<i>Cristalina</i>	<i>34650</i>	<i>Rio Verde</i>	<i>129.920</i>	<i>Rio Verde</i>	<i>168716</i>
<i>Luziânia</i>	<i>17355</i>	<i>Jataí</i>	<i>117.928</i>	<i>Jataí</i>	<i>149049</i>
<i>Itaberai</i>	<i>6557</i>	<i>Mineiros</i>	<i>72.500</i>	<i>Cristalina</i>	<i>90763</i>
<i>Caiapônia</i>	<i>5501</i>	<i>Montividiu</i>	<i>53.760</i>	<i>Mineiros</i>	<i>87012</i>
<i>Jussara</i>	<i>5441</i>	<i>Chapadão do Céu</i>	<i>47.454</i>	<i>Chapadão do Céu</i>	<i>73119</i>
<i>Silvânia</i>	<i>5412</i>	<i>Perolândia</i>	<i>35.802</i>	<i>Luziânia</i>	<i>63178</i>
<i>Rio Verde</i>	<i>5200</i>	<i>Catalão</i>	<i>33.540</i>	<i>Montividiu</i>	<i>62974</i>
<i>Chapadão do Céu</i>	<i>4793</i>	<i>Silvânia</i>	<i>32.175</i>	<i>Caiapônia</i>	<i>54539</i>
<i>Morrinhos</i>	<i>4564</i>	<i>Cristalina</i>	<i>29.160</i>	<i>Quirinópolis</i>	<i>51542</i>
<i>Catalão</i>	<i>4061</i>	<i>Goiatuba</i>	<i>28.350</i>	<i>Santa Helena de Goiás</i>	<i>50023</i>
<i>Niquelândia</i>	<i>3836</i>	<i>Bom Jesus de Goiás</i>	<i>26.875</i>	<i>Paraúna</i>	<i>49265</i>
<i>Ipameri</i>	<i>3780</i>	<i>Ipameri</i>	<i>26.780</i>	<i>Ipameri</i>	<i>48261</i>

Fonte: PAM/IBGE, 2000

Nesse caso, como no dos produtores de alimentos básicos, a Margem apresenta os mesmos três municípios entre os dez mais importantes do estado: Ipameri, Silvânia e Catalão, o que os deixa na condição de grandes “potências agrícolas” da região embora como se verá mais adiante, no caso de Catalão isto é mais um pouco mais que um dado

estatisticamente relevante, na medida em que o papel da agricultura na economia municipal é adstrito. Também diferem, como se verá, Ipameri de Silvânia.

Entretanto, em relação ao setor primário como um todo, mesmo em se considerando que apenas 10 municípios reúnem mais de ¼ do VAB primário do Estado a concentração não é tão acentuada como nos casos anteriores, o que pode significar que os maiores produtos são gerados pelos municípios que menos se diversificam.

A mesma concentração que se pode ver no âmbito estadual pode ser vista também em relação à Margem da Estrada de Ferro onde os três municípios supracitados mais os de Campo Alegre, Vianópolis e Orizona respondem pela maior parcela do produto gerado pela agricultura regional, conforme se pode observar na Tabela 2.2.7.

Tabela 2.2.7: Margem da Estrada de Ferro _ Maiores produções agrícolas municipais por valor da produção em milhares de reais, 2000

<i>Básicos</i>		<i>Soja</i>		<i>VAB</i>	
<i>Total regional</i>	<i>22516</i>	<i>Total regional</i>	<i>141.696</i>	<i>Total regional</i>	<i>264498</i>
<i>Silvânia</i>	<i>5412</i>	<i>Catalão</i>	<i>33.540</i>	<i>Ipameri</i>	<i>48261</i>
<i>Catalão</i>	<i>4061</i>	<i>Silvânia</i>	<i>32.175</i>	<i>Catalão</i>	<i>47626</i>
<i>Ipameri</i>	<i>3780</i>	<i>Ipameri</i>	<i>26.780</i>	<i>Silvânia</i>	<i>39306</i>
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	<i>3577</i>	<i>Campo Alegre de Goiás</i>	<i>22.100</i>	<i>Campo Alegre de Goiás</i>	<i>27978</i>
<i>Vianópolis</i>	<i>1377</i>	<i>Vianópolis</i>	<i>14.355</i>	<i>Orizona</i>	<i>21962</i>
<i>Orizona</i>	<i>1363</i>	<i>Orizona</i>	<i>9.553</i>	<i>Vianópolis</i>	<i>16428</i>
<i>Total desses municípios</i>	<i>19570</i>	<i>Total desses municípios</i>	<i>138503</i>	<i>Total desses municípios</i>	<i>201561</i>
<i>Participação no estado</i>	<i>10,91%</i>	<i>Participação no estado</i>	<i>13,58%</i>	<i>Participação no estado</i>	<i>7,78%</i>

Fonte: PAM/IBGE, 2000

No entanto, no que diz respeito à pecuária, o panorama se altera sensivelmente, dado que a concentração se altera no sentido norte/sul como no restante da economia e sim toma outras formas. Decresce de oeste para leste no que diz respeito à bovinocultura, mantém o padrão de decréscimo de sul para norte; na criação de frangos e suínos, decresce de norte para sul na equinocultura e adota para a criação de galinhas (leia-se: produção de ovos), um padrão de decréscimo de círculos concêntricos cujo centro está no triângulo Goiânia/Brasília/Anápolis, conforme a Tabela 2.2.8.

No que diz respeito à bovinocultura, que ainda hoje é um pilar da economia goiana, apesar de o padrão de distribuição demonstrado na Tabela 2.2.8 não discrimina-

las, há significativas diferenças entre a distribuição espacial dos criadores de gado para corte e para leite que não raro ocupam espaços distintos.

Tabela 2.2.8: Goiás_ efetivo da pecuária (2000)

	<i>Bovinos</i>	<i>Eqüídeos</i> ⁷²	<i>Suínos</i>	<i>Frangos</i> ⁷³	<i>Galinhas</i>
<i>Norte Goiano</i>	3170796	83.738	121100	511532	382460
<i>Nordeste Goiano</i>	1234718	44.405	53610	298920	190900
<i>Entorno Rodoviário</i>	559630	25.741	49990	544700	450200
NORTE	4965144	153884	224700	1355152	1023560
PARTICIPAÇÃO	27,0%	30,6%	19,1%	7,3%	13,4%
<i>Mato Grosso Goiano</i>	3131654	102.845	260818	2750858	2136475
<i>Vale do Araguaia</i>	2236600	45.258	54565	179670	117205
<i>Central de Goiás</i>	512657	17.099	76784	740211	1447995
CENTRO	5880911	165202	392167	3670739	3701675
PARTICIPAÇÃO	32,0%	32,9%	33,4%	19,7%	48,3%
<i>Entorno Ferroviário</i>	286345	9.705	22200	1041500	369500
<i>Sudoeste Goiano</i>	3611887	74.886	297910	6204750	745240
<i>Sul Goiano</i>	2590982	61.246	143848	2023750	1566990
<i>Margem Estrada de Ferro</i>	1063953	37.719	93535	4368530	249980
SUL	7553167	183556	557493	13638530	2931710
PARTICIPAÇÃO	41,1%	36,5%	47,5%	73,1%	38,3%
Goiás	18.399.222	502.642	1.174.360	18.664.421	7.656.945
Brasil	169.875.524	8.421.849	31.562.111	659.245.547	183.494.626

Fonte dos dados: PPM /IBGE (2000)

Assim, enquanto a bovinocultura de leite em geral utiliza estabelecimentos fundiários médios ou pequenos para ser desenvolvida, coadunando-se com um padrão fundiário mais eqüitativo e um uso mais intensivo de mão-de-obra, a de corte é geralmente praticada extensivamente em grandes estabelecimentos, resultando não apenas numa maior concentração de terras como no seu corolário, i.e, numa densidade demográfica mais baixa. O eixo da pecuária de corte está francamente concentrado na porção norte-ocidental do estado, enquanto a pecuária de leite se concentra na porção centro-sul-oriental do Estado de Goiás.

Como esse padrão distributivo da bovinocultura goiana sofreu poucas alterações desde os anos finais do século XVIII, portanto há mais de dois séculos e meio. Assim,

⁷² Eqüinos, asininos e muares.

⁷³ Galos, frangos, frangas e pintos de um dia.

pode não ser coincidência que à porção dominada pela pecuária de corte corresponda uma estrutura demográfica francamente rural bem como padrões demográficos, econômicos e sociais em geral bastante débeis e à porção em que é amplo o domínio da pecuária de leite se verifique justamente o inverso.

A exceção é o Sudoeste de Goiás o qual, além de apresentar uma cidade urbana, Rio Verde, tem vários núcleos populacionais com população oscilando entre 30 mil e 80 mil habitantes. Entretanto sua colonização bem mais antiga e o papel majoritário que a agricultura exerce na região (ver tabelas 2.2.4 e 2.2.5), além de sua vizinhança com o Triângulo Mineiro (ver Introdução) sugerem que as diferenças desta região em relação ao restante do oeste goiano são dignas de serem consideradas.

Na Margem da Estrada de Ferro o padrão de distribuição do efetivo pecuário também é sensivelmente diverso daquele observado na agricultura. Os municípios de Ipameri, Catalão, Silvânia, Corumbaíba e Orizona concentram cerca de 60% do rebanho bovino regional, conforme se pode ver na Tabela 2.2.9.

Em Silvânia, Orizona e Corumbaíba a pecuária de leite predomina sensivelmente e em Catalão e Ipameri há um padrão misto. Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, Campo Alegre de Goiás e Vianópolis também têm rebanhos de alguma monta.

Nos demais, ainda que haja uma visível especialização em municípios como Nova Aurora, Cristianópolis (leite) e Davinópolis (corte) há o que se pode chamar de pecuária de subsistência monetária, cujo objetivo é menos fornecer fontes de proteína animal do que auferir dinheiro através da venda de queijos.

No que diz respeito à suinocultura, atividade que não é tradicional em Goiás, para o conjunto do Estado a colaboração das regiões Central de Goiás (próximo aos consumidores) e Sudoeste (próximo às matérias primas) foi de quase 50% do total estadual, conforme a Tabela 2.2.8.

Em relação à Margem, apenas Ipameri, Silvânia, Catalão e Orizona tinham em 2000 rebanhos de suínos de algum porte, o mesmo valendo embora num padrão mais precário, para os municípios de Pires do Rio, Corumbaíba, Vianópolis, Campo Alegre de Goiás e Santa Cruz de Goiás. Nos demais há apenas uma suinocultura de subsistência.

Entretanto, na avicultura conforme se pode ver na Tabela 2.2.8 a Margem da Estrada de Ferro tem uma participação importante no total estadual, dado que a região e o Sudoeste Goiano juntos respondem por cerca de 80% do total estadual.

Tabela 2.2.9: Margem da Estrada de Ferro_ efetivo da pecuária (2000)

	<i>Bovinos</i>	<i>Eqüídeos</i>	<i>Suínos</i>	<i>Frangos</i>	<i>Galinhas</i>
<i>Anhanguera</i>	3.300	200	225	1.280	700
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	56.500	2.650	4.400	85.000	6.500
<i>Catalão</i>	135.000	4.950	13.100	350.000	28.350
<i>Corumbatuba</i>	108.603	2.870	4.770	18.350	8.780
<i>Cristianópolis</i>	14.000	450	835	3.550	3.050
<i>Cumari</i>	41.150	1.093	2.100	12.000	8.000
<i>Davinópolis</i>	21.000	845	2.380	26.000	6.000
<i>Goiandira</i>	36.100	1.205	2.550	22.000	8.900
<i>Ipameri</i>	145.400	4.500	18.200	700.000	22.500
<i>Nova Aurora</i>	19.000	471	730	4.000	2.100
<i>Orizona</i>	96.600	4.175	10.400	620.200	55.800
<i>Ouvidor</i>	19.900	630	1.150	19.000	6.800
<i>Palmelo</i>	3.060	105	415	200.000	900
<i>Pires do Rio</i>	78.100	1.980	5.900	1.399.400	2.600
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	61.240	2.140	4.000	166.500	10.500
<i>Silvânia</i>	126.200	6.310	15.200	65.000	58.000
<i>Três Ranchos</i>	9.100	465	980	35.000	2.400
<i>Urutaí</i>	38.200	985	1.550	625.000	4.600
<i>Vianópolis</i>	51.500	1.695	4.650	16.250	13.500
MARGEM ESTRADA DE FERRO	1063953	37.719	93535	4368530	249980

Fonte dos dados: PPM /IBGE (2000)

No Sudoeste, a unidade industrial da Perdígão e a grande oferta de grãos podem ser responsabilizadas pela importância da avicultura naquela região. Já no caso da Margem da Estrada de Ferro, mais até que a também considerável produção de grãos e insumos necessários para a produção de ração, provavelmente foi a estrutura fundiária desconcentrada que auxiliou o desenvolvimento da avicultura de corte.

Cumprir destacar que após 2003 a avicultura do município de Catalão entrou em *débacle* graças ao fim dos contratos da Granja Rezende na região. Os demais municípios em que a atividade é importante mantêm sua posição graças a frigoríficos/abatedouros locais: um maior em Pires do Rio e um menor em Ipameri.

Inclusive são estes dois municípios e o de Urutaí que fica localizado entre eles (ver Mapa 01) os maiores produtores da região; a este grupo poderiam ser acrescentados

em 2000 os municípios de Silvânia e Catalão (praticamente fora da atividade em dezembro de 2003).

Algum destaque na atividade deve ser dado ainda a alguns municípios vizinhos de Pires do Rio e/ou Ipameri, tais como Palmelo, Santa Cruz de Goiás e em menor escala; Campo Alegre de Goiás. Nos demais, pouco há.

Digna de destaque é a significativa criação regional de 'frangos caipiras', centrada nos municípios de Orizona, Silvânia, Ouidor e Vianópolis, que tende a ser ampliada graças à construção de um abatedouro específico para este tipo de aves; ainda em Orizona há a criação para o abate de aves híbridas entre galos (*Gallus gallus*) e uma espécie local de mutum (a *Crax globulosa spix*)⁷⁴, notáveis pelo sabor de sua carne, que tende a se expandir.

Quanto à criação de aves de postura, ela se concentra - dada a fragilidade e perecibilidade inerente aos ovos - próximos aos grandes centros consumidores o que justifica o fato de que juntas as regiões Central de Goiás, Mato Grosso Goiano (próximas ao triângulo Goiânia/Brasília/Anápolis) e Sul Goiano (próximo a Uberlândia e Goiânia) respondam por pouco menos de 60% do total estadual. No entanto isso não explica por que a Margem e o Entorno Ferroviário, regiões tão ou mais próximas a centros consumidores importantes, não sejam também grandes criadores de galinhas e logo, grandes produtores de ovos.

Uma teoria é que embora a atividade possa ser desenvolvida comercialmente em pequenas unidades de produção familiar, ela exige um volume de recursos tal que a torna proibitiva aos agricultores familiares da Margem. Do mesmo modo, por ser intensiva em mão-de-obra não atrai grandes produtores. De qualquer forma, na Margem a atividade comercial de criação de galinhas é desenvolvida, sobretudo em Orizona e Silvânia, conquanto tenha também alguma importância os avicultores dos municípios de Catalão, Ipameri, Silvânia e Santa Cruz de Goiás.

⁷⁴Essas duas espécies costumam entrecruzar-se naturalmente onde haja ambas as espécies; significativo foi um pequeno produtor de Orizona ter percebido que o híbrido resultante era uma ave de grande valor de mercado e a partir de então começar criá-lo comercialmente.

2.3 MARGEM DA ESTRADA DE FERRO: ALGUNS REFLEXOS DO SETOR PRIMÁRIO NO TERCIÁRIO

Apresentado o quadro da distribuição de alguns dos principais produtos agropecuários na região, passa-se em seguida para a mensuração dos efeitos dessa produção no setor terciário da economia regional.

O que se pretende demonstrar é que não importa muito o tamanho da economia agropecuária de um município no que diz respeito ao encadeamento entre os setores primário e terciário locais: o desenvolvimento de setores não-primários nas cidades será muito mais uma função da população dessas do que de seu produto, embora se deva considerar a importância da relação entre produto e população.

Desta forma, fatos como a produção agropecuária de Catalão ser menor que a de Ipameri, ou a de Pires do Rio ser muito menor que as de Silvânia e Orizona, não impedem que as atividades correlacionadas ao setor agropecuário sejam mais significativas nesses do que naqueles municípios.

Assim, parece que o comércio responde muito mais a uma população numerosa do que a um setor primário pujante do mesmo modo que a riqueza gerada na agricultura apenas em alguns casos reverte para as sedes populacionais ou mesmo para o campo como um todo⁷⁵. Entre esses casos se encontra a presença de agricultores familiares, dado inclusive que a utilidade marginal do consumo é maior nesse grupo, e movimentam o pequeno comércio.

De qualquer maneira o desempenho de alguns setores não-primários na economia da Margem da Estrada de Ferro é emblemático. Portanto, longe de se analisar os padrões econômicos em termos de valor da produção e dos salários pagos por cada setor não-primário da economia - o que será feito no próximo item - o que se pretende neste instante é apresentar a conformação "física" destes setores em cada município. Ou seja, trabalhar com dados referentes à presença física de empresas e não com o produto destas, inclusive por que estes serão mostrados adiante.

O primeiro setor analisado será o de fornecedores de insumos e serviços agropecuários, dado que neste setor específico era de se esperar que se encontrasse a

⁷⁵ Emblemático nesse sentido são os municípios de Perolândia e Turvelândia, que ao mesmo tempo em que estão entre os cinco municípios de maior PIB per Capita do Estado de Goiás, encontram-se também entre os vinte de mais baixo IDH.

maior relação entre o setor agropecuário e o setor terciário. No entanto não é o que acontece conforme se pode observar na Tabela 2.3.1, logo a seguir.

Nesta, inicialmente é possível se observar a grande concentração de empresas do setor no município de Catalão, a qual é bastante desproporcional em relação ao peso deste município no setor agropecuário, já demonstrado neste ítem. Também é possível se ver que embora municípios de grande o produto primário, tais como Ipameri, Orizona, Corumbaíba e Campo Alegre de Goiás também apresentem uma boa presença deste tipo de comércio, também o tem Pires do Rio, cuja produção agropecuária é pouca coisa além de mediana, ressalvada a avicultura⁷⁶, mas que tem a segunda mais populosa cidade da região.

Tabela 2.3.1: Margem da Estrada de Ferro_ empresas fornecedoras de insumos e serviços agropecuários com terminais telefônicos, 2003

	Produtos agropecuários		Maq. Agrícolas	Sementes	Adubos e Acessoria	
	P. Jurídica	P. Física			corretivos	
Anhanguera						
Campo Alegre de Goiás	2	1	2	1	2	2
Catalão	30	7	11	3	9	11
Corumbaíba	7					1
Cristianópolis	2	2				1
Cumari	2					
Davinópolis						
Goianã	1					
Ipameri	7		1		1	4
Nova Aurora	2					
Orizona	5	9		2	1	4
Ouvidor						2
Palmelo	4	2				
Pires do Rio	2		4	1		3
Santa Cruz de Goiás	1					1
Silvânia	n/d					
Três Ranchos						
Urutaí	1	1				1
Vianópolis	n/d					
S. Antônio do Rio Verde ⁷⁷	2					

Fonte dos dados: Telelistas, 2004.

⁷⁶ Alias cumpre ressaltar: a avicultura de corte se desenvolveu no município depois e não antes da instalação do abatedouro.

⁷⁷ Distrito do município de Catalão

No que diz respeito aos importantes setores de educação e saúde, cruciais inclusive para a determinação do IDH e de uma boa qualidade de vida, mais uma vez é a população das cidades que parece reger a sua distribuição e não há motivos para se pensar que o caso da Margem seja uma exceção.

Outro dado que chama a atenção na Tabela 2.3.2 é a presença considerável de unidades de ensino superior gratuito, inclusive duas instituições federais _CAC/UFG e CEFET-Urutaí, bem como centros de ensino técnico agropecuário. Isso pode ter colaborado para que dos quinze municípios de maior **IDHM-E** em Goiás, oito se encontrem na Margem da Estrada de Ferro.

O bom número de hospitais, sobretudo em se considerando que é uma região de pouco mais de 200 mil habitantes, pode também ser responsabilizado tanto pelo baixo índice de mortalidade infantil quanto por sua consequência: a alta esperança de vida ao nascer de alguns municípios.

Tabela 2.3.2: Margem da Estrada de Ferro_ unidades de saúde e ensino superior e técnico agropecuário com terminais telefônicos (2003)

	<i>Hospitais</i>			<i>Ensino Superior</i>		
	<i>públicos</i>	<i>Partic.</i>	<i>Laboratórios</i>	<i>Ensino Tec. Agr.</i>	<i>Público</i>	<i>Privado</i>
<i>Ananguera</i>						
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	1		1			
<i>Catalão</i>		3	7	<i>Municipal</i>	<i>Federal</i>	<i>Particular</i>
<i>Corumbáiba</i>						
<i>Cristianópolis</i>		1				
<i>Cumari</i>	1					
<i>Davinópolis</i>						
<i>Goiandira</i>		1				
<i>Ipameri</i>		1	2	<i>Municipal</i>	<i>Estadual</i>	<i>Confessional</i>
<i>Nova Aurora</i>		1				
<i>Orizona</i>		1	1	1		
<i>Ouvidor</i>	1					
<i>Palmelo</i>		1				
<i>Pires do Rio</i>	1	2	2		<i>Estadual</i>	<i>Particular</i>
<i>Santa Cruz de Goiás</i>						
<i>Silvânia</i>	<i>n/d</i>	1	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>	<i>Estadual</i>	
<i>Três Ranchos</i>						
<i>Urutaí</i>			1	(1)	<i>Federal</i>	
<i>Vianópolis</i>	<i>n/d</i>	1	<i>n/d</i>			

Fonte dos dados: Telclistas, 2004.

Colaborará também nesse sentido o Hospital Materno Infantil de Catalão, a ser inaugurado em 2004 e que, embora administrado pela municipalidade, será aberto também a pacientes dos municípios da Margem da Estrada de Ferro e da margem mineira do Paranaíba (Grupiara, Douradoquara, Estrela do Sul e Cascalho Rico), o que tenderá talvez a melhorar alguns indicadores regionais de qualidade de vida.

Do mesmo modo e seguindo o padrão já observado, a oferta de serviços diversos é também uma função da população das cidades. Assim, mesmo que o vigor econômico produzido no setor primário produza algum resultado no terciário, como se pode observar na Tabela 2.3.3 (Corumbaíba e Orizona), não há ainda a proporcionalidade que se poderia esperar, caso a correspondência fosse imediata.

No comércio como nos serviços não há alteração significativa e tanto quanto a quantidade de empresas verifica-se também que a diversidade de setores é do mesmo modo uma função da população das cidades.

Tabela 2.3.3: Margem da Estrada de Ferro_ ofertadores de serviços com terminais telefônicos (2003).

	<i>Agências Bancárias</i>	<i>Cartórios</i>	<i>Auto-escolas</i>	<i>Contabilidade e Auditoria</i>
<i>Anhanguera</i>				
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	1			
<i>Catalão</i>	7	3	21	31
<i>Corumbaíba</i>	2	1	1	2
<i>Cristianópolis</i>	1		1	
<i>Cumari</i>	1			1
<i>Davinópolis</i>				
<i>Goianã</i>	1	1	1	
<i>Ipameri</i>	3	1		5
<i>Nova Aurora</i>				1
<i>Orizona</i>	2	1	1	1
<i>Ouvidor</i>	1	1		
<i>Palmelo</i>				
<i>Pires do Rio</i>	4	2	2	5
<i>Santa Cruz de Goiás</i>				
<i>Silvânia</i>	<i>n/d</i>			
<i>Três Ranchos</i>	1			
<i>Urutaí</i>	1	1		
<i>Vianópolis</i>	<i>n/d</i>			

Fonte dos dados: Telelistas, 2004.

Cumprе ressaltar que esta função não é exata: a correlação parece ser mais sensível para aqueles municípios onde há setores que demandam baixo investimento

individual e onde os produtos ofertados têm na média baixo preço do que naqueles onde os estabelecimentos que predominam demandam investimento inicial mais alto e onde o preço médio dos produtos é substancialmente mais elevado. No entanto, o número de eventos não permite que se seja conclusivo.

Outros fatores importantes para a configuração da distribuição espacial são os custos do transporte e a proximidade dos fornecedores, os quais revelam sua importância sobretudo no caso do comércio de materiais para a construção civil, conforme a Tabela 2.3.4, logo a seguir.

Todavia, mesmo que em rubricas como “supermercados” _ a qual engloba também mercearias, armazéns e ofertadores de secos e molhados_ em geral haja uma distribuição paritária em relação à população no que diz respeito ao número dos estabelecimentos, não se pode ter certeza que essa relação se repita no que diz respeito à quantidade e ao número de mercadorias ofertadas.

Tabela 2.3.4: Margem da Estrada de Ferro_ Condição dos principais ramos do comércio com terminais telefônicos, 2003

	<i>Supermercados</i>	<i>Móveis</i>	<i>Construção</i>	<i>Calçados, tecidos e vestuário</i>	<i>Bebidas</i>
<i>Anhanguera</i>	1			1	
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	3	1	1	3	
<i>Catalão</i>	53	22	36	111	10
<i>Corumbaliba</i>	6	1	3	2	1
<i>Cristianópolis</i>	5		1	1	
<i>Cumari</i>	2		1	1	
<i>Davinópolis</i>	0				
<i>Goianã</i>	1		3	2	
<i>Ipameri</i>	14	7	6	19	
<i>Nova Aurora</i>	1			1	
<i>Orizona</i>	8	4	5	11	2
<i>Ouvidor</i>	1	1			
<i>Palmelo</i>	0				
<i>Pires do Rio</i>	18	8	19	25	4
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	1		2		
<i>Silvânia</i>					
<i>Três Ranchos</i>	2		1		
<i>Urutai</i>	1				
<i>Vianópolis</i>	0				
<i>Domiciano Ribeiro</i> ⁷⁸	2		1		

Fonte dos dados: Telelistas, 2004

⁷⁸ Distrito de Ipameri

Considerando o que já se colocou, os municípios mais populosos comportam estabelecimentos de maior monta, graças provavelmente ao fato de seus mercados serem centrípetos.

No que diz respeito aos ora chamados serviços de lazer, apresentados na Tabela 2.3.5 logo abaixo, a concentração da oferta em Catalão é ainda maior que nos casos anteriores - exceção feita aos clubes - além de ser digno de destaque que somente nas três maiores sedes populacionais, quais sejam Catalão, Pires do Rio e Ipameri, há a oferta de todas as possibilidades listadas.

Tabela 2.3.5: Margem da Estrada de Ferro_ serviços e indústria de lazer com terminais telefônicos, 2003

	<i>Lanchonetes</i>	<i>Restaurantes</i>	<i>Clubes</i>	<i>Hotéis e Pousadas</i>	<i>Serviços de Beleza</i>
<i>Anhanguera</i>			1		
<i>Campo Alegre de Goiás</i>		2		2	
<i>Catalão</i>	15	23	5	12	27
<i>Corumbaíba</i>	1	2			3
<i>Cristianópolis</i>	1				
<i>Cumari</i>					
<i>Davinópolis</i>					
<i>Goianira</i>					
<i>Ipameri</i>	3	4	2	2	4
<i>Nova Aurora</i>					
<i>Orizona</i>	1	2	1	2	
<i>Ouvidor</i>					
<i>Palmelo</i>				3	1
<i>Pires do Rio</i>	6	4	3	2	5
<i>Santa Cruz de Goiás</i>					
<i>Silvânia</i>	<i>n/d</i>				
<i>Três Ranchos</i>	1		1	4	
<i>Urutaí</i>	<i>n/d</i>				
<i>Vianópolis</i>					

Fonte dos dados: Telelistas, 2004

Por fim, essa concentração, bem como a sua não correspondência com os ganhos da agropecuária, não se resume ao setor terciário enquanto atividade econômica e ocorre também no panorama institucional, o qual é um indicador importante do grau de coerência social interna e cooperação dentro dos municípios e mesmo entre eles.⁷⁹

⁷⁹ A respeito desse assunto convém ler a excelente obra de Robert Writh: “*Não-Zero _ A Lógica do Destino Humano*”, publicado pela Editora Campus.

Nesse sentido convém um pequeno parêntesis a fim de se destacar ainda que muito brevemente dois temas: a divisão do trabalho e a cooperação. O primeiro destes foi muito caro a Adam Smith e sobre ele muito já se discutiu de forma que basta destacar sua importância e reafirmar um fato conhecido: o de que ela será tanto mais profunda quanto maiores forem as unidades produtivas. Neste sentido a presença dessas grandes unidades, mais que do que garantir a geração de muitos empregos, também incute dinamismo na economia, sobretudo nos tempos atuais em que a terceirização dá a possibilidade de surgimento e crescimento de empresas locais.

Já em relação à cooperação ela é importante tanto no nível dos atores econômicos na medida em que possibilita uma mais eficiente circulação de informações garantindo maior perfeição no funcionamento da economia.

Tabela 2.3.6: Margem da Estrada de Ferro_ instituições associativas com terminais telefônicos, 2003

	<i>sindicatos</i>		<i>Associações</i>	<i>Conselhos de Classe</i>
	<i>trabalhadores</i>	<i>patronais</i>		
<i>Anhanguera</i>				
<i>Campo Alegre de Goiás</i>		1		
<i>Catalão</i>	7 ⁸⁰	2	17	2
<i>Corumbalza</i>	1	1	1	
<i>Cristianópolis</i>		1		
<i>Cumari</i>				
<i>Davinópolis</i>			1	
<i>Goiandira</i>		1	3	
<i>Ipameri</i>			6	2
<i>Nova Aurora</i>				
<i>Orizona</i>	1 ¹⁴	1	4	
<i>Ouvidor</i>			1	
<i>Palmelo</i>				
<i>Pires do Rio</i>	1	1	9	2
<i>Santa Cruz de Goiás</i>		1		
<i>Silvânia</i>	n/d			
<i>Três Ranchos</i>				
<i>Urutai</i>				
<i>Vianópolis</i>	n/d			
<i>Domiciano Ribeiro</i>			1	

Fonte: Telelistas, 2004

Do mesmo modo, na medida em que atores organizados conseguem cooperar num nível superior ao local através de instituições como as associações regionais de

⁸⁰ Existe sindicato de trabalhadores rurais

produtores ou de portadores de determinadas enfermidades, estes também conseguiram competir de forma muito mais eficiente pelo acesso a bens, serviços e mercados, beneficiando a região como um todo.

Outra coisa que chama a atenção na Tabela 2.3.6, é o baixo número de sindicatos de trabalhadores dos quais só os há em algum número na sede do município de Catalão. Mesmo considerando que algumas das associações acabam na realidade funcionando como sindicatos a sub-representatividade dos trabalhadores na sociedade organizada da Margem é patente.

Um outro dado significativo é que, ao menos no tocante a lista telefônica, apenas os trabalhadores rurais e pequenos proprietários de Catalão e Orizona e Silvânia, dispõem de sindicatos para representá-los, o que diminui seu poder na relação com os grandes empregadores rurais e também não contribui para uma melhoria nos padrões salariais e laborais.

Entretanto, se isso ocorre no nível do trabalho assalariado, o mesmo não se dá no nível associativo. As Associações de Agricultores Familiares em Orizona e Silvânia, bem como as reuniões que se fazem em torno dos 'Centros Comunitários', no sul da Margem, desempenham um papel muito importante na coesão interna das comunidades rurícolas.

A coesão rurícola dá-se assim, não prioritariamente nas relações entre trabalho e capital, ao menos por parte dos trabalhadores⁸¹, mas entre trabalho e terra, pois não apenas ainda existem mutirões e 'vinganças'⁸² por toda a Margem, como a atuação política é comum, com comunidades inteiras 'votando em bloco' e reivindicando de igual maneira.

⁸¹ Proporcionalmente a Margem é a região que mais tem Sindicatos Rurais, i. e, associações entre patrões, em todo o Estado de Goiás.

⁸² Mutirão não solicitado, feito de surpresa, não apenas para a realização de alguma tarefa específica, como de uma 'reforma mais geral'.

2.4 MARGEM DA ESTRADA DE FERRO: O SETOR SECUNDÁRIO

Espera-se já se ter demonstrado o fato de ser a Margem da Estrada de Ferro uma região rural não predominantemente agropecuária. Todavia, mesmo que isso já tenha sido apresentado, não se pode negar que falta ainda uma visualização do setor secundário da economia da Margem da Estrada de Ferro. É justamente isso que se propõe neste ítem.

Assim, inicialmente serão apresentadas neste ítem as principais unidades industriais da região bem como será lançado uma vista sobre dois setores importantes para a economia de quase todos os pequenos municípios estradoferranos: as indústrias ceramistas e as de laticínios, as quais são virtualmente as únicas empregadoras privadas de algum porte em várias pequenas cidades.

Mesmo que essas unidades não contemplem as chamadas “olarias”, instalações semi-artesanais de produção de tijolos e comuns nas zonas rurais dos municípios de Silvânia, Goiandira e Cristianópolis há de se destacar seu papel relativamente importante na geração de emprego formal (as cerâmicas) ou não (as olarias).

De todo modo, a curva modal do setor secundário da Margem abrange quase que tão somente as empresas listadas na Tabela 2.4.1, que são as maiores responsáveis pelo produto, pelos empregos e pelo faturamento do setor industrial na região.

Uma análise desta tabela mostra alguns padrões distintos: enquanto em Catalão há um número maior de grandes unidades industriais, distribuídas entre os setores químico e metal-mecânico, nos demais municípios geralmente há apenas uma única grande empresa exceção feita a Pires do Rio e Ouvidor.

De qualquer forma, não deixa de chamar atenção o fato de que à exceção da MMC/Mitsubishi, todas as grandes firmas estarem ligadas ao beneficiamento de matérias primas locais e mesmo entre estas, apenas a Mineração Catalão/Anglo American não está relacionada, a jusante ou a montante, ao setor de agronegócios.

Essas empresas além de colaborarem com as economias locais demandando mão-de-obra e pagando impostos, são importantes também por serem “incentivadoras” do retorno aos estudos, visto que no caso específico das unidades instaladas em Catalão, por exemplo, somente podem se candidatar para funcionários os trabalhadores que concluíram o ensino médio. Inclusive empresas como a Copebrás e a Mineração Catalão/Anglo American adotaram políticas agressivas de educação e treinamento para

seus funcionários, das quais a de melhor resultado parece ter sido o subsídio dos estudos (inclusive superiores) de seus funcionários.

Além disso, sem um diploma de curso superior ou sobretudo do SENAI, as chances de se conseguir colocação nestas empresas são bastante reduzidas. Isso fez com que a partir de 1997, se iniciasse uma verdadeira corrida rumo à educação e à capacitação profissional, de forma que somente até o ano de 2000 mais de 4.000 pessoas haviam feito algum curso na unidade do SENAI de Catalão.

Nos outros municípios esse processo não ocorreu com a mesma força, mas é de se esperar que ele se fortaleça na medida em que a industrialização avance e aumente a exigência por padrões mais elevados de ensino formal.

Tabela 2.4.1: Margem da Estrada de Ferro_ principais unidades industriais instaladas em 2003

<i>UNIDADES INDUSTRIAIS</i>	<i>LOCAL</i>	<i>RAMO</i>
<i>MMC/Mitsubishi</i>	<i>Catalão</i>	<i>Automobilístico</i>
<i>Cameco/John Deere</i>	<i>Catalão</i>	<i>Máquinas agrícolas</i>
<i>Ultrafertil</i>	<i>Catalão</i>	<i>Fertilizantes fosfatados</i>
	<i>Ouvidor</i>	<i>Extração mineral</i>
<i>Copebrás</i>	<i>Catalão</i>	<i>Fertilizantes fosfatados, fosfatados diversos</i>
	<i>Ouvidor</i>	<i>Extração mineral</i>
<i>Mineração Catalão/Anglo American</i>	<i>Catalão</i>	<i>Ferro-nióbio</i>
	<i>Ouvidor</i>	<i>Extração mineral</i>
<i>Bunge</i>	<i>Catalão</i>	<i>Fertilizantes</i>
<i>ADM</i>	<i>Catalão</i>	<i>Fertilizantes</i>
<i>Aubos Sudoeste</i>	<i>Catalão</i>	<i>Fertilizantes</i>
<i>Olvego</i>	<i>Pires do Rio</i>	<i>Óleos vegetais</i>
<i>Friato</i>	<i>Pires do Rio</i>	<i>Abatedouro; frigorífico</i>
<i>Agrocarne</i>	<i>Ipameri</i>	<i>Abatedouro; frigorífico</i>
<i>Italac/Goiasminas</i>	<i>Corumbaíba</i>	<i>Laticínios</i>
<i>Sakura Nakaya</i>	<i>Ouvidor</i>	<i>Alimentício</i>
<i>Aubos Moema</i>	<i>Orizona</i>	<i>Fertilizantes</i>
<i>Olvego</i>	<i>Vianópolis</i>	<i>Óleos Vegetais</i>

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2003.

Um outro setor que - como já se afirmou - é importante sobretudo para as pequenas cidades, distritos e alguns povoados, é o da indústria ceramista. Esta, se aproveitando de um lado da fonte virtualmente inesgotável de matérias-primas que é o solo argiloso da região e de outro da proximidade de grandes centros consumidores de

tijolos e telhas, como Goiânia, Brasília, Uberlândia e Anápolis, constitui-se numa atividade relativamente bem distribuída entre os municípios da Margem, conforme se pode observar á partir da Tabela 2.4.2, logo abaixo.

Para se ter uma idéia da importância dessas empresas, basta afirmar que 30% dos empregos formais (com carteira assinada) de Davinópolis são devidos a uma unidade industrial ceramista, caso que não é único.

Tabela 2.4.2: Margem da Estrada de Ferro: principais unidades industriais ceramistas em 2002

LOCAL	NOME DAS UNIDADES
<i>Catalão</i>	<i>Brasília e Catalão</i>
<i>Corumbaíba</i>	<i>Corumbá e Corumbaíba</i>
<i>Cristianópolis</i>	<i>São Miguel</i>
<i>Davinópolis</i>	<i>São Bento</i>
<i>Goiandira</i>	<i>Goiandira</i>
<i>Ipameri</i>	<i>Martins</i>
<i>Ouvidor</i>	<i>Paraíso</i>
<i>Pires do Rio</i>	<i>Pires do Rio</i>
<i>Pires Belo</i>	<i>Pires Belo</i> ⁸³
<i>Santo Antônio do Rio Verde</i>	<i>Rio Verde</i>
<i>Silvânia</i>	<i>várias (5 ou mais)</i>
<i>Vianópolis</i>	<i>várias (5 ou mais)</i>

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2003.

Outros grandes consumidores da produção agropecuária da Margem são as cooperativas de produtores, algumas delas frutos da associação local, o que é o caso sobretudo dos municípios mais antigos, outras que funcionam como unidades externas à sede, o que ocorre geralmente nos municípios mais recentemente instalados, conforme Tabela 2.4.3, na página seguinte.

Essas cooperativas não apenas captam a produção local como, no caso daquelas que foram fundadas por produtores locais, a industrializam e chegam mesmo a ter sua própria linha de insumos mais utilizados, como fosfato bicálcio, fertilizantes e rações animais.

Embora essas cooperativas nem de longe apresentem a pujança econômica de cooperativas do sul e sudoeste do estado, como a COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores de Goiás) de Rio Verde, a COMPSGOL (Cooperativa Mista dos Produtores

⁸³ Povoado de Catalão

do Sul Goiano Ltda.) de Goiatuba e a COPLEM (Cooperativa dos Produtores de Leite de Morrinhos) de Morrinhos, desempenham um importante papel na região. E não apenas na medida em que absorvem, e em alguns casos industrializam a produção local, como também elas se constituem em fórum de defesa dos agropecuaristas locais, blindando-os de crises como a enfrentada pelo município de Santa Helena de Goiás no final de 2003, em função da insolvência da Parmalat.

Aliás, neste caso específico não se pode deixar de dar crédito ao fato de que à exceção de Campo Alegre de Goiás todos os demais municípios da região estavam ligados ou ao sistema *Nestlé*, como Catalão e Ipameri ou ao *Italac*, da Cooperativa Central de Produtores de Leite de Minas Gerais (todos os demais municípios).

Tabela 2.4.3: Margem da Estrada de Ferro: Cooperativas agropecuárias em 2002

LOCAL	NOME	SEDE
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	<i>Coop. Cafeicultores de Mandaguari</i>	<i>PR</i>
<i>Catalão</i>	<i>Coop. Agropecuária de Catalão</i>	<i>GO</i>
<i>Corumbaíba</i>	<i>Coop. Agropecuária Prod. Rurais de Corumbá</i>	<i>GO</i>
<i>Cristianópolis</i>	<i>Coop. Central dos Produtores de Leite de Minas Gerais</i>	<i>MG</i>
<i>Ipameri</i>	<i>Coop. Agropecuária do Vale do Corumbá</i>	<i>GO</i>
	<i>Coop. Agropecuária de Ipameri</i>	<i>GO</i>
<i>Orizona</i>	<i>Coop. Agropecuária Prod. Rurais de Orizona</i>	<i>GO</i>
	<i>Coop. Central dos Produtores de Leite de Minas Gerais</i>	<i>MG</i>
<i>Pires do Rio</i>	<i>Coop. dos Agricultores da Região de Orlandia</i>	<i>SP</i>
	<i>Coop. Central dos Produtores de Leite de Minas Gerais</i>	<i>MG</i>
<i>Silvânia</i>	<i>n/d</i>	
<i>Vianópolis</i>	<i>n/d</i>	

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2003.

Entretanto, não são todos os municípios que apresentam uma produção de leite expressiva o bastante para justificar economicamente a implantação de uma cooperativa de produtores ou mesmo de uma unidade cooperada, o que não significa que não haja produção de leite ou que esta produção seja utilizada apenas para o atendimento dos mercados locais.

Assim, nestes municípios ou mesmo em alguns que tenham cooperativas, mas onde também existam produtores que consigam uma quantidade de leite suficientemente grande, construíram-se pequenas usinas beneficiadoras que em alguns casos apenas

pasteurizam o leite e em outros produzem também derivados como queijos, manteiga e iogurte, conforme se pode visualizar na Tabela 2.4.4.

Como as cooperativas, mas obviamente num grau menor essas pequenas unidades beneficiadoras cumprem o duplo papel de serem empregadoras e de absorver a produção excedente.

É de se esperar que tanto os empregos criados quanto os volumes produzidos sejam tímidos, mas como tímidas também são essas economias locais, há de qualquer forma ganhos, sobretudo se for levado em conta que elas ajudam a evitar os efeitos da migração para o mundo urbano, o que acaba sendo útil tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

Tabela 2.4.4: Margem da Estrada de Ferro_ principais unidades processadoras de leite em 2002 (exceto cooperativas) com terminais telefônicos, 2003

<i>LOCAL</i>	<i>NOME</i>
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	<i>Parmalat Brasil S.A.</i>
<i>Catalão</i>	<i>Laticínios Queijolac Sta. Terezinha</i>
<i>Corumbaíba</i>	<i>Goiasminas Ind. de Laticínios.</i>
<i>Cristianópolis</i>	<i>Ind. e Com. de Laticínios Palmelo</i>
<i>Cumari</i>	<i>Laticínios Caldas Novas</i>
<i>Davinópolis</i>	<i>Laticínios Davinópolis</i>
<i>Goianãra</i>	<i>Laticínios Terra Branca</i>
<i>Ipameri</i>	<i>Ind. e Com. de Laticínios Goiano</i>
	<i>Laticínios Carvalho</i>
	<i>Laticínios Bela Vista</i>
	<i>Laticínios M.V.</i>
<i>Nova Aurora</i>	<i>Laticínios Ouro Branco</i>
<i>Palmelo</i>	<i>Ind. e Com. de Laticínios Palmelo</i>
	<i>Parmelat Ind. e Com. de Laticínios</i>
<i>Pires do Rio</i>	<i>Ind. Laticínios Pires do Rio</i>
<i>Silvânia</i>	<i>n/d</i>
<i>Vianópolis</i>	<i>n/d</i>
<i>Santo Antônio do Rio Verde (1)</i>	<i>Laticínios Luja</i>

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2003.

Porém, não são somente os setores nomeados atrás, os únicos em que há indústrias formais existentes em pequenas comunidades, de forma que se pode dizer que o setor secundário da Margem não se resume à soma de grandes empresas com pequenas outras companhias ceramistas e de beneficiamento de leite, conforme se pode

observar na Tabela 2.4.5. De todo o modo, essas outras unidades e mais a dos fabricantes informais de queijos, polvilho, farinha de mandioca, cachaça, doces e conservas, dispersos por toda a região, são personagens importantes de algumas economias da Margem, sobretudo entre aqueles que residem no campo. Do mesmo modo importante é o setor (formal e informal) de confecções que existe em Catalão, Ouvidor e Silvânia, principalmente.

Tabela 2.4.5: Margem da Estrada de Ferro_ outros setores industriais em 2002

<i>MUNICÍPIO</i>	<i>RAMOS EXISTENTES</i>	<i>MERCADOS</i>
<i>Catalão</i>	<i>Confecções; produção de queijos, polvilho e farinha</i>	<i>local a internacional</i>
<i>Anhangüera</i>	<i>Turismo</i>	<i>Regional</i>
<i>Campo Alegre de GO</i>	<i>Destilados; carne e preparados</i>	<i>local, regional</i>
<i>Cristianópolis</i>	<i>Biscoitos</i>	<i>local, regional</i>
<i>Goiandira</i>	<i>Beneficiamento de grãos, móveis</i>	<i>regional, nacional</i>
<i>Ipameri</i>	<i>Beneficiamento de grãos, de algodão; confecção</i>	<i>regional, nacional;</i>
<i>Nova Aurora</i>	<i>Alimentícios</i>	<i>local, regional</i>
<i>Orizona</i>	<i>Fertilizantes; bebidas; alimentícios; fumo, bebidas</i>	<i>local, regional</i>
<i>Ouvidor</i>	<i>Confecção; produtos de limpeza; polvilho e farinha</i>	<i>regional, nacional;</i>
<i>Pires do Rio</i>	<i>Abatedouro, frigorífico; bebidas, calçados, alimentícios</i>	<i>regional, nacional;</i>
<i>Silvânia</i>	<i>Confecções, alimentícios, bebidas</i>	<i>n/d</i>
<i>Três Ranchos</i>	<i>Turismo: hotéis, pousadas, clubes</i>	<i>local, regional</i>
<i>Vianópolis</i>	<i>n/d</i>	<i>n/d</i>

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2003.

Entretanto é necessário dizer que de forma alguma a indústria ou mais apropriadamente o emprego não-agropecuário, resume-se às empresas formais já citadas, dado que no meio rural de toda a região há empreendimentos não agropecuário e estes dificilmente possuem caráter formal.

Dentre essas unidades não-agropecuárias, aquelas que sejam talvez as mais interessantes, são as olarias. Comparadas as empresas cujos funcionários se contam na casa de algumas centenas ou mesmo acima do milhar, como as apresentadas na Tabela 2.4.1, essas olarias representam muito pouco ou mesmo nada para a economia formal, já que sua produção sequer é computada para o VAB.

Contudo, da mesma forma que alguns pequenos produtores de cachaça, que se encontram dispersos em vários municípios, bem como as inúmeras doceiras/compoteiras que podem ser encontrados na zona rural e nas pequenas cidades e

povoados da região, constituem uma fonte nada desprezível de trabalho e renda monetária não agropecuária da Margem da Estrada de Ferro.

Esses setores, inclusive em função da sua informalidade, são de mensuração muito difícil, embora de fácil percepção, bastando para isso que se vá aos pequenos mercados das cidades da região ou mesmo às feiras, para se encontrar produtos de “renome regional”. Entre estes, o fumo e a cachaça de Orizona, os doces e biscoitos de Cristianópolis, Goiandira e Silvânia, a farinha de mandioca de Pires Belo ou do “Paraíso” (comunidade rural de Ouvidor), os queijos da “Chapada” (comunidade próxima a Santo Antônio do Rio Verde). Há ainda uma série de outros produtos que compartilham entre si, além da informalidade na produção, uma quase clandestinidade nos mercados.

De fato, não fossem as referidas feiras, a venda porta a porta e os pequenos mercados locais, estes produtos apesar de gozar de grande aceitação não encontrariam consumidores dado que o interesse do poder público em normalizá-los e taxá-los convenientemente geralmente é superior ao de dar aos seus produtores, melhores condições de inserção em mercados mais amplos.

Todavia há de se enfatizar iniciativas públicas como as das prefeituras de Orizona, Nova Aurora e Cristianópolis, no sentido de encontrar mercados; e de Catalão, a qual construiu uma “casa de farinha” no povoado de Pires Belo para maximizar e ampliar a produção e padronizar o produto, o que acaba aumentando seu valor venal, pois os usuários produtores se obrigam a seguir certas normas de higiene e qualidade para ganhar a embalagem oficial de “farinha de Pires Belo”.

Pães feitos em Cumari; mel produzido em Goiandira; pimentas curtidas em Ouvidor, Corumbaíba e em Estrela do Sul e Douradoquara (ambas em Minas); cachaça feita em Orizona e Campo Alegre de Goiás; embutidos também de Campo Alegre de Goiás, bem como fumo de Orizona e queijos de Santo Antônio do Rio Verde podem igualmente ser encontrados sem muita dificuldade nos mercados e até em feiras de Catalão.

Diante disso e sobretudo do pouco tempo que esses produtos em geral ficam nas prateleiras dos pequenos mercados onde são vendidos⁸⁴, não seria difícil para os produtores desses e de outros bens de origem rural conseguir vendê-los em muito maior

⁸⁴ Os mercados de maior porte geralmente não os vendem tanto em função de uma política de quantidades mínimas de compras, quanto do temor de que esses produtos sejam confiscados.

quantidade, não fossem dois fatores: o entrave representado por segmentos governamentais mais interessados em taxar⁸⁵ do que em gerar renda e o baixo grau de cooperação entre os produtores.

Inclusive, o notório concentrador de rendas que vinha sendo o FCO⁸⁶, parece que reorientou seu eixo, graças a uma ação muito feliz do ministro Ciro Gomes, o qual mandou baixar uma resolução obrigando que 51% dos recursos deste fundo fossem destinados a pequenos empreendedores, agricultores familiares, associações de produtores e congêneres.

Cumpram-se destacar ainda que, aos poucos, importantes iniciativas estão sendo tomadas pelos próprios produtores como a constituição de uma associação de pequenos produtores em Orizona ou de fabricantes de biscoitos em Cristianópolis e mesmo associações supra municipais, como as dos pequenos confeccionistas e as dos produtores de cachaça, recentemente (2003) constituídas.

Essas iniciativas, mais que os resultados econômicos, são importantes no sentido que iniciam um processo de cooperação da sociedade civil em um nível supra municipal cujas conseqüências não podem deixar de ser boas.

⁸⁵ Ainda que haja um 'voto social de silêncio' que permite a esses produtos circular e serem comercializados dentro de certos limites sem serem importunados por qualquer tipo de fiscalização, esta não é definitivamente a condição ideal.

⁸⁶ Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

CAPÍTULO III: FEIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO DA MARGEM DA ESTRADA DE FERRO

3.1: MARGEM DA ESTRADA DE FERRO_ EMPRESAS, EMPREGOS, INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E SITUAÇÃO DAS MUNICIPALIDADES

Conquanto toda a discussão já feita possa ter estabelecido o caráter não rural da Margem da Estrada de Ferro, pode ser que a comprovação de suas características não-primárias não se tenha dado a contento. Neste sentido, este item buscará apresentar as empresas da região discriminadas por ramos de atividade; o mercado formal de trabalho por setores de ocupação e dados referentes ao sistema bancário. Ao mesmo tempo serão apresentadas as receitas e despesas das prefeituras da região, além das unidades de ensino e saúde, cuja importância está em promover a qualidade de vida.

Visto que o IDHM é aqui considerado o principal conceito na mensuração da qualidade de vida e dado também que este é construído a partir de indicadores de renda⁸⁷, saúde e educação, apresentar as instituições que promovem estes indicadores como parte significativa da aqui chamada 'face não-primária da economia' pode trazer benefícios duplos, ou ao menos isto se espera.

O primeiro passo nesse sentido é a apresentação do setor formal da economia da região, através da apresentação das empresas locais e dos setores em que atuam, conforme a Tabela 3.1.1.

Logo de início é necessário considerar que quatro municípios efetivamente têm um considerável número de empresas formais no setor primário: são esses Orizona, Silvânia, Catalão e Ipameri. Cumpre ressaltar que, embora esses quatro municípios concentrem cerca de 60% do VAB primário e da população total da Margem da Estrada de Ferro, não há como se saber, com certeza, se a quantidade de empresas orientadas para atividade primária seja correlata à população como um todo a uma de suas rubricas demográficas ou ao produto de seu setor primário.

⁸⁷ Embora se reconheça que estes são tanto mais subestimados quanto maior a proporção de agricultores familiares numa população, visto que em geral estes têm importante parcela de renda não monetária.

Em seguida, se deve considerar que o ramo onde mais existiam empresas em 1997 era o de comércio, embora este nem de longe fosse o maior empregador à época, o que indica que estas empresas são de pequeno porte. Somente em dois municípios da região o número de empresas dedicadas prioritariamente ao comércio não é o maior dentre todos os ramos: Anhangüera e Três Ranchos, os quais têm no turismo uma importante atividade econômica.

No restante dos municípios o setor de serviços é invariavelmente o segundo em termos de empresas a ele dedicadas. Quanto ao setor secundário, os municípios de Catalão, Pires do Rio, Ipameri e Silvânia detêm juntos cerca de $\frac{3}{4}$ das empresas dedicadas a atividade industrial na região, conforme se pode ver também na Tabela 3.1.1..

Tabela 3.1.1: Margem da Estrada de Ferro_ empresas, por setores, 1997.

EMPRESAS	Anhangüera	Cpo. Alegre GO	Catalão	Corumbalza	Cristianópolis
<i>Empresas Locais</i> ¹	13	106	1804	171	89
<i>CNPJ atuantes</i> ²	17	115	1904	182	97
<i>Indústria local</i> ³	5	5	229	20	7
<i>Comércio local</i> ⁴	4	69	1062	105	63
<i>Serviços local</i> ⁵	8	38	567	52	26
	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora
<i>Empresas Locais</i> ¹	54	26	89	527	32
<i>CNPJ atuantes</i> ²	59	30	95	554	35
<i>Indústria local</i> ³	9	3	13	64	4
<i>Comércio local</i> ⁴	33	17	51	313	23
<i>Serviços local</i> ⁵	17	10	30	131	5
	Orizona	Ouvidor	Palmelo	Pires do Rio	Santa Cruz GO
<i>Empresas Locais</i> ¹	227	73	73	651	37
<i>CNPJ atuantes</i> ²	241	81	79	684	42
<i>Indústria local</i> ³	24	8	4	73	6
<i>Comércio local</i> ⁴	123	42	44	430	20
<i>Serviços local</i> ⁵	73	29	31	136	14
	Silvânia	Três Ranchos	Urutaí	Vianópolis	
<i>Empresas Locais</i> ¹	302	75	58	214	
<i>CNPJ atuantes</i> ²	332	79	66	233	
<i>Indústria local</i> ³	54	8	6	42	
<i>Comércio local</i> ⁴	131	27	32	121	
<i>Serviços local</i> ⁵	108	44	24	64	

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, 2003

Onde:

(1) Empresas com CNPJ local, 1997.

- (2) Empresas com CNPJ atuante no município, 1997.
- (3) Empresa com CNPJ local atuante prioritariamente em atividade industrial, 1997.
- (4) Empresa com CNPJ local atuante prioritariamente em atividade comercial, 1997.
- (5) Empresa com CNPJ local atuante prioritariamente na prestação de serviços, 1997.

Ainda acerca do setor secundário, merece especial destaque o município de Orizona, no qual o número de empresas industriais é proporcionalmente a metade daquele verificado em Vianópolis e Corumbaíba, por exemplo. Pode justificar isso o fato de Orizona ser, ao lado do de Santa Cruz de Goiás, um dos dois únicos da Margem em que a população rurícola é maior do que aquela que reside na sede (ver Tabela 01 na Introdução).

De qualquer forma, tanto quanto o número de empresas não-primárias seria interessante que outros indicadores fossem utilizados para uma análise mais precisa do mercado de trabalho da região. Entre estes indicadores aquele que talvez trouxesse os melhores resultados seria o da distribuição dos empregos pelos setores da economia.

Entretanto, preferiu-se não utilizar este índice, pois da maneira como é elaborado, este acaba considerando tão somente os trabalhadores formais desse setor da economia, que são minoria.

Tabela 3.1.2: Margem da Estrada de Ferro _ Habitantes por Empresas em 1997.

<i>Município</i>	<i>Habitantes por empresa local</i>
<i>Palmelo</i>	31,6
<i>Cristianópolis</i>	32,9
<i>Catalão</i>	35,7
<i>Três Ranchos</i>	37,7
<i>BRASIL</i>	38,1
<i>Corumbaíba</i>	38,9
<i>Pires do Rio</i>	40,3
<i>GOIÁS</i>	40,6
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	42,7
<i>Ipameri</i>	42,9
<i>Vianópolis</i>	52,8
<i>Urutai</i>	53,5
<i>Goiandira</i>	55,8
<i>Cumari</i>	57,5
<i>Orizona</i>	57,6
<i>Ouvidor</i>	58,5
<i>Nova Aurora</i>	60,2
<i>Silvânia</i>	67,3
<i>Anhanguera</i>	68,8
<i>Davinópolis</i>	81,1
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	93,8

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, Censo Demográfico de 2000 e VEIGA (2003)

No caso da quantidade de empresas, como empreender sem documentação é crime, e trabalhar sem ter os direitos garantidos não o é, acaba que os dados acerca da quantidade de empresas são mais confiáveis do que os referentes ao trabalho.

Posto isso, e dada também à confiabilidade dos indicadores populacionais fornecidos pelo mesmo IBGE, se chegou à Tabela 3.1.2, a qual ainda que minimamente, permite calcular o grau de empreendedorismo da população.

Como o empreendedorismo é tema de obras que nas livrarias são encontradas geralmente na mesma prateleira que os livros de auto-ajuda e dado o '*pântano intelectual*' sobre o qual, segundo VEIGA (2003)⁸⁸, patinam alguns desses autores, se procurará adentrar o mínimo possível no tema.

Entretanto, merece alguma atenção o fato de Cristianópolis e Palmelo, dois municípios que juntos tem pouco mais de 5000 habitantes, serem aqueles nos quais há o maior número de habitantes por empresa sediada localmente. Isso parece ser uma evidência razoável do caráter não-agropecuário dessas economias, ainda mais se for considerado que estes municípios são respectivamente o terceiro e o segundo menor em área de toda a Margem.

Como o VAB industrial de Silvânia é proporcionalmente bem menor do que o número de empresas especializadas no setor secundário, é de se supor que as unidades industriais neste município sejam de pequeno porte e possivelmente orientadas para o processamento de produtos locais. Como a desproporção é considerável, deve ser ao mesmo tempo considerada a tanto a significativa proximidade deste município com três importantes centros consumidores (Anápolis, Goiânia e Brasília) como a quantidade de agricultores familiares, prováveis fornecedores da matéria-prima utilizada nessas empresas.

Desta forma, excetuado Catalão cuja sede contava mais de 50.000 habitantes em 1997 e que é um centro comercial local, e também se considerando que o outro município cujo grau de empreendedorismo é superior à média brasileira é Três Ranchos, pode se dizer que este último, mais os supracitados Palmelo e Cristianópolis são comunidades rurais empreendedoras. E basicamente o são por que aproveitam a oportunidade de um mercado superior muito superior à sua diminuta população local e

⁸⁸ VEIGA, 2003, op. Cit.

igualmente aproveitando produtos locais: belas paisagens no caso de Três Ranchos e leite em abundância, no que diz respeito à Palmelo e Cristianópolis.

Na outra ponta (consumo), Três Ranchos aproveita os milhares de turistas que todo mês visitam a cidade e Palmelo e Cristianópolis, das dezenas de milhares de pessoas que transitam mensalmente pela rodovia GO 330, que corta ambas as cidades. No caso destes três municípios seu caráter não agropecuário é considerável, o que a Tabela 3.1.3 apenas confirma.

Dado ainda as considerações sobre a distribuição do PIB por setor, mostrada no Mapa 04 do Capítulo I e a distribuição populacional presente na Tabela 01 (Introdução), pode-se caracterizar os municípios da Margem como na tabela abaixo. Nela, para se considerar uma estrutura demográfica agropecuária, adotou-se como critério mais de 33,3% da população rústica e para uma estrutura econômica agropecuária se considerou mais de 40% do PIB oriundo de atividades primárias.

Tabela 3.1.3: Margem da Estrada de Ferro_ caracterização das economias municipais

<i>Municípios</i>	<i>Estrutura Demográfica</i>	<i>Estrutura Econômica</i>
Anhangüera	não-agropecuária	não-agropecuária
Campo Alegre de Goiás	agropecuária	agropecuária
Catalão	não-agropecuária	não-agropecuária
Corumbáiba	não-agropecuária	não-agropecuária
Cristianópolis	não-agropecuária	não-agropecuária
Cumari	não-agropecuária	agropecuária
Davinópolis	agropecuária	agropecuária
Goiandira	não-agropecuária	não-agropecuária
Ipameri	não-agropecuária	agropecuária
Nova Aurora	não-agropecuária	não-agropecuária
Orizona	agropecuária	agropecuária
Ouvidor	não-agropecuária	não-agropecuária
Palmelo	não-agropecuária	não-agropecuária
Pires do Rio	não-agropecuária	não-agropecuária
Santa Cruz de Goiás	agropecuária	agropecuária
Silvânia	agropecuária	agropecuária
Três Ranchos	não-agropecuária	não-agropecuária
Urutai	não-agropecuária	agropecuária
Vianópolis	não-agropecuária	não-agropecuária

Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003) / Censo Demográfico de 2000.

Há de se notar que para se caracterizar o caráter agropecuário, tanto da estrutura demográfica quanto da estrutura econômica, concedeu-se bastante aos indicadores da

característica 'agropecuária'. Assim, se presumiu que apenas os habitantes rurícolas se dedicam a atividades agropecuárias⁸⁹, e que esta característica existe se 40% do PIB vier de atividades primárias, desde que menos de 20% provenham de atividades secundárias. Embora esta última característica parte do suposto de que os habitantes rurícolas se dedicam somente à agropecuária, sabe-se que isto nem sempre é verdadeiro.

Assim, para um município tivesse sua economia considerada agropecuária desconsideraram-se fatos como o que, para um VAB primário elevado colaboram o alto valor de venda e o baixo uso de equivalentes-homen-ano grados pelo cultivo de culturas como a soja, ou seja, se remeteu apenas a parcela capital/lucros do produto, se ignorando empregos e salários. Mesmo assim, apenas cinco dos dezenove municípios da Margem puderam ser avaliados como agropecuários nas duas rubricas: Silvânia, Orizona, Campo Alegre de Goiás, Davinópolis e Santa Cruz de Goiás.

Em relação ao trabalho formal, chama a atenção o fato de que todos os municípios têm como maiores empregadores as suas respectivas prefeituras municipais, o que dá uma dimensão da importância que têm o serviço público na região, sobretudo nos menores municípios. Inclusive em Anhangüera, Cumari, Davinópolis e Nova Aurora⁹⁰, mais da metade dos empregos formais existentes é oferecida pelas suas respectivas prefeituras municipais, conforme Tabela 3.1.4.

Mesmo em se considerando que o valor médio dos salários pagos por essas municipalidades é em geral baixo, ser servidor municipal ou profissional da educação são geralmente as opções mais seguras no mercado de trabalho destes municípios e em geral bastam para impedir a emigração.

O caso de serem as prefeituras as maiores empregadoras, pode ser observado na rubrica 'concentração 4', que mede a quantidade de pessoas que trabalham nos quatro maiores empregadores de cada município. Em Anhangüera esse índice chega a quase 93% e esses quatro empregadores só não respondem por 0,28% do total de rendimentos pessoais oferecidos pelas empresas formais do município.

Dos municípios com menos de dez mil habitantes somente Três Ranchos e Santa Cruz de Goiás não têm a metade ou mais de seus trabalhadores formais empregados nas sua quatro maiores unidades empregadoras.

⁸⁹ E mais: com isso presumiu-se também que a atividade agrícola era a única ou a mais importante de todos os habitantes rurícolas do município, o que nem sempre é verdadeiro.

⁹⁰ A estes municípios pertencem quatro das cinco menores médias salariais da Região, em 1997.

Provavelmente por que, conforme a Tabela 3.1.3 (item 3.1), esses dois municípios têm poucas indústrias ceramistas para se juntar aos empregadores de sempre dos pequenos municípios: prefeitura municipal, colégio(s) público(s) de ensino médio, escola(s) pública(s) de ensino fundamental. De qualquer forma estes são empregos nada agropecuários.

Tabela 3.1.4: Margem da Estrada de Ferro _ empregos e salários no mercado formal, 1997.

EMPREGO	Anhangüera	Campo Alegre GO	Catalão	Corumbalza	Cristianópolis
<i>Média de ocupados</i> ¹	9.65	3.17	4.71	2.86	3.18
<i>Salário médio</i> ²	196.40	359.68	403.30	404.24	315.82
<i>Concentração</i> 4 ³	92.68	55.62	22.49	50.67	54.87
<i>Concentração</i> 8 ⁴	96.95	62.74	27.87	55.66	60.71
<i>Concentração SP</i> 4 ⁵	99.72	88.86	43.98	88.04	94.85
<i>Concentração SP</i> 8 ⁶	100.00	93.86	54.48	93.59	99.20
	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora
<i>Média de ocupados</i> ¹	4.36	5.57	3.33	4.29	6.09
<i>Salário médio</i> ²	239.80	215.97	373.19	296.78	259.88
<i>Concentração</i> 4 ³	72.37	82.63	59.49	34.32	82.63
<i>Concentração</i> 8 ⁴	77.43	89.22	66.77	39.83	87.32
<i>Concentração SP</i> 4 ⁵	94.04	97.26	90.44	53.90	98.25
<i>Concentração SP</i> 8 ⁶	99.11	100.00	94.32	67.48	99.71
	Orizona	Ouvidor	Palmelo	Pires do Rio	Santa Cruz GO
<i>Média de ocupados</i> ¹	3.93	7.30	4.06	4.29	1.79
<i>Salário médio</i> ²	266.79	558.64	228.08	295.48	330.96
<i>Concentração</i> 4 ³	46.93	74.45	69.47	33.81	42.67
<i>Concentração</i> 8 ⁴	53.49	82.91	74.45	38.85	53.36
<i>Concentração SP</i> 4 ⁵	66.49	92.93	92.83	50.14	85.24
<i>Concentração SP</i> 8 ⁶	79.28	98.01	98.66	63.35	97.69
	Silvânia	Três Ranchos	Urutai	Vianópolis	
<i>Média de ocupados</i> ¹	3.80	3.56	3.02	3.77	
<i>Salário médio</i> ²	343.12	285.44	302.99	276.04	
<i>Concentração</i> 4 ³	34.66	41.99	67.34	36.75	
<i>Concentração</i> 8 ⁴	41.87	55.52	71.86	44.03	
<i>Concentração SP</i> 4 ⁵	58.22	73.51	96.66	61.00	
<i>Concentração SP</i> 8 ⁶	69.18	81.93	99.07	72.43	

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, 2003

Onde:

- (1) Média de pessoas ocupadas nas unidades locais, 1997.
- (2) Salário médio por pessoa ocupada assalariada nas unidades locais, 1997.
- (3) Percentual de concentração do pessoal ocupado assalariado nas quatro maiores unidades locais, 1997.
- (4) Percentual de concentração do pessoal ocupado assalariado nas oito maiores unidades locais, 1997.
- (5) Percentual de concentração dos salários pagos nas quatro maiores unidades locais, 1997.
- (6) Percentual de concentração dos salários pagos nas oito maiores unidades locais, 1997.

No que se refere à já referida concentração dos salários pagos, a concentração exercida pelos maiores empregadores é ainda maior: em onze municípios os quatro maiores empregadores são responsáveis por mais de 5/6 o volume de salários pagos a trabalhadores formais, sendo que em quatro deles - Anhangüera, Davinópolis, Nova Aurora e Urutai - esse volume ultrapassa a casa dos 95%.

Em relação à média salarial o maior valor encontrado no ano de 1997 para os que dispunham de trabalho formal foi de R\$ 558.64, em Ouvidor. E isto por dois motivos básicos: primeiro por que a arrecadação municipal, conforme se verá mais adiante, é alta e permitiria melhores salários e segundo por que em 1997 a oferta de emprego industrial nas mineradoras do município já era considerável.

Entretanto esse valor não é o mediano, visto que de acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, somente em Catalão e Corumbáiba a média salarial foi superior a R\$ 400,00 e em apenas outros cinco esse valor médio situou-se entre esse valor e R\$ 300,00. Nos dez restantes (excetuado Anhangüera) esse valor encontra-se na faixa dos duzentos reais.

Tabela 3.1.5: Margem da Estrada de Ferro_ distribuição da população por faixa etária, em anos, no ano de 2000⁹¹.

<i>Município</i>	<i>- de 10</i>	<i>10 a 14</i>	<i>15 a 64</i>	<i>65 ou mais</i>	<i>Trabalhadores formais⁹²</i>
<i>Anhangüera</i>	16,2%	9,5%	66,9%	7,4%	28,5%
<i>Campo Alegre de GO</i>	18,1%	8,8%	67,2%	5,9%	11,7%
<i>Catalão</i>	16,4%	9,4%	68,8%	5,3%	22,3%
<i>Corumbáiba</i>	18,0%	8,8%	66,7%	6,5%	13,1%
<i>Cristianópolis</i>	17,6%	9,2%	65,0%	8,2%	17,8%
<i>Cumari</i>	16,1%	9,0%	66,5%	8,5%	12,5%
<i>Davinópolis</i>	16,4%	8,3%	69,3%	5,9%	11,6%
<i>Goiandira</i>	14,7%	8,6%	67,7%	8,9%	9,0%
<i>Ipameri</i>	17,4%	9,2%	65,6%	7,8%	16,5%
<i>Nova Aurora</i>	13,4%	7,7%	70,9%	8,0%	15,8%
<i>Orizona</i>	18,2%	9,2%	66,0%	6,6%	11,0%
<i>Ouvidor</i>	15,5%	8,6%	68,0%	7,8%	21,7%
<i>Palmelo</i>	16,7%	8,8%	63,7%	10,8%	23,1%
<i>Pires do Rio</i>	16,6%	9,7%	67,0%	6,7%	17,5%
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	17,1%	8,8%	67,4%	6,7%	3,6%
<i>Silvânia</i>	18,5%	9,4%	66,4%	5,7%	10,1%
<i>Três Ranchos</i>	17,9%	9,1%	66,7%	6,2%	15,8%
<i>Urutai</i>	16,3%	8,4%	68,7%	6,6%	10,1%
<i>Vianópolis</i>	19,6%	9,6%	65,4%	5,4%	14,1%
MARGEM	17,1%	9,3%	67,3%	6,4%	16,7%

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

⁹¹ Resultados diferentes de 100% se devem ao arredondamento.

⁹² Porcentagem das pessoas que segundo o IBGE trabalhavam no ano de 1997 em relação à população com idade entre 15 e 65 anos verificada pelo mesmo instituto em 1996.

No entanto, a importância real desses valores é discutível, na medida em que conforme se pode ver na Tabela 3.1.5, em apenas quatro municípios: Anhangüera, Palmelo, Ouvidor e Catalão, o número de trabalhadores formais chega a 20% da população potencialmente trabalhadora, i.e, com idade entre 15 e 64 anos. No município de Goiandira esse valor não chegou aos 10% e em Santa Cruz de Goiás, foi de menos de 5%.

Mesmo em se considerando que a Taxa Bruta de Frequência Escolar na região é bastante alta⁹³ e que o contingente feminino, que normalmente se dedica menos ao trabalho formal é de cerca de 50% da população, dificilmente se poderia negar que os números ofertados pelo IBGE estão um tanto distantes da realidade.

De qualquer forma, chama a atenção o fato de que cinco dos seis municípios onde são menores as taxas de emprego formal são os considerados predominantemente agropecuários na Tabela 3.1.3. Inclusive, este fato torna mais crível esta classificação, na medida em que no setor primário, a carteira assinada é geralmente uma instituição mais rara, tanto por que este tipo de trabalho sofre efeitos da sazonalidade quanto por que nem todo o trabalho no campo é desenvolvido sob a forma assalariada clássica.

Todavia, a presença de Goiandira nesse grupo de municípios com índice muito baixo de trabalho formal merece uma explicação. Afinal, como um município que não recebeu nenhuma rubrica de “agropecuária” tem um comportamento tão semelhante aos que a receberam?

O caso pode ser explicado em função de Goiandira estar tão somente a treze quilômetros da sede do município de Catalão e uma companhia de transporte coletivo faz a linha entre as duas cidades pelo mesmo preço que é cobrado dentro da sede de Catalão, ou seja: o custo para se locomover entre elas é quase o mesmo que se paga para ir de um bairro a outro em Catalão. Desta forma o número de pessoas que residem em Goiandira e trabalham em Catalão não é desprezível e pode ter alterado artificialmente os valores encontrados pelo IBGE.

Do mesmo modo, há também trabalhadores que embora residam em Catalão, trabalham nas grandes empresas instaladas em Ouvidor, vez que os custos de transporte quando existem - algumas companhias se encarregam do transporte de seus funcionários ou o subsidiam - são bastante semelhantes ao de se circular em Catalão. Até por que, a

⁹³ O que significa que há um número considerável de pessoas que não trabalham por que estudam.

distância entre as duas cidades é de apenas quatorze quilômetros e o preço cobrado pela empresa que faz a linha entre as duas cidades era, em 2004, apenas 10% acima do cobrado pela empresa que realiza o transporte coletivo “urbano” de Catalão.

Quanto à presença do sistema bancário na Margem da Estrada de Ferro, esta é basicamente uma função da população. Assim, nos seis municípios de sede menos populosas⁹⁴ não havia em 2003 nenhuma agência bancária. Já em Catalão havia 7; em Pires do Rio, Ipameri e Silvânia, 4 cada uma; em Vianópolis, 3; em Orizona, 2; e nos demais, a saber, Urutaí, Ouvidor, Cumari, Cristianópolis, Corumbaíba, Campo Alegre de Goiás e Goiandira, havia apenas uma agência bancária⁹⁵.

As casas bancárias existentes na região são também em número reduzido. As mais numerosas são as do grupo Itaúsa que operam em todos os municípios onde há agências bancárias, menos em Goiandira: nos quatro municípios mais populosos (ver Tabela 0.1), cinco agências operam com o nome de Itaú. Nos demais, o grupo opera oito agências com o nome BEG⁹⁶.

A seguir, vem o BB, que opera nos seis municípios mais populosos e em Goiandira. O Bradesco vem a seguir, operando cinco agências nos cinco municípios mais populosos. A Caixa Econômica Federal opera nos quatro municípios mais populosos e HSBC e Mercantil do Brasil operam uma agência cada, em Catalão.

Entretanto, se a atividade bancária - ao menos no caso da Margem da Estrada de Ferro - é virtualmente uma função da população, o mesmo não se pode dizer da estrutura necessária ao estabelecimento dos fatores educação e longevidade, também mensurados quando do cálculo do IDHM. Senão vejamos.

De acordo com a Lei 9394/96, também conhecida como *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* ou *Lei Darcy Ribeiro*, grosso modo o governo federal ficou responsabilizado pelo ensino superior, os governos estaduais pelo ensino médio e os governos municipais pelo ensino fundamental.

Graças a essa lei os governos estaduais acabam sendo obrigados a manter unidades de ensino médio em praticamente todos os municípios, por menores que sejam. No caso da Margem da Estrada de Ferro isto pode ser observado na Tabela 3.1.6.

⁹⁴ Anhangüera, Davinópolis, Nova Aurora, Palmelo, Santa Cruz de Goiás e Três Ranchos.

⁹⁵ Excluídos o Banco Postal, parceria entre o Bradesco e os Correios; e bancos que atuam apenas com postos de atendimento bancário ou como financeiras, como é o caso do Panamericano e do Lemon Bank.

⁹⁶ Banco do Estado de Goiás S. A., privatizado em 2002 e comprado pelo Banco Itaú S. A.

Excetuando-se os casos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde há municípios que sequer contam com núcleo populacional definido para lhes servir de sede, este é o caso de praticamente todo o país.

Desta forma, não apenas em todas as cidades há estabelecimentos de ensino médio mantidos pelo governo estadual, como também estes existem também nas vilas (sedes de distritos) e em meros povoados, como Pires Belo, no município de Catalão.

Em função disso as populações locais de jovens não mais precisam sair de onde vivem para ir a outros municípios ou mesmo à sede destes para continuar estudando, o que é um ponto importante tanto para a existência de boas taxas de educação, quanto pela possibilidade de se impedir ou atrasar a emigração de jovens para centros populacionais maiores.

No nível dos municípios, o efeito principal dessa política são as chamadas escolas rurais, as quais existem na região não apenas em lugarejos minúsculos como Veríssimo no município de Goiandira e Pedra Branca no de Catalão, como também, no caso dos municípios com mais de 1500 quilômetros quadrados, literalmente na 'roça'. São mais comuns em Catalão, Ipameri, Silvânia, Santa Cruz de Goiás, sobretudo nas unidades de ensino especializadas na primeira fase do ensino fundamental.

Dado esse fato se explica por que a quantidade média de alunos por unidade de ensino fundamental é de cerca de 170, enquanto nos estabelecimentos de ensino médio esse índice é de pouco menos de 230. No município de Ipameri, onde as escolas rurais de ensino fundamental são bastante freqüentes, o número médio de alunos por unidade de ensino fundamental é de cerca de 110.

De qualquer maneira, o grande destaque do ensino formal na Margem da Estrada de Ferro é o município de Catalão, que mantém uma premiada rede de ensino fundamental; várias unidades de ensino infantil; uma escola de tempo integral; sustenta mais de 90% dos salários dos professores do campus local da UFG e a totalidade do quadro administrativo; mantém um colégio agrotécnico; escolas de música e artes; uma unidade de ensino profissional; um cursinho pré-vestibular aberto a estudantes da região e ainda mantém financeiramente um sem número de creches e centros de atendimento a cidadãos menores de idade.

Além disso, o município conta com três centros de formação profissional para adultos, três unidades de ensino superior⁹⁷ e um centro de ensino regular de adultos. Aliás, o setor de educação no município não apenas é um grande empregador como também é responsável por uma parcela razoável do comércio da cidade na medida em que esta atrai um considerável número de estudantes de outros municípios.

Tabela 3.1.6: Margem da Estrada de Ferro_ unidades de ensino e saúde, 1997.

INDICADORES	Anhangüera	C. Alegre GO	Catalão	Corumbatuba	Cristianópolis
<i>E. de E. Fundamental</i> ¹	2	12	41	8	3
<i>E. de E. Médio</i> ²	1	1	11	2	1
<i>M. E. Fundamental</i> ³	221	903	13153	1482	656
<i>M. E. Médio</i> ⁴	51	195	4046	242	103
<i>Hospitais</i> ⁵	0	1	3	1	1
<i>Leitos Hospitalares</i> ⁶	0	18	269	27	6
<i>Unidades Ambulatoriais</i> ⁷	1	3	27	2	3
	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora
<i>E. de E. Fundamental</i> ¹	5	2	5	41	2
<i>E. de E. Médio</i> ²	1	1	2	5	1
<i>M. E. Fundamental</i> ³	600	410	988	4547	301
<i>M. E. Médio</i> ⁴	188	103	316	1069	91
<i>Hospitais</i> ⁵	1	0	1	2	0
<i>Leitos Hospitalares</i> ⁶	14	0	28	223	0
<i>Unidades Ambulatoriais</i> ⁷	2	1	3	13	2
	Orizona	Ouvidor	Palmelo	Pires do Rio	Santa Cruz
<i>E. de E. Fundamental</i> ¹	41	6	2	26	9
<i>E. de E. Médio</i> ²	4	1	1	6	1
<i>M. E. Fundamental</i> ³	2872	761	500	5254	671
<i>M. E. Médio</i> ⁴	624	227	102	1465	109
<i>Hospitais</i> ⁵	1	1	1	3	1
<i>Leitos Hospitalares</i> ⁶	50	24	18	174	14
<i>Unidades Ambulatoriais</i> ⁷	11	2	3	10	3
	Silvânia	Três Ranchos	Urutaí	Vianópolis	MARGEM
<i>E. de E. Fundamental</i> ¹	15	3	7	12	242
<i>E. de E. Médio</i> ²	4	1	3	2	49
<i>M. E. Fundamental</i> ³	4026	598	672	2442	41057
<i>M. E. Médio</i> ⁴	769	113	874	511	11198
<i>Hospitais</i> ⁵	1	0	0	1	19
<i>Leitos Hospitalares</i> ⁶	30	0	0	45	940
<i>Unidades Ambulatoriais</i> ⁷	8	1	1	5	101

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, 2003

⁹⁷ Se bem que a Universidade Estadual de Goiás mantém na sede do município apenas um pólo e não um campus.

Onde:

- (1) Estabelecimentos de ensino fundamental, 1997.
- (2) Estabelecimentos de ensino médio, 1997.
- (3) Matrículas no ensino fundamental, 1997.
- (4) Matrículas no ensino médio, 1997.
- (5) Hospitais, 1997.
- (6) Leitos hospitalares, 1997.
- (7) Unidades ambulatoriais, 1997.

Em relação ao setor de saúde, a região contava em 1997 com 19 hospitais, 940 leitos e 101 unidades ambulatoriais. O que equivalia a cerca de 10.000 habitantes por hospital, aproximadamente um leito para cada 200 habitantes e perto de uma unidade ambulatorial para cada 1900 habitantes.

Esses indicadores são todos eles superiores à média brasileira, pois a região dispunha já naquele ano, de uma rede de saúde capaz de justificar a condição que tem a Margem da Estrada de Ferro de ser a microrregião econômica que apresenta a mais alta expectativa de vida e a mais baixa taxa de mortalidade infantil do Estado de Goiás.

Inclusive se há de destacar que, no ano de 2004, a cobertura de saúde melhorou ainda mais em relação a esses dados, tanto quantitativa quanto qualitativamente. No aspecto quantitativo o maior destaque mais uma vez fica por conta do município de Catalão, que ampliou a oferta de leitos e ampliará o número de hospitais, com a construção de um hospital materno-infantil municipal.

Do ponto de vista qualitativo, os hospitais de Catalão adquiriram condições técnicas para a realização de cirurgias de maior complexidade o que, aliado à expansão do número de leitos, acabou atraindo profissionais de áreas médicas até então inexistentes na região. Também avançou neste sentido o município de Pires do Rio.

Como não poderia deixar de ser, a manutenção desta rede de saúde e ensino exige um aporte de recursos que acaba sendo possível apenas a municípios como o de Catalão, que estende os benefícios destes para além de suas fronteiras.

Se se observa com atenção a Tabela 3.1.7 se verá que também os municípios de Ouvidor e Corumbaíba têm arrecadação relativamente alta e nem por isso contam com redes exemplares de ensino (Ouvidor) ou de saúde (Corumbaíba). O que ocorre com esses municípios é mais uma evidência a favor das considerações deste item. Neste sentido, essas prefeituras gastam recursos não apenas para transportar seus pacientes para os hospitais de Araguari (Corumbaíba) como também para transportar alunos para faculdades de Catalão, como também lhes dar bolsas de estudo nesta cidade (Ouvidor),

de modo que uma parcela dos recursos dos pequenos municípios da região acaba sendo cooptada por aqueles que têm sede mais populosa.

Tabela 3.1.7: Margem da Estrada de Ferro_ receitas municipais, 1997. ⁹⁸

RECEITAS	Anhangüera	Campo Alegre	Catalão	Corumbaba	Cristianópolis
<i>Correntes</i> ¹	1157764,82	2311992,63	18058665,02	3418622,46	1403471,56
<i>Tributárias</i> ²	8124,89	114656,12	1164531,09	115746,64	22578,13
<i>Transferências</i> ³	1142276,35	2050431,79	13625911,02	1734146,79	1368767,02
<i>Tributos/Receitas</i> ⁴	0,007017738	0,049591905	0,064486001	0,033857684	0,016087344
<i>FPM-2000</i> ⁵	1103482,61	1103482,61	4052694,08	1103482,61	1103482,61
<i>ITR-2000</i> ⁶	1193,8	49658,85	111751,54	33627,12	2729,85
	Cumari	Davinópolis	Goianã	Ipameri	Nova Aurora
<i>Correntes</i> ¹	1640222,71	1199973,35	1313137,96	6627647,46	1332135,91
<i>Tributárias</i> ²	9685,65	7184,9	66187,04	390316,53	37385,44
<i>Transferências</i> ³	1571489,57	1126289,43	1223815,16	4317289,56	1160601,74
<i>Tributos/Receitas</i> ⁴	0,005905082	0,00598755	0,050403721	0,058892168	0,028064284
<i>FPM-2000</i> ⁵	1103482,61	1103482,61	2305843,5	1103482,61	1839137,5
<i>ITR-2000</i> ⁶	6690,51	5276,36	120972,42	5139,66	38885,74
	Orizona	Ouvidor	Palmelo	Pires do Rio	Sta. Cruz GO
<i>Correntes</i> ¹	2700558,72	3067400,13	1284524,89	6722013,33	1565023,22
<i>Tributárias</i> ²	95371,86	84671,53	30591,05	321683,06	49217,52
<i>Transferências</i> ³	2472132,6	2526835,85	1234695,93	5973803,02	1482720,58
<i>Tributos/Receitas</i> ⁴	0,035315603	0,027603679	0,02381507	0,047855165	0,031448428
<i>FPM-2000</i> ⁵	1839137,5	1103482,61	1103482,61	2574792,19	1103482,61
<i>ITR-2000</i> ⁶	38885,74	7506,67	432,69	25329,65	18532,08
	Silvânia	Três Ranchos	Urutaí	Vianópolis	
<i>Correntes</i> ¹	3511143,52	n/d	1238826,9	2391503,16	
<i>Tributárias</i> ²	297369,25	n/d	11864,29	201880,67	
<i>Transferências</i> ³	3082784,83	n/d	1211457,61	2120719,53	
<i>Tributos/Receitas</i> ⁴	0,084692992	n/d	0,009577036	0,084415807	
<i>FPM-2000</i> ⁵	2206964,75	1103482,61	1103482,61	1257733,1	
<i>ITR-2000</i> ⁶	75637,21	3373,99	6802,3	18105,85	

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, 2003

Onde:

- (1) Valor das receitas correntes-1997
- (2) Valor das receitas Tributárias-1997
- (3) Transferências intragovernamentais-1997
- (4) Participação dos tributos nas receitas correntes-1997
- (5) Valor do fundo de participação dos municípios-2000
- (6) Valor do imposto territorial rural-2000

⁹⁸ Não se pode negar o demérito da idade dos dados; entretanto, se por um lado há dados recentes acerca da arrecadação e também sobre as despesas financeiras dos municípios, estes inexistem quando se trata de despesas discriminadas, item que se julgou importante.

Ainda acerca da arrecadação dos municípios da Margem da Estrada de Ferro, chama a atenção o fato de que em nenhum caso os tributos cobrados por estes municípios respondem por mais de 10% do total das receitas municipais.

Tabela 3.1.8: Margem da Estrada de Ferro_ despesas municipais discriminadas, 1997.

DESPESAS	Anhangüera	Cpo. Alegre GO	Catalão	Corumbaíba	Cristianópolis
<i>Despesas Correntes</i> ¹	1170180,34	1839466,37	18029970,59	3184844,36	1247209,3
<i>Custeio de Pessoal</i> ²	541321,93	882145,8	10192227,1	1279219,52	451424,29
<i>Pessoal/Despesas</i> ³	0,462597013	0,479566147	0,565293607	0,401658409	0,361947502
<i>Transferências</i> ⁴	0	0	616068,24	0	0
<i>Transf. a Pessoas</i> ⁵	44368,3	17662,87	392574,25	126386,21	31840,24
<i>Pessoas/Despesas</i> ⁶	0,03791578	0,009602171	0,021773427	0,039683638	0,025529187
<i>Investimentos</i> ⁷	18596,68	404979,18	1279040,88	14277,2	194021,49
	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora
<i>Despesas Correntes</i> ¹	1444644,9	1154879,44	1192076,47	5256646,16	1219473,62
<i>Custeio de Pessoal</i> ²	562107,15	481503,59	661930,87	2634391,69	620668,49
<i>Pessoal/Despesas</i> ³	0,389097106	0,416929745	0,55527551	0,501154464	0,508964261
<i>Transferências</i> ⁴	0	3000,00	0	30000,00	0
<i>Transf. a Pessoas</i> ⁵	16644,5	40918,5	56414,41	387494,36	30037,8
<i>Pessoas/Despesas</i> ⁶	0,011521516	0,035430971	0,047324489	0,073715131	0,024631775
<i>Investimentos</i> ⁷	122654,75	69777,18	14406556,47	1263508,82	49714,16
	Orizona	Ouvidor	Palmelo	Pires do Rio	Santa Cruz GO
<i>Despesas Correntes</i> ¹	2656597,52	3224313,66	1435364,4	5693407,6	1580674,4
<i>Custeio de Pessoal</i> ²	1068130,91	1281206,66	479169,93	2977207,12	557469,64
<i>Pessoal/Despesas</i> ³	0,402067269	0,397357948	0,333831555	0,52292183	0,35267835
<i>Transferências</i> ⁴	0	191273,75	0	1400	0
<i>Transf. a Pessoas</i> ⁵	123012,67	251701,64	24016,44	446887,31	50285,91
<i>Pessoas/Despesas</i> ⁶	0,046304594	0,078063634	0,016731946	0,078492063	0,031812946
<i>Investimentos</i> ⁷	93504,84	112590,61	129957,50	585747,80	66616,44
	Silvânia	Três Ranchos	Urutaí	Vianópolis	MARGEM
<i>Despesas Correntes</i> ¹	3408042,65	n/d	1173909,29	2442240,32	57353941,39
<i>Custeio de Pessoal</i> ²	1611447,82	n/d	592875,25	870092,71	27744540,47
<i>Pessoal/Despesas</i> ³	0,472836753	n/d	0,505043494	0,35626826	0,483742526
<i>Transferências</i> ⁴	0	n/d	0	0	841741,99
<i>Transf. a Pessoas</i> ⁵	136288,91	n/d	2722,2	38023,73	2217280,25
<i>Pessoas/Despesas</i> ⁶	0,039990377	n/d	0,002318919	0,015569201	0,038659597
<i>Investimentos</i> ⁷	229856,42	n/d	75984,78	272593,94	4983422,67 ⁹⁹

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, 2003

Onde:

- (1) Despesas correntes líquidas-1997
- (2) Despesas com custeio de pessoal-1997
- (3) Gastos com pessoal em relação às despesas correntes-1997
- (4) Transferências intragovernamentais-1997
- (5) Transferências diretas a pessoas-1997
- (6) Transferências diretas a pessoas em relação às despesas correntes-1997
- (7) Valor dos investimentos-1997

⁹⁹ Excetuados os excepcionais investimentos realizados pelo município de Goiandira naquele ano.

Os municípios aonde isso mais chega perto de ocorrer são os de Silvânia e Vianópolis. Em Catalão, Ipameri e Goiandira, os tributos respondem por valores que orbitam entre 5% e 6% do total das receitas municipais e em Pires do Rio e Campo Alegre de Goiás ficam entre 4% e menos de 5%. Nos demais municípios a receita baseia-se nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), exceção feita a Ouvidor e Corumbaíba, que recebem direitos minerais o primeiro e compensatórios o segundo.

Tal situação, mais que demonstrar a fragilidade dessas economias é um argumento que deve ser pensado quando da criação de novos municípios. Assim, aquilo que a maioria dos estudiosos do tema - provavelmente instalados em confortáveis domicílios urbanos - vê como desperdício de recursos públicos, pode na verdade ser um investimento social com ótimo retorno na medida em que mediante este expediente se oferta emprego para um sem número de pessoas que em metrópoles provavelmente apenas colaborariam para o inchaço de suas periferias e favelas.

Assim, em relação ao fato de que conforme a Tabela 3.1.8, mais da metade das despesas das prefeituras da Margem da Estrada de Ferro ser de gastos com pessoal, deve se considerar que quase trinta milhões de reais foram injetados nessas economias sob a forma de salários pagos a mais de 3.000 trabalhadores.

Igualmente digno de destaque é que cerca de 4% dos recursos municipais terem sido gastos em transferências diretas a pessoas, as quais se processam sobre uma série de formas: construção de casas populares, doações de calcário, empréstimo de maquinários, passagens, remédios e tratamento com saúde.

Quanto às transferências intermunicipais somente dois municípios as fizeram com algum volume: Catalão e Ouvidor. No entanto essas transferências para municípios vizinhos nem sempre se dão sob a forma de dinheiro, geralmente se processando através do empréstimo de máquinas, equipamentos e mesmo funcionários.

Quanto às despesas dos municípios da Margem discriminadas por setores de aplicação, estas podem ser vislumbradas a partir da Tabela 3.1.9: por ela é possível observar que os gastos sociais - Educação e cultura; habitação e urbanismo; saúde e saneamento, respondem por quase 2/3 das despesas municipais. Esses gastos seriam consideravelmente maiores caso se levasse em consideração o fato de que as despesas com transporte são em grande parte destinadas também à educação.

Tabela 3.1.9: Margem da Estrada de Ferro_ Gastos municipais, por setores em 1997.

DESPESAS	Anhangüera	Cpo. Alegre GO	Catalão	Corumbalza	Cristianópolis
<i>Despesas realizadas</i>	1202438,14	2244784,53	20062746,7	3212421,56	1473533,72
<i>Agricultura</i>	112	45013,93	284226,99	0,00	19677,3
<i>Educação e cultura</i>	262520,14	522395,27	6258633,35	755882,7	317833,79
<i>Habitação e urbanismo</i>	138870,91	348872,72	2856078,25	296649,92	166249,97
<i>Indústria e comércio</i>	33703,15	1907,06	138551,58	0,00	0,00
<i>Saúde e saneamento</i>	142964,92	298958,07	1610885,76	600553,5	235957,53
<i>Assist. Soc/Previdência</i>	83641,03	74312,09	1978059,83	384815,6	86606,39
<i>Transportes</i>	70042,28	416304,51	2809614,52	488550,38	257518,55
	Cumari	Davinópolis	Goiandira	Ipameri	Nova Aurora
<i>Despesas realizadas</i>	1578581,99	1229995,6	15598632,9	6551135,18	1269187,78
<i>Agricultura</i>	17449,26	16491,61	23047,59	188539,86	700
<i>Educação e cultura</i>	0,00	293371,68	226237,64	1556946,42	252233,02
<i>Habitação e urbanismo</i>	194064,3	179188,01	164230,9	922562,55	105744,48
<i>Indústria e comércio</i>	0,00	0,00	0,00	28579,27	0,00
<i>Saúde e saneamento</i>	263981,53	78082,79	13809356,6	1504552,54	161676,53
<i>Assist. Soc/Previdência</i>	184964,16	50240,77	119061,4	638546,68	118742,14
<i>Transportes</i>	237237,52	208000,21	827412,48	222381,68	212739,35
	Orizona	Ouvidor	Palmelo	Pires do Rio	Santa Cruz
<i>Despesas realizadas</i>	2757102,36	3336904,27	1565321,9	6354052,71	1773179,33
<i>Agricultura</i>	129814,05	96767,29	18138,38	60794,36	50126,09
<i>Educação e cultura</i>	976786,37	699500,89	371329,77	0,00	458224,84
<i>Habitação e urbanismo</i>	358300,63	373248,6	216348,39	1372078,53	240460,44
<i>Indústria e comércio</i>	0,00	4932,73	7005,5	0,00	0,00
<i>Saúde e saneamento</i>	135856,94	583167,81	373144,64	1116547,49	424281,42
<i>Assist. Soc/Previdência</i>	301074,03	113342,86	86149,92	237338,4	140936,07
<i>Transportes</i>	290762,07	600411,63	73223,47	702388,85	102931,72
	Silvânia	Três Ranchos	Urutai	Vianópolis	MARGEM
<i>Despesas realizadas</i>	3646385,92	n/d	1264444,07	2740529,36	62074817,52
<i>Agricultura</i>	96228,07	n/d	13970,6	70629,32	776086,53
<i>Educação e cultura</i>	1128562,64	n/d	240114,4	761735,08	12576466,13
<i>Habitação e urbanismo</i>	450501,95	n/d	181320,37	374721,32	6379055,65
<i>Indústria e comércio</i>	57,9	n/d	0,00	0,00	202798,96
<i>Saúde e saneamento</i>	311271,22	n/d	19247,85	107915,22	19145404,05
<i>Assist. Soc/Previdência</i>	436319,72	n/d	86159,9	187994,14	4429463,85
<i>Transportes</i>	439904,52	n/d	178537,47	368235,12	6736478,59

Fonte dos dados: SIDRA/IBGE, 2003

Um dado importante é que os gastos com previdência e assistência social dos municípios da Margem provavelmente se ampliaram de 1997 para 2003, e a tendência é que se estendam ainda mais. Isto por que quase todos os municípios da região cometeram o que pode ser um erro, ao preferir montar seus próprios institutos de previdência ao invés de contribuir para o INSS sempre que possível.

Se mesmo no curto prazo essa economia é discutível, na medida em que os recursos arrecadados acabam em instituições bancárias que não estão de forma alguma interessadas no desenvolvimento dos respectivos municípios, no médio e no longo

prazo os resultados podem ser ainda piores. E isso tanto na medida em que aumente o volume de recursos necessário para fazer frente aos pagamentos previdenciários, quanto a partir do momento em que os benefícios pagos pelo INSS comecem a diminuir em quantidade e volume, reduzindo o valor de recursos alienados aos pequenos municípios.

De qualquer forma vale destacar que o quadro da arrecadação municipal em 2000 já começara a se alterar em relação a este de 1997, sobretudo, em função do processo de industrialização pelo qual passaram alguns municípios, notadamente Catalão, Pires do Rio e Corumbaíba.

Deste ano até 2003, a arrecadação do município de Catalão quase dobrou, tanto em vista da entrada em operação da montadora Mitsubishi, quanto da grande expansão experimentada pelo setor químico e de fertilizantes. Além disso, o município ganhou na justiça o direito de ficar com metade dos impostos devidos pela Usina Hidrelétrica de Emborcação, instalada na fronteira deste município com o de Cascalho Rico (MG).

Esse quadro possibilitou ao município de Catalão, como também ao de Ouidor, que igualmente expandiu suas receitas no período, a ampliar o volume dos gastos sociais e a melhorar a infra-estrutura social capaz de diminuir o risco e ampliar as possibilidades de liberdade. Crê-se que tais políticas possam ser mantidas na medida em que não apenas estes municípios continuem dispondo dos necessários recursos, como igualmente, de populações pequenas.

Dado que o crescimento vegetativo do município é baixo, uma vez que a taxa de fecundidade registrada para o ano de 2000 era de 2,25 filhos por mulher, e que o padrão de vida também está melhorando nos municípios vizinhos, o único provável meio de o município ter sua população aumentada de modo não sustentável é através da imigração.

Crê-se que esta somente fugirá do controle se a oferta de empregos do município for excessivamente publicizada, ou se o nível geral dos salários for bastante ampliado¹⁰⁰. Isto por que as evidências sugerem que as pessoas preferem melhores empregos ou maiores salários à qualidade de vida, que por si mesma só costuma ser atrativa àqueles que já têm recursos suficientes.

¹⁰⁰ Na média, o nível salarial ainda é baixo.

3.2: MARGEM DA ESTRADA DE FERRO _ CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO, DA RENDA MONETÁRIA, RISCO, ENSINO E ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Este item final tem por meta apresentar o estado atual da economia da Margem da Estrada de Ferro, através de indicadores colhidos e organizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano.

O principal motivo de se usar especificamente estes indicadores é que além de serem confiáveis, visto que se originaram das questões levantadas pelo IBGE para a elaboração do Censo Demográfico de 2000, eles podem ser acessados e conferidos por qualquer pessoa que disponha de computador com acesso à internet. Basta para isso acessar os sítios eletrônicos do IBGE, do PNUD, da Fundação João Pinheiro ou do Instituto de Desenvolvimento Social, ou os próprios dados ou um programa denominado *atlas.exe*, tarefa para a qual há um caminho eletrônico que pode ser acessado mediante cadastramento gratuito.

Para esta dissertação preferiu-se retirar o programa do sítio do PNUD através do endereço eletrônico <http://www.undp.org/>, visto ser mais fácil à navegação eletrônica neste. Porém, conforme se poderá ver, nem todo o item baseia-se em informações do Atlas do Desenvolvimento Humano e alguns foram ofertados ou pelo IBGE ou pela SEPLAN-GO.

De qualquer forma também os dados do IBGE são disponibilizados universal e gratuitamente, podendo igualmente ser acessados e conferidos através dos endereços eletrônicos <http://www.seplango.org.br/sepin> para se acessar ou conferir os dados oriundos da Seplan-GO ou <http://www.ibge.org> para se acessar ou conferir os dados para o qual a fonte apontada foi o IBGE ou o Censo Demográfico de 2000. A visita a quaisquer destes sítios é uma tarefa bastante enriquecedora do ponto de vista da oferta de informações.

Começar-se-á a análise de indicadores econômicos regionais pelo estudo do PIB, sua composição e sua distribuição por esta região, de forma que a primeira informação relevante é que, tal como pode ser visto na Tabela 3.2.1, o PIB da Margem da Estrada de Ferro em 2000 alcançou o valor pouco menos de 1,3 bilhões de reais, segundo a *SEPLAN-GO*. A concentração do produto econômico na região torna-se evidente a

partir da leitura da rubrica 'acumulado' a qual demonstra que quase a metade do PIB regional é gerada apenas pelo município de Catalão e quase 2/3 pela soma deste mais os de Ipameri e Pires do Rio.

Tabela 3.2.1: Margem da Estrada de Ferro _ PIB dos municípios, 2000.

<i>Municípios</i>	<i>PIB</i>		
	<i>R\$ mil</i>	<i>Participação</i>	<i>Acumulado</i>
<i>Catalão</i>	<i>601423</i>	<i>47,58%</i>	<i>47,58%</i>
<i>Ipameri</i>	<i>112410</i>	<i>8,89%</i>	<i>56,47%</i>
<i>Pires do Rio</i>	<i>110579</i>	<i>8,75%</i>	<i>65,22%</i>
<i>Silvânia</i>	<i>83445</i>	<i>6,60%</i>	<i>71,82%</i>
<i>Corumbáiba</i>	<i>63495</i>	<i>5,02%</i>	<i>76,85%</i>
<i>Orizona</i>	<i>58582</i>	<i>4,63%</i>	<i>81,48%</i>
<i>Ouvidor</i>	<i>48884</i>	<i>3,87%</i>	<i>85,35%</i>
<i>Vianópolis</i>	<i>47735</i>	<i>3,78%</i>	<i>89,12%</i>
<i>Campo Alegre de GO</i>	<i>44954</i>	<i>3,56%</i>	<i>92,68%</i>
<i>Santa Cruz de GO</i>	<i>16339</i>	<i>1,29%</i>	<i>93,97%</i>
<i>Goiandira</i>	<i>15956</i>	<i>1,26%</i>	<i>95,23%</i>
<i>Urutaí</i>	<i>11846</i>	<i>0,94%</i>	<i>96,17%</i>
<i>Cumari</i>	<i>11073</i>	<i>0,88%</i>	<i>97,05%</i>
<i>Cristianópolis</i>	<i>8875</i>	<i>0,70%</i>	<i>97,75%</i>
<i>Três Ranchos</i>	<i>7153</i>	<i>0,57%</i>	<i>98,32%</i>
<i>Davinópolis</i>	<i>6663</i>	<i>0,53%</i>	<i>98,84%</i>
<i>Nova Aurora</i>	<i>6393</i>	<i>0,51%</i>	<i>99,35%</i>
<i>Palmelo</i>	<i>5890</i>	<i>0,47%</i>	<i>99,81%</i>
<i>Anhangüera</i>	<i>2343</i>	<i>0,19%</i>	<i>100,00%</i>
<i>Total Regional</i>	<i>1264038</i>		

Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003)

A heterogeneidade dos produtos é ainda mais evidente quando se considera que conforme a Tabela 3.2.1 (item 3.2) o PIB do município de Catalão é o quinto maior do Estado de Goiás, o que é mais significativo quando se considera que, de acordo como Censo Demográfico de 2000, este município tinha a 14ª maior população do estado. Paralelamente o município de Anhangüera além de ter o menor PIB do Estado tem também a menor população e a menor área, conforme já informado.

Em relação à distribuição do PIB regional por setores, esta não se dá de forma uniforme. Desta forma metade do VAB acrescentado pelo setor primário na região é produzida nos municípios de Ipameri, Catalão e Silvânia; em relação ao setor secundário, o município de Catalão sozinho responde por cerca de 70% de toda a

produção industrial regional e quanto ao setor terciário os municípios de Catalão e Pires do Rio respondem por juntos por 55% do produto gerado.

De qualquer forma, a distribuição do PIB por setores permite classificar os municípios da região em três classes, conforme já se sumarizou e se pode ver no Mapa 04 (Capítulo I) e pode ser mais bem percebido na Tabela 3.2.2, logo abaixo. Senão Vejamos.

Tabela 3.2.2: Margem da Estrada de Ferro, VAB dos municípios em 2000.

		<i>VAB (POR SETORES)</i>			
<i>PRIMÁRIO</i>		<i>SECUNDÁRIO</i>		<i>TERCIÁRIO</i>	
<i>Ipameri</i>	48261	<i>Catalão</i>	314577	<i>Catalão</i>	186394
<i>Catalão</i>	47626	<i>Pires do Rio</i>	39328	<i>Pires do Rio</i>	48781
<i>Silvânia</i>	39306	<i>Ouvidor</i>	28685	<i>Ipameri</i>	40877
<i>Campo Alegre de GO</i>	27978	<i>Corumbaíba</i>	22762	<i>Silvânia</i>	31542
<i>Orizona</i>	21962	<i>Ipameri</i>	13398	<i>Corumbaíba</i>	22191
<i>Vianópolis</i>	16428	<i>Orizona</i>	10620	<i>Orizona</i>	20855
<i>Corumbaíba</i>	12964	<i>Vianópolis</i>	9002	<i>Vianópolis</i>	18113
<i>Pires do Rio</i>	12758	<i>Silvânia</i>	5269	<i>Ouvidor</i>	12993
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	8528	<i>Campo Alegre de GO</i>	2157	<i>Campo Alegre de GO</i>	10870
<i>Urutai</i>	5835	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	1725	<i>Goiandira</i>	8146
<i>Cumari</i>	5277	<i>Goiandira</i>	1612	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	4652
<i>Goiandira</i>	4797	<i>Palmelo</i>	1464	<i>Urutai</i>	4610
<i>Ouvidor</i>	2912	<i>Cristianópolis</i>	978	<i>Cumari</i>	4528
<i>Davinópolis</i>	2860	<i>Nova Aurora</i>	783	<i>Três Ranchos</i>	4462
<i>Cristianópolis</i>	2693	<i>Três Ranchos</i>	776	<i>Cristianópolis</i>	4424
<i>Nova Aurora</i>	2106	<i>Davinópolis</i>	424	<i>Palmelo</i>	3143
<i>Três Ranchos</i>	1286	<i>Urutai</i>	360	<i>Nova Aurora</i>	2942
<i>Palmelo</i>	765	<i>Cumari</i>	295	<i>Davinópolis</i>	2794
<i>Anhanguera</i>	356	<i>Anhanguera</i>	144	<i>Anhanguera</i>	1637
TOTAL REGIONAL	264698	TOTAL REGIONAL	454359	TOTAL REGIONAL	433954

Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003)

No que diz respeito ao setor primário, cinco podem ser descritos como municípios ‘agropecuários’ por dependerem consideravelmente do setor primário na configuração de seus respectivos PIB, conforme já se discutiu no final do item 2.2, no Capítulo II. Esses municípios agropecuários são: Campo Alegre de Goiás, Silvânia, Orizona, Santa Cruz de Goiás e Davinópolis.

Senso estrito, apenas no primeiro predomina a agricultura, já que a pecuária de leite é importante nos dois que lhe seguem e os dois últimos têm na pecuária de corte a sua principal atividade econômica. Esses cinco municípios juntos respondem por pouco

mais de 40% do VAB primário regional. A seguir, quatro municípios podem ser classificados como 'industriais', visto que neles o setor secundário é responsável por uma expressiva parcela do PIB. São estes municípios: Catalão, Pires do Rio, Ouvidor e Corumbaíba e juntos eles respondem por mais de 90% do produto industrial regional.

O grupo mais numeroso e menos expressivo economicamente é o dos municípios que têm no setor terciário seu principal ramo de atividade. Exceção feita a Ipameri e Vianópolis, todos os demais têm menos de 5.000 habitantes (ver Tabela 01 na Introdução) e juntos respondem por pouco mais de 20% do valor agregado ao PIB pelo setor terciário.

Tabela 3.2.3: Margem da Estrada de Ferro, VAB per capita por setor em 2000.

<i>VAB PER CAPITA (POR SETORES)</i>					
<i>PRIMÁRIO</i>	<i>SECUNDÁRIO</i>		<i>TERCIÁRIO</i>		
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	6179	<i>Ouvidor</i>	6716	<i>Corumbaíba</i>	3334
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	2458	<i>Catalão</i>	4889	<i>Ouvidor</i>	3042
<i>Ipameri</i>	2133	<i>Corumbaíba</i>	3420	<i>Catalão</i>	2897
<i>Corumbaíba</i>	1948	<i>Pires do Rio</i>	1499	<i>Campo Alegre de Goiás</i>	2401
<i>Silvânia</i>	1933	<i>Orizona</i>	813	<i>Pires do Rio</i>	1860
<i>Urutaí</i>	1880	<i>Vianópolis</i>	797	<i>Anhanguera</i>	1829
<i>Cumari</i>	1700	<i>Palmelo</i>	634	<i>Ipameri</i>	1806
<i>Orizona</i>	1681	<i>Ipameri</i>	592	<i>Goiandira</i>	1640
<i>Vianópolis</i>	1454	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	497	<i>Vianópolis</i>	1603
<i>Davinópolis</i>	1356	<i>Campo Alegre de Goiás</i>	476	<i>Orizona</i>	1596
<i>Nova Aurora</i>	1093	<i>Nova Aurora</i>	406	<i>Três Ranchos</i>	1576
<i>Goiandira</i>	966	<i>Cristianópolis</i>	334	<i>Silvânia</i>	1551
<i>Cristianópolis</i>	921	<i>Goiandira</i>	325	<i>Nova Aurora</i>	1527
<i>Catalão</i>	740	<i>Três Ranchos</i>	274	<i>Cristianópolis</i>	1513
<i>Ouvidor</i>	682	<i>Silvânia</i>	259	<i>Urutaí</i>	1485
<i>Pires do Rio</i>	486	<i>Davinópolis</i>	201	<i>Cumari</i>	1458
<i>Três Ranchos</i>	454	<i>Anhanguera</i>	161	<i>Palmelo</i>	1361
<i>Anhanguera</i>	398	<i>Urutaí</i>	116	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	1341
<i>Palmelo</i>	331	<i>Cumari</i>	95	<i>Davinópolis</i>	1325
TOTAL REGIONAL	1205	TOTAL REGIONAL	2164	TOTAL REGIONAL	2119

Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003)

Analisado o VAB per capita de cada setor, na Tabela 3.2.3, se pode perceber que o setor terciário é aquele que apresenta a menor razão entre o primeiro e o último posicionados: 2,5. Já a razão entre o primeiro e o último colocados no setor secundário é bem mais expressiva: cerca de 70. Por fim, a razão entre o município de maior VAB primário per capita e o último é de menos de 20. Ou seja, é o setor terciário o mais uniformemente distribuído pela Margem da Estrada de ferro e não o primário; o setor secundário é o pior distribuído.

Por fim, o município de Três Ranchos não se encaixa em nenhuma dessas três rubricas. Certo é que, conforme se pôde ver no capítulo II, este município tem uma agropecuária cuja produção é pequena e que ele tem no setor terciário, a base de sua economia. Entretanto, dado o fato de estar nas margens de um grande e geograficamente bem localizado lago, é o turismo a principal fonte de sua economia.

Isto posto, a Tabela 3.2.4, logo abaixo, apenas confirma o que se já afirmou acima, além de tornar possível saber o peso proporcional de cada setor da economia para a formação de todos os PIB municipais.

Tabela 3.2.4: Margem da Estrada de Ferro_ distribuição do PIB por setores nos municípios em 2000.

DISTRIBUIÇÃO DO PIB (POR SETORES)					
<i>PRIMÁRIO</i>		<i>SECUNDÁRIO</i>		<i>TERCIÁRIO</i>	
<i>Campo Alegre de GO</i>	68,23	<i>Ouvidor</i>	64,33	<i>Anhanguera</i>	76,57
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	57,22	<i>Catalão</i>	57,34	<i>Três Ranchos</i>	68,39
<i>Urutai</i>	54,00	<i>Corumbaíba</i>	39,30	<i>Palmelo</i>	58,51
<i>Cumari</i>	52,25	<i>Pires do Rio</i>	38,99	<i>Goiandira</i>	55,97
<i>Silvânia</i>	51,64	<i>Palmelo</i>	27,26	<i>Cristianópolis</i>	54,65
<i>Ipameri</i>	47,07	<i>Vianópolis</i>	20,67	<i>Nova Aurora</i>	50,46
<i>Davinópolis</i>	47,05	<i>Orizona</i>	19,87	<i>Pires do Rio</i>	48,36
<i>Orizona</i>	41,10	<i>Nova Aurora</i>	13,43	<i>Davinópolis</i>	45,97
<i>Vianópolis</i>	37,73	<i>Ipameri</i>	13,07	<i>Cumari</i>	44,84
<i>Nova Aurora</i>	36,12	<i>Cristianópolis</i>	12,09	<i>Urutai</i>	42,67
<i>Cristianópolis</i>	33,26	<i>Três Ranchos</i>	11,90	<i>Vianópolis</i>	41,60
<i>Goiandira</i>	32,96	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	11,57	<i>Silvânia</i>	41,44
<i>Corumbaíba</i>	22,38	<i>Goiandira</i>	11,08	<i>Ipameri</i>	39,87
<i>Três Ranchos</i>	19,71	<i>Davinópolis</i>	6,98	<i>Orizona</i>	39,03
<i>Anhanguera</i>	16,68	<i>Silvânia</i>	6,92	<i>Corumbaíba</i>	38,31
<i>Palmelo</i>	14,23	<i>Anhanguera</i>	6,76	<i>Catalão</i>	33,98
<i>Pires do Rio</i>	12,65	<i>Campo Alegre de GO</i>	5,26	<i>Santa Cruz de Goiás</i>	31,21
<i>Catalão</i>	8,68	<i>Urutai</i>	3,33	<i>Ouvidor</i>	29,14
<i>Ouvidor</i>	6,53	<i>Cumari</i>	2,92	<i>Campo Alegre de GO</i>	26,51
TOTAL REGIONAL	22,96	TOTAL REGIONAL	39,41	TOTAL REGIONAL	37,64

Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003)

Entretanto, conforme já se viu no item anterior, um volume alto de produto não se traduz necessariamente em qualidade de vida e não é na Margem da Estrada de Ferro que as coisas se dão de outra maneira, conforme se pode observar na Tabela 3.2.5. Senão vejamos.

A primeira coisa que se fará é dividi-los quanto ao IDHM, visto ser este o índice padrão utilizado nessa dissertação para mensurar a qualidade de vida. Isto feito pode se

notar três grupos, sendo que no primeiro estão àqueles municípios que graças ao seu IDHM podem ser descritos como tendo um nível alto de desenvolvimento humano; esses municípios são Catalão, Campo Alegre de Goiás e Anhangüera.

Em relação às estruturas de suas economias, estes municípios têm muito pouco em comum visto que conforme a Tabela 3.2.4 no item anterior, enquanto Campo Alegre de Goiás é o sexto município onde mais o setor primário é importante para a economia, Catalão e Anhangüera figuram ambos os municípios na oitava posição de dependência, mas dos setores secundário e terciário, respectivamente. Semelhanças demográficas também inexistem.

O segundo grupo de IDHM é o daqueles municípios cujos valores embora não possam ser considerados altos, estão acima da média estadual (e conseqüentemente nacional) de 0,776. São eles: Três Ranchos, Palmelo, Nova Aurora, Ouvidor, Pires do Rio, Vianópolis e Santa Cruz de Goiás.

Tabela 3.2.5: Margem da Estrada de Ferro_ IDHM e indicadores escolhidos, 2000.

Municípios	IDHM	RAM	PPC	VAB 1	VAB 2	VAB 3	Razão R/R	População
Anhangüera	0,802	2288	2618	16,68	6,76	76,57	1,14	895
Campo Alegre de GO	0,802	3531	9928	68,23	5,26	26,51	2,81	4528
Catalão	0,818	3642	9347	8,68	57,34	33,98	2,57	64347
Corumbaíba	0,767	2607	9541	22,38	39,3	38,31	3,66	6655
Cristianópolis	0,771	3035	3035	33,26	12,09	54,65	1,00	2924
Cumari	0,756	2388	3566	52,25	2,92	44,84	1,49	3105
Davinópolis	0,733	2035	3159	47,05	6,98	45,97	1,55	2109
Goiandira	0,765	2699	3212	32,96	11,08	55,97	1,19	4967
Ipameri	0,758	2576	4968	47,07	13,07	39,87	1,93	22628
Nova Aurora	0,785	2843	3318	36,12	13,43	50,46	1,17	1927
Orizona	0,768	2947	4483	41,1	19,87	39,03	1,52	13067
Ouvidor	0,785	2535	11446	6,53	64,33	29,14	4,52	4271
Palmelo	0,787	2642	2551	14,23	27,26	58,51	0,97	2309
Pires do Rio	0,785	3737	4216	12,65	38,99	48,36	1,13	26229
Santa Cruz de Goiás	0,782	3138	4709	57,22	11,57	31,21	1,5	3470
Silvânia	0,774	2824	4103	51,64	6,92	41,44	1,45	20339
Três Ranchos	0,788	2395	2527	19,71	11,9	68,39	1,06	2831
Urutaí	0,760	2619	3816	54	3,33	42,67	1,46	3104
Vianópolis	0,784	4266	4224	37,73	20,67	41,6	0,99	11300

Fonte dos dados: SEPLAN-GO (2003)

Esses municípios também têm pouco em comum do ponto de vista econômico: em Três Ranchos predomina o turismo; Palmelo, Vianópolis e Nova Aurora têm no setor terciário a base de suas economias, mas enquanto as duas primeiras conseguem

mais de 1/5 de seus PIB com a atividade industrial, na última esta participação do setor é de pouco mais de 1/8. Isto sem se falar que a agropecuária de Vianópolis é mais intensiva em tecnologia, enquanto que em Nova Aurora ela é mais intensiva em mão-de-obra e em Palmelo o setor primário é virtualmente desimportante.

Outros dois membros do grupo foram considerados municípios industriais, embora estes igualmente não apresentem muitas similaridades entre si, visto que enquanto o município de Pires do Rio é cerca de cinco vezes mais populoso do que o de Ouvidor, o PIB per capita deste é mais de quatro vezes maior que o daquele. Isso sem se falar num detalhe muito importante: enquanto todas as indústrias de Pires do Rio estão na sede do município, quase toda a atividade industrial de Ouvidor é praticada na zona rural. Por fim, quanto ao último município deste grupo, a saber, Santa Cruz de Goiás, se pode classificá-lo como agropecuário, até por que em toda a Margem da Estrada de Ferro é neste município onde maior é o percentual da população que rurícola: quase 70% em 2000.

O último grupo classificado em função do IDHM é o daqueles municípios cujos índices fiquem abaixo da média estadual. Como de regra, suas economias se distribuem diferentemente entre os setores.

Em Silvânia, Orizona e Davinópolis predomina o setor primário, mas com algumas nuances que os diferem. Assim, nos dois primeiros há tanto uma agricultura comercial intensiva em tecnologia como também uma forte agricultura familiar intensiva em mão-de-obra e que se dedica principalmente à pecuária de leite. Já em Davinópolis há uma pecuária em geral extensiva em tecnologia e mão-de-obra, ao lado de uma incipiente agropecuária de subsistência, o que contribui para fazer deste município o de mais baixo índice de desenvolvimento humano em toda a Margem.

Ainda neste último grupo estão Cristianópolis, Goiandira, Cumari, Urutaí, e Ipameri, municípios que estão classificados como 'terciários' embora nos dois últimos a atividade primária predomine sobre a terciária.

Procedeu-se deste modo tanto em consideração ao fato de o volume produzido no setor terciário em Ipameri ser razoável, quanto por que a instalação após o ano de 2000, dois *campi* de grandes universidades do Estado (UEG e UCG) forma instalados nesta. No caso de urutaí houve a transformação da antiga Escola Agrotécnica Federal em um CEFET, ocasião em que nele foram instalados alguns cursos de nível superior,

deu um novo dinamismo à economia destes municípios. Os outros três municípios terciários são de fato dependentes deste setor da economia.

O último município deste grupo é Corumbaíba, que foi classificado como industrial e que tem o décimo maior PIB per capita do Estado de Goiás o que acabou não se traduzindo em maior qualidade de vida para seus moradores.

Aliás, é este município aquele que em toda a Margem da Estrada de Ferro mais perdeu população neste século, passando de quase 20.000 habitantes em 1936 para menos de 1/3 disso em 2000 quando já havia decorrido uma década do início de sua recuperação populacional (ver Tabela 1.3.1).

Ainda em relação à Tabela 3.2.5 chama a atenção o fato de que em apenas quatro dos dezenove municípios a razão entre o PIB per capita e o rendimento anual médio é superior a 2,0. Em Ouvidor e em Corumbaíba este índice é superior a 3,0 e em Campo alegre de Goiás e Catalão este orbita entre 2,5 e 3,0. Nos demais é inferior a 2,0 o que implica uma maior participação dos salários no produto econômico.

A distribuição da renda monetária pode ser mais bem vislumbrada a partir de uma análise da Tabela 3.2.6 a qual mostra as rendas monetárias per capita médias, dos mais pobres e dos mais ricos.

Como já foi mostrado no item anterior, é em Anhangüera que existe a mais baixa diferença entre a renda monetária dos 10% mais ricos e o rendimento dos 20% mais pobres de todo o Estado de Goiás. Em Palmelo, Davinópolis e Nova Aurora esse mesmo indicador é também bom já que a razão entre os que ganham mais e os que ganham menos são inferiores a 15,0 (em Anhangüera é inferior a 10,0). Vianópolis, Ouvidor, Corumbaíba, Silvânia e Cumari apresentam as maiores diferenças com a razão entre as duas faixas de rendimento sendo superior a 40,0 ou mais.

Os municípios onde os 10% mais ricos dispõem dos maiores rendimentos são Vianópolis, e seguem-se a ele, Campo Alegre de Goiás, Pires do Rio e Catalão. Já o município onde os mesmos 10% dispõem dos menores rendimentos é Anhangüera, os que lhe seguem são Davinópolis, Palmelo e Três Ranchos.

Já os municípios onde os 20% mais pobres são de fato mais pobres é Cumari e o seguem Três Ranchos, Corumbaíba e Silvânia. Em todos esses quatro municípios o quinto mais pobre da população vivia em 2000 em estado de indigência presumida.

Tabela 3.2.6: Margem da Estrada de Ferro_ renda¹⁰¹ per capita por faixas de renda monetária, 2000.

<i>Município</i>	<i>Renda per Capita</i>	<i>R. P. C dos mais pobres¹</i>	<i>R. P. C. dos mais ricos²</i>
<i>Anhangüera</i>	<i>190,67</i>	<i>58,47</i>	<i>534,85</i>
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	<i>294,21</i>	<i>45,27</i>	<i>1717,9</i>
<i>Catalão</i>	<i>303,49</i>	<i>53,97</i>	<i>1381,31</i>
<i>Corumbaíba</i>	<i>217,24</i>	<i>32,89</i>	<i>974,3</i>
<i>Cristianópolis</i>	<i>252,91</i>	<i>53,58</i>	<i>1089,59</i>
<i>Cumari</i>	<i>198,99</i>	<i>23,60</i>	<i>901,54</i>
<i>Davinópolis</i>	<i>169,57</i>	<i>44,58</i>	<i>649,19</i>
<i>Goiandira</i>	<i>224,94</i>	<i>40,58</i>	<i>916,08</i>
<i>Ipameri</i>	<i>214,7</i>	<i>51,36</i>	<i>860,32</i>
<i>Nova Aurora</i>	<i>236,89</i>	<i>61,41</i>	<i>874,47</i>
<i>Orizona</i>	<i>245,55</i>	<i>42,49</i>	<i>1105,49</i>
<i>Ouvidor</i>	<i>211,21</i>	<i>39,28</i>	<i>901,95</i>
<i>Palmelo</i>	<i>220,18</i>	<i>56,90</i>	<i>719,3</i>
<i>Pires do Rio</i>	<i>311,43</i>	<i>50,25</i>	<i>1639,93</i>
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	<i>261,52</i>	<i>62,77</i>	<i>1064,47</i>
<i>Silvânia</i>	<i>235,35</i>	<i>36,67</i>	<i>1154,81</i>
<i>Três Ranchos</i>	<i>199,59</i>	<i>31,81</i>	<i>834,39</i>
<i>Urutai</i>	<i>218,24</i>	<i>41,50</i>	<i>1016,58</i>
<i>Vianópolis</i>	<i>355,47</i>	<i>38,99</i>	<i>2101,81</i>
GOIÁS	285,962	35,943	1462,401
BRASIL	297,234	22,231	1556,244

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Onde:

- (1) renda monetária per capita média do 1º quinto mais pobre.
 (2) renda monetária per capita média do décimo mais rico.

Aonde maior é a renda monetária do quinto mais pobre é no município de Santa Cruz de Goiás, seguido por Nova Aurora, Anhangüera e Palmelo, ressaltando-se que em nenhum destes municípios o rendimento per capita médio dos mais ricos está entre as maiores da Margem. A renda monetária per capita média oscilava em 2000 entre o pouco mais de um salário mínimo de Davinópolis e Anhangüera e os mais de dois de Vianópolis, Pires do Rio e Catalão.

Na Tabela 3.2.7, logo abaixo, é possível se visualizar como se distribuem duas das origens possíveis desses rendimentos: trabalho e transferências governamentais, cujas origens são no caso geralmente estaduais ou federais, dado que os gastos

¹⁰¹ Monetária

municipais com transferência direta são como se viu na Tabela 3.2.9 (item 3.2) bastante baixos.

Onde estas transferências são mais importantes para a composição da renda monetária é nos municípios de Palmelo, Goiandira e Ouvidor, o que somente não é surpreendente em relação a este último município por que ao lado do alto PIB per capita de Ouvidor caminha um nível de rendimentos médios baixo.

Tabela 3.2.7: Margem da Estrada de Ferro _ origem da renda e condição social por municípios em 2000.

Município	ORIGEM DA RENDA		CONDIÇÃO SOCIAL		
	Transferências (1)	Trabalho (2)	Pobres (3)	Indigentes (4)	Dependentes (5)
Anhanguera	15,60	71,04	22,32	6,22	12,64
Campo Alegre de Goiás	7,76	70,67	21,84	6,35	5,53
Catalão	12,46	71,73	17,31	5,67	9,65
Corumbaíba	10,44	76,71	25,11	10,02	7,48
Cristianópolis	12,82	75,15	22,94	4,92	9,50
Cumari	16,01	71,39	29,28	10,42	13,23
Davinópolis	16,11	71,08	31,67	8,90	13,45
Goiandira	18,18	70,50	24,32	7,07	15,08
Ipameri	16,13	72,72	24,00	4,84	12,99
Nova Aurora	14,79	73,06	22,46	5,57	11,02
Orizona	10,42	74,86	24,91	7,54	7,94
Ouvidor	16,46	71,84	26,90	8,67	13,39
Palmelo	19,88	72,06	25,79	7,19	17,53
Pires do Rio	14,91	68,37	20,40	5,64	12,45
Santa Cruz de Goiás	10,21	76,70	24,24	5,52	6,82
Silvânia	12,18	73,37	32,46	9,53	8,41
Três Ranchos	13,76	71,61	24,40	8,42	10,49
Urutaí	14,56	71,85	25,55	5,85	11,40
Vianópolis	10,39	75,02	25,83	9,06	7,73
GOLÁS	11,012	74,583	26,65	9,769	8,737
BRASIL	14,663	69,767	32,748	16,315	13,245

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Onde:

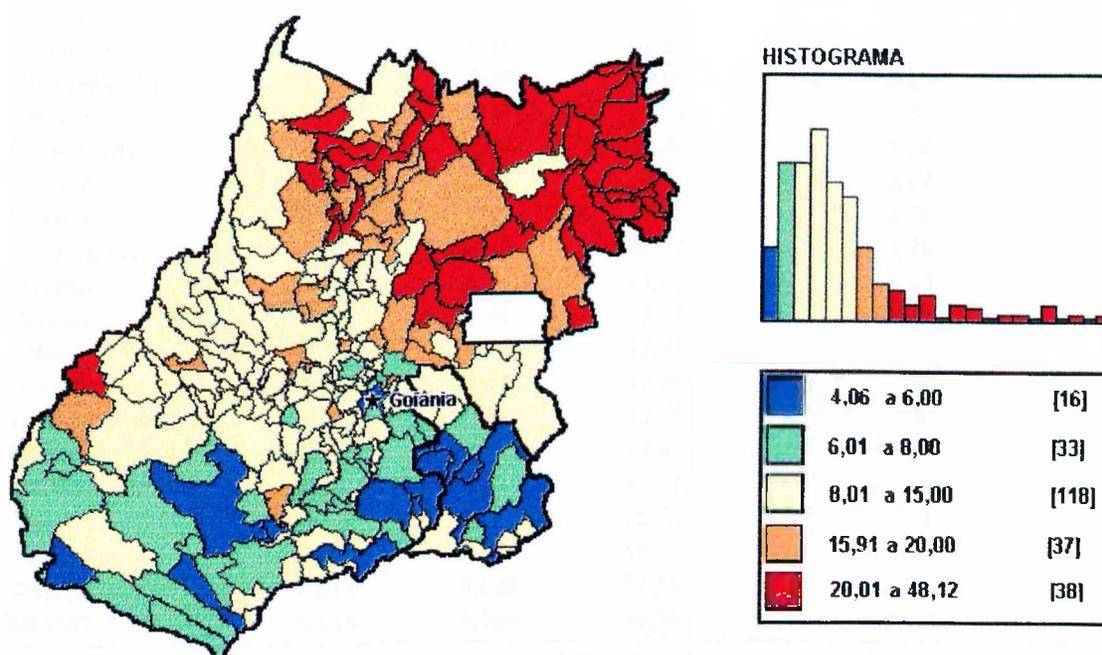
- (1) Percentual da renda m. proveniente de transferências governamentais.
- (2) Percentual da renda m. proveniente de rendimentos do trabalho.
- (3) Percentual de pessoas com renda m. per capita abaixo de R\$75,50.
- (4) Percentual de pessoas com renda m. per capita abaixo de R\$37,75.
- (5) Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda m. proveniente de transf. governamentais.

Ao mesmo tempo, onde as transferências governamentais menos colaboram com a renda monetária dos indivíduos foi em Campo Alegre de Goiás, sendo que de uma forma geral nos municípios rurais as transferências são proporcionalmente menores sendo que neles o número de dependentes é em geral menor, conforme a Tabela 3.2.7.

Quanto ao número de indigentes, i.e, de pessoas que em 2000 ganhavam menos de ¼ do salário mínimo, este é em geral baixo. Os menores índices são encontrados em Ipameri e Cristianópolis, onde menos de 5% das pessoas se encaixam nessa rubrica e os maiores valores são encontrados em Cumari e Corumbaíba. Esta última, mais uma vez se destaca negativamente na medida não apenas do considerável PIB per capita do município como também do fato de que mesmo Davinópolis que ostenta padrões produtivos e salariais bastante débeis, tem um número de indigentes menor que o deste município apesar de o número de pobres ser maior.

De qualquer forma o número de indigentes na Margem da Estrada de Ferro como de resto em quase todo o Estado de Goiás é bem menor no sul que no norte onde de acordo com o Mapa 09 o problema é crônico; mesmo que de acordo com a Tabela 3.2.7 a proporção dos pobres em Goiás é de pouco mais da metade daquela encontrada no Brasil como um todo.

Mapa 08: Goiás_ percentual de indigentes em relação ao total da população, 2000



Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Em relação aos pobres - pessoas que segundo o IBGE dispunham de uma renda monetária per capita entre mais de ¼ e menos de ½ de um salário mínimo - onde menos os há proporcionalmente, é no município de Catalão, onde estes representam 1/6 do

número total dos habitantes; já em Silvânia esse contingente chega a quase 1/3 da população. Quanto da indigência ou mesmo da pobreza presumidas da Margem da Estrada de Ferro é causada pela má distribuição de renda difícil de mensurar.

Entretanto, se não é verdade que a má distribuição de renda m. não necessariamente leva à pobreza, é quase certo que ela a maximiza, sendo o contrário também verdadeiro, ao menos no caso da Margem da Estrada de Ferro. Desta forma de acordo com a Tabela 3.2.8, municípios cujo rendimento anual médio é baixo como Anhangüera, Davinópolis, Nova Aurora, Goiandira e Ipameri conseguem manter baixo o número de indigentes e de pobres em relação a municípios rurais locais cuja distribuição de renda m. é pior.

Tabela 3.2.8: Margem da Estrada de Ferro_ desigualdade na distribuição de renda monetária, 2000.

<i>Município</i>	<i>Índice de Gini</i>	<i>Índice L de Theil</i>	<i>% renda apropriada pelos mais ricos¹</i>	<i>% renda apropriada pelos mais pobres²</i>
Anhangüera	0,46	0,33	28,05	6,13
Campo Alegre de Goiás	0,60	0,63	58,39	3,08
Catalão	0,55	0,51	45,51	3,56
Corumbáiba	0,53	0,48	44,85	3,03
Cristianópolis	0,54	0,48	43,08	4,24
Cumari	0,52	0,46	45,31	2,37
Davinópolis	0,49	0,40	38,29	5,26
Goiandira	0,52	0,46	40,73	3,61
Ipameri	0,49	0,40	40,07	4,78
Nova Aurora	0,52	0,47	36,92	5,19
Orizona	0,56	0,52	45,02	3,46
Ouvidor	0,52	0,46	42,71	3,72
Palmelo	0,51	0,45	32,67	5,17
Pires do Rio	0,61	0,64	52,66	3,23
Santa Cruz de Goiás	0,56	0,54	40,70	4,80
Silvânia	0,59	0,58	49,07	3,12
Três Ranchos	0,50	0,41	41,81	3,19
Urutai	0,52	0,45	46,58	3,80
Vianópolis	0,67	0,81	59,13	2,19
GOIÁS	0,611	0,648	51,14	2,514
BRASIL	0,645	0,762	52,358	1,496

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Onde:

(1) Percentual da renda monetária apropriada pelos 10% mais ricos da população, 2000.

(2) Percentual da renda monetária apropriada pelos 20% mais pobres da população, 2000.

Entretanto, análises intra-regiões homogêneas têm como principal senão justamente a homogeneidade. No caso da Margem da Estrada de Ferro onde, dos dezenove municípios, apenas Vianópolis tem uma distribuição pior do que a média brasileira ou goiana, esse problema é mais evidente de forma que não se aprofundará a questão e se encerrará a discussão acerca da correlação entre a distribuição da renda monetária e a miséria na Margem da Estrada de Ferro. Inclusive, o número de eventos além de não permitir conclusões bem fundadas, dificulta a análise.

O próximo item é então a educação. Neste quesito, conforme é possível se observar na Tabela 3.2.9, os indicadores da Margem da Estrada de Ferro apenas acompanham os valores médios encontrados no Brasil, com duas exceções: o município de Catalão e o analfabetismo infantil.

Tabela 3.2.9: Margem da Estrada de Ferro_ analfabetismo e analfabetismo funcional

Município	ANALFABETISMO			ANALF. FUNCIONAL		Média de estudo
	global	adulto	infantil	adulto	global	
Anhanguera	9,77	13,26	1,95	33,33	26,8	5,33
Campo Alegre de Goiás	11,72	14,87	2,32	38,5	31,56	4,92
Catalão	8,75	10,35	2,52	27,21	21,65	6,14
Corumbaíba	10,24	13,32	2,94	38,5	32,47	4,56
Cristianópolis	9,67	12,96	1,43	34,95	29,12	5,36
Cumari	13,7	16,72	2,97	33,52	27,73	5,1
Davinópolis	18,97	23,67	2,25	49,58	39,98	4,01
Goianira	11,51	14,42	1,25	36,08	29,2	5,35
Ipameri	11,63	14,53	2,89	37,21	30,83	5,11
Nova Aurora	15,4	18,44	2,04	37,52	29,47	4,98
Orizona	11,71	13,6	3,85	39,41	33,26	4,73
Ouvidor	10,78	13,48	2,25	32,68	26,03	5,18
Palmelo	16,11	17,42	5,11	33,14	28,47	5,46
Pires do Rio	10,03	12,56	1,78	32,76	26,39	5,69
Santa Cruz de Goiás	13,69	15,76	3,86	42,11	35,42	4,52
Silvânia	13,35	14,57	2,08	39,3	32,57	4,73
Três Ranchos	10,9	14	2,13	31,69	26,23	5,25
Urutaí	12,83	14,25	1,33	37,28	30,61	5,16
Vianópolis	13,78	16,14	3,63	37,66	31,6	4,75
BRASIL	12,937	16,039	12,357	33,022	28,202	5,872
GOIÁS	11,366	14,964	6,097	33,855	27,625	5,662

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Onde:

- (1) Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas.
- (2) Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas.
- (3) Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas.
- (4) Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo.
- (5) Percentual de pessoas de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo.
- (6) Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade.

No caso do município de Catalão, um longo processo histórico aliado às necessidades decorrentes do processo industrializatório acabou forçando as pessoas a estudar, processo que quase com certeza levará a uma ampliação dos indicadores educacionais a qual provavelmente já poderá ser percebida na próxima Contagem Populacional.

Prenúncio disso é a segunda exceção, qual seja o analfabetismo infantil. Na Margem da Estrada de Ferro este é a metade do índice médio encontrado do Estado de Goiás, o qual por sua vez é a metade do índice médio do Brasil. Tais números apontam para uma diminuição drástica do analfabetismo na região nos próximos dez ou vinte anos.

Em relação à condição do ensino discriminada em dados na Tabela 3.2.10 logo a seguir não é difícil perceber tanto que os indicadores da Margem são inferiores aos nacionais no quesito acesso ao ensino superior quanto que são superiores em todos os outros itens notadamente na educação infantil.

Quanto à inferioridade média da região em relação ao acesso ao ensino superior, sua explicação é basicamente a mesma da superioridade do acesso ao ensino infantil: oportunidade. Como provavelmente há na região aquilo que Weber chamaria de espírito educacional, tão logo as prefeituras aumentaram o número de vagas nas pré-escolas a população dos municípios passou efetivamente a utilizá-las.

Do mesmo modo, no caso do acesso ao ensino superior ele é inclusive mais alto do que a média brasileira em dois municípios: Catalão e Pires do Rio, justamente aqueles onde primeiro foram construídas unidades de ensino superior - tanto privadas quanto públicas. Como de 2000 para 2004 os municípios de Ipameri, Silvânia e Urutaí também ganharam instituições de ensino superior, é quase certo de que na próxima vez em que este índice for mensurado ele estará consideravelmente mais elevado.

Outro argumento nesse sentido é que no quesito 'frequência' aos diversos graus de ensino há uma nítida superioridade dos índices dos municípios de Catalão, Goiandira, Ouidor, Nova Aurora e Anhangüera em relação aos demais municípios. Isto quase com certeza ocorre devido ao fato de que a oferta de oportunidades de ensino em Catalão é alta, como já se disse. E beneficiam-se dessa oferta não apenas a população catalana como também as de Ouidor e Goiandira, que estão muito próximas e as de

Anhangüera e Nova Aurora, cujas respectivas municipalidades facultam transporte gratuito para Catalão.

Em relação a Pires do Rio, que oferta apenas ensino superior aos demais municípios seus vizinhos, pode-se perceber que a população daqueles que se encontram mais próximos, como Palmelo, têm uma frequência superior às médias estadual e federal embora o mesmo não se dê com a rubrica 'estudantes'. Deste modo, apesar da idade 'não-ideal', uma parcela da população está aproveitando a oportunidade surgida.

Tabela 3.2.10: Margem da Estrada de Ferro, condição do ensino, 2000.

<i>Município</i>	<i>ESTUDANTES</i>				<i>FREQÜÊNCIA</i>		
	<i>Infantil¹</i>	<i>Fundamental²</i>	<i>Médio³</i>	<i>Superior⁴</i>	<i>Fundamental⁵</i>	<i>Médio⁶</i>	<i>Superior⁷</i>
<i>Anhangüera</i>	87,2	94,55	41,19	0,74	175,83	106,20	19,55
<i>C. Alegre GO</i>	82,75	93,65	33,93	2,80	130,14	87,31	16,13
<i>Catalão</i>	82,13	93,86	43,52	11,28	132,67	105,96	23,76
<i>Corumbalza</i>	83,23	86,86	28,00	6,05	119,82	72,84	18,14
<i>Cristianópolis</i>	86,03	93,3	37,24	0,8	129,19	89,91	18,17
<i>Cumari</i>	87,13	93,42	41,73	3,54	127,91	94,16	20,01
<i>Davinópolis</i>	85,73	94,54	38,16	0,99	136,09	88,33	11,11
<i>Goiandira</i>	80,47	92,47	53,18	7,66	124,74	101,96	25,22
<i>Ipameri</i>	82,46	91,79	25,37	4,39	130,48	91,82	13,51
<i>Nova Aurora</i>	88,7	94,66	44,54	1,07	134,90	102,43	13,49
<i>Orizona</i>	66,12	88,74	32,45	3,15	119,85	72,87	11,63
<i>Ouvidor</i>	86,26	93,71	45,51	5,99	132,20	101,88	20,57
<i>Palmelo</i>	86,7	93,64	37,84	0,12	125,96	63,76	27,00
<i>Pires do Rio</i>	85,95	94,51	39,12	11,67	127,12	99,41	25,57
<i>Sta. Cruz GO</i>	74,02	88,83	30,46	1,93	121,55	85,54	10,45
<i>Silvânia</i>	64,43	92,08	24,50	1,96	128,05	66,12	9,40
<i>Três Ranchos</i>	86,87	91,08	36,62	2,71	134,11	84,88	19,23
<i>Urutai</i>	81,04	92,09	43,25	4,80	127,13	157,30	19,86
<i>Vianópolis</i>	62,81	95,49	29,07	4,47	126,05	72,47	11,29
GOIÁS	69,582	91,207	33,97	7,432	128,341	81,606	17,936
BRASIL	71,45	90,702	36,022	7,572	124,607	77,336	17,474

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

- (1) Percentual de crianças de 5 a 6 anos com acesso ao curso fundamental
- (2) Percentual de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental.
- (3) Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com acesso ao segundo grau.
- (4) Percentual de pessoas de 18 a 24 com acesso ao curso superior.
- (5) Percentual de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos .
- (6) Percentual de pessoas que freqüentam o ensino médio em relação à população de 15 a 17 anos.
- (7) Percentual de pessoas que freqüentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos.

Assim, não é sem razão que os menores índices da Margem em relação à frequência no ensino superior estejam em Silvânia, Orizona e Vianópolis, cujas sedes encontram-se mais distantes das instituições de ensino superior. Entretanto, dado a

unidade da UEG que foi construída recentemente em Silvânia, esse quadro possivelmente aos poucos será revertido.

Além disso, na medida em que o processo industrializatório for avançando sobre a região a busca por empregabilidade poderá impulsionar mais indivíduos ao estudo, tal como já vem ocorrendo em Catalão e municípios próximos.

Entretanto do mesmo modo que o tamanho do produto econômico não tem correlação necessária com a qualidade de vida ou mesmo a renda monetária das pessoas, a educação *per se* também não garante uma boa qualidade de vida: faz-se necessário uma determinada infra-estrutura. E é sobre tal infra-estrutura que se falará e que está mensurada na Tabela 3.2.11.

Tabela 3.2.11: Margem da Estrada de Ferro _ acesso a bens e serviços básicos, 2000.

<i>Município</i>	<i>Água¹</i>	<i>Coleta de lixo²</i>	<i>Energia³</i>	<i>Telefone⁴</i>
<i>Anhanguera</i>	96,74	97,62	99,11	27,17
<i>Campo Alegre de Goiás</i>	91,99	98,23	93,72	18,26
<i>Catalão</i>	95,83	95,63	98,92	33,97
<i>Corumbaíba</i>	94,61	98,47	97,94	19,27
<i>Cristianópolis</i>	95,57	97,27	98,61	20,64
<i>Cumari</i>	93,04	97,84	98,7	21,76
<i>Davinópolis</i>	83,01	95,64	95,99	11,89
<i>Goiandira</i>	96,75	97,99	98,25	26,6
<i>Ipameri</i>	93,72	97,72	97,09	19,94
<i>Nova Aurora</i>	95,67	94,34	98,5	19,45
<i>Orizona</i>	87,37	96,57	94,88	12,15
<i>Ouvidor</i>	94,86	96,43	98,59	16,56
<i>Palmelo</i>	92,77	97,29	99,24	26,82
<i>Pires do Rio</i>	94,68	87,57	98,93	24,61
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	91,91	98,54	94,04	10,25
<i>Silvânia</i>	84,73	99,69	94,38	13,44
<i>Três Ranchos</i>	95,98	98,25	99,08	22,17
<i>Urutai</i>	89,73	97,12	97,3	16,24
<i>Vianópolis</i>	92,48	96,06	97,31	13,73
GOIÁS	88,705	91,256	97,22	38,467
BRASIL	80,751	91,163	93,479	37,4

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Onde:

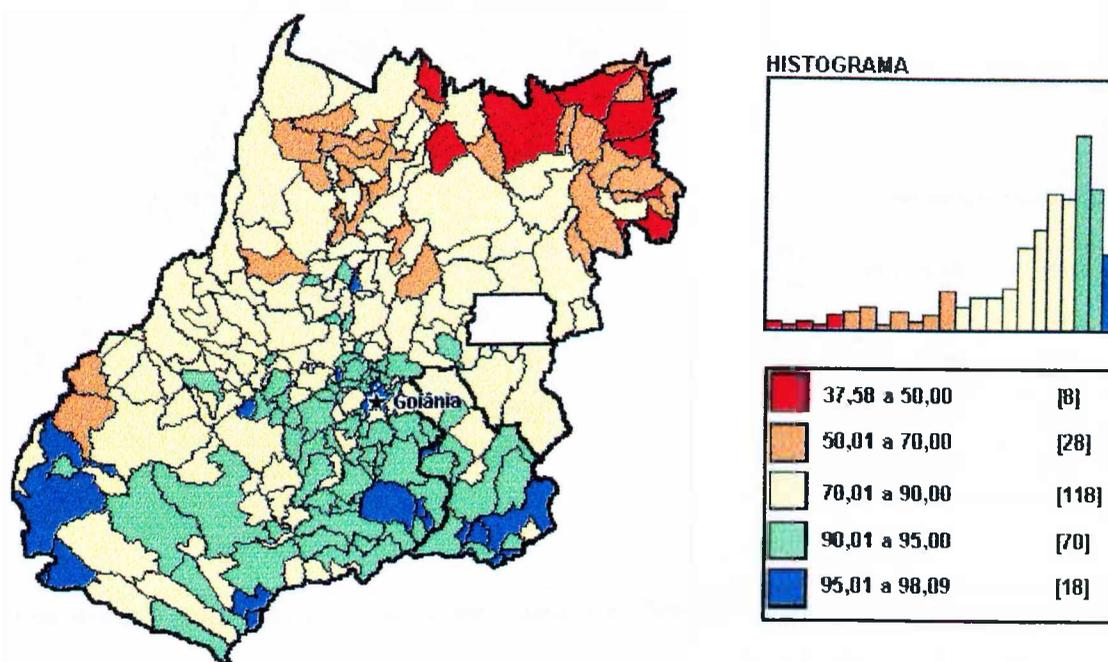
- (1) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada.
- (2) Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo.
- (3) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica.
- (4) Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone.

Primeiro é necessário se considerar que não se está falando de infra-estrutura no sentido econômico restrito, tal como pontes, cabos de energia ou de telefone, mas de

uma infra-estrutura social nem sempre tangível, mas geralmente mensurável pelo acesso aos serviços que ela proporciona.

Assim, estes quatro itens foram escolhidos por que se acredita que eles medem bem isso: o acesso à água tratada encanada, que tem importância sobre a saúde, principalmente infantil, e que desta forma influi nas taxas de mortalidade infantil, a qual, por sua vez está diretamente relacionada à esperança de vida ao nascer. Além do acesso a água, se fará inferências também sobre o acesso à energia elétrica, à coleta de lixo e à telefonia.

Mapa 09: Goiás _ percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000.



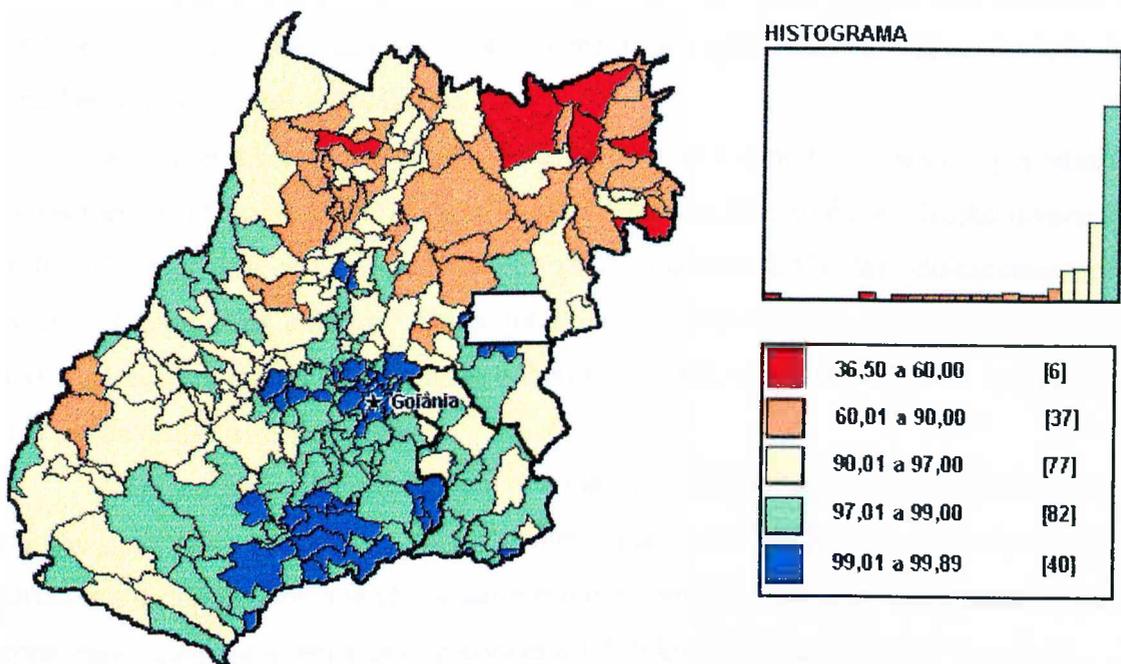
Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Em relação ao acesso a água encanada, além da superioridade dos números da Margem da Estrada de Ferro em relação aos do restante do Estado de Goiás (Mapa 10), chama a atenção o fato de que em todos os municípios, o percentual de pessoas que vivem em domicílios com acesso a esse bem é superior ao daquelas que vivem em domicílios 'urbanos'. Desta forma, se pode inferir que os índices de domicílios com acesso à água encanada na zona rural, são bastante significativos e inclusive ela é

tratada em alguns lugares, como nas comunidades da Cisterna e Pedra Branca, no município de Catalão.

Inclusive neste município enquanto a população 'urbana' é de 89,5%, a que tem acesso à água encanada é de quase 96%, o que implica que cerca de 2/3 das residências rurais têm acesso a esse benefício. Entretanto o caso emblemático é o de Santa Cruz de Goiás, onde apesar de 70% da população ser rurícola, quase 92% do total dos habitantes do município tem acesso a água tratada.

Mapa 10: Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000.



Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

O acesso da população rurícola à energia elétrica é ainda maior, de forma que num município como Catalão, que tem quase 4.000 km² de área (ver Tabela 01 na Introdução) quase 99% da população tem acesso a energia elétrica. Assim, mesmo se 100% das pessoas que vivem na sede do município, na vila de S. Antônio do Rio Verde e no povoado de Pires Belo tiverem acesso à energia elétrica, os dados indicam que mais de 90% da população rurícola tem acesso à energia elétrica.

O Mapa 10, inclusive permite observar que virtualmente em todo o centro, o oeste e o sul de Goiás, a energia elétrica nos campos é antes a regra que a exceção. Em

relação à coleta de lixo nos domicílios 'urbanos', pode-se perceber que esta é quase universal na maioria das sedes da Margem da Estrada de Ferro a qual desfruta de um índice bem superior ao brasileiro e ao goiano.

A dimensão disso é mais bem medida quando se considera que no caso de Três Ranchos, muitos dos domicílios 'urbanos' só têm esse status graças ao fato de que a municipalidade considera urbano todo o perímetro do lago que margeia o município, bem como a maioria das ilhas, mesmo que estejam a mais de cinco quilômetros da pequena sede. Mesmo assim mais de 99% da população conta com coleta e lixo, conforme se pode ver na Tabela 3.2.11.

Por fim, a Tabela 3.2.12, última deste capítulo busca mostrar um conjunto de indicadores para se mensurar o desenvolvimento e a qualidade de vida: a situação das mulheres, das crianças e dos idosos.

A primeira coisa para a qual se deseja chamar a atenção é quanto à gravidez de adolescentes. Diferentemente do que se poderia pensar, ela não é uma função inversa do estudo formal, uma vez que em Catalão pouco mais de 2,5% das adolescentes eram analfabetas em 2000, embora 5,5% do total tivesse filhos. Paralelamente menos de 0,8% das adolescentes ipamerinas eram analfabetas em 2000, o que não impediu que mais de 1/6 de todas elas tivessem filhos.

Aliás, os quatro municípios em que mais de 10% das adolescentes tinham filhos só têm uma coisa em comum: tanto Ipameri, quanto Silvânia, Santa Cruz de Goiás e Orizona são municípios que têm a agropecuária como o setor mais importante de suas economias, além de terem áreas superiores a 1.500 km² e baixa densidade no campo.

Deste modo, o fator que parece determinante para as adolescentes engravidarem não é serem analfabetas, mas morarem no campo, o que pode sugerir que no campo elas se casam mais cedo. Como no campo elas possuem basicamente o mesmo nível de educação do que nas cidades¹⁰², pode-se conjecturar que o ensino formal não foi capaz de destruir estruturas culturais pré-existentes.

Em relação ao número tanto de mulheres quanto de pessoas em geral em risco, este segue aproximadamente os valores médios encontrados no Brasil e em Goiás. Em relação ao trabalho infantil há, no entanto, variações. O primeiro caso a se considerar é o que mais se verifica qual seja que o trabalho infantil é muito menos comum na

¹⁰² Como um todo, o analfabetismo entre pessoas do sexo feminino com idade entre 15 e 17 anos na Margem da Estrada de Ferro é de 1,88%, o mais baixo entre todos os estratos da população.

Margem do que no restante do Estado de Goiás¹⁰³, o qual tem igualmente indicadores consideravelmente menores que os do Brasil como um todo.

Tabela 3.2.12: Margem da Estrada de Ferro _ vulnerabilidade e situação da mulher, 2000

<i>Município</i>	<i>Adolescentes analfabetas¹</i>	<i>Adolescentes com filhos²</i>	<i>Mulheres em risco³</i>	<i>Pessoas em risco⁴</i>	<i>Trabalho infantil⁵</i>
<i>Anhanguera</i>	0,86	5,46	4,02	37,15	5,13
<i>Campo Alegre de GO</i>	1,03	8,56	2,59	38,62	8,28
<i>Catalão</i>	2,42	5,5	3,97	35,02	5,89
<i>Corumbáiba</i>	1,54	9,06	3,46	40,75	7,38
<i>Cristianópolis</i>	0,34	7,08	5,19	41,26	7,36
<i>Cumari</i>	0,94	4,75	2,81	37,95	5,86
<i>Davinópolis</i>	1,95	3,94	2,64	35,37	8,81
<i>Goandira</i>	0,47	4,20	4,48	35,95	6,62
<i>Ipameri</i>	0,77	16,67	3,09	37,11	12,46
<i>Nova Aurora</i>	1,35	4,43	2,93	30,67	22,58
<i>Orizona</i>	1,10	12,35	3,02	40,89	9,75
<i>Ouvidor</i>	0,99	3,91	2,91	35,23	4,08
<i>Palmelo</i>	0,78	6,72	6,02	42,11	4,87
<i>Pires do Rio</i>	0,02	6,23	3,04	38,49	5,32
<i>Santa Cruz de Goiás</i>	1,65	12,62	2,25	39,25	10,21
<i>Silvânia</i>	2,02	14,15	3,70	40,10	8,64
<i>Três Ranchos</i>	0,74	7,01	4,08	36,99	4,51
<i>Urutai</i>	0,39	6,49	3,27	38,45	5,65
<i>Vianópolis</i>	2,65	7,92	4,18	45,42	14,42
GOIÁS	1,711	9,344	5,353	40,715	14,121
BRASIL	4,005	8,448	5,828	41,068	21,052

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2000

Onde:

- (1) Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas.
- (2) Percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos.
- (3) Percentual de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos.
- (4) Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%.
- (5) Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham.

Entretanto, três municípios onde novamente a agropecuária é uma atividade importante destoam do restante: em Santa Cruz de Goiás e Ipameri o índice se aproxima do goiano e em Nova Aurora é superior inclusive ao brasileiro.

Neste sentido, pode se concluir este item, se observando que uma série de indicadores que dizem respeito à Margem da Estrada de Ferro em sua maioria quando não é igual é melhor que a média brasileira e goiana, apesar da grande heterogeneidade econômica da região. Esta é a tal ponto manifesta que se pode inclusive crer que esta

¹⁰³ Até por que, conforme se pode ver, de um modo geral na Margem da Estrada de Ferro as crianças estudam mais que a média.

diversidade é antes o corolário do que as premissas advindas da educação, o maior bem econômico produzido pela Margem, ao longo do século, juntamente com os emigrantes.

Aliás, é difícil saber se foi do baixo crescimento demográfico ou da educação levada a cabo ao longo do último século e meio a responsabilidade pelos bons indicadores que se pode observar na Margem da Estrada de Ferro. E esta não é uma questão bizantina.

De início convém destacar que de ao que tudo indica esses indicadores aparentemente não são devidos ao crescimento do produto, já que se demonstrou que este foi contundente apenas no breve período entre o início da construção da Estrada de Ferro Goiás e a consolidação de Goiânia e mais recentemente a partir de meados da década de 1990. Além disso, também se observou que indicadores econômicos mais altos tais como PIB elevado ou mesmo uma renda monetária per capita considerável são atributos de uns poucos municípios os quais nem sempre desfrutam de bons padrões de vida como ocorre em Corumbaíba.

Neste sentido se a educação é a responsável pelos bons indicadores desenvolver seria um corolário de educar formalmente o maior número de indivíduos pelo maior tempo possível, lhes dando condições de inserção social. Por outro lado, se os bons indicadores regionais se devem ao fato de que o crescimento populacional da região foi de menos de 25% do brasileiro entre 1920 e 2000, ou seja, se se deveram ao baixo crescimento demográfico, políticas de planejamento familiar poderiam ser eficazes para promover o desenvolvimento na medida em que promoveriam menos competição no acesso aos bens públicos.

Contra essa tese pesa um senão: a livre mobilidade populacional. Assim, dado o direito constitucional de ir e vir os indivíduos tão logo percebam haver mais riqueza em um lugar que não naquele onde moram, podem ser tentados à migração, diminuindo a riqueza disponível per capita do lugar para onde se dirigirem.

Entretanto, não se deve desconsiderar que as pessoas usualmente não se migra em busca de qualidade de vida, mas de recursos monetários de modo que, caso num lugar a qualidade de vida seja superior à geração de riqueza, este tenderá a não atrair migrantes, mantendo a qualidade de vida. Além disso, se de fato quem migra em busca de qualidade de vida já dispor de recursos financeiros atrair esse contingente pode ser bastante positivo para uma comunidade.

3.3: RENDA MONETÁRIA, LONGEVIDADE, EDUCAÇÃO E RISCO: ALGUMAS CORRELAÇÕES.

O coeficiente de correlação interclasses calcula a relação recíproca porventura existente entre duas matrizes de dados, determinando-as com valores que oscilam entre -1 e +1, através da fórmula:

$$P_{x,y} = \frac{\text{Cov}(X,Y)}{\sigma_x * \sigma_y}$$

Onde:

$P_{x,y}$ é a probabilidade de correlação interclasses entre matrizes X e Y quaisquer.

$\text{Cov}(X, Y)$ é a covariância existente entre a matriz X e a matriz Y.

σ_x é o desvio padrão populacional da matriz X.

σ_y é o desvio padrão populacional da matriz Y.

Sua grande virtude é que permite calcular a probabilidade de interdependência entre duas matrizes distintas, o que acaba por significar mensurar o quanto uma matriz de dados está relacionada com outra. Entretanto, o cálculo da correlação apresenta um inconveniente bastante específico: como o próprio nome diz, é uma correlação; assim, não há como saber se X é uma função de Y ou vice-versa.

Entretanto, nem todo fenômeno tem causas únicas e do mesmo modo que há *trade-offs*, nada impede que haja *trade-ons* e que, de fato, duas circunstâncias possam reciprocamente se influenciar. Além disso, a correlação tem o mérito de ser facilmente reproduzível, pois como se viu acima, sua fórmula é bastante simples. Não foi necessariamente o caso dos dados abaixo, mas quando se correlaciona dados sobre amostras e não populações de dados, a aplicação de um teste *t* ou *Fisher* é aconselhável.

A correlação pode ser facilmente feita na maioria das planilhas eletrônicas. No caso da mais popular, a Excel[®] do programa Windows[®], da Microsoft[®], basta utilizar o seguinte modelo algorítmico geral: “=CORREL (matriz 1; matriz 2)” em que ‘matriz’ representa um determinado intervalo válido de dados numéricos da mesma natureza, por exemplo ‘A1: A7’ ou ‘A1: G1’.

Todavia, uma coisa são a utilidade e a reprodutibilidade e outra a necessidade de se utilizar. Neste sentido, defende-se esta. O primeiro argumento para tal é que não se fez uma série histórica para os dados, ou seja, não se pôde perceber como eles evoluíram ao longo de um período razoável de tempo e isto, sobretudo por que estes

dados estão disponíveis para um espaço de tempo relativamente curto: os nove anos que transcorreram entre a realização do Censo Demográfico de 1991 e o de 2000.

Assim, se para justificar a conformação atual da Margem da Estrada de Ferro foram buscados nela e no Estado de Goiás, fatos e processos históricos há muito ocorridos, não se justifica que quando se parte para uma visão mais específica, se creia que o que ocorreu em nove anos seja suficiente para explicar a situação presente. Além disso, faz-se uso aqui de uma das prerrogativas que estudos econômicos têm e que é uma vantagem em relação a estudos históricos: a análise *cross section*.

De qualquer forma, para minimizar erros decorrentes de uma população amostral pequena - a Margem da Estrada de Ferro tem apenas cerca de 8% dos municípios e aproximadamente de 4% da população do Estado de Goiás - se buscou uma comparação desta com outros espaços geográficos e inclusive se iniciou a análise pelo Estado de Goiás como um todo.

Assim, além deste e da Margem da Estrada de Ferro, se correlacionou dados referentes ao Nordeste Goiano¹⁰⁴, o qual apesar de ser colonizado já também há mais de dois séculos e meio, tem uma situação econômica muito distinta; o Sudoeste Goiano, que têm população, área e produto econômico bastante superiores aos da Margem, e uma situação fundiária também distinta.

Também para efeito de comparação, se realizou correlações em três grupos demográficos: o dos municípios cujas sedes, não urbanas, eram habitadas por mais de 20.000 habitantes¹⁰⁵ em 2000, divididas entre aquelas situadas no Sul de Goiás e aquelas localizadas no Centro e no Norte deste estado; e os municípios cujas sedes eram subúrbios urbanos, isto é, têm características urbanas, mas não são necessariamente os centros decisórios de si mesmas, gravitando política e economicamente em torno de alguma metrópole (Goiânia ou Brasília).

São estes municípios: Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo (subúrbios de Goiânia, região Central de Goiás); Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental (subúrbios de Brasília, no Entorno Ferroviário); Águas Lindas de Goiás, Formosa, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto (subúrbios de Brasília, no Entorno Ferroviário).

¹⁰⁴ Sob esta região e outras que se apresentarem, ver o Anexo desta dissertação.

¹⁰⁵ Ou 99% deste valor.

De qualquer forma, para a escolha dos dados a serem correlacionados, muito influíram discussões levadas a cabo por Eduardo Moyano (1999, op. cit), reconhecendo-se também a relevância da obra de Robert D. Putnan¹⁰⁶ (2000). Senão vejamos.

Através da leitura da Tabela 3.3.1, se pode observar que os dados mais correlacionados à expectativa de vida e à mortalidade infantil no Estado de Goiás em 2000, são aqueles que se referem à insuficiência de renda monetária, de modo que as coisas se dão como se as pode esperar: a sobrevivência é dificultada e interrompida mais cedo pela indisponibilidade de renda monetária, embora nenhuma das correlações encontradas (todas com valores abaixo de 62,5%) ofereça dados conclusivos.

As rubricas relacionadas à educação, quando influem, o fazem também de maneira não conclusiva. Para piorar, esse contingente mais pobre conta com menor acesso à água e à energia, o que com certeza não colabora para que haja uma melhora dos índices de mortalidade infantil e, por conseguinte, da probabilidade de sobrevivência.

A primeira consideração a ser feita é a de que os rendimentos mensurados na Tabela 3.3.1 se referem apenas à sua porção monetária (qualificativo que se deixou implícito nas tabelas seguintes). Desta forma é de se imaginar que o contingente rurícola que se dedica -total ou parcialmente- a agricultura familiar esteja representado como mais pobre do que é na realidade, visto que para esse contingente a parcela monetária não totaliza a renda. Entretanto, se a renda dos pobres que vivem no campo pode estar sendo subavaliada, como então com uma renda proporcionalmente mais alta aparentemente não melhora seus parâmetros de mensuração de vida?

A resposta pode estar no fornecimento de água e energia elétrica, o qual é muito maior nas cidades -onde provavelmente a renda é menor¹⁰⁷- do que no campo. Assim, se a renda tem uma probabilidade de correlação positiva¹⁰⁸ com a vida e o mesmo se dá com o fornecimento de energia elétrica e de água, atitudes emergenciais para o aumento dos índices de vida no campo e nas comunidades nucleadas deveriam ser diferentes: nestas, urgência para programas de renda mínima; naquelas, prioridade para o fornecimento de serviços básicos.

¹⁰⁶ PUTNAN, R. D. Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna. Editora da FGV, São Paulo: 2000.

¹⁰⁷ O que é tanto mais verdadeiro quanto menores forem as comunidades, e não o é para a maioria das formas urbanas ou mesmo, semi-urbanas.

¹⁰⁸ Os termos 'positivo' e 'negativo', dizem respeito aos sinais da correlação.

Isto, obviamente em se tratando de Goiás, onde salvo exceções, a renda monetária não é tão baixa quanto no Nordeste, por exemplo, embora mesmo nessa região não pareça haver motivos para se pensar que o fornecimento universal de água e energia elétrica para as comunidades rurícolas não possa também trazer bons resultados.

Tabela 3.3.1: Goiás - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de n.º médio de filhos por mulher	0,371	-0,360
analfabetismo infantil	0,390	-0,374
analfabetismo	0,474	-0,457
analfabetismo funcional	0,506	-0,486
analfabetismo funcional adulto	0,526	-0,506
média de anos estudados pelos adultos	-0,503	0,485
rendimento mensal médio	-0,508	0,503
Índice de Gini	0,189	-0,167
Índice L de Theil	0,083	-0,068
rendimento médio dos 20% mais pobres	-0,582	0,571
rendimento médio dos 10% mais ricos	-0,360	0,361
% da população abaixo da linha da miséria	0,623	-0,587
% da população abaixo da linha de pobreza	0,619	-0,597
dependentes do governo	0,249	-0,246
famílias com razão de dependência > 75%	0,459	-0,437
mulheres sós chefes de família com filhos	0,078	-0,077
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,125	-0,125
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,104	0,094
fornecimento de água encanada	-0,560	0,528
fornecimento de energia	-0,522	0,481
médicos por mil habitantes	-0,178	0,173
área dos municípios	0,008	0,000
população total	-0,087	0,081
densidade demográfica	-0,081	0,075
população nucleada	-0,087	0,081
população rurícola	-0,021	0,020
taxa bruta de frequência escolar	-0,204	0,212
transferências governamentais	0,213	-0,212
adolescentes analfabetas	0,263	-0,257
jovens analfabetos	0,391	-0,373

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A respeito da Tabela 3.3.2, a primeira constatação é que no Estado de Goiás como um todo, o rendimento mensal médio dos mais ricos parece ser tanto mais alto quanto pior a distribuição de renda monetária. Em não sendo assim, a distribuição de renda m. parece ser tanto pior quanto maior for a renda m. dos mais ricos, de modo que

mantido o padrão distributivo, aumentos do produto serão desuniformemente distribuídos.

Além disso, acréscimos no produto econômico em geral acabam atraindo migrantes potencialmente mais pobres que a média da população local, de forma que a desigualdade tenda a aumentar, inclusive por que a população passa a crescer num ritmo superior a capacidade dos serviços públicos. Entretanto, é improvável que a migração sozinha possa ser responsabilizada por índices superiores de desigualdade na apropriação da renda monetária resultante num nível tal como o detectado.

Paralelamente o rendimento mensal médio dos mais pobres parece ser tanto maior quanto maior a percentagem de renda monetária acumulada pelos 20% mais pobres ou a percentagem de renda monetária acumulada pelos 20% mais pobres é tanto maior quanto maior o rendimento médio dos mais pobres haja visto o significativo nível da probabilidade de correlação encontrado (77,7%).

Essa observação completa a anterior, de modo que os dados parecem sugerir que melhorar a distribuição de renda monetária é capaz por si só de gerar bons resultados sociais, mesmo que não ocorra um aumento do produto econômico; até por que, é bem sabido que a utilidade marginal do consumo decresce na medida em que as necessidades vão se satisfazendo. Portanto, há sérias razões para se acreditar que a mesma quantidade de renda monetária produza melhores resultados econômicos em mãos de muitos do que no bolso de poucos.

Outro dado importante é que os indicadores de alfabetização estão diretamente correlacionados com a renda monetária, sobretudo a média e em seguida, com a dos mais pobres. A dos ricos se deixa influenciar menos, o que pode significar que de alguma forma estes se beneficiam, ainda que minimamente, de uma estrutura social onde os padrões de educacionais sejam baixos.

Os outros indicadores correlacionados são os acessos à água encanada e à energia elétrica, com a renda monetária dos 20% mais pobres. O que parece mais seguro é afirmar que em áreas mais pobres, as pessoas têm menos acesso a esses bens. Isso parece lógico, mas não é, na medida em que tecnicamente a parcela mais rica da população dispõe de recursos para construir ou financiarem a construção de um sistema de água, embora não seja isso o que acontece. De fato a prioridade dos poderes parece ser atender primeiro os lugares onde residem as parcelas mais privilegiadas de uma dada

população para, a partir desses lugares, ir universalizando esse benefício, quase sempre na proporção da posse média de recursos dos indivíduos de cada lugar.

Duas considerações ainda cabem: a primeira delas é que como a correlação entre o rendimento dos mais pobres e a água encanada é mais significativa (0,727) do que a do rendimento dos mais pobres com o acesso a energia elétrica, é de se imaginar um motivo plausível. Tentemos, pois.

No Estado de Goiás, no ano de 2000, a energia elétrica era um bem muito mais universal do que a água encanada, graças a um intenso processo de eletrificação rural que quase levou a companhia estadual de energia elétrica (Centrais Elétricas de Goiás S.A.) à falência. Já a água encanada era um 'luxo' acessível à população rurícola de muitos poucos municípios no Estado. Neste sentido, que o acesso à água encanada se correlacione mais com a renda m. dos mais pobres do que a energia elétrica, se explica por uma hipótese simples: as populações rurícolas têm em geral, menor renda monetária do que as nucleadas ou urbanas a acabam aparecendo como mais pobres.

Tabela 3.3.2: Goiás - correlações com indicadores de renda monetária

	renda dos		
	renda média	mais pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,266	-0,346	0,569
Índice L de Theil	0,389	-0,197	0,656
% renda m. apropriada pelos mais ricos	0,384	-0,209	0,701
% renda m. apropriada pelos mais pobres	0,135	0,777	-0,145
renda oriunda do governo	-0,459	-0,332	-0,404
nº. médio de filhos por mulher	-0,411	-0,478	-0,285
Analfabetismo	-0,699	-0,662	-0,509
analfabetismo funcional	-0,691	-0,638	-0,497
analfabetismo funcional adulto	-0,713	-0,664	-0,512
média de estudo	0,754	0,642	0,562
acesso ao ensino médio	0,509	0,518	0,369
acesso ao ensino superior	0,634	0,413	0,535
freqüência ao ensino médio	0,414	0,363	0,317
freqüência ao ensino superior	0,637	0,572	0,487
adolescentes analfabetas	-0,362	-0,408	-0,253
jovens analfabetos	-0,465	-0,534	-0,314
jovens analfabetos funcionais	-0,524	-0,555	-0,369
água encanada	0,637	0,727	0,449
energia elétrica	0,552	0,636	0,387
coleta de lixo	0,438	0,470	0,330
idosos residindo sós	-0,045	0,109	-0,081
mulheres sós chefes de família com filhos	-0,061	-0,187	-0,022
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,058	-0,188	0,000
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,211	0,255	0,199

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Assim, mesmo em se considerando a possibilidade de haver um contingente não rurícola que disponha de componentes não-monetários em sua renda, e que a população rurícola pode de fato depender em grande parte da parcela monetária desta, isso não invalida o fato de que o componente monetário tende a ser menos importante no campo do que nos núcleos populacionais.

A segunda consideração é uma tentativa de entendimento de por que a média de anos estudados e o acesso ao ensino superior se correlacionam de maneira mais evidente com a renda m. média do que com a renda m. média dos mais pobres e muito mais do que com o rendimento m. médio mensal dos 10% mais ricos. Entender por que a parcela situada entre os 20% mais pobres e os 10% mais ricos da população de cada município se beneficiem mais de um 'sobre-estudo' (no sentido de que além do que é obrigatório) oferece inegáveis complicadores. Mas há o sentido inverso.

Este seria que este sobre-estudo de fato aumentaria a renda monetária média, mas não necessariamente o rendimento monetário médio mensal dos 10% mais ricos. Ora, como já se viu, há uma possibilidade não-desprezível de que um incremento no produto econômico pode ser sobre-apropriado pela população mais rica, não colaborando com a diminuição das mazelas sociais.

Assim, se de fato um incremento nas oportunidades de acesso ao ensino médio e superior, possa aumentar mais o rendimento dos mais pobres que o dos mais ricos, isso pode significar que o oferecimento de oportunidades de educação pode ser um instrumento de desenvolvimento tão ou mais eficaz do que aumentar o produto. Afinal de contas, esta é a política que se vem tentando já há alguns séculos, com resultados duvidosos.

Assim, não seria o "fazer crescer o bolo para depois dividi-lo" dos liberais a receita do desenvolvimento, nem tampouco o 'dividir o bolo entre todos para depois esperar que ele cresça' que analogamente se pode atribuir a alguns setores mais ortodoxos do marxismo, a 'receita do desenvolvimento', mas talvez "ensinar a fazer um bolo". A Margem da Estrada de Ferro oferece alguns indicadores neste sentido, conforme se verá mais adiante.

Antes, porém, se apresentará os indicadores essenciais de quantidade de vida nesta região, a qual de interessante nos mostra apenas que não há nenhuma correlação

interclasses aparente entre a mortalidade infantil, a esperança média de vida ao nascer e quaisquer dos demais indicadores apresentados.

Nem índices de educação, nem de renda monetária, nem tampouco de serviços públicos parecem se correlacionar de modo apreciável com estes índices. Isto de certa forma indica que a Margem da Estrada de Ferro tem de fato especificidades que justificam seu estudo, até por que, ela é uma população que tem como característica ser também uma amostra - obviamente não aleatória - do Estado de Goiás. Entretanto, se por um lado não há dados correlacionáveis na tabela 3.3.3, um pouco diferente é a situação da tabela que lhe segue. Senão vejamos.

Tabela 3.3.3: Margem da Estrada de Ferro - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de n.º. médio de filhos por mulher	0,001	-0,030
analfabetismo infantil	-0,422	0,435
Analfabetismo	-0,007	0,025
analfabetismo funcional	0,254	-0,262
analfabetismo funcional adulto	0,277	-0,287
média de anos estudados pelos adultos	-0,161	0,183
rendimento mensal médio	-0,119	0,109
Índice de Gini	-0,018	0,000
Índice L de Theil	-0,026	0,009
rendimento médio dos 20% mais pobres	-0,364	0,381
rendimento médio dos 10% mais ricos	0,029	-0,046
% da população abaixo da linha da miséria	0,038	-0,055
% da população abaixo da linha de pobreza	0,220	-0,223
dependentes do governo	0,169	-0,128
famílias com razão de dependência > 75%	0,050	-0,049
mulheres sós chefes de família com filhos	-0,198	0,228
adolescentes do sexo feminino com filhos	-0,041	0,030
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,043	0,028
fornecimento de água encanada	-0,139	0,142
fornecimento de energia	0,065	-0,044
médicos por mil habitantes	-0,052	0,043
área dos municípios	-0,030	0,022
população total	-0,115	0,118
densidade demográfica	-0,331	0,369
população nucleada	-0,098	0,104
população rurícola	-0,153	0,135
transferências governamentais	0,163	-0,124
adolescentes analfabetas	-0,352	0,332
jovens analfabetos	-0,289	0,294
renda do trabalho	-0,123	0,101

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A mais importante constatação diz respeito justamente a um tipo de correlação que não se encontra na Margem da Estrada de Ferro: não se encontrou, na tabela 3.3.4, nenhum indicador educacional que se correlacionasse a um dos três indicadores principais de renda monetária, de forma que na Margem ocorreu o inverso do que se pôde observar na Tabela 3.3.4, que mostrava dados de todo o Estado de Goiás, a própria Margem inclusa. Entretanto, passemos antes a outras considerações.

A primeira destas considerações é que há uma correlação muito forte entre o rendimento mensal médio, sobretudo dos mais ricos, e a maneira como a renda monetária é apropriada pelas diferentes classes.

Veja-se o caso dos indicadores específicos de distribuição de renda monetária, a saber, o Índice de Gini e o Índice L de Theil (mais preciso): a correlação positiva nestes casos é bastante forte, ou seja, quanto pior a distribuição da renda monetária, maior o rendimento mensal médio dos mais ricos e a renda m. média, ou senão; quanto mais alta o rendimento monetário dos mais ricos, maiores os índices de distribuição de renda m. (pior distribuída é a renda m.). Como provavelmente ambas as possibilidades causais se auto-implicam, tentar identificar uma relação causal pode ser mais inútil do que difícil.

Assim, passe-se à correlação seguinte: aquela que mostra que quanto maior é o percentual de renda m. apropriada pelos mais ricos, maior é o rendimento m. mensal médio e maior é a probabilidade de ser mais alta a renda m. dos mais ricos; ou o inverso, naturalmente.

O fato de que o rendimento m. médio dos mais ricos é que eleva o percentual da renda m. apropriada por eles mesmos é tanto mais verdadeiro quanto mais se leva em conta que a renda m. média geral e a dos mais pobres não sobem na mesma proporção, por alguma deficiência orgânica ao fator 'trabalho' em relação ao fator 'capital'. Deste modo, quanto maior o rendimento m. médio mensal dos mais ricos, maior é o percentual da renda m. apropriada por eles, pois as frações inferiores de rendimentos, cada vez mais dependentes da propriedade e do trabalho, não conseguem lhes acompanhar.

Assim, se continua: na linha seguinte da mesma tabela há duas correlações significativas: a primeira delas, positiva, entre o rendimento m. médio dos 20% mais pobres e o percentual de renda apropriado pelos 20% mais pobres da população. Na coluna seguinte, a segunda correlação, negativa, entre o percentual da renda que é

apropriada pelos mais pobres e o rendimento médio dos mais ricos. Essa duas correlações parecem se completar.

Sigamos o raciocínio anterior e afirmemos que quanto maior é o rendimento mensal médio dos mais pobres, maior a porcentagem de renda monetária apropriada pelos mais pobres. Mas para o percentual de renda apropriada pelos 20% mais pobres aumentar, ele teria que diminuir em algum ponto, haja visto que 100% é um valor fixo. E de fato diminui; não nos próximos decis, mas no último: a correlação negativa de -0,658 que há entre a o percentual de renda m. dos mais pobres e o rendimento monetário médio mensal dos mais ricos parece ser uma boa evidência disto.

Diante disso, a desigualdade na distribuição da renda m. é uma função do rendimento m. médio mensal dos mais ricos, ou seja, não é a concentração de renda a responsável pelo maior rendimento dos mais ricos, mas justamente o contrário. Apesar de este ser um corolário evidente, em muitos discursos ele é ignorado.

Não deixa de ser interessante imaginar que esta relação causal tenha sido a responsável pelo fracasso social da ditadura militar, período em que aumentaram o produto, a renda m. dos mais ricos, o número de pobres e miseráveis e a desigualdade de renda. Ora, se o capital, fração do produto que resulta das atividades produtivas e especulativas, se multiplica numa velocidade maior que a dos salários, que são frutos do trabalho, é natural que a renda se concentre nas mãos de quem dispõe de capital (os mais ricos). Surpresa seria se o contrário ocorresse.

A correlação que se segue aparentemente não faz sentido: o rendimento m. médio mensal e mais ainda o dos mais ricos está negativamente correlacionado com a renda oriunda do governo. Entretanto, se o que se acabou de ser sugerido faz sentido, este dilema está explicado: a parcela de renda monetária vinda de transferências governamentais, é de se supor, beneficia os 20% mais pobres, aumentando-lhes a renda e por tal, sua participação na renda total, com isso a porção destinada aos 10% mais ricos cai, ou melhor: os mis ricos ficam proporcionalmente menos ricos, e a desigualdade diminui.

A seguir podem ser observadas as correlações (negativas) que existem entre o percentual de idosos (pessoas de mais de 65 anos) morando sozinhos, tanto com a renda média quanto com a renda dos mais ricos. Embora essa correlação indique que na proporção inversa do rendimento médio e no dos mais ricos, está o contingente de

idosos que moram sozinhos, correlações paralelas com a mesma matriz (idosos residindo sós) sugerem resultados por vezes contraditórios.

Deste modo, verificou-se que o percentual de idosos morando sós se correlaciona positivamente com a Taxa Bruta de Freqüência Escolar¹⁰⁹ (0,688) e com a porcentagem de renda oriunda de transferências governamentais (0,743); e negativamente com o Índice de Gini (-0,743), com o Índice L de Theil (-0,711) e com o percentual de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola (-0,650).

Vejam as correlações positivas: elas indicam que quanto mais as pessoas estudam (TBFE), mais os idosos tendem a residir sós; que quanto maior é a porcentagem de transferências governamentais no conjunto da renda monetária, idem. Já as correlações negativas são com indicadores de distribuição de renda e com a quantidade de adolescentes (jovens com idade entre 15 e 17 anos) fora da escola.

Ora, é mais crível que quanto mais desigualmente for distribuída a renda, menor é a quantidade de idosos que mora sozinha, pois inferir uma relação causal no sentido oposto não parece ser uma idéia muito feliz. Neste sentido, na maioria dos casos, estes, caso pertençam aos estratos de menor renda da população, só não residem sozinhos se de alguma forma os seus rendimentos (aposentadoria, pensão, algum auxílio social) forem interessantes para a sobrevivência das unidades familiares.

Aparentemente só isso parece poder explicar por que os idosos que vivem em famílias com menor acesso a renda e a educação são paradoxalmente os menos propensos a ficarem sozinhos. A existência de uma correlação positiva entre os idosos que residem sozinhos e as transferências governamentais - bastante significativa - é evidência nesse sentido.

Resumindo: uma maior participação das transferências governamentais na rendas dos indivíduos pode gerar idosos sós, pois se elas são significativas, alcançam um contingente de pessoas que não se vê obrigado a residir com estes para sobreviver. A correlação negativa entre a quantidade de idosos que residem sós e o percentual de adolescentes fora da escola parece indicar que uma parcela desses adolescentes está fora da escola por que estão com idosos, cuidando deles.

Por fim, resta a questão: por que, ao contrário do Estado de Goiás como um todo, na Margem da Estrada de Ferro a educação não se correlaciona com a renda? Uma

¹⁰⁹ Que mede o percentual de pessoas estudando em relação àqueles que estão nas chamadas idades ideais.

explicação que poderia ser muito mais aperfeiçoada, mas que nem por isso deixa de ter seus méritos, é que na Margem da Estrada de Ferro, como a educação das massas não é um processo recente, a utilidade marginal de um trabalhador com bons níveis de educação formal é na verdade, menor do que em outros lugares.

Desta forma, a educação formal básica na Margem da Estrada de Ferro não parece ser uma garantia confiável de se ascender socialmente, se parecendo na verdade apenas com uma prerrogativa para não se ingressar no lumpem.

Tabela 3.3.4: Margem da Estrada de Ferro - correlações com indicadores de renda

	renda média	renda dos mais pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,889	-0,117	0,946
Índice L de Theil	0,891	-0,109	0,948
% renda apropriada pelos mais ricos	0,727	-0,419	0,907
% renda apropriada pelos mais pobres	-0,465	0,760	-0,658
renda oriunda do governo	-0,544	0,075	-0,616
n.º médio de filhos por mulher	0,113	0,138	0,085
analfabetismo	-0,270	0,041	-0,215
analfabetismo funcional	-0,188	-0,026	-0,069
analfabetismo funcional adulto	-0,215	0,004	-0,094
média de estudo	0,264	0,213	0,103
acesso ao ensino médio	-0,196	0,070	-0,270
acesso ao ensino superior	0,446	-0,163	0,436
freqüência ao ensino médio	-0,135	0,097	-0,132
freqüência ao ensino superior	-0,027	0,005	-0,115
água encanada	0,150	0,198	-0,005
energia elétrica	-0,162	-0,005	-0,270
coleta de lixo	-0,393	-0,253	-0,328
idosos residindo sós	-0,699	-0,104	-0,685
mulheres sós chefes de família com filhos	0,034	0,116	-0,094
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	0,129	0,067	0,138
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,239	0,324	0,175
adolescentes analfabetas	0,303	-0,035	0,304
jovens analfabetos	0,320	0,154	0,266
jovens analfabetos funcionais	0,219	0,004	-0,045
taxa bruta de freqüência escolar	-0,445	0,085	-0,468

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

No que é uma evidência neste sentido, as grandes empresas de Catalão, desde o início do século XXI, virtualmente não contratam trabalhadores que pelo menos estejam cursando o terceiro ano do ensino médio. Não há por que se imaginar que esta tendência não continue e não se dissemine pela Margem, na medida em que ela amplie seu processo de industrialização.

No entanto, para que as características da Margem da Estrada de Ferro não sejam confundidas com as do Sul de Goiás como um todo, como se fossem comuns a todas as regiões que têm um nível de IDH relativamente mais alto que a média estadual, se fez as mesmas correlações também para o Sudoeste Goiano, conforme se pode ver na Tabela 3.3.5.

Entretanto, nessa se pode observar que no Sudoeste Goiano, como a Margem, nada parece influir nos índices de vida, de modo que não parece haver nenhuma diferença substancial entre ambas.

Tabela 3.3.5: Sudoeste Goiano - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de n.º médio de filhos por mulher	0,074	-0,049
analfabetismo infantil	-0,110	0,124
analfabetismo	0,310	-0,286
analfabetismo funcional	0,374	-0,354
analfabetismo funcional adulto	0,376	-0,354
média de anos estudados pelos adultos	-0,395	0,370
rendimento mensal médio	-0,324	0,312
Índice de Gini	0,011	-0,004
Índice L de Theil	-0,018	0,026
rendimento médio dos 20% mais pobres	-0,375	0,348
rendimento médio dos 10% mais ricos	-0,271	0,271
% da população abaixo da linha da miséria	0,425	-0,395
% da população abaixo da linha de pobreza	0,382	-0,353
dependentes do governo	0,004	-0,009
famílias com razão de dependência > 75%	0,041	-0,001
mulheres sós chefes de família com filhos	-0,404	0,385
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,260	-0,261
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,041	0,012
fornecimento de água encanada	-0,342	0,330
fornecimento de energia	-0,222	0,226
médicos por mil habitantes	-0,159	0,153
área dos municípios	-0,100	0,074
população total	-0,188	0,174
densidade demográfica	-0,010	-0,007
população nucleada	-0,196	0,182
população rural	-0,083	0,064
transferências governamentais	-0,023	0,017
adolescentes analfabetas	0,154	-0,114
jovens analfabetos	0,410	-0,369
renda do trabalho	-0,166	0,157

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

No entanto, em relação aos indicadores gerais de renda monetária, a situação é outra; a começar por que a forte correlação existente na Margem da Estrada de Ferro entre a renda média, sobretudo dos mais ricos, e a maneira como essa renda se distribui é menor no Sudoeste Goiano.

No restante das correlações entre indicadores ligados á renda, com outros da mesma natureza, ocorre basicamente o mesmo: a correlação negativa existente na Margem entre a renda dos mais ricos e a porcentagem de renda m. apropriada pelos mais pobres também é menor no Sudoeste, do mesmo modo que a correlação entre a renda m. dos mais pobres e a quantidade de renda m. apropriada pelos mais pobres.

Além disso, na Margem a renda m. dos mais ricos se correlaciona negativamente com a renda m. oriunda do governo e no Sudoeste o mesmo ocorre também com o rendimento m. mensal médio, embora não em um nível que permita maiores conclusões ou que se traduza por ter grande significância. Por fim, o número de idosos que residem sós se correlaciona negativamente apenas com a renda m. média, e mesmo assim, não de forma significativa.

A grande diferença entre as duas regiões, e que inclusive pode ser responsabilizada pelas pequenas diferenças que existem entre as duas no que diz respeito à renda m., é que enquanto na Margem a educação não se correlaciona com a renda, no Sudoeste Goiano isso ocorre.

Sendo o Sudoeste Goiano senhor de um maior produto, de um maior PIB per capita, de uma maior produção agrícola e de maiores rebanhos de bovinos, suínos e de aves, além de um comércio mais significativo, por que nesta região, ao contrário da Margem, há correlações entre renda e educação? Muito provavelmente por que o Sudoeste Goiano é mais desigual, e nele a educação ainda não atingiu graus de identificação comparáveis aos da Margem, a qual conta, como já se viu, com oito dentre os quinze municípios de mais elevado IDHM-E do Estado de Goiás.

Entretanto, há uma diferença entre o que se vê no Sudoeste (Tabela 3.3.6) e o que se pode observar no Estado de Goiás (Tabela 3.3.2): a correlação negativa entre indicadores de renda e de educação é mais pronunciada na renda m. média e na dos mais ricos, sendo pouco significativa na dos mais pobres.

Significaria isto que o contingente de pessoas com acesso à educação não inclui os mais pobres ou que o contingente dos pobres com acesso a educação não conseguiria

ter renda m. na mesma proporção, de modo que o Sudoeste se comporta como uma sociedade semi-estamentária? Em relação à correlação positiva entre a média de anos estudados e a renda média e dos mais ricos, esse questionamento continua válido.

Seja o que for, é forte a correlação existente entre o percentual de renda monetária apropriada pelos mais ricos e a renda média destes; a correlação entre o percentual da renda m. total apropriada pelos mais pobres e o rendimento m. médio mensal destes - com um rumor de *trade-off* entre aquele indicador e o rendimento m. médio mensal dos mais ricos - de fato sugere uma sociedade em que a desigualdade é significativa.

Tabela 3.3.6: Sudoeste Goiano - correlações com indicadores de renda

	renda média	renda dos mais pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,629	-0,099	0,763
Índice L de Theil	0,690	-0,021	0,834
% renda apropriada pelos mais ricos	0,540	-0,209	0,794
% renda apropriada pelos mais pobres	-0,180	0,661	-0,412
renda oriunda do governo	-0,609	-0,464	-0,565
nº. médio de filhos por mulher	-0,245	-0,037	-0,242
analfabetismo	-0,770	-0,426	-0,746
analfabetismo funcional	-0,777	-0,474	-0,736
analfabetismo funcional adulto	-0,780	-0,495	-0,733
média de estudo	0,762	0,485	0,692
acesso ao ensino médio	0,320	0,253	0,274
acesso ao ensino superior	0,363	0,072	0,272
freqüência ao ensino médio	0,206	0,101	0,171
freqüência ao ensino superior	0,453	0,236	0,394
água encanada	0,484	0,480	0,440
energia elétrica	0,338	0,481	0,249
coleta de lixo	0,207	0,283	0,155
idosos residindo sós	-0,525	-0,379	-0,465
mulheres sós chefes de família com filhos	0,154	0,321	0,098
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,091	-0,104	-0,131
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,261	0,451	0,136
adolescentes analfabetas	-0,182	0,040	-0,261
jovens analfabetos	-0,492	-0,268	-0,485
jovens analfabetos funcionais	-0,389	-0,495	0,272
analfabetismo funcional adulto	-0,780	-0,495	-0,733

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Nas tabelas seguinte (3.3.7 e 3.3.8), se pode conferir como os indicadores se correlacionam no Nordeste Goiano, a região que concentra os mais baixos índices de IDHM do Estado de Goiás.

Em relação às correlações entre os indicadores de quantidade de vida e os demais, as que indicam valores superiores a 0,5 o são por pouca margem, de forma que não há como se estabelecer maiores prognósticos, a não ser que há indícios do estado geral de penúria econômica na região, dado as correlações existentes entre os níveis de renda e de vida.

Tabela 3.3.7: Nordeste Goiano - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de n°. médio de filhos por mulher	-0,019	-0,007
analfabetismo infantil	0,057	-0,065
analfabetismo	0,244	-0,251
analfabetismo funcional	0,400	-0,406
analfabetismo funcional adulto	0,448	-0,452
média de anos estudados pelos adultos	-0,467	0,467
rendimento mensal médio	-0,517	0,515
Índice de Gini	-0,004	0,024
Índice L de Theil	-0,254	0,267
rendimento médio dos 20% mais pobres	-0,509	0,486
rendimento médio dos 10% mais ricos	-0,395	0,398
% da população abaixo da linha da miséria	0,583	-0,577
% da população abaixo da linha de pobreza	0,475	-0,473
dependentes do governo	0,212	-0,229
famílias com razão de dependência > 75%	0,023	-0,015
mulheres sós chefes de família com filhos	-0,372	0,358
adolescentes do sexo feminino com filhos	-0,381	0,386
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,183	0,191
fornecimento de água encanada	-0,514	0,506
fornecimento de energia	-0,402	0,409
médicos por mil habitantes	-0,389	0,396
área dos municípios	0,035	-0,034
população total	-0,345	0,364
densidade demográfica	-0,136	0,145
população nucleada	-0,451	0,465
população rural	0,052	-0,027
transferências governamentais	0,185	-0,204
adolescentes analfabetas	-0,130	0,121
juventude analfabetos	0,001	-0,002
renda do trabalho	-0,592	0,585

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Em relação à Tabela 3.3.8, as mesmas indicações já vistas: a correlação positiva entre os indicadores de desigualdade e a renda monetária dos mais ricos; a correlação

negativa entre a porcentagem de renda m. oriunda de transferências governamentais e a renda m. média e dos mais ricos, como se já viu algures.

Entretanto, as correlações existentes entre renda e educação são bem mais evidentes do que as já vistas, sobretudo por que se distribuem sobre as três rubricas da renda. Uma correlação assim tão forte pode significar que em áreas onde é baixo o padrão médio de vida, a educação é uma importante ferramenta no sentido de ampliá-lo, na medida em que pode fazer crescer os níveis de renda. Afinal, se já viu que um aumento apenas do produto tem uma grande possibilidade de gerar mais desigualdade do que bem-estar geral.

Inclusive, se pode observar que um maior número de correlações significativas entre indicadores de renda e de educação é verificado justamente no quesito 'renda dos mais pobres', o que sugere que acréscimos educacionais implicarão provavelmente em acréscimos de renda para este grupo.

Tabela 3.3.8: Nordeste Goiano - correlações com indicadores de renda monetária

	renda dos mais		
	renda média	pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,368	-0,347	0,631
Índice L de Theil	0,609	-0,060	0,828
% renda apropriada pelos mais ricos	0,466	-0,151	0,744
% renda apropriada pelos mais pobres	0,345	0,885	0,083
renda oriunda do governo	-0,627	-0,274	-0,633
nº. médio de filhos por mulher	-0,019	-0,153	-0,007
Analfabetismo	-0,763	-0,573	-0,658
analfabetismo funcional	-0,758	-0,694	-0,579
analfabetismo funcional adulto	-0,838	-0,719	-0,654
média de estudo	0,879	0,781	0,687
acesso ao ensino médio	0,320	0,513	0,204
acesso ao ensino superior	0,387	0,281	0,282
freqüência ao ensino médio	0,336	0,476	0,227
freqüência ao ensino superior	0,654	0,577	0,518
água encanada	0,889	0,775	0,746
energia elétrica	0,583	0,557	0,477
coleta de lixo	0,365	0,178	0,282
idosos residindo sós	-0,132	0,096	-0,263
mulheres sós chefes de família com filhos	0,498	0,444	0,417
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	0,514	0,220	0,490
adolescentes do sexo feminino com filhos	-0,160	0,116	-0,289
adolescentes analfabetas	-0,201	-0,250	-0,145
jovens analfabetos	-0,357	-0,360	-0,297
jovens analfabetos funcionais	-0,477	-0,719	0,395
analfabetismo funcional adulto	-0,838	-0,719	-0,654

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A tabela 3.3.9, que se segue, estabelece apenas dois pares de correlações significativas existentes entre indicadores de quantidade de vida e demais indicadores, quando da análise dos aqui chamados 'municípios rurbanos do sul', i.e., aqueles municípios do Sul de Goiás cujas sedes contam com mais de 20 mil e menos de 90 mil habitantes¹¹⁰: densidade demográfica e população rurícola. Ambos os dados parecem caminhar no mesmo sentido. Senão vejamos.

Tabela 3.3.9: Municípios Rurbanos do Sul de Goiás - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de n.º médio de filhos por mulher	-0,040	0,013
analfabetismo infantil	0,087	-0,127
analfabetismo	0,199	-0,202
analfabetismo funcional	0,190	-0,199
analfabetismo funcional adulto	0,192	-0,202
média de anos estudados pelos adultos	-0,056	0,067
rendimento mensal médio	-0,273	0,281
Índice de Gini	-0,426	0,421
Índice L de Theil	-0,413	0,414
rendimento médio dos 20% mais pobres	0,141	-0,122
rendimento médio dos 10% mais ricos	-0,349	0,356
% da população abaixo da linha da miséria	-0,148	0,134
% da população abaixo da linha de pobreza	-0,119	0,102
dependentes do governo	0,126	-0,096
famílias com razão de dependência > 75%	0,029	-0,064
mulheres sós chefes de família com filhos	-0,283	0,263
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,017	-0,018
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,151	0,139
fornecimento de água encanada	-0,457	0,469
fornecimento de energia	0,227	-0,206
médicos por mil habitantes	-0,445	0,458
área dos municípios	-0,435	0,402
população total	-0,042	0,029
densidade demográfica	0,712	-0,692
população nucleada	0,031	-0,043
população rurícola	-0,715	0,697
transferências governamentais	0,030	0,000
adolescentes analfabetas	-0,365	0,360
jovens analfabetos	0,225	-0,227
renda do trabalho	0,031	-0,051

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

¹¹⁰ Itumbiara, Caldas Novas, Morrinhos, Quirinópolis e Goiatuba (Sul Goiano); Jataí, Mineiros e Santa Helena de Goiás (Sudoeste Goiano); Catalão e Pires do Rio (Margem da Estrada de Ferro) e Cristalina (Entorno Ferroviário).

Que a densidade demográfica esteja positivamente correlacionada com a mortalidade infantil e negativamente com a taxa de esperança média de vida ao nascer só podemos interpretar como sendo aquela uma função destas últimas (ao menos nesse caso específico), pois o contrário não soaria razoável.

A população rurícola, que se correlaciona negativamente com mortalidade infantil e positivamente com a esperança de vida ao nascer, pelo mesmo critério da razoabilidade pode ser posta como sendo uma função das últimas, no caso específico dos municípios que se encaixam na rubrica 'Municípios Rurbanos do Sul de Goiás'.

Ambas essas correlações aparentemente implicam que na proporção da população rurícola e na proporção inversa da densidade demográfica, está o nível dos indicadores de quantidade de vida nestes municípios. Desta forma, mesmo em se sendo obrigado a admitir que a população observada seja pequena (apenas onze municípios), acredita-se que tal ligação exista.

E isto não por alguma propriedade específica das populações rurícolas do Sul de Goiás, mas sim por que a presença de tais populações indica que há um grande número de unidades de produção e como a maioria dessas unidades em Goiás são familiares, por corolário sua presença implica num razoável contingente de estabelecimentos familiares, fator benéfico para uma sociedade.

No quesito 'correlações com a renda' o padrão dos municípios rurbanos do Sul de Goiás se assemelha bastante aos do Sudoeste e da Margem -como não poderia deixar de ser- embora as correlações com a educação sejam ainda mais acentuadas do que as que se verificou no Sudoeste (na Margem essas correlações não são significativas).

Há outra diferença: no Sudoeste, as correlações entre renda m. e educação se dão, sobretudo, entre os indicadores educacionais básicos, a saber, analfabetismo; analfabetismo funcional; analfabetismo funcional adulto; média de anos estudados e as faixas de renda média e dos mais ricos. Em relação aos municípios rurbanos do Sul de Goiás, essa correlação, embora também envolva esses indicadores educacionais básicos, o faz de maneira significativa apenas com a rubrica 'renda média'.

Além disso, em relação aos indicadores educacionais mais elevados (acesso e frequência aos ensinos médio e superior), nos municípios rurbanos do Sul de Goiás há significativas correlações positivas destes com a renda m. dos mais pobres. Isto parece indicar que o acesso a tais níveis de estudo possa ampliar a renda m. desse contingente

da população, o que eleva a significância da correlação de 0,555 encontrada entre a média de anos estudados e a renda média dos 20% mais pobres da população.

Assim, ao se mostrar dados dos municípios sul-goianos cujas sedes são mais populosas, foi possível se perceber que a população ou a força centrípeta das sedes influencia de alguma forma as relações que se constroem entre indicadores de natureza distinta. No mesmo sentido, mostrar o mesmo conjunto de inferências referentes a uma população de dados análoga, mas cuja base geográfica é distinta pode bastante ser didático, no sentido de que são diferenciados os resultados das inferências para um e outro grupo.

Tabela 3.3.10: Municípios Rurbanos do Sul de Goiás - correlações com indicadores de renda monetária

	renda dos mais		
	renda média	pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,691	-0,238	0,866
Índice L de Theil	0,718	-0,180	0,898
% renda apropriada pelos mais ricos	0,748	-0,117	0,919
% renda apropriada pelos mais pobres	-0,446	0,552	-0,623
renda oriunda do governo	0,278	0,483	0,262
n°. médio de filhos por mulher	-0,391	-0,691	-0,295
analfabetismo	-0,737	-0,402	-0,576
analfabetismo funcional	-0,679	-0,516	-0,481
analfabetismo funcional adulto	-0,681	-0,457	-0,495
média de estudo	0,647	0,555	0,430
acesso ao ensino médio	0,349	0,726	0,133
acesso ao ensino superior	0,369	0,778	0,172
freqüência ao ensino médio	0,330	0,626	0,191
freqüência ao ensino superior	0,316	0,729	0,132
água encanada	0,756	0,534	0,701
energia elétrica	0,451	0,870	0,261
coleta de lixo	0,400	0,432	0,358
idosos residindo sós	0,069	0,333	0,077
mulheres sós chefes de família com filhos	0,090	-0,217	0,099
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	0,133	-0,198	0,323
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,122	0,128	0,133
adolescentes analfabetas	-0,457	-0,467	-0,432
juvens analfabetos	-0,677	-0,506	-0,517
juvens analfabetos funcionais	-0,603	-0,457	0,355
analfabetismo funcional adulto	-0,681	-0,457	-0,495

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Os municípios abaixo denominados de 'rurbanos do Centro e do Norte de Goiás', são: Minaçu, Niquelândia, Porangatu, Uruaçu (Norte Goiano), Goianésia,

Inhumas, Iporá, Jaraguá, São Luís dos Montes Belos, Itapuranga, Itaberaí e Goiás (Mato Grosso Goiano).

Esses municípios tinham em 2002 suas sedes habitadas por mais de 20 mil habitantes (no mínimo 99% desse contingente em 2000) e menos de 50 mil habitantes. São municípios cuja diversidade das economias é bem menor do que a de seus congêneres mais o sul (inclusive a agropecuária) e que contam com valores de IDHM igualmente menores em relação a estes últimos. Senão vejamos.

Tabela 3.3.11: Municípios Rurbanos do Centro e do Norte de Goiás - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de n.º médio de filhos por mulher	0,203	-0,229
analfabetismo infantil	0,089	-0,119
analfabetismo	0,347	-0,368
analfabetismo funcional	0,220	-0,236
analfabetismo funcional adulto	0,271	-0,279
média de anos estudados pelos adultos	-0,201	0,225
rendimento mensal médio	0,222	-0,186
Índice de Gini	0,571	-0,545
Índice L de Theil	0,594	-0,567
rendimento médio dos 20% mais pobres	-0,342	0,345
rendimento médio dos 10% mais ricos	0,430	-0,396
% da população abaixo da linha da miséria	0,326	-0,327
% da população abaixo da linha de pobreza	0,666	-0,665
dependentes do governo	0,000	0,000
famílias com razão de dependência > 75%	0,186	-0,176
mulheres sós chefes de família com filhos	0,257	-0,228
adolescentes do sexo feminino com filhos	-0,108	0,078
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	0,019	-0,035
fornecimento de água encanada	-0,361	0,356
fornecimento de energia	-0,266	0,271
médicos por mil habitantes	0,059	-0,027
área dos municípios	0,378	-0,373
população total	-0,020	0,024
densidade demográfica	-0,510	0,504
população nucleada	-0,142	0,151
população rurícola	0,376	-0,393
transferências governamentais	-0,002	0,005
adolescentes analfabetas	0,018	-0,060
jovens analfabetos	0,283	-0,288

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Já de início se pode perceber, pela análise da Tabela 3.3.11, que a desigualdade na distribuição de renda monetária se correlaciona negativamente com a esperança de vida e positivamente com a mortalidade infantil, o que não ocorre nos municípios rurbanos do sul. Outra diferença significativa diz respeito à correlação positiva entre o

percentual da população abaixo da linha da pobreza e a mortalidade infantil, e negativa entre aquele indicador e a esperança de vida.

Os dados indicam que, ao contrário dos municípios rurbanos do Sul de Goiás, das microrregiões econômicas da Margem da Estrada de Ferro e do Sudoeste Goiano, estar na condição de 'pobre' é um considerável redutor de vida nas maiores sedes municipais de municípios rurais das regiões mais pobres do Estado de Goiás.

Entretanto, esses dados são diferentes do Nordeste Goiano, onde a mesma correlação entre indicadores de vida e renda existiu apenas para o caso das populações abaixo da linha da miséria. Todavia, como pode haver risco de vida em estar na condição de pobre e não se verificar o mesmo em igual proporção quando se está na de miserável?

Acredita-se que tal se deva pelo fato de haver uma teia mínima de amparo social, a qual protege os miseráveis (indigentes de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano), mas que paradoxalmente, não alcança os pobres, que dessa forma se vêem desprotegidos. Além disso, o contingente de pobres (como o de miseráveis) é proporcionalmente superior no Norte e no centro de Goiás. No mesmo sentido, o comportamento da densidade demográfica - correlação negativa com a mortalidade infantil e positiva com a esperança de vida - ocorre mais uma vez, o que novamente sugere a importância do estabelecimento familiar rural.

Se as diferenças entre as correlações encontradas nos municípios rurbanos do Sul e os do Centro e do Norte são já significativas, mais ainda são aquelas encontradas nos indicadores gerais de renda m., conforme se pode ver na Tabela 3.3.12. Senão vejamos.

Uma primeira consideração é que a correlação existente entre o rendimento monetário e a desigualdade da sua distribuição considerável no que concerne ao rendimento m. médio mensal e bastante significativo em relação à renda m. média dos mais ricos, dá se praticamente da mesma forma do que na Margem da Estrada de Ferro (ver Tabela 3.3.4). Entretanto, não se inferiu um *trade-off* significativo entre o rendimento m. médio dos mais ricos e o percentual da renda apropriado pelos mais pobres.

Isto apesar da relação ‘renda dos mais pobres’ x ‘% da renda apropriada pelos mais pobres’¹¹¹ ser ligeiramente mais significativa do que na Margem (0,837 contra 0,760). Também a renda monetária oriunda do governo não se correlaciona, nesse grupo, com a renda monetária média geral nem com a dos mais ricos, ao contrário do que se pode observar na Margem.

Tabela 3.3.12: Municípios Rurbanos do Centro e do Norte de Goiás - correlações com indicadores de renda

	renda média	renda dos mais pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,763	-0,262	0,925
Índice L de Theil	0,758	-0,270	0,926
% renda apropriada pelos mais ricos	0,800	-0,152	0,947
% renda apropriada pelos mais pobres	-0,212	0,837	-0,439
renda oriunda do governo	-0,285	0,041	-0,329
nº. médio de filhos por mulher	-0,601	-0,248	-0,519
analfabetismo	-0,216	-0,412	0,005
analfabetismo funcional	-0,467	-0,509	-0,218
analfabetismo funcional adulto	-0,375	-0,614	-0,102
média de estudo	0,302	0,445	0,056
acesso ao ensino médio	0,513	0,379	0,434
acesso ao ensino superior	0,474	0,777	0,266
freqüência ao ensino médio	0,345	-0,341	0,419
freqüência ao ensino superior	0,205	0,755	-0,008
água encanada	0,295	0,932	0,020
energia elétrica	0,263	0,716	0,031
coleta de lixo	0,430	0,645	0,206
idosos residindo sós	0,213	0,555	0,061
mulheres sós chefes de família com filhos	0,048	-0,307	0,114
Crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,105	-0,254	-0,106
adolescentes do sexo feminino com filhos	-0,108	0,101	-0,076
adolescentes analfabetas	-0,654	-0,071	-0,629
jovens analfabetos	-0,165	-0,301	0,026
jovens analfabetos funcionais	-0,455	-0,341	-0,285
taxa de alfabetização	0,218	0,412	-0,004

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Uma outra diferença é uma correlação negativa que existe entre o número médio de filhos com mulher e a renda m., tanto média quanto dos mais ricos. Que haja tal correlação é o que supõe desde há muito, os malthusianos. O surpreendente é que ela

¹¹¹ Se essa correlação é significativa se pode sugerir que ou o nível geral de renda é baixo, de modo que qualquer acréscimo é estatisticamente perceptível, ou que o nível monetário de renda dos mais pobres é significativo, de tal forma que o rendimento dos mais ricos teria que crescer muito em valores para acompanhar percentualmente a renda dos mais pobres.

não se dá com o rendimento dos mais pobres, como supusera Malthus¹¹², mas com o das faixas de rendimento imediatamente acima destes.

As correlações entre renda monetária e educação existem, mas com especificidades. Assim, em relação à renda m.a média dos mais pobres há correlações negativas com o analfabetismo funcional e funcional adultos, e correlações negativas com a frequência e o acesso ao ensino superior.

A correlação que existe entre o acesso ao ensino médio e a renda monetária média, considerando-se também o tamanho da população de dados, não permite maiores inferências. Entretanto a correlação negativa que há entre o número de adolescentes analfabetas é já um pouco mais significativa. Dado que não há correlação com a renda dos mais pobres, o dado aparentemente não faz sentido.

E de fato, como o percentual de adolescentes analfabetas neste conjunto de municípios é surpreendentemente baixo (inferior a 2%) é crível que este fenômeno tenha muito pouca importância prática, ao contrário do baixo percentual de adolescentes analfabetas, que vai ao encontro ao fato de o Brasil ser a única nação não desenvolvida em que as mulheres estudam mais que os homens.

A correlação positiva entre a renda m. dos mais pobres e a oferta serviços públicos, a qual vai decrescendo no sentido água encanada/energia elétrica/coleta de lixo, faz sentido. Isto por que, de fato, somente as populações de menor renda monetária é que costumam não contar com serviço público de água encanada e na proporção que esta oferta é baixa, faz sentido imaginar que está a pobreza da população.

Além disso, em função da média de residências que contam com serviços de água encanada nestes municípios não chegar a 87%, enquanto que nos 'municípios rurbanos do sul de Goiás' ultrapassa os 92% e na Margem da Estrada de Ferro chega quase aos 93%, se pode imaginar que, se existe água encanada nas residências rurícolas, seu percentual é mais baixo que o desta última.

Desta forma, o indicador 'água encanada' se refere à população nucleada, e como a lógica do fornecimento deste serviço é a de não fornecê-lo aos que dispõem de menos renda, fica fácil entender a correlação positiva de 0,932 entre o fornecimento de água e a renda dos mais pobres.

¹¹² 'Ensaio sobre a população', um clássico.

Já se viu que na Margem da Estrada de Ferro e no Sudoeste Goiano nenhum indicador parece estar correlacionado com os indicadores essenciais de quantidade de vida, e mesmo no conjunto dos municípios rurbanos do Sul de Goiás as correlações se referem apenas a fatores demográficos que sugerem a importância da presença de uma população rurícola.

Entretanto, em relação aos subúrbios, mais até que no Estado de Goiás como um todo (Tabela 3.3.1) uma série de fatores parece influir sobre as taxas de mortalidade infantil e de esperança de vida, conforme se pode ver na Tabela 3.3.13.

Tabela 3.3.13: Municípios em Goiás classificados como subúrbios - correlações com os indicadores essenciais de quantidade de vida

	Mortalidade Infantil	Esperança de Vida
taxa de nº. médio de filhos por mulher	0,679	-0,682
analfabetismo infantil	0,639	-0,646
analfabetismo	0,578	-0,569
analfabetismo funcional	0,598	-0,584
analfabetismo funcional adulto	0,644	-0,631
média de anos estudados pelos adultos	-0,650	0,636
rendimento mensal médio	-0,621	0,603
Índice de Gini	-0,021	0,003
Índice L de Theil	-0,096	0,076
rendimento médio dos 20% mais pobres	-0,639	0,639
rendimento médio dos 10% mais ricos	-0,483	0,460
% da população abaixo da linha da miséria	0,595	-0,596
% da população abaixo da linha de pobreza	0,702	-0,695
dependentes do governo	-0,180	0,205
famílias com razão de dependência > 75%	0,782	-0,783
mulheres sós chefes de família com filhos	0,261	-0,274
adolescentes do sexo feminino com filhos	0,076	-0,098
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	0,080	-0,068
fornecimento de água encanada	-0,650	0,650
fornecimento de energia	-0,324	0,334
médicos por mil habitantes	-0,145	0,123
área dos municípios	0,113	-0,128
população total	-0,201	0,180
população total	-0,261	0,246
densidade demográfica	-0,197	0,176
população nucleada	-0,066	0,057
população rurícola	-0,086	0,115
transferências governamentais	0,415	-0,412
adolescentes analfabetas	0,261	-0,256
jovens analfabetos	-0,100	0,086
renda do trabalho		

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Pode-se ver que nestes, todos os indicadores de educação, com exceção daqueles que se referem especificamente a jovens e adolescentes, se correlacionam com os

indicadores essenciais de vida, o que sugere a importância da educação na diminuição destes índices.

Entretanto, a partir disso não é possível inferir que essa importância é *per se* e direta, ou se está ligada ao fato de que a educação, como se poderá ver na Tabela 3.3.12 está relacionada com o rendimento m. médio das pessoas.

Inclusive a renda dos mais pobres, o rendimento m. mensal médio, número de pobres e de indigentes se correlacionam também com estes indicadores de vida. A correlação do risco de vida com o percentual de pobres é superior àquela que existe com o percentual de miseráveis, o que tem se mostrado comum.

As correlações entre o percentual de pessoas com acesso a água encanada e os indicadores de vida indicam o quanto de risco potencial e de pessoas com níveis de renda muito baixos, há nestes municípios, além de sugerirem também que os migrantes sem recursos representam parcela considerável dessa população pobre. Inclusive, são os novos setores habitacionais aqueles onde menor acesso é o acesso a estes serviços, de forma que mais do que indicar que o não acesso à água leva, *per se*, à diminuição das possibilidades de vida esse não acesso representa um estado de penúria econômica que, ele sim, tem uma grande responsabilidade pela diminuição dessa possibilidade.

Em relação à Tabela 3.3.12, o que nela se pode perceber de mais patente, é que os subúrbios goianos foram o lugar onde a desigualdade produziu correlações que, de maneira mais evidente, ligam a distribuição de renda ao seu nível absoluto, no sentido em que quanto maior o rendimento m. médio dos mais ricos, maior a concentração de renda e menor a renda dos mais pobres.

Ou como se já disse: acréscimos nos níveis de renda monetária tendem a aumentar a desigualdade, tanto por que por que são distribuídos desuniformemente entre as classes da população, quanto por que a reprodução da fração lucro se dá em um nível que a fração salário não consegue acompanhar. Não consegue, tanto pela estrutura econômica brasileira, quanto pelas propriedades inerentes ao capital e ao trabalho, que são conhecidas já desde os primórdios da ciência econômica.

Pode também ser observado que a taxa de n.º médio de filhos por mulher se correlaciona negativamente com a renda dos mais pobres e a renda m. média. Não se acredita aqui que a taxa de fecundidade, *a priori*, gere pobreza. Antes, são as pessoas mais pobres é que em geral têm mais filhos, de forma que não são pobres por que tem

mais filhos e sim, têm mais filhos por que são pobres. Como os níveis de natalidade em Goiás são os mais baixos do Brasil (1,9 filhos por mulher)¹¹³, há evidência que essas pessoas pobres com maior número de filhos sejam migrantes de outros estados.

A respeito da influência da educação sobre a renda monetária, as correlações que se constroem são diferenciadas conforme os padrões de renda: o analfabetismo tem uma forte correlação negativa com a renda m. dos mais pobres e um pouco menor com a renda m. média; o analfabetismo funcional (inclusive o adulto) e a média de anos estudados se correlacionam de maneira mais evidente com a renda m. média, em um nível um pouco inferior com o rendimento m. mensal médio e em menor grau com o rendimento m. médio dos mais ricos.

Tabela 3.3.14 Municípios em Goiás classificados como subúrbios – correlações com a renda monetária

	renda dos mais		
	renda média	pobres	renda dos mais ricos
Índice de Gini	0,378	-0,577	0,728
Índice L de Theil	0,494	-0,463	0,818
% renda apropriada pelos mais ricos	0,281	-0,562	0,666
% renda apropriada pelos mais pobres	-0,265	0,724	-0,581
renda oriunda do governo	-0,130	-0,293	0,029
nº. médio de filhos por mulher	-0,572	-0,567	-0,484
analfabetismo	-0,757	-0,890	-0,424
analfabetismo funcional	-0,836	-0,778	-0,541
analfabetismo funcional adulto	-0,829	-0,799	-0,527
média de estudo	0,935	0,685	0,698
acesso ao ensino médio	0,810	0,391	0,731
acesso ao ensino superior	0,700	0,307	0,730
freqüência ao ensino médio	0,879	0,400	0,780
freqüência ao ensino superior	0,824	0,441	0,765
água encanada	0,731	0,741	0,528
energia elétrica	0,031	0,762	-0,355
coleta de lixo	0,596	0,436	0,544
idosos residindo sós	-0,743	-0,426	-0,563
mulheres sós chefes de família com filhos	0,266	-0,356	0,308
crianças de 10 a 14 anos trabalhando	-0,002	-0,197	0,067
adolescentes do sexo feminino com filhos	-0,185	-0,061	-0,081
adolescentes analfabetas	-0,490	-0,657	-0,245
jovens analfabetos	-0,447	-0,693	-0,293
jovens analfabetos funcionais	-0,689	-0,799	0,460
analfabetismo funcional adulto	-0,829	-0,799	-0,527

Fonte dos dados: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Entretanto, dada a instabilidade demográfica e populacional inerente aos subúrbios goianos, é mais seguro afirmar que não é o analfabetismo que gera a pobreza,

¹¹³ Segundo o Anuário Estatístico do Estado de Goiás, 2003.

mas sim que o número de pobres analfabetos vindos a cada ano para esses subúrbios (sobretudo os de Brasília, no Entorno Rodoviário) é que produzem tais correlações.

Aliás, a se considerar que há 20 anos, localidades como Águas Lindas de Goiás que hoje (2004) tem mais de 150 mil habitantes, sequer existiam, fica difícil estabelecer quaisquer relações orgânicas a estes municípios: suas populações são em geral flutuantes, deslocando-se para as capitais, se aumentam de renda, e para mais distante na periferia ou para outros lugares, caso não o consigam.

Desta forma, em relação aos subúrbios, há uma possibilidade considerável que eles apresentem comportamentos atípicos, de forma que as correlações estabelecidas têm de ser lidas com cuidado.

Tome-se como exemplo as inúmeras e em alguns casos, fortes, correlações que há entre renda e educação. Tantas elas podem indicar fatos já observados, quanto ruídos devidos às características próprias dos subúrbios.

Assim, os indicadores básicos de educação, como taxas de alfabetização e renda média dos ricos, apresenta maior correlação com a renda média e a renda dos mais pobres, enquanto que os indicadores educacionais que refletem níveis de ensino mais elevados, como frequência e acesso aos ensinos médio e superior se correlacionam mais com os indicadores de renda média e dos mais ricos.

Esse padrão dicotômico provavelmente reflete o fato de que as pessoas com mais instrução/maiores rendimentos monetários médios mensais residem não de forma dispersas, mas em determinados subúrbios, alguns dos quais já razoavelmente urbanizados e com alguns setores ao menos dotados de boa infra-estrutura, como ocorre em Aparecida de Goiânia e Valparaíso, sobretudo, mas também em Cidade Ocidental e Novo Gama.

Paralelamente, pessoas com menor instrução/mais pobres, acabam tendo que residir em locais onde o solo urbano é mais acessível e a infra-estrutura mais débil, como em Águas Lindas de Goiás, Padre Bernardo e Senador Canedo.

3.4: O PAPEL DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO DESENVOLVIMENTO DA MARGEM DA ESTRADA DE FERRO

Em se aceitando que não convém que o urbano seja definido por lei, se torna mais ou menos claro que o IBGE superavaliou o urbano, ao considerar como tais cidades que não tinham essa característica. Assim, o que pode parecer de início uma questão bizantina ganha força à medida que se considera que não apenas “*grandes*”¹¹⁴ *cidades são ambientalmente insustentáveis*” (MARTINEZ-ALIER, 2002: p. 10)¹¹⁵ como que essa insustentabilidade é quase um predicado do urbano, tanto mais evidente quanto maior a sua escala.

Quando se considera que apenas a população urbana metropolitana brasileira já ultrapassava em 2000 os 63,5 milhões de habitantes (Tabela 1.2.1) se pode facilmente perceber que esse problema não pode ser desconsiderado, sobretudo quando se considera que as pressões geradas por meio-ambientes urbanos não são assimiláveis.

A esse respeito afirma o mesmo MARTINEZ-ALIER¹¹⁶ que “o *conflito ecológico acerca dos cinturões verdes é também um conflito econômico sobre a apropriação da renda potencial dos espaços verdes preservados assim que eles são consumidos pela ampliação urbana e pela impermeabilização do solo*” (2002, p. 11) o que indica que a insustentabilidade ecológica urbana se transforma em conflito econômico. Além disso, este se estende para além dos perímetros citadinos, estendendo sua influência grosso modo desfavorável, para além dos seus limites políticos.

Entretanto, o mal das cidades, sobretudo a dos países subdesenvolvidos, só indiretamente tem como causa elas próprias; mais profundamente a origem dos problemas está nos campos. GRAZIANO DA SILVA¹¹⁷ (1999, p. 35) foi muito feliz ao afirmar que “o *êxodo rural está esvaziando os campos e inchando as cidades, transformando a crise agrária numa crise urbana*”. Todavia, é preciso relativizar ou mesmo, remensurar este êxodo rural, pois na medida em que se consideram rurais não apenas os moradores do campo como de todas as cidades de menos de 20 mil

¹¹⁴ Grifo nosso.

¹¹⁵ MARTINEZ-ALIER, J. The environmentalism of the poor. UNRISD: University of Witswatersrand, 2002. p.10

¹¹⁶ MARTINEZ-ALIER, J. Ibid. (tradução livre nossa).

¹¹⁷ GRAZIANO DA SILVA, J. (prefácio) in RANGEL, I. Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil. GRAZIANO DA SILVA, J. (org), Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

habitantes, como de outros núcleos populacionais maiores que não têm o pleno de sua funcionalidade urbana, este ganha outras nuances e possibilita outras perspectivas.

Neste sentido, a saída do campo para um povoado, de um povoado para uma pequena cidade, de uma pequena cidade para uma um pouco maior, mas ainda não urbana não seria êxodo rural, mas um tipo de deslocamento intra-rural, cujas conseqüências não se acreditam más.

Afinal, a construção de uma infra-estrutura de serviços sociais sai mais barata em comunidades rurais densamente povoadas do que naquelas habitadas de modo esparso. O acesso a serviços de saúde, educação, cultura e lazer também é mais fácil naquelas do que nestas, o que, entretanto, não implica se defender políticas que busquem a urbanização.

Até por que, quando se fala em urbanização, não se está referindo ao crescimento da população ou do número de comunidades populacionais adensadas embora populacionalmente pouco expressivas, sejam elas chamadas de povoados, vilas, pequenas cidades ou o que se queira.

Urbanização, como se acabou de considerar, passa pela construção de uma funcionalidade específica, por um adensamento e aprofundamento das relações capitalistas de produção num determinado lugar. De qualquer forma, é importante que se tenha em mente condições estruturais, como as apontadas por MARTINEZ-ALIER (2002, p. 16)¹¹⁸, para o qual:

“A urbanização aumenta ao redor do mundo por que a produtividade cresce na agricultura como um todo e, por conseguinte expulsa populações funcionalmente ligadas a ela. A crítica ecológica é que estes aumentos da produtividade agrícola (os quais dependem de um aumento dos inputs dentro da agricultura e da externalização dos custos ambientais) não são bem mensurados por que eles não transportam para dentro o cálculo o decréscimo da eficiência energética da agricultura moderna e os efluentes produzidos. Assim, tanto as cidades quanto os campos adjacentes atualmente zelam em empurrar os problemas para uma escala espacial mais ampla e uma escala temporal mais distante. Mas se seria tecnicamente possível à agricultura retornar para o modelo orgânico, as prósperas grandes cidades estão irremediavelmente baseadas nos combustíveis fósseis e na externalização dos custos ambientais.”

¹¹⁸ MARTINEZ-ALIER, J. Ibid. (tradução livre nossa).

Do mesmo modo, as considerações positivas (no sentido de factuais, não no de boas) acerca da moderna agricultura são verdadeiras. Isto é, tal como é hoje praticada, a agricultura comercial é insustentável, tanto no *input* -as reservas de corretivos como calcário, salitre, fosfato, potassa e gesso não são eternas; a quantidade de água é limitada- quanto nos custos ambientais.

De qualquer forma, o paradigma terá de mudar, seja graças a uma tomada de consciência pelos produtores, o que é improvável, seja por que o modelo atual terá certamente que ruir algum dia.

Além disso, no seu modelo atual a exploração agropecuária e mais particularmente, agrícola comercial brasileira, está tão orientada por uma lógica de mercado que sequer consegue atender sua função imperativa, qual seja a de alimentar todos os habitantes do país. Acerca de como esse paradigma (o da Revolução Verde) se instalou no país, GRAZIANO DA SILVA¹¹⁹ (2000, p. 184) considera que:

“Allá por los años sesenta, en los albores de la Revolución Verde, nos autoconvencimos que el desarrollo agrario llevaría por sí mismo al desarrollo rural. En el caso de Brasil el resultado fue la “modernización conservadora” de la agricultura, es decir, una modernización sin cambios en la estructura de la propiedad fundiaria, que mantuvo niveles extremadamente altos de la concentración de la tierra y de la renta por ella generada, y, por ende de concentración del poder político a ella asociada. En las áreas rurales brasileñas, ese proceso de modernización conservadora significó la exclusión de lo pequeños agricultores, especialmente en áreas que ya eran por sí pobres. Menos de cincuenta años después de la introducción de nuevas variedades agrícolas cultivadas mediante sistemas altamente mecanizados y gran consumo de productos químicos, Brasil conquistó la envidiable posición de ser uno de los mayores productores de cereales y carne del mundo (...) a pesar de ello, una cuarta parte de su población urbana sigue pasando hambre o sufre algún tipo de desnutrición.”

Assim, é inegável que o produto agrícola aumentou e que nesse sentido a Revolução Verde no Brasil, foi vitoriosa. Porém, a que custo? Da miséria ampliada no campo e nas zonas de fato urbanas, para onde se dirigiu um imenso contingente de

¹¹⁹ GRAZIANO DA SILVA, J. Ibid.

brasileiros tornados supérfluos. Houve crescimento sem desenvolvimento. Porém, se de um lado o crescimento econômico é um ponto pacífico, na medida em que é concretamente medido pelo produto (através do PIB, por exemplo) e pode inclusive ser desagregado (VAB por setor) o desenvolvimento mostra-se menos tratável.

Dado o que se já escreveu ao longo deste trabalho, nos parece lícito defini-lo inicialmente como um processo de *'ampliação das oportunidades individuais de escolha e do conforto e bem estar coletivos, tanto para as gerações em curso quanto para as que se seguirem'*, ou resumidamente, um *'crescimento da liberdade dos indivíduos e do bem-estar da sociedade, extensíveis no tempo'*.

Com tal definição, respeitam-se tanto as considerações de José Eli da Veiga a partir de Amartya Sen (ver Introdução) como também se presta atenção à preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e das paisagens, que não são escolhas individuais mas propiciam benefícios coletivos e que podem inclusive ser mensuradas.

Aliás, essa acaba sendo uma definição mais apropriada ao desenvolvimento sustentável, na medida em que se debruça sobre o aumento das oportunidades individuais ao mesmo tempo em que exige garantias coletivas. Neste sentido, GRAZIANO DA SILVA¹²⁰ (2000, p.173) reconhece que:

“No es nada nuevo afirmar que la pobreza rural es un serio impedimento para el desarrollo sostenible en los paises en via de desarrollo. Pero aun reconociendo su gravedad, sería un error pensar que la pobreza es el único problema, ni siquiera el más importante. La falta de vertebración social _ especialmente en lo que se refiere a la sociedad civil _ se ha constatado como un obstáculo tan grave o incluso mayor que la pobreza de la población rural, ya que contribuye a que ésta se perpetúe. Esto se pone claramente de manifiesto en un momento como el actual, en que la globalización ha conducido a la revalorización de los espacios locales como arenas de participación social, económica y política para los grupos de interese organizado”.

Destarte, ainda que a *posteriori*, se espera justificada a preocupação deste trabalho com o levantamento das questões educacionais na Margem da Estrada de

¹²⁰ GRAZIANO DA SILVA, J. El desarrollo local en contextos de globalización: una reflexión desde la experiencia brasileña in Revista Internacional de sociología, Tercera Época, nº 27, set-dez 2000, Pp. 171-187, CSIC: Madrid, 2000.

Ferro. A educação, afinal, mesmo que per se não leve à construção desta orquestração social –mormente antes de atingir determinados níveis quantitativos e qualitativos- é uma sua pré-condição imprescindível, *sine qua non*. Acerca desta orquestração social segue GRAZIANO DA SILVA¹²¹ (2000, p. 173) afirmando que:

“Una cuestión importante a señalar es que, cuando hablamos acerca de estos actores [rurales], no debemos referirnos sólo a los agricultores, por muy ampliamente variado que pueda ser este grupo (...) las demandas crecientes de la población en materia de medio ambiente y los problemas relacionados con la gestión y conservación de los recursos naturales son otros factores que han influido en el nuevo protagonismo de los espacios locales.”

No caso específico de Catalão, principal cidade da Margem da Estrada de Ferro, a transformação de uma área rural em uma reserva ambiental municipal dentro do perímetro ‘urbano’; a compra de uma grande área, outrora rural, para se fazer um parque; a luta da comunidade da Pedra Branca contra a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.), afinal vitoriosa; são exemplos desta preocupação de atores não ligados à agropecuária com os destinos do campo.

Os atores sociais mais relevantes nesses processos acima mencionados estavam baseados na unidade local da UFG e nos clubes ecológicos, os quais também foram fundados no interior das escolas ou na UFG. Mesmo outras instâncias locais importantes na orquestração social, a saber, as igrejas com seus centros comunitários e grupos de apoio; as associações de portadores de determinadas enfermidades (mormente em Catalão e municípios próximos) e as de produtores (sobretudo nos municípios de Silvânia e Orizona) têm suas preocupações com a educação, ainda que não necessariamente com o ensino formal.

Essa orquestração social que a educação vem possibilitando, e que assume no sul da Margem um caráter citadino e mais ao norte, rurícola, pode sem dúvida ampliar as possibilidades de desenvolvimento local, na medida em que amplia a parcela organizada da sociedade civil, que dessa forma se vê mais forte em suas relações com diversas instâncias e órgãos públicos.

¹²¹ GRAZIANO DA SILVA, J. Ibid.

A importância dessas relações o mesmo GRAZIANO DA SILVA¹²² (2000, p. 173) reafirma quando diz que:

“La diferencia entre los países C1¹²³ y los C2¹²⁴ en este asunto, es que, en los países C1, Gran parte de la sociedad civil está ya organizada en torno de sus propios grupos de intereses, lo que garantiza su participación en las nuevas formas privadas de gobernancia que se están implantando (...) sin embargo, en los países C2, en los que la sociedad civil está débilmente organizada, fortalecer los procesos de toma de decisiones a nivel local y/o regional significa en muchos casos revitalizar el poder de los grandes propietarios rurales, ligados por lo mejor a las elites locales dominantes.”

Estas elites locais dominantes, especificamente no que diz respeito à Margem da Estrada de Ferro, não existem uniformemente em todos os municípios. Não que elas (as elites) não existam; o que há é que elas nem sempre são dominantes. Para começar, nos municípios de Anhangüera, Três Ranchos, Palmelo e Cristianópolis, a população, a área e a importância do setor primário são tão exíguas que de fato essas elites não existem.

Em Catalão é a importância relativa das indústrias que as deixa dominarem. Neste município, desde meados da década de 1970 que um membro destas elites rurais não consegue eleger-se a cargo político relevante, como prefeito ou deputado. Em Silvânia e Orizona a dominância não há em função de haver, sobretudo neste último município e desde pelo menos a década de 1950, os trabalhadores rurais e trabalhadores rurais são bastante organizados.

Nos demais municípios a sociedade civil ainda está fracamente organizada, os padrões educacionais são um pouco inferiores e a orquestração social ainda está um tanto distante de ser construída, embora em Vianópolis e Goiandira já se possa observar alguns avanços nesse sentido.

Entretanto, há de se notar que paradoxalmente, embora a educação e a orquestração social possam garantir desenvolvimento (ampliação das oportunidades individuais de escolha...) não necessariamente, garante renda monetária. A respeito desta, um único senão: não se deve confundir renda monetária com renda total¹²⁵.

¹²² GRAZIANO DA SILVA, J. Ibid.

¹²³ Nações consideradas desenvolvidas, do “Primeiro Mundo”.

¹²⁴ Nações consideradas subdesenvolvidas, do “Terceiro Mundo”.

¹²⁵ Embora para fins práticos seja isso que comumente se faz; inclusive o IBGE assim procede e logo, a maioria dos que utilizam os dados elaborados pelo instituto; o INCRA é uma saudável exceção.

Se assim for feito acaba-se considerando apenas a renda monetária o que, sobretudo no campo, acaba levando a uma subestimação dos rendimentos. É por isso que nos municípios de Orizona e Silvânia, onde é proporcionalmente grande a população rurícola, a renda como mostrada ao longo do Capítulo III, é em geral mais baixa que nas porções mais meridionais: na verdade o ganho monetário é menor, não a necessariamente renda total.

Destaca-se que se renda a partir da definição clássica de sir John Hicks (apud CAVALCANTI¹²⁶, 1997: p. 75) para o qual: “devemos definir a renda de uma pessoa como o máximo valor que ela pode consumir durante uma semana e ainda esperar estar tão bem no final da semana como estava no começo”. Nesse sentido, a visualização da renda de uma pessoa, grupo ou sociedade é tanto estatisticamente subestimada quanto menor for sua porção monetária.

Além disso, para uma pessoa estar ‘tão bem no final de uma semana quanto estava no começo’ ela não necessariamente precisa dispendir recursos monetários; ela pode se valer da oferta gratuita de bens e serviços pela coletividade. É o que ocorre, por exemplo, onde há o *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), que Briggs in LINS DE AZEVEDO (1997, p. 31, adaptado) definiu como um Estado que “garanta a todos os cidadãos, sem restrições de status ou classes. Uma gama de serviços ofertados dentro dos mais altos padrões”¹²⁷.

No caso da Margem da Estrada de Ferro, já se insinuou um ‘welfare town’. Mas o que seria? Obviamente há de se levar em conta as limitações orçamentárias, mais graves por se tratar de pequenas cidades do Terceiro Mundo. No geral: todos os municípios da Margem investem na educação superior dos seus cidadãos. Os providos de menores recursos, arcando com o transporte até onde há as universidades mais próximas. Municípios como Ouvidor, arcam inclusive com custos referentes às mensalidades e até, moradia.

Alguns municípios contam com pequenos hospitais municipais; todos têm ambulância que os conduz a centros melhor providos. Primeiramente Catalão e em

¹²⁶ CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção de desenvolvimento sustentável. P. 75, in *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*, ROMEIRO, A. R.; REYDON, A. P. & LEONARDI, M. L. A. (org.) IE/UNICAMP: Campinas, 1997.

¹²⁷ LINS DE AZEVEDO, J. M. A Educação como Política Pública. Col. Polêmicas do Nosso Tempo, Campinas: Autores Associados, 1997. P. 31 (adaptado).

seguida outros, alugam e mantêm casas em Goiânia, para hospedar doentes que para lá têm de ir. Construção de moradias populares; empréstimos de máquinas e implementos agrícolas; doação de calcário; construção de tanques para a criação de peixes e de mini-instalações industriais. Na medida de suas posses cada município colabora para a geração de renda e melhorias na saúde e educação de seus habitantes. Isso desde há décadas.

Entretanto, se há um município *welfare town* na Margem da Estrada de Ferro, este é sem dúvida, Catalão. Senão vejamos.

* **educação:** uma escola de ensino fundamental em período integral; sete creches municipais; um cursinho pré-vestibular; uma escola de ensino técnico em áreas ligadas à agropecuária; o pagamento da maioria dos funcionários (incluindo os professores) do Campus local da UFG, o qual tem oito cursos. Isso para ficar apenas no que não é obrigação legal da municipalidade.

* **saúde:** um hospital materno-infantil; sete postos de saúde; um centro de diagnósticos; um centro de atenção psico-social; uma casa de passagem em Goiânia; um hemocentro; uma farmácia popular que oferta remédios gratuitamente.

* **abrandamento de risco social:** um abrigo de crianças e adolescentes; um centro de convivência, educação, treinamento e inserção de crianças e adolescentes; um abrigo de idosos.

* **esporte, cultura e lazer:** um clube para atividades esportivas, sociais e culturais de idosos; um centro poli-esportivo público; escola de música; coral; orquestras para adolescentes e de idosos; um museu.

Esta infra-estrutura se refere apenas àqueles órgãos sustentados com recursos da municipalidade; não inclui as inúmeras ONGs que recebem recursos municipais; autarquias do tipo conselhos tutelares ou de meio-ambiente; entidades civis de caráter religioso; ações e programas municipais pontuais; parcerias público-privadas, como a 'vaca mecânica' que funcionam com doações de soja dos produtores locais ou o centro de reciclagem, em parceria com ex-catadores de lixo.

O fato é que esta infra-estrutura social numa cidade de 60 mil habitantes, oferta aos seus cidadãos à possibilidade de desfrutar de um padrão de vida sensivelmente melhor do que o que teriam se estes serviços não fossem disponibilizados gratuitamente.

Mesmo que não haja universalidade no atendimento e na distribuição dos benefícios, há sem dúvidas, ganhos.

Mais duas considerações: a primeira é que estes benefícios não são obras de uma administração, mas vêm sendo construídos desde a década de 1980, embora bastante ampliada a partir do ano 2000; segunda que não apenas os habitantes do município de Catalão são beneficiados: a maioria das unidades municipais de saúde, cultura, desporto e lazer, bem como a UFG e o curso ré-vestibular são abertos às populações dos municípios vizinhos, tanto da Margem quanto eventualmente de alguns pequenos municípios triangulinos.

Entretanto, convém não superestimar a capacidade organizativa da sociedade civil estradoferrana, ao menos quando se exclui os nove municípios onde ou não há elites rurais ou elas não são dominantes. Emblema disso é que em 1988, segundo o Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Rurais¹²⁸ havia cinco municípios na Margem da Estrada de Ferro onde existiam sindicatos de Trabalhadores rurais: Catalão, Corumbaíba, Orizona, Silvânia e Vianópolis. No Estado de Goiás (que a época incluía o Tocantins) havia 113 sindicatos de trabalhadores rurais, de modo que a Margem respondia por aproximadamente 4,5% do total desses sindicatos. Entretanto, no que diz respeito aos sindicatos de produtores¹²⁹ rurais, somente três municípios não dispunham destas associações patronais: Corumbaíba, Cristianópolis e Palmelo.

Como em Goiás havia 143 destes sindicatos, a Margem respondia por aproximadamente 11% de seu total! Ou seja: ao menos no que diz respeito à representação do trabalho, esta era menor que a da propriedade, como na vida cidadina. Mesmo hoje (2004), a parcela trabalho é sub-representada em relação à parcela capital.

Mesmo quando isso não ocorre, como há verdadeiros oligopsônios¹³⁰ no que diz respeito à demanda por trabalho em alguns setores, mesmo organizados os trabalhadores têm baixo poder de barganha. É o caso dos metalúrgicos, onde a grande maioria dos trabalhadores são funcionários de apenas duas empresas; no caso dos mineiros, a situação é pouco diferente: as grandes empregadoras são três.

¹²⁸ IBGE, Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Rurais (versão preliminar), IBGE, Rio de Janeiro: 1988.

¹²⁹ Uma aberração brasileira...

¹³⁰ Situação em que poucas empresas respondem pela maior parte da demanda de um produto ou serviço do qual há inúmeros produtores.

Por fim é mister se considerar que, talvez em função de se procurar apresentar a Margem da Estrada de Ferro como uma região rural onde há predominância da atividade industrial e onde a educação foi uma importante promotora do desenvolvimento, é possível que se tenha ignorado alguns fatores que tiveram importância na construção do que é a região atualmente.

Dentre esses fatores, aquele cuja omissão maiores danos poderia causar a um entendimento mais correto da Margem, é sem dúvida a estrutura fundiária. Entretanto, diante de uma dissertação em que a prolixidade foi usada talvez além do que seria razoável, não convém se debruçar longamente sobre o assunto, inclusive por que este não é nossa principal preocupação.

A primeira consideração é que recusamos utilizar o Índice de Gini rural. E por um motivo que julgamos convincente: ao menos no caso da Margem da Estrada de Ferro ele é incapaz de medir a concentração de terra, por que ao se referir muito mais às propriedades que aos proprietários, ele ignora que, sobretudo os grandes, muitas vezes têm estabelecimentos fora do município de origem.

Como o mesmo não ocorre -ou ocorre menos freqüentemente- com os pequenos proprietários, que no mais das vezes possuem apenas um estabelecimento, o Índice de Gini rural subestima a concentração da propriedade fundiária e por tal, não se o julgou confiável.

Assim, para analisar a estrutura fundiária da região, se utilizou da classificação do Incra¹³¹, o qual divide os estabelecimentos em três categorias: pequenos (aquelas que possuem até quatro módulos fiscais de referência); médios (aquelas que possuem entre quatro e quinze módulos fiscais de referência) e grandes (aquelas que possuem mais de quinze módulos fiscais de referência).

Além de ter a vantagem de reconhecer que iguais porções de terra têm significados econômicos distintos em cada município, a classificação do Incra permite uma melhor padronização e, sobretudo é facilmente aferível, sendo acessível através do sítio eletrônico do instituto: www.incra.gov.br, o que não se dá com o Índice de Gini rural. De qualquer forma, os dados do IBGE permitem uma análise mais apuradas e podem se obtidos indiretamente no sítio eletrônico do PRONAF: www.pronaf.gov.br.

¹³¹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Assim, a estrutura fundiária da Margem da Estrada de Ferro em 2000 é a que se apresenta na Tabela 3.4.1, logo a seguir. Por ela pode se notar que não há uma estrutura fundiária comum à Margem como um todo; cada município apresenta suas particularidades. O próprio módulo fiscal de referência tem áreas que variam entre 28 e 45 hectares¹³², conforme o município.

De qualquer forma, ainda que se possa perceber que numericamente os pequenos estabelecimentos predominem em todos os municípios da margem da Estrada de Ferro, as áreas que estas proporcionalmente ocupam, divergem grandemente.

Com base nisto, podem ser formados três grupos de municípios: aqueles em que predominam pequenos estabelecimentos; aqueles em que predominam os médios e; aqueles em que predominam os grandes.

O primeiro grupo é formado por sete municípios: Cristianópolis, Goiandira, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo e Três Ranchos. Em quase todos eles os pequenos estabelecimentos ocupam a maior porcentagem da área, seguidos pelos médios e por fim, pelos grandes. Exceções são Nova Aurora, onde aos pequenos seguem-se os grandes estabelecimentos, e Palmelo, onde não há esses últimos.

O segundo grupo é formado por aqueles municípios em que os médios estabelecimentos predominam em área. É formado por oito municípios, os quais podem ser divididos em dois subgrupos: no primeiro subgrupo estão aqueles municípios onde aos médios, seguem-se os pequenos estabelecimentos e é formado pelos municípios de Cumari, Pires do Rio e Vianópolis; no segundo subgrupo, aos médios, seguem-se os grandes estabelecimentos a responderem por um maior percentual de terra e é formado pelos municípios de Corumbaíba, Davinópolis, Santa Cruz de Goiás, Silvânia e Urutaí.

Por fim, o terceiro grupo é formado pelos municípios em que aos grandes estabelecimentos respondem pela maior parcela do território. Este grupo também apresenta diferenciações significativas: enquanto em Catalão, Ipameri e Campo Alegre de Goiás, aos grandes, seguem-se os médios estabelecimentos e só por fim os pequenos, em Anhangüera estes últimos ocupam a segunda maior área. Porém, como neste há apenas 16 estabelecimentos, seu caso é bastante diferente dos três anteriores, os quais além de estarem entre os quatro maiores municípios da região em área, estão igualmente entre os quatro maiores em volume produzido na agricultura e VAB agropecuário,

¹³² Unidade de área equivalente a 10.000 m².

enquanto que em Anhangüera, como também já se pôde ver, a agropecuária sequer é uma atividade economicamente importante.

Tabela 3.4.1: Margem da Estrada de Ferro – estrutura fundiária, em 2000

Município	módulo fiscal (hectares)	pequenos estabelecimentos		médios estabelecimentos		grandes estabelecimentos	
		unidades	área (em ha)	unidades	área (em ha)	unidades	área (em ha)
Anhangüera	45	12	1109,5	3	854,3	1	1112,8
Campo Alegre de GO	28	281	15198,9	261	59045,9	121	134581,2
Catalão	40	1787	91976,7	404	122140,8	111	143389,6
Corumbaíba	45	555	38794,3	201	68615,9	39	45290
Cristianópolis	35	181	8352,4	33	7875,6	4	3423,6
Cumari	45	270	15394,6	66	18908,8	7	5511,6
Davinópolis	30	265	12943,5	93	20177,7	17	14430,4
Goiandira	35	359	29129,4	91	22431,3	8	7978
Ipameri	40	717	47014,3	491	155699,9	182	236699,3
Nova Aurora	45	174	11304,1	26	7287	8	8746,3
Orizona	35	1790	80827,9	313	74832	35	30236
Ouvidor	40	438	19345,7	36	9293,5	4	4105,5
Palmelo	30	30	12379	5	1087,5	0	0
Pires do Rio	35	483	24061,4	153	30555,7	26	22682,9
Santa Cruz de Goiás	35	489	26045,8	171	43304,3	35	32064,4
Silvânia	30	1575	63842,6	426	96842,4	117	93463
Três Ranchos	40	336	12576,5	17	5132,3	1	852
Urutaí	30	273	11973,3	99	21033,4	20	20694,3
Vianópolis	40	754	37660,8	148	42504,6	17	14356,5
Total regional	37¹³³	10769	559930,7	3037	807622,9	753	819617,4
Goiás	n/d	103205	5.034.2458,2	31168	9104528,3	12088	16817943,9

Fonte dos dados: Anuário Estatístico do Estado de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Esses dados da Tabela 3.4.1 podem, entretanto, ser enganadores, sobretudo na medida em que, para além da mera distribuição da superfície entre as classes de estabelecimentos, se procure também lançar um olhar sobre outros indicadores, como os apresentados na Tabela 3.4.2, logo abaixo. Façamo-lo, pois, grupo a grupo:

Em relação ao primeiro grupo, podem ser percebidos três casos mais ou menos distintos: em Ouvidor, Três Ranchos e Palmelo, os pequenos estabelecimentos ocupam mais da metade da área disponível e as grandes, nunca mais de 1/8. Nesses municípios a produção familiar domina amplamente, e o setor agropecuário representa no máximo 1/5 do produto. Isto parece sugerir características não-agropecuárias mesmo da população rústica destes municípios, cuja área média dos estabelecimentos em apenas

um caso (Palmelo) excede os dois módulos fiscais, o que deve ser considerado à luz do fato de que o módulo fiscal nesse município é de 30 ha, enquanto nos outros dois ele é de 40 ha.

O outro caso é o dos municípios de Cristianópolis, Goiandira e Orizona, em que a área ocupada pelos pequenos estabelecimentos oscila entre 40 e 50% e a área ocupada pelos grandes não chega a 20%. Nova Aurora, em que a área ocupada pelos pequenos estabelecimentos é de cerca de 40%, mas a ocupada pelas grandes, de mais de 30%, é um caso específico. Nesses dois grupos, somente em Orizona a média tem mais de três módulos fiscais; nos demais oscila entre 2,0 e esse valor.

No segundo grupo, aquele cujo domínio em superfície é dos médios estabelecimentos, os dois subgrupos mantêm suas tendências. No primeiro deles, às grandes seguem-se os pequenos estabelecimentos, a área média não ultrapassa 3,5 módulos fiscais e os pequenos estabelecimentos ocupam entre 30 e 40% da área e as grandes entre 10% e 20% em Vianópolis e Cumari e pouco menos de 30% em Pires do Rio. No outro subgrupo, onde aos grandes seguem-se os pequenos estabelecimentos, a área média oscila entre 4 e 5 módulos fiscais e os pequenos estabelecimentos ocupam entre 20% e pouco mais de 30% da área.

Por fim, o comportamento do terceiro grupo é bastante estocástico e em comum os municípios deste grupo tem somente os grandes estabelecimentos ocupando a maior área disponível: Em Campo alegre de Goiás, a área ocupada pelos pequenos estabelecimentos é bastante exígua, sendo de menos de 10% da área total, enquanto que os grandes estabelecimentos contam mais de 60% da área total. A área média dos estabelecimentos é a maior da região: mais de dez módulos fiscais, o que, mesmo se considerando que o módulo fiscal do município é o menor da região, é um dado significativo.

Por outro lado, em Ipameri, apesar da área em módulos fiscais ser menor (7.9), a área média dos estabelecimentos é maior, pois o módulo fiscal no município tem 40 ha. Também neste município a concentração de terra é pronunciada: os grandes estabelecimentos ocupam mais da metade da área e os pequenas, pouco mais de 10%.

Em Catalão têm-se duas realidades absolutamente distintas: o município tem ao mesmo tempo a segunda maior área ocupada por grandes estabelecimentos na Margem da Estrada de Ferro (a maior cabe a Ipameri e a terceira a Campo Alegre de Goiás) e a

maior área ocupada por pequenos estabelecimentos (a segunda é a de Orizona e a terceira é a de Silvânia). Tais especificidades se refletem no fato de que a área média de seus estabelecimentos, em módulos fiscais, é pouco mais de 1/3 da de Campo Alegre de Goiás e pouco mais da metade da de Ipameri.

Tabela 3.4.2: Margem da Estrada de Ferro_ distribuição da área pelos estabelecimentos

	pequenos	grandes	área média (módulos fiscais)
Anhangüera	36,1%	36,2%	4,27
Campo Alegre de GO	7,3%	64,4%	11,25
Catalão	25,7%	40,1%	3,88
Corumbaíba	25,4%	29,7%	4,27
Cristianópolis	42,5%	17,4%	2,58
Cumari	38,7%	13,8%	2,58
Davinópolis	27,2%	30,3%	4,23
Goiandira	48,9%	13,4%	3,71
Ipameri	10,7%	53,9%	7,90
Nova Aurora	41,4%	32,0%	2,92
Orizona	43,5%	16,3%	2,48
Ouvidor	59,1%	12,5%	1,71
Palmelo	53,2%	0,0%	2,21
Pires do Rio	31,1%	29,3%	3,34
Santa Cruz de Goiás	25,7%	31,6%	4,17
Silvânia	25,1%	36,8%	4,00
Três Ranchos	67,8%	4,6%	1,31
Urutaí	22,3%	38,5%	4,57
Vianópolis	39,8%	15,2%	2,57
Total regional	25,6%	37,5%	4,06
Goiás	16,3%	54,3%	n/d

Fonte dos dados: Anuário Estatístico do Estado de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Grosso modo, pode se dizer que o rio São Marcos, além de separar as porções oriental e ocidental do município de Catalão, separa também esses dois mundos: na porção a leste deste rio, predomínio da agropecuária familiar e do gado de leite, com forte influência triangulina e relevo acidentado; na porção a oeste do rio, predomínio da agricultura comercial, da pecuária de corte, ligação maior com os municípios do alto Paranaíba e relevo plano, de chapadas. O caso de Anhangüera é como já se disse, *sui generis*.

Ainda acerca da questão da demografia rurícola da Margem, a Tabela 3.4.3 traz-nos um bom número de indicadores, os quais nos transmitem uma gama ampla de informações importantes. Senão vejamos.

80% a mais de estabelecimentos do que domicílios rurícolas) e o caso extremo, Nova Aurora, onde há cerca de 120% mais estabelecimentos do que domicílios rurícolas.

No caso destes municípios, para além do fato já mencionado de que um proprietário pode ter mais do que um estabelecimento, o que muito provavelmente ocorre é que alguns produtores não residem em seus estabelecimentos.

E isso por uma série de motivos, o menos revelador deles sendo que não residem por que o estabelecimento tem função especulativa; que ele se destina ao lazer ou que é arrendado para pastos. Fora disso, e mesmo em alguns casos das duas últimas hipóteses, dificilmente um produtor deixaria seu estabelecimento absolutamente abandonado, de forma que é provável que estes produtores trabalhem neles, ou de alguma forma conseguem que alguém o faça. Seja o que for nestes municípios muito provavelmente contingentes da população 'urbana' trabalham no campo.

Tabela 3.4.3: Margem da Estrada de Ferro – demografia do campo.

	domicílios rurais	estabelecimentos rurais	população rurícola	dom./est.	hab./dom.	hab./est.
Anhangüera	18	16	55	1,125	3,06	3,44
Campo Alegre de GO	494	663	1632	0,745	3,30	2,46
Catalão	2094	2302	6641	0,910	3,17	2,88
Corumbaíba	579	795	1798	0,728	3,11	2,26
Cristianópolis	187	218	539	0,858	2,88	2,47
Cumari	270	343	801	0,787	2,97	2,34
Davinópolis	258	375	800	0,688	3,10	2,13
Goiandira	280	458	764	0,611	2,73	1,67
Ipameri	1229	1390	3727	0,884	3,03	2,68
Nova Aurora	95	208	263	0,457	2,77	1,26
Orizona	1925	2138	6633	0,900	3,45	3,10
Ouvidor	303	478	886	0,634	2,92	1,85
Palmelo	31	35	108	0,886	3,48	3,09
Pires do Rio	580	662	1745	0,876	3,01	2,64
Santa Cruz de Goiás	708	695	2283	1,019	3,22	3,28
Silvânia	2872	2118	9853	1,356	3,43	4,65
Três Ranchos	190	354	547	0,537	2,88	1,55
Urutaí	294	392	851	0,750	2,89	2,17
Vianópolis	980	919	3577	1,066	3,65	3,89
Total regional	13387	14559	43503	0,919	3,25	2,99
Goiás	172144	146461	588005	1,175	3,42	4,01

Fonte dos dados: Anuário Estatístico do Estado de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Esses contingentes devem ser tanto maiores quanto menores as áreas dos municípios e maior a desproporção entre o número de domicílios e estabelecimentos. Os

cinco últimos municípios, particularmente, se encaixam perfeitamente nessas duas condições, i.e, têm áreas pequenas e desproporção mais vasta entre estabelecimento e residência. Nos demais municípios a desproporção entre estabelecimento e residência está presumivelmente em patamares normais.

A tabela permite também que se intua o acontecimento inverso, ou ao menos o seu resíduo, i.e, o número de pessoas que saíram do campo para ir trabalhar fora dele. Como o número médio de residentes 'urbanos' na região é de 4,35 pessoas por domicílios permanentes pode se perguntar por que o mesmo padrão não ocorre em relação à população rurícola. A resposta é que basicamente a falta de população no campo se deve a migração para fora dos campos.

Calcule-se que seja 'normal' que cada estabelecimento cuja família não tenha ela inteira migrado para fora do campo, tenha perdido um habitante, muito provavelmente do sexo feminino. Ainda assim, cada domicílio deveria ter em média, 3.35 pessoas. Dado um generoso desvio padrão de 10% e tomando pelo mínimo, é razoável supor que cada família tenha 'naturalmente', em média cerca de três pessoas no campo. Ainda assim, sete municípios têm domicílios rurais habitados por menos de três pessoas: Cristianópolis, Cumari, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos e Urutai.

Talvez seja válido supor que essa população, que está abaixo do número esperado, não esteja de fato rompida com o mundo rurícola, podendo estar em alguma cidade para estudar ou trabalhar durante a semana, retornando nos fins de semana ou nas férias, por exemplo. Seja o que for o campo perde braços.

Espera-se ao menos dar um indicativo do que esse fato provocou no mundo rurícola da região a partir de uma análise, primeiro, da Tabela 3.4.4, logo abaixo. Ela mostra a evolução do rebanho bovino com ênfase para sua porção leiteira, a qual é tradicionalmente uma atividade de pequenos e médios estabelecimentos na região da Margem da Estrada de Ferro.

Visualizando a Tabela 3.4.4 se pode perceber que proporcionalmente o rebanho bovino da Margem diminuiu sua proporção em relação ao rebanho estadual, de 5.63% para 5,45%. Essa variação, embora pequena no nível estadual, deu-se apenas proporcionalmente (o rebanho estradoferrano cresceu menos do que o goiano) e internamente, sofreu grandes variações.

Assim, enquanto municípios como Cristianópolis e Pires do Rio tiveram seus rebanhos aumentados em mais de 25% (Urutaí teve seu rebanho aumentado em mais de 80%) e Catalão, Corumbaíba e Ipameri acrescentaram quase 40 mil cabeças de gado aos seus rebanhos, o município de Silvânia perdeu mais de 20% de seu rebanho ou quase 30 mil cabeças de gado.

Acredita-se que essa flutuação se deveu - exceção feita a Campo Alegre de Goiás e Davinópolis - sobretudo às variações na quantidade e qualidade do gado leiteiro. Assim, não apenas Catalão, Corumbaíba, Pires do Rio e Urutaí tiveram suas produções de leite ampliadas em mais de 50% no período 1998-2002, como Silvânia, (tradicional centro produtor de leite) teve seu rebanho leiteiro diminuído em 15% e sua produção em 20%, com queda também no nível de produtividade.

Tabela 3.4.4: Margem da Estrada de Ferro _ bovinocultura e produção de leite

municípios	rebanho bovino		vacas leiteiras		Leite (mil litros) produtividade ¹³⁴			
	1998	2002	1998	2002	1998	2002	1998	2000
Anhangüera	3850	4000	350	600	294	700	840	1166,7
Campo Alegre de GO	65500	62000	7800	7000	5616	8000	720	1142,9
Catalão	131450	150500	23600	30000	22092	36500	936,1	1216,7
Corumbaíba	106840	120100	17100	25230	17476	25533	1022	1012
Cristianópolis	12000	15990	2500	2400	3250	3050	1300	1270,8
Cumari	39000	42000	5400	4800	4816	8000	891,9	1666,7
Davinópolis	22500	20000	4750	4000	3420	4700	720	1175
Goiandira	36000	39500	6120	6400	4590	8000	750	1250
Ipameri	138400	146000	21000	25000	17640	33000	840	1320
Nova Aurora	21600	21500	3100	2500	2300	2800	741,9	1120
Orizona	102800	104650	16000	16250	28950	24371	1809,4	1499,8
Ouro Verde	19000	21200	2920	3500	2394	4200	819,9	1200
Palmelo	3000	3070	500	505	650	607	1300	1202
Pires do Rio	64200	80350	8400	12050	10574	15355	1258,8	1274,3
Santa Cruz de Goiás	52000	59200	8000	9450	10085	11170	1260,6	1182
Silvânia	128400	101950	18800	16000	24176	19250	1286	1203,1
Três Ranchos	9700	12200	1900	2000	1368	2401	720	1200,5
Urutaí	24000	43250	2400	6800	3000	8161	1250	1200,1
Vianópolis	40250	48950	6500	7350	8550	8851	1315,4	1204,2
TOTAL	1020490	1096410	157140	181835	171241	224649	1089,7	1235,5
GOIÁS	18118412	20101893	1870489	2217158	1978579	2483366	1057,8	1120,1

Fonte: anuário estatístico de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Orizona, que há tempos dividia com Silvânia a maior parte do fornecimento de leite para as regiões urbanas vizinhas, não teve seu rebanho diminuído, mas a produção

¹³⁴ Litros de leite/vaca/ano

sim, como conseqüência da queda acentuada de produtividade. O provável culpado da queda da produção leiteira nos dois municípios foi o leite 'longa vida', o qual passou a ter preços cada vez mais competitivos e possibilitou que lugares não tão próximos a centros consumidores, aumentassem a sua produção.

Foi o que fizeram os pecuaristas de Pires do Rio e Urutaí, imediatamente ao sul destes municípios; Corumbaíba, onde se instalou uma fábrica para o processamento desse tipo de leite e Catalão, cuja cooperativa modernizou suas instalações em função do ingresso de recursos advindo da venda do Sistema Paulista (Pauli) do qual era sócia, para a multinacional suíça Nestlé.

Antes de se iniciar uma associação entre esse fato e os rumos da mão-de-obra rural na Margem da Estrada de Ferro destaca-se uma provável explicação de por que em Silvânia o rebanho diminuiu enquanto em Orizona e Vianópolis houve queda apenas na produção e na produtividade. O mais provável é que isto está relacionado ao fato de em Silvânia haver um grande número de trabalhadores rurais não-proprietários, mais sensíveis a variações deste tipo e que tiveram na venda de parte de seus rebanhos, a única solução possível. Já em Vianópolis e principalmente, em Orizona, na média bastou provavelmente aos pecuaristas deixar de investir em aquisições e ampliação do plantel e na alimentação do rebanho (por isso a queda de produtividade) para conseguir sobreviver à crise.

Em relação ao problema da mão-de-obra no campo, admitindo haver um problema, sua solução pode ser vislumbrada na Tabela 3.4.4: buscou-se aumentar a produtividade. Vasta ver que enquanto a produtividade do rebanho leiteiro cresceu 3% em média em Goiás, na Margem esse crescimento de produtividade, mesmo considerando o caso de Orizona, Silvânia e Vianópolis¹³⁵, foi de mais de 10%; desconsiderando, o aumento da produtividade das vacas foi de quase 30%. Aumentos significativos na produtividade de produtos tradicionalmente cultivados por agricultores familiares também ocorreram amiúde, por exemplo, no cultivo da mandioca e do tomate.

Não se pode deixar de notar que isso parece significar que a relação causal existente entre mudança tecnológica e diminuição da mão-de-obra rural, ao menos no período 1991-2000, se inverteu na Margem da Estrada de Ferro.

¹³⁵ Justamente os três municípios onde maior é o número médio de habitantes por domicílio em toda a Margem da Estrada de Ferro (mais de 3,4).

De todo modo, a modernização da atividade agropecuária paralela à criação de novos empregos não-agrícolas no campo de alguns municípios, sobretudo em Catalão (indústrias e lazer), Três Ranchos (lazer e turismo), Orizona e Ouidor (indústrias) reflete uma realidade tangível mesmo através de estatísticas oficiais. Assim, conforme é possível se notar na Tabela 3.4.5, quase todos esses municípios ganharam mais empregos do que habitantes no triênio 2000/2002.

Cumpra ressaltar que em Três Ranchos, como já se informou, toda a margem do Lago Azul é considerada urbana, mas isso basicamente para fins fiscais (ITU/IPTU), por que na realidade a margem deste lago¹³⁶ é pontilhada de chácaras e não tem nenhuma infra-estrutura 'urbana'.

Tabela 3.4.5: Margem da Estrada de Ferro flutuação do nível de emprego (saldos líquidos)

Municípios	2000	2001	2002	total do triênio	Varição populacional ¹³⁷
Anhangüera	0	-1	2	1	5
Campo Alegre de Goiás	-80	-21	28	-73	-2
Catalão	334	683	1181	2198	2067
Corumbaíba	-3	81	59	137	237
Cristianópolis	22	28	-14	36	114
Cumari	1	-21	8	-12	47
Davinópolis	0	4	1	5	-2
Goiandira	58	14	33	105	-84
Ipameri	155	-131	-382	-358	386
Nova Aurora	-5	0	4	-1	17
Orizona	21	99	99	219	125
Ouidor	-42	335	-126	167	120
Palmelo	30	-10	82	102	39
Pires do Rio	163	137	475	775	862
Santa Cruz de Goiás	7	6	-4	9	44
Silvânia	151	-30	82	203	359 ¹³⁸
Três Ranchos	4	8	21	33	120
Urutaí	16	20	13	49	57
Vianópolis	2	-12	3	-7	470
TOTAL	834	1189	1565	3588	4981
GOIÁS	21990	21381	19263	62634	207107
M.E.F./Goiás	3,79	5,56	8,12	5,73	2,41

Fonte: anuário estatístico de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Ainda em relação ao nível de empregos, os municípios que tiveram a pior flutuação líquida foram justamente os dois em que a agricultura comercial não encontra

¹³⁶ Formado pelo represamento do Rio Paranaíba.

¹³⁷ No triênio 2000/2002, estimada.

¹³⁸ Um distrito do município se emancipou; a variação populacional foi corrigida e estimada.

par na agricultura familiar: Campo Alegre de Goiás e Ipameri, onde cerca ou menos de 10% das terras são ocupadas por pequenos estabelecimentos e mais de 50% por grandes.

Além disso, se pode perceber que o emprego gerado na Margem cresceu numa proporção bem maior que a população, cumprindo lembrar que as diferenças entre a estrutura fundiária média da Margem e do Estado de Goiás, não são desprezíveis.

Não que se acredite na existência de uma relação direta entre estrutura fundiária e geração de empregos. Entretanto, é lícito se conjecturar que a presença de pequenos estabelecimentos funciona como uma espécie de rede de proteção ao risco, por ser um lugar para onde em tese, se pode retornar, o que pode servir como um estímulo à audácia e ao estudo, fatores importantes de empregabilidade.

Nesse sentido, é menos pelo que são do que pelo que geram que os pequenos estabelecimentos são fatores positivos para o desenvolvimento da Margem, mesmo nos dias atuais. Espera-se com isso, que fique evidenciado não se ter afirmado que foi o campo que gerou os empregos da Margem da Estrada de Ferro. Inclusive, mesmo em se considerando o tão propalado 'milagre agrícola' gerado pela produção de soja e afins, foram justamente nos municípios em que mais forte é a agropecuária comercial, aqueles que, como vimos mais perderam empregos.

Os novos empregos foram gerados sobretudo pela indústria, como se pode perceber a partir da Tabela 3.4.6, onde é possível se vislumbrar o crescimento industrial da Margem da Estrada de Ferro no período 1999/2002. Entretanto, se isso parece confirmar a idéia de uma região rural cada vez menos agrícola, por outro lado não desmerece a importância do pequeno estabelecimento.

Até por que, a despeito do significativo crescimento do número de unidades industriais instaladas em Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba e Ipameri, houve perda líquida de empregos nestes municípios. Cumpre ressaltar que nesses três o pequeno estabelecimento é pouco importante em área ocupada e o número de unidades, pouco significativo em relação ao território do município.

Por outro lado, Goiandira, Ouvidor, Orizona e Palmelo, municípios em que os pequenos estabelecimentos predominam amplamente, apesar de o número de novas unidades industriais ter crescido bem pouco ou mesmo caído neste período, o número de empregos aumentou significativamente (acima do número estimado de novos habitantes). Esses dados são significativos mesmo em se considerando que a relação

causal não possa ser plenamente estabelecida, por que a população de casos é insuficiente para uma conclusão definitiva.

Inclusive, por que o único município em que dominam os pequenos estabelecimentos e, apesar do crescimento do número de unidades industriais, se registrou decréscimo no nível de emprego foi Nova Aurora. Este não apenas é o único município em que às pequenas, seguem-se os grandes estabelecimentos (em termos de área ocupada), como também é aquele onde menor é o número de habitantes por estabelecimento.

Em Goiandira, onde se registrou uma variação líquida do número de empregos bastante significativa, sobretudo se se leva em consideração a estimada variação negativa do número de habitantes, há somente - conforme a Tabela 3.4.6 - unidades industriais de micro e pequeno porte, o que sugere expressiva participação de capitais locais. Entretanto, não é um caso emblemático.

Tabela 3.4.6: Margem da Estrada de Ferro_ estabelecimentos industriais cadastrados na SEFAZ/GO

municípios	1999	2003	unidades industriais em 2003			
			micros	pequenas	médias	grandes
Anhangüera	2	3	1	2	0	0
Campo Alegre de Goiás	9	10	6	2	1	1
Catalão	163	188	134	26	8	20
Corumbáiba	10	13	7	4	1	1
Cristianópolis	9	6	3	1	0	2
Cumari	3	5	3	1	0	0
Davinópolis	4	4	1	2	1	0
Goiandira	10	14	12	2	0	0
Ipameri	44	50	31	13	0	0
Nova Aurora	4	5	5	0	1	3
Orizona	22	21	12	5	1	3
Ouvidor	9	11	3	4	1	0
Palmelo	3	5	2	2	1	6
Pires do Rio	63	69	47	15	1	1
Santa Cruz de Goiás	7	4	2	1	1	1
Silvânia	28	36	28	6	1	0
Três Ranchos	3	2	2	1	0	2
Urutai	4	3	0	1	2	1
Vianópolis	30	33	19	11	20	46
Total regional	427	482	318	99	421	592
Goiás	9954	11644	7932	2699	4,75%	7,77%
M.E.F/Goiás	4,29%	4,14%	4,01%	3,67%		

Fonte: anuário estatístico de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Na maioria dos municípios, ainda que obviamente as micro e pequenas unidades industriais predominem em número, no que concerne à geração de empregos e valor do faturamento, as grandes predominam amplamente.

No entanto, dessas grandes unidades industriais, como se pode observar na Tabela 3.4.7, vinte estão em um único município (Catalão) e 22 em apenas um setor (alimentício), o que denota certo grau de concentração, tanto espacial quanto setorial.

Tabela 3.4.7: Margem da Estrada de Ferro _ grandes indústrias por setores, 2003

Município	grandes indústrias	setores
Campo Alegre de Goiás	1	produtos alimentícios (1)
Catalão	20	química (5) materiais de transporte (3) produtos alimentícios (3) mecânica (2) produtos minerais não metálicos (2) metalúrgica (1) madeira (1) diversas (3)
Corumbaíba	1	produtos alimentícios (1)
Cristianópolis		produtos alimentícios (2)
Ipameri	5	produtos alimentícios (3) madeira (1) química (1)
Orizona	3	produtos alimentícios (2) química (1)
Ouvidor	3	metalúrgica (1) química (1) produtos alimentícios (1)
Pires do Rio	6	produtos alimentícios (4) couro, peles e similares (2)
Santa Cruz de Goiás	1	produtos alimentícios (1)
Silvânia	1	produtos alimentícios (1)
Urutaí	2	produtos alimentícios (2)
Vianópolis	1	produtos alimentícios (1)

Fonte: anuário estatístico de Goiás 2003, SEPLAN/GO

De fato, em quase todos os municípios onde há unidades industriais desse porte de faturamento, as do setor alimentício são as únicas ou são as mais numerosas. Somente em Catalão, que tem um parque industrial mais diversificado e o terceiro maior VAB secundário do Estado de Goiás, essas não predominam; também em Ouvidor as grandes empresas que existem estão distribuídas em diferentes setores.

No contexto geral, i.e, em se considerando as empresas de todos os portes, as do setor alimentício predominam em todos os municípios. Exceções somente em Catalão, onde predominam empresas do setor de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e Vianópolis, onde o maior contingente de empresas está no setor de produtos minerais não metálicos, além de Três Ranchos e Anhangüera, onde as poucas empresas industriais estão cada uma em um setor diferente.

Essa predominância de empresas ligadas ao processamento de alimentos na Margem da Estrada de Ferro faz com que seus municípios divirjam do padrão médio do Estado de Goiás, em que predominam as empresas ligadas ao setor de vestuário, conforme se pode ver na Tabela 3.4.8. Esta também mostra que, relativamente, as indústrias químicas são mais importantes na Margem do que no Estado de Goiás, o inverso se dando com a indústria editorial e gráfica.

Tabela 3.4.8: distribuição das indústrias por setores, em 2003

Margem da Estrada de Ferro	Goiás
produtos alimentícios (186)	vestuário, calçados e art. de tecidos (3414)
vestuário, calçados e art. de tecidos (82)	produtos alimentícios (3056)
prod. min. não metálicos (69)	prod. min. não metálicos (944)
metalúrgica (27)	metalúrgica (723)
mobiliário (20)	mobiliário (626)
química (14)	editorial e gráfica (381)
bebidas, álcool etílico e vinagre (13)	madeira (304)
madeira (12)	química (185)
editorial e gráfica (10)	mecânica (168)
couro, peles e similares (6)	produtos de matérias plásticas (161)
outras (41)	outras (1682)

Fonte dos dados: Anuário Estatístico de Goiás 2003, SEPLAN/GO

Cumprе ressaltar que os dados do levantamento da SEFAZ/GO, utilizados pela SEPLAN/GO desmentem a idéia oficial de que em Goiás a industrialização é desconcentrada: não apenas o município de Goiânia é líder em unidades instaladas em

todos os dez setores em que mais há empresas em Goiás, como que o segundo lugar é quase sempre de Aparecida de Goiânia e o terceiro, de Anápolis.

Se a esses municípios forem juntados àqueles próximos às rodovias federais que ligam o Estado de Goiás à cidade de São Paulo via Uberlândia, se terá um quadro em que aproximadamente 90% das unidades industriais do Estado de Goiás estarão representadas, além de um percentual ainda maior do valor da produção industrial goiana, dos quais aproximadamente 2/3 apenas na região Central de Goiás.

Se a Margem da Estrada de Ferro conseguiu de alguma forma vencer essa força centrípeta e se industrializar, deve-o em boa parte ao fato de estar justamente às margens destas artérias que interligam a região à São Paulo (é preciso reconhecer), aos seus recursos minerais e a sua agropecuária, sobretudo a familiar. Até por que, a maioria das indústrias locais (que são processadoras de alimentos) não usa a soja dos grandes agricultores, mas o leite e as aves produzidos pelos pequenos, como matérias-primas.

A geração de empregos na região, que vem sendo significativa desde meados da década de 1990, deve-se com certeza a fatores resultantes da educação formal na região, a qual desde a muito vem se tentando estender a um contingente amplo de pessoas.

CONCLUSÃO

O poder da educação como instrumento promotor do desenvolvimento é fato conhecido. No caso em que este poder parece ter sido mais evidente, o dos Estados Unidos da América, foi sintetizado por LYNN SMITH (1971, p. 152), o qual afirmou que:

*“Não hesitamos em afirmar que a escola e seu papel na educação geral do povo norte-americano têm sido tão importantes que em 1950 o habitante médio de 25 anos de idade ou mais tinha completado 9,3 anos de educação escolar formal. A escola é nos Estados Unidos a instituição que mais contribuiu para tornar seus padrões de vida diversos dos brasileiros e hispano-americanos”*¹³⁹.

Já no final deste trabalho, e inclusive por que tal princípio foi-nos bastante caro, não o negamos. Entretanto, não se pode escusar de lembrar que uma outra característica marcante da gênese dos próprios Estados Unidos da América, é que neste país, o acesso a terra nunca foi dificultado. Aliás, a história estadunidense é uma história da conquista da terra por trabalhadores rurais. No que eles se converteram e no que se converteu a própria economia do país, é uma outra discussão.

Se o bonde da história foi perdido ou não, é também uma outra discussão. O que não se pode é continuar colocando as locomotivas para mover antes de assentados os trilhos; afinal, a ‘queima de etapas’ no Brasil, se aqueceu alguns, parece ter produzido pouca coisa além de cinzas.

Ou de sentenças: neste país não é raro se nascer já condenado. A educação pode ser uma carta de alforria, mas também o acesso a terra, e em função da ordem como as coisas aconteceram na Margem, este parece ter precedido aquela.

Mas esqueça-se a história e se debruce sobre a última da vasta série de tabelas que se utilizou ao longo desta dissertação; nela está o ‘mapa’ do emprego no Brasil, na década de 1990, produzido pela UFRJ a pedido da CEPAL.

¹³⁹ LYNN SMITH, T. Organização Rural - Problemas e Soluções. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Livraria Pioneira/Edusp: São Paulo, 1971. P. 152.

Já de início, se revela que a demanda doméstica gerou quase cinco milhões de empregos na agropecuária e a exportação, menos de 1,5 milhões. Por outro lado, a modernização tecnológica, somente neste setor, sumiu com quase 9 milhões de empregos em menos de uma década. Outro fato: a agropecuária tanto foi o setor que mais criou como o que mais destruiu empregos. Então vejamos.

Tabela 5.0: Brasil _ saldo de empregos no período 1991/2000

SETORES	demanda doméstica	exportação	modernização tecnológica	Importação	TOTAL
Agropecuária	4713438	1425104	-8983273	-235770	-3080500
mineração	65840	47199	-192944	-8096	-88000
indústria manufatureira	2765043	748470	-3633578	-687736	-804800
eletricidade, gás e água	103906	13725	-233077	-5154	-120600
construção civil	617664	6870	-757413	-4221	-137100
comércio	-1459088	885831	3383643	-397888	2412500
transporte e comércio	1174030	-37760	-561464	21094	595900
serviços empresariais	467046	297447	916742	-95834	1585400
serviços pessoais e sociais	2661719	152083	200330	-107732	2906400
administração pública	859789	50186	-902181	-30194	-22400
TOTAL	11969389	3589156	-763212	-1548533	3246800

Fonte: Folha de São Paulo, 2004¹⁴⁰.

Dados já mostrados no Capítulo III indicam que a modernização da agricultura comercial, e de sua prima-irmã, a pecuária extensiva de corte geram desemprego. São amplos os estudos que tratam da modernização conservadora da agricultura brasileira e todos indicam que a modernização tecnológica gera desemprego em larga escala. A própria tabela 5.0 o mostra. Entretanto, outras tabelas desta conclusão, apresentam evidências que agropecuária familiar se modernizou.

A tabela 4.2.4 mostrou o caso específico do leite, mas também houve ganhos bastante expressivos na produtividade de outros gêneros da agropecuária familiar, como é o caso do tomate. Entretanto, a contrapartida de desemprego não ocorreu, conforme se pôde ver na Tabela 4.2.5; aliás, o que essa tabela mostra é justamente o contrário, pois nos municípios onde predominam os pequenos estabelecimentos, via de regra houve crescimento líquido no número de empregos, em vários casos acima do crescimento

¹⁴⁰ FOLHA DE SÃO PAULO (jornal) "Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos", p. B1. Domingo, 18/01/2004. Ano 83, n.º 27.318. São Paulo.

populacional. Por outro lado, municípios ricos em soja e bois, mas pobres em pequenos proprietários rurais, viram o crescimento de suas economias ocorrer paralelamente ao decréscimo no número de empregos.

Neste sentido, se espera que seja lícito atribuir grande parte dos 9 milhões de desempregados a uma agropecuária que se modernizou e com conseguiu gerar o menos de milhão e meio de empregos com a exportação. No entanto, deve-se reconhecer que houve também modernização tecnológica entre os pequenos proprietários de terra.

Mas é bastante razoável não apenas atribuir parcela menor do desemprego, visto que não é o mais comum dos fatos alguém se desempregar a si mesmo, como também lhe responsabilizar por boa parte dos quase cinco milhões de empregos gerados para atender a demanda doméstica. Esta, como se deveria saber, não se constitui somente de filés e soja, mas principalmente dos gêneros produzidos principalmente pelos pequenos agricultores, arroz, feijão, frango e tomate inclusive.

A mídia tem sido pródiga em mostrar a felicidade do mundo rural exportador brasileiro: nele abunda a riqueza. Entretanto, é de nossa opinião, após esses dois anos de estudos e pesquisas, em que milhares de dados foram analisados e um sem número de obras de pessoas muito mais conhecedoras, foram lidas, que essa riqueza tem produzido pouca coisa mais, além de ricos, como tem sido a norma neste país.

Inclusive, nossa última citação trata justamente disso: de um artigo de jornal que anuncia em tom grandioso que 'os nossos ricos, são mais ricos'. Uma prova do quanto geradora de riquezas tem sido a economia goiana: "*as 19.525 famílias que estão entre as 1% mais ricas de Goiás, têm rendimento anual médio de R\$ 27.858,24 reais - a média dos 99% restantes é de R\$ 1482,92 - enquanto que a média brasileira é de R\$ 23.388,43 e a média dos 99% restantes é de R\$ 1.608,81.*"¹⁴¹ (O Popular, 2004: p. 15).

O periódico continua afirmando que os municípios que mais geraram ricos foram Aparecida de Goiânia (de 19 para 295 em 20 anos) e Caldas Novas (de 22 para 307, em igual período de tempo). Esses municípios, porém perdem em número de ricos para Rio Verde (645) e Jataí (334), ambos 'Eldorados da soja', no Sudoeste goiano.

Há na matéria ainda, a informação de um contra-exemplo: Catalão foi um dos municípios do Estado de Goiás em que o número de ricos menos cresceu entre 1980 e

¹⁴¹ O POPULAR (jornal) "os nossos ricos são mais ricos", p. 15. (adaptado) Domingo, 30/05/2004, ano 66, nº. 18.410. Goiânia.

2000: passou de 114 para 192, o que fez com que o município caísse das primeiras posições em 1980 para a 9ª, em 2000.

Entretanto, quem superou a vastidão demeritória desta dissertação, sabe que em Catalão o número de oportunidades ampliou-se de forma considerável, o município vem gerando mais empregos do que habitantes nos últimos anos, tem um dos maiores PIB do Estado de Goiás e uma série de outras informações que não a desmerecem em nada. Com o município de Catalão, uma série de outros na Margem da Estrada de Ferro.

Se há pobreza, miséria, injustiça, deve-se ter sempre em vista que o município é a menor das instâncias territoriais e políticas das que constituem o Brasil, estando subordinado às conjunturas e estruturas de uma unidade federada e da federação, de forma que somente quando avançada a mitigação das mazelas federais e mesmo estaduais, um município poderá extingui-las.

Essas mazelas são bem conhecidas: há o problema crucial da fome, embora se tenha resolvido o problema da produção de alimentos. Há a questão não solucionada da miséria, mas também a questão resolvida da geração de riquezas. Neste sentido, se no país tanto se gera riquezas quanto comida e famintos tanto quanto miseráveis, e tudo isso em profusão, o maior dilema econômico do país pode ser resumido em um só: a distribuição de renda.

As tentativas de aumentar o produto do país para torná-lo desenvolvido, foram basicamente bem-sucedidas naquilo que se propuseram: aumentar a produção. De início a produção agrícola, depois a mineral, a industrial. Entretanto, o nosso PIB per capita, superior ao costarriquenho, tampouco deu aos brasileiros o padrão de vida da Costa Rica.

Entretanto, há de se levar em consideração que a lhanura e a bovinidade que Sérgio Buarque de Holanda atribuiu ao povo brasileiro, não mais existem: a população tem se mostrado cada vez mais intolerante com a desigualdade, e a violência tem se constituído numa externalidade cujo impacto econômico é cada vez maior.

Entretanto, ainda que numa conjuntura política teoricamente favorável, as preocupações com o crescimento do 'bolo' continuam maiores do que aquelas com sua distribuição. Como se o produto fosse o problema nacional, como se fosse à incapacidade de gerar riqueza se constituísse no maior obstáculo ao crescimento brasileiro.

Pois bem, a definição que se defendeu de desenvolvimento, neste trabalho foi a de que este seria a ampliação das oportunidades individuais de escolha e do conforto e bem estar coletivos, tanto para as gerações em curso quanto para as que se seguirem ou resumidamente um crescimento da liberdade dos indivíduos e do bem-estar da coletividade, extensíveis no tempo? Neste sentido, o que o país está fazendo para conseguir isso?

Um primeiro alento foi a modificação dos fundos constitucionais de desenvolvimento, eficientes instrumentos de concentração de renda na medida em que fazem o que todos fizeram: implementa políticas de aumento do produto. Com as novas determinações no sentido de se obrigar que 51% dos recursos sejam distribuídos entre pequenos empresários, agricultores familiares e estabelecimentos comunitários, crê-se que se esteja dando um passo certo neste sentido.

Retirar o viés agropecuário das políticas de desenvolvimento rural seria outra, pois no campo persiste o erro de relacionar crescimento do produto, à la Revolução Verde, ao desenvolvimento, enquanto que a nosso ver gerar ocupação e renda, independente de se na agricultura ou não, poderia ser mais eficiente. Nesse sentido a eficiência da reforma agrária talvez não estivesse na quantidade de alimentos básicos que ela fosse capaz de produzir, mas em quantos braços ela pudesse ocupar.

Não que se proponha aqui o retorno ao 'mito jeffersoniano' ou o estratagema de Tschayanov. Mas se trata de reconhecer que o estabelecimento familiar se mostrou eficaz como promotor de desenvolvimento, na Margem da Estrada de Ferro, e na mesma medida em que o grande estabelecimento se mostrou inepto, capaz de tornar ricas apenas algumas pequenas comunidades. E se mostrou eficaz não por que propiciou uma agropecuária especialmente rica, mas empregos e um colchão social. A educação caminha no mesmo sentido.

Por último: a maior lição nos dada por este estudo da Margem da Estrada de Ferro, é que a via que conduz ao desenvolvimento passa pelas estações da justiça fundiária e da universalização do ensino formal, e que ao veículo social que conduz uma sociedade, não convém uma primeira classe muito numerosa, sob pena de os mais pobres ficarem sem lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Informação Goyana (fragmento de periódico) ed. 15/01/1917. Rio de Janeiro.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, Hucitec / Anpocs / EDUNICAMP Campinas: 1994.
- ATLAS DO SESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, FJP/IBGE/UNDP. Software. Download através de www.undp.org.br em 06/2002
- AVELAR, G.A. Desenvolvimento Capitalista e Apropriação Desigual do Espaço Agrário em Goiandira -GO p. ?. 118f. Dissertação (mestrado) Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia: 1999.
- BACIC, Miguel Juan & CARPINTERO, José Newton Cabral; Empreendedorismo e Desenvolvimento, 10/2001, Congresso Científico Internacional: "World Conference on Business Incubation," Vol. 1, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2001
- BRANDÃO, H. A. História política de Ipameri nas décadas de 20 e 30. Bacharelado (Departamento de História) Universidade Federal de Goiás, Catalão: 2000. 100 f.
- BRETAS, G. F. História da instrução pública em Goiás, col. Documentos Goianos, nº 21. CEGRAF/UFG, Goiânia:1991. 649 p.
- CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção de desenvolvimento sustentável. in Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais, ROMEIRO, A. R.; REYDON, A. P. & LEONARDI, M. L. A. (org.) IE/UNICAMP: Campinas, 1997.
- COSTA BRANDÃO, A. J. Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886). EDUFG, Goiânia: 1978. 157 p.
- DE DEUS, J. A urbanização em Goiás: O caso de Catalão. Adaptado. 1996. Dissertação (mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1996. 145 f.
- DUARTE DA SILVA, L.S. A Construção de Brasília: Modernidade e Periferia, EDUFG, Goiânia: 1997. 140 p.
- ESTEVAM, L. O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. Ed. do Autor, Goiânia: 1998 (276p).
- FERREIRA, J.C. Presidentes e Governadores de Goiás, coleção Documentos Goianos, nº. 05. EDUFG, Goiânia: 1980 , p. 23 (adaptado). 188 p.

FIBGE, Catálogo Brasileiro de Entidades Sindicais Rurais (versão preliminar), IBGE, Rio de Janeiro: 1988.

_____(2000), Sinopse Preliminar Censo de 2000: IBGE. Divisão Técnica, Departamento de Divulgação e Estatística, vol. 2. Rio de Janeiro, 2000

_____(2002), Censo Demográfico de 2000: IBGE. Divisão Técnica, Departamento de Divulgação e Estatística, Rio de Janeiro, 2002

FOLHA DE SÃO PAULO (jornal) "Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos", p. B1. Domingo, 18/01/2004. Ano 83, n.º 27.318. São Paulo.

FUNES, E. A. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Pp. 102. Col. Textos Universitários, vol. 40. EDUEG, Goiânia: 1986.

GAZETA DE YPAMERI (fragmento de periódico), ed. de 18/05/1924, Ipameri.

GRAZIANO DA SILVA, J. (prefácio) in RANGEL, I. Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil, GRAZIANO DA SILVA, J. (org), Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

_____(2000), J. El desarrollo local en contextos de globalización: una reflexión desde la experiencia brasileña in Revista Internacional de sociología, Tercera Época, n.º 27, set-dez 2000, Pp. 171-187, CSIC: Madrid, 2000.

_____(1997). O Novo Rural Brasileiro in Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. & ORTEGA, A.C. (organizadores) Uberlândia: 1997.

INOCÊNCIO, M.E. A ferrovia em Ipameri-Goiás apogeu e decadência. (bacharelado em geografia) Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão, Catalão: 1997.

ITAMI CAMPOS, F. Coronelismo em Goiás, UFG, 1ª reimpressão, Goiânia: 1987. 116 p

LINS DE AZEVEDO, J. M. A Educação como Política Pública. Col. Polêmicas do Nosso Tempo, Campinas: Autores Associados, 1997.

LOUREIRO, W. N. Os aspectos educativos da prática política. CEGRAF/UFG, Goiânia:1988. 121 p

LYNN SMITH, T. Organização Rural - Problemas e Soluções. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Livraria Pioneira/Edusp: São Paulo, 1971.

MAIA, V.E., Economia de Goiás: Realidade Presente e Perspectiva Futura, Editora da UCG, Goiânia: 1984. 188p.

MARTINEZ-ALIER, J The environmentalism of the poor. UNRISD: University of Witswatersrand, 2002.

MOYANO, E. E. El Concepto de Capital Social y su Utilidad para el Análisis de las Dinámicas del Desarrollo, in *Economía Ensaíos*, Vol. 13, n.2, 1999, Uberlândia. Departamento de Economia.

_____. (1997). Las Políticas de Desarrollo Rural en la Unión Europea in Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A.C., (organizadores), EDUFU Uberlândia: 1997.

NETO, O. P. Orizona: cidade e campo. CODEPLAN, Brasília: 1991. 127 p.

O POPULAR (jornal) "os nossos ricos são mais ricos", p. 15. (adaptado) Domingo, 30/05/2004, ano 66, nº. 18.410. Goiânia.

PALACÍN, L. P. G. in BARBOSA, J. C.; CHAUL, N. F. & PALACÍN, L. P. G. História Política de Catalão, Col. Documentos Goianos, nº 26. EDUFG, Goiânia: 1994. 289 p

PONTES MENDES, E.P. A produção familiar em Catalão (GO): a comunidade do Coqueiro. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2001. 202 f.

PUTNAN, R. D. Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna. Editora da FGV, São Paulo: 2000.

SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A.C in Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro. (organizadores), EDUFU, Uberlândia: 1997.

SEPLAN/GO, Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 2003. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás, Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: 2003

Tribuna do Planalto (jornal), 18 a 24 de abril de 2004: suplemento Escola, página 7, ano III, nº. 153. Goiânia.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: O Brasil é Menos Urbano do que se Calcula. Campinas-SP, 2002, Editora Autores Associados.

_____. (2003). Empreendedorismo rural: uma primeira aproximação. Relatório para o Sebrae Nacional, São Paulo: 2003.

_____. (2001). O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, 2001, disponível em <http://www.cndrs.org.br/documentos/artigo_ze_eli.doc > download em ago. 2002.

VEIGA, J. E. et alii. (2001), **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Nead – Série Textos para Discussão, nº 1: ago. 2001, disponível em www.nead.gov.br. Download em jun. 2002. 93 p.

Nota: as obras abaixo transcritas, embora não tenham sido citadas diretamente, forneceram informações que consubstanciaram textos, gráficos e tabelas.

SEPLAN/GO, **Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 2003**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás, Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: 2003

FIBGE, **Sinopse do Censo Demográfico de 1970**: IBGE. Divisão Técnica, Departamento de Divulgação e Estatística, Rio de Janeiro, 1970.

_____(1980) **Sinopse Preliminar Censo Demográfico de 1980**: IBGE. Divisão Técnica, Departamento de Divulgação e Estatística, Rio de Janeiro, 1980.

_____(1991), **Sinopse Preliminar Censo Demográfico de 1991**: IBGE. Rio de Janeiro, 1991.

_____(1982), Municípios do Estado de Goiás: Monografias, Volume I, Mesorregião Sul Goiano, tomo 2: **Microrregião Meia Ponte**. Delegacia do IBGE no Estado de Goiás, Goiânia: 1982.

_____, Municípios do Estado de Goiás: Monografias, Volume I, Mesorregião Sul Goiano, tomo 3: **Microrregião Sudeste Goiano**. Delegacia do IBGE no Estado de Goiás, Goiânia: 1982.

SEPLAN/GO, **Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 1996**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás, Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Goiânia: 1996.

ÍNDICE ONOMÁSTICO E REMISSIVO

- Adam Smith, 85
agricultura
 insustentabilidade da, 164
 modernização da, 23
agricultura comercial, 50
agropecuária, 69
agropecuária incipiente, 50
Amartya Sen, 10, 165
Anhangüera, 65
Anhangüera II, 13
Arrendo
 luta camponesa do, 37
AVELAR, G. A., 35, 37
BACIC & CARPINTERO, 9
Bartolomeu Bueno da Silva, 13
bovinocultura, 75
BRANDÃO, H. A., 40
Brasil
 emprego na década de 1990, 188
Brasília
 construção de, 41
BRETAS, G. F., 38, 39
Briggs, 168
Caetano Alves de Souza Figueiras, 18
Camack, 31
campesinato, 37
trabalhadores rurais não-proprietários,
 180
Catalão, 36, 39, 40, 44, 105, 125
CAVALCANTI, C., 168
Celso Furtado, 23
conflito fundiário, 37
cooperação, 85
cooperativas, 89
Corumbaíba, 120, 123
COSTA BRANDÃO, A. J., 33
criação de gado, 16
DE DEUS, J., 44
desenvolvimento, 9, 191
desenvolvimento rural
 políticas de, 191
dízimo, 16
DUARTE DA SILVA, L. S., 24
Eduardo Moyano, 136
educação, 39
empreendedorismo, 98
emprego não-agropecuário, 92
escolas rurais, 105
Estado do Bem-Estar Social, 168
Estado Novo, 25
ESTEVAM, L., 15, 17, 25, 41
Estrada de Ferro Goiás, 19
estrutura fundiária, 23
êxodo rural, 163
Expedição Cruis, 25
FERREIRA, J. C., 18, 33
ferrovia, 34, 39
Francisco Ferreira dos Santos Azevedo,
 32
frequência no ensino superior
 Margem da Estrada de Ferro, 127
fundos constitucionais de
 desenvolvimento, 191
FUNES, E. A., 17
Getúlio Vargas
 período, 29
Goiandira, 103
Goiânia
 construção de, 21, 25, 40
Goiás, estado de
 crescimento populacional, 27
 evolução demográfica, 20
 PIB, 52
gravidez de adolescentes
 Margem da Estrada de Ferro, 131
GRAZIANO DA SILVA, J., 162, 164,
 165, 166, 167
hospitais, 81
IDE
 estado de Goiás, 63
IDHM
 estado de Goiás, 56
IDS
 estado de Goiás, 63
Índice de Gini rural, 171
indústria ceramista, 88
infra-estrutura social
 Margem da Estrada de Ferro, 128

iniciativas públicas, 93
 INOCÊNCIO, M. E., 40, 42
 insumos e serviços agropecuários, 79
 Ipameri, 35, 40, 42
 ITAMI CAMPOS, F., 24
 Jerônimo Coimbra Bueno, 24, 25, 26, 28
 John Hicks, 168
 José de Alencastre, 17
 José Eli da Veiga, 2, 4, 165
 José Graziano da Silva, 2
 lazer, 84
 Lei 9394/96, 104
 leite, 90
 LINS DE AZEVEDO, J. M. A., 168
 LOUREIRO, W. N., 36, 37
 Luís Estevam
 ver também
 ESTEVAM, L., 26
 LYNN SMITH, T., 187
 MAIA, V. E., 26
 Marcha para o Oeste, 24, 28
 Margem da Estrada de Ferro, 10, 24, 33, 42, 48
 a educação na, 166
 água encanada, 129
 analfabetismo infantil, 126
 arrecadação, 109
 atividade industrial, 2, 3, 5, 6, 23, 26, 31, 33, 36, 41, 43, 46, 48, 49, 50
 bovinocultura leiteira, 178
 características demográficas, 67
 características do campesinato, 176
 despesas municipais, 110
 economia, 3
 educação, 104, 125
 energia elétrica, 131
 estabelecimentos industriais, 183
 estrutura fundiária, 171, 172, 182
 flutuação no nível de emprego, 181
 grandes indústrias, 184
 histórico, 8
 IDHM, 117
 indicadores demográficos do campo, 175
 mineração de ouro, 31
 orquestração social, 166
 pecuária, 76
 pobreza e distribuição de renda, 124
 processo de industrialização, 186
 saúde, 107
 setor secundário, 87
 unidades industriais, 185
 MARTINEZ-ALIER, J., 162, 163
 Mato Grosso, 28
 média salarial, 102
 mineração, 14
 mito jeffersoniano, 191
 MOYANO, E. M. E., 9, 46
 na Margem da Estrada de Ferro
 indigência, 123
 NETO, O. P., 42, 194
 olarias, 87
 oligopsônios, 170
 Orizona, 36
 Ouvidor, 103
 ovos, 78
 PALACÍN, L. P. G., 31, 34
 pecuária, 74
 pecuária de corte, 50, 75
 pecuária de leite, 75
 Margem da Estrada de Ferro, 76
 Pedro Ludovico Teixeira, 24, 25, 26
 PIB per capita
 estado de Goiás, 63
 Pires do Rio, 36, 40
 PONTES MENDES, E. P., 44
 preço das terras, 17
 prefeituras
 empregos, 100
 previdência e assistência social, 111
 Projeto Rurbano, 2
 Raymundo Gomes da Frota, 40
 Região da Margem da Estrada de Ferro
 caracterização, 4
 renda
 definição de, 168
 renda, distribuição
 Margem da Estrada de Ferro, 120
 Revolução Verde, 164
 paradigma da, 164
 Robert D. Putnan, 136
 rodovias, 41
 Rodrigues, 34
 Saint-Hillaire, 38
 Santa Cruz de Goiás, 13, 32

SENAI, 88
Sérgio Buarque de Holanda, 190
serviços diversos, 82
setor secundário, 96
Silvânia, 36, 176
sindicatos, 86
Sudoeste de Goiás, 76
Tocantins, estado do
 criação, 26
Tocantins, rio
 fechamento à navegação, 14
trabalhadores formais, 103
trabalho não agrícola, 36
transferências intermunicipais, 110
Triângulo Mineiro, 26, 31, 32, 43
Tschayanov, 191
Uberlândia, 43, 47
unidades de produção diversificada, 50
urbanização, 163
 Brasil, 163
VAB, 53
VAB per capita
 Margem da Estrada de Ferro, 116
VAB primário, 100
VAB primário per capita
 estado de Goiás, 54
VAB secundário per capita
 estado de Goiás, 55
VAB terciário per capita
 estado de Goiás, 55
VEIGA et alii, 10, 11
VEIGA, J. E., 5, 98
welfare town, 168, 169